

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL V



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL V



EDITORA
ARTEMIS

2022



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisângela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecária	Janaina Ramos – CRB-8/9166

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato*, México
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil



Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. José Cortez Godínez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.^a Dr.^a Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.^a Dr.^a Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.^a Dr.^a Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.^a Dr.^a Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.^a Dr.^a Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.^a Dr.^a Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências socialmente aplicáveis: integrando saberes e abrindo caminhos V / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba-PR: Artemis, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-63-7

DOI 10.37572/EdArt_250822637

1. Ciências sociais. 2. Pesquisa. I. Rodrigues, Jorge José Martins (Organizador). II. Marques, Maria Amélia (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166



APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu quinto volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber, ficando a sua transdisciplinaridade a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos por estes dezassete trabalhos, qual mosaico árabe.

A metodologia seguida na organização do volume privilegiou os conteúdos dos artigos, procurando-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, originando conhecimento. Este método originou quatro eixos de investigação, a saber: Informação: a energia que move os sistemas, Investigar ou a liberdade de desestabilizar o *status quo*, Investigar no feminino, Informação: um instrumento transversal.

O eixo 1 – Informação: a energia que move os sistemas, enquanto conhecimento é a energia que move os sistemas, está presente nos primeiros sete artigos. O eixo 2 – Investigar ou a liberdade de desestabilizar o *status quo*, glosa a liberdade intelectual para gerar conhecimento, sendo fulcral em qualquer sociedade, é o assunto ocupado pelos quatro artigos seguintes. O eixo 3 – Investigar no feminino, realça o equilíbrio entre corpo e mente, a hiper sexualidade da mulher negra e a caracterização socioeconómica de uma cooperativa de mulheres, é ocupado pelos três artigos seguintes. O eixo 4 - Informação: um instrumento transversal, foca-se na evidência empírica de os dados, devidamente trabalhados, geram informações valiosas, seja para a otimização da informação em *call centers*, da segurança rodoviária ou do enquadramento legal da atividade de acompanhamento arqueológico.

Com a disponibilização deste quinto livro esperamos gerar inquietude intelectual e curiosidade científica no leitor, incrementando a satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de toda a inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal
Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

INFORMAÇÃO: A ENERGIA QUE MOVE OS SISTEMAS

CAPÍTULO 1..... 1

COMPARACIÓN DEL VALOR DE PERTINENCIA DE LAS NORMAS CONTABLES EN ESTADOS UNIDOS VERSUS LAS NORMAS INTERNACIONALES DE INFORMACIÓN FINANCIERA: EL CASO DE LAS AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS

Aida R. Lozada Rivera

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226371

CAPÍTULO 2..... 19

FERRAMENTA DE APOIO AOS COMANDANTES DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO EM INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DAS EQUIPAS DE BOMBEIROS

Pedro Miguel Sousa Barahona

Ana Filomena de Figueiredo Dias

Carla Maria Lopes da Silva Afonso dos Santos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226372

CAPÍTULO 3..... 35

PERSPETIVA SOBRE O USO DA BIBLIOTECA DIGITAL B-ON PELOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – O CASO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

Antonio Pulgarín Guerrero

Margarita Pérez Pulido

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226373

CAPÍTULO 4..... 48

REDE ACADÉMICA WEIWER® E COREOGRAFIAS DIDATICAS: QUE RELAÇÃO?

Teresa Margarida Loureiro Cardoso

Luciano Gamez

Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226374

CAPÍTULO 5..... 61

CONTRIBUIÇÃO DA RETÓRICA PARA A REDAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DE ALTO IMPACTO: ANÁLISE DO ARTIGO “AS CAPACIDADES DE ORGANIZAÇÕES VOLTADAS AO MERCADO”

Rodrigo Guimarães Motta

Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos

Maria Cristina Sanches Amorim

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226375

CAPÍTULO 6..... 81

ÉTICA PROFESIONAL EN LA FORMACIÓN DEL CONTADOR PÚBLICO

Teresita de Jesús Sabido-Domínguez

Valentín Alonso-Novelo

Gustavo Alberto Barredo-Baqueiro

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226376

CAPÍTULO 7.....92

INNOVACIÓN UNIVERSITARIA, UN ANÁLISIS TEÓRICO INTEGRAL DESDE SUS FUNCIONES MISIONALES

Jennifer Lafont Mendoza

Amelia Espitia Arrieta

Dairo Pérez Sotelo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226377

INVESTIGAR OU A LIBERDADE DE DESESTABILIZAR O STATUS QUO

CAPÍTULO 8..... 110

A FRAGILIDADE DA LIBERDADE DE IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE, HOJE: UMA REFERÊNCIA AO *ETHOS* DO PRESIDENTE FILIPE NYUSI NO DISCURSO DO DIA DO JORNALISTA MOÇAMBICANO E AS MARCAS DO AUTORITARISMO

Dayse Alfaia

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226378

CAPÍTULO 9..... 125

REFLEXIONES SOBRE LA TRANSFORMACION EN LAS PyMES Y LA GENERACION MILENIO EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Jorge Ramón Salazar-Cantón

Valentín Alonso-Novelo

Luis Martín Barrera-Ramírez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2508226379

CAPÍTULO 10.....133

MEMÓRIA DE AFETOS: CULTURA E REVOLUÇÃO NO RECIFE DOS ANOS DE CHUMBO

José Antonio Spinelli Lindoso

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263710

CAPÍTULO 11.....153

TRAÇAR UMA REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA: UMA APROXIMAÇÃO

Rússel Freddy Ramos Serrano

Raúl Eleazar Arias Sánchez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263711

INVESTIGAR NO FEMININO

CAPÍTULO 12161

CONTROLOGIA: DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DO CORPO E DA MENTE

Thais Medeiros da Costa Dias

Fabiana Vieira de Medeiros

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263712

CAPÍTULO 13.....165

O ESPETÁCULO DO CORPO DA MULHER NEGRA E AS MARCAS HISTÓRICAS DA HIPERSEXUALIZAÇÃO E DA OBJETIFICAÇÃO: UM OLHAR PARA O CASO DE SARA BAARTMAN (XIX) E PARA O CASO DA CANTORA DE *FUNK* BRASILEIRA, JOJO MARONTTINI (XXI)

Dayse Alfaia

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263713

CAPÍTULO 14.....184

CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA DE INTEGRANTES DE LA ASOCIACIÓN DE MUJERES (APRIMUJER) PARA ESTIMAR POTENCIALIDADES EN EL TERRITORIO DEL ÁREA RURAL DE SAN VICENTE DE CHUCURÍ, SANTANDER, COLOMBIA

Miguel Arturo Lozada Valero

Ángela María Andrade Ulloa

Mónica María Pacheco Valderrama

Héctor Julio Paz Díaz

Rafael Calderón Silva

Leidy Andrea Carreño Castaño
Cristian Giovanni Palencia Blanco
Irina Alean Carreño
Shirley Lizeth Mancera
Daniel Augusto Buitrago Ibañez
Ana Milena Salazar Beleño
Dally Esperanza Gáfaró Álvarez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263714

INFORMAÇÃO: UM INSTRUMENTO TRANSVERSAL

CAPÍTULO 15 **202**

STATISTICAL ANALYSIS OF CONVERGENCE FOR NON-LINEAR OPTIMIZATION
ALGORITHMS IN CALL CENTERS PROBLEMS

Ángel Rubén Barberis
Lorena Elizabeth del Moral Sachetti

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263715

CAPÍTULO 16 **215**

LOS DECENIOS DE ACCIÓN PARA LA SEGURIDAD VIAL: RECAPITULACIÓN
GENERAL Y REFLEJO EN COSTA RICA

Carlos Contreras-Montoya

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263716

CAPÍTULO 17 **228**

ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO E MÉTODO. CONTRIBUTO PARA O SEU
ENQUADRAMENTO LEGAL

Iva João da Silva Teles Morais Botelho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_25082263717

SOBRE OS ORGANIZADORES **248**

ÍNDICE REMISSIVO **249**

CAPÍTULO 1

COMPARACIÓN DEL VALOR DE PERTINENCIA DE LAS NORMAS CONTABLES EN ESTADOS UNIDOS VERSUS LAS NORMAS INTERNACIONALES DE INFORMACIÓN FINANCIERA: EL CASO DE LAS AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS

Data de submissão: 19/05/2022

Data de aceite: 06/06/2022

Aida R. Lozada Rivera

University of Puerto Rico, San Juan

Puerto Rico, USA

<https://orcid.org/0000-0002-8891-4768>

RESUMEN: En este estudio se ha examinado el valor de pertinencia y la utilidad que les brinda a los inversionistas la divulgación de la cifra de resultado cuando las empresas comunican su información financiera utilizando las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) y las normas contables estadounidenses, conocidas como Principios de Contabilidad Generalmente Aceptados, “U.S. Generally Accepted Accounting Principles” (U.S. GAAP). Se ha investigado y comparado cómo la cifra de resultado determinada por la empresa que a su vez ha utilizado las NIIF o U.S. GAAP capturan la información que influye en el precio de las acciones. Se ha establecido una comparación entre estas empresas para determinar que normativa contable provee mayor valor de pertinencia. Se ha utilizado una muestra de empresas conocidas como “American Depositary Receipts” (ADRs) que cotizaron en las Bolsas de Valores en Estados Unidos (EE. UU.) durante los años del 2007 al 2010. Un grupo de la muestra utilizó las NIIF,

y el otro grupo de ADRs seleccionado utilizó las normas contables estadounidenses. Se investigó en concreto la divulgación de la cifra de resultado con el propósito de determinar que normas contables proporcionan mayor utilidad al inversor. Se han empleado dos modelos, uno de precio y otro de rendimiento para examinar el valor de pertinencia en los dos regímenes contables. Se ha utilizado el coeficiente de respuesta al resultado (CRR) para estudiar la relación y la significatividad de la relación ganancia-precio. En general, los hallazgos revelan que el mercado responde de manera distinta ante la divulgación realizada por normativas contables. Cuando la cifra de resultado es reportada usando las NIIF el CRR muestra mayor significatividad.

PALABRAS CLAVES: Coeficiente de respuesta al resultado (CRR). Valor de pertinencia. Normas internacionales de información financiera (NIIF). Normas de contabilidad en EE. UU. (U.S. GAAP). American Depositary Receipts (ADRs). Junta de normas internacional de contabilidad (IASB). Junta de normas de contabilidad financiera en EE. UU. (FASB).

1 INTRODUCCIÓN

La globalización es un fenómeno que ha influido en la necesidad de una creciente armonización contable y que permite obtener información comparable, fácil de interpretar

y analizar. Actualmente, los negocios se desarrollan más allá del ámbito internacional. Los organismos en los distintos países, si hablamos de flujos de información, pueden comunicarse y hacer negocios de forma ininterrumpida. La globalización ha transformado los aspectos tecnológicos, económicos, sociales y culturales a nivel mundial, ha propulsado el aumento en la comunicación y ha unificado los mercados internacionales. Estos cambios han provocado la proliferación de empresas multinacionales, además, les ha permitido a estas cruzar fronteras para hacer negocios e invertir en otros países.

En la medida que los mercados de capital se integran más, las empresas tienen mayores alternativas y mayor flexibilidad para obtener financiación. Los mercados de capital están dispuestos a recibir a la gran cantidad de entidades que desean comprar y vender sus acciones y demás inversiones. Las Bolsas de Valores les requieren a las empresas que sometan la información financiera anual y que especifiquen las normas contables utilizadas en la preparación de los estados financieros. La mayoría de estas Bolsas de intercambio aceptan las Normas Internacionales de Información Financiera (NIIF) como normativa contable, sin embargo, Estados Unidos (EE. UU.) permite que las empresas estadounidenses utilicen con las normas locales (US GAAP). Por consiguiente, esta política complica la toma de decisiones de los usuarios y duplica los costes de divulgación en muchas empresas.

Entonces, es imprescindible que la información generada, debido al incremento del comercio internacional sea capturada y presentada para facilitar la comunicación constante y la toma de decisiones oportuna entre los usuarios. Sin embargo, las opiniones en relación a la divulgación financiera son distintas por países. Así la Unión Europea (UE) ha apoyado la convergencia desde el 2005 y cerca de 7,000 empresas que cotizan en el mercado de valores europeo las aplican (ESMA, 2013). Por otro lado, las Islas Caimán acepta distintas normas de contabilidad, este es el quinto centro bancario a nivel mundial ya que posee gran concentración de bancos y las principales instituciones financieras, mientras que, EE. UU. se encuentra en proceso de convergencia desde el 2002.

Según Horton et al. (2013) es necesario un solo conjunto de normas para el funcionamiento óptimo de los mercados de capital. También, Devalle *et al.* (2010) indicaron que la armonización contable facilita las inversiones en el exterior, aumenta la liquidez en los mercados y reduce el coste de capital. Para Heffes (2009) la implantación de las NIIF elimina ciertas opciones contables que producen ventajas contributivas, lo que genera resistencia en el proceso de su adopción. Schipper (2005) concluyó que si la guía de implantación de las normas no es la misma en todas los países no habrá posibilidad de comparación total. En la misma línea Ball (2006) puntualiza que, aunque se aplique un solo conjunto de normas, es inevitable que se generen diferencias sustanciales y que

no se alcance la uniformidad, debido a que existen presiones políticas y económicas a nivel local que influyen en las prácticas contables de cada país. En la actualidad, las NIIF son el único conjunto de normas que se ha creado para proporcionar uniformidad internacionalmente y las mismas son promulgadas por la Junta de Normas Internacional de Contabilidad “International Accounting Standard Board”, (IASB).

En EE. UU., que posee un mercado amplio y muy activo de intercambio de valores en las Bolsas NYSE y NASDAQ (Marcy, 2007) y recibe el 90% de las inversiones a través American Depositary Receipts (ADRs) en el mundo, se utilizan las normas locales emitidas por la “Financial Accounting Standard Board” (FASB). La Comisión de Intercambio de Valores estadounidense “Securities and Exchange Commission” (SEC) ha indicado que no hay fecha definitiva para implantar las NIIF en las empresas locales que cotizan en el mercado estadounidense (IFRS, 2013b). El objetivo de esta investigación es examinar la divulgación que se les brinda a los inversores extranjeros con una muestra de ADRs que prepararon sus estados financieros usando NIIF o U.S. GAAP. Además, se realizó una comparación con ambas normativas contables para determinar el valor de pertinencia. El tema es de interés para todas las empresas que cotizan en EE. UU. y sus respectivos usuarios debido a la actividad comercial y a las inversiones que se realizan de forma bilateral. El estudio cobra pertinencia debido al aumento de empresas internacionales que se han registrado en EE. UU. mediante el mecanismo de ADRs que, como se mencionó anteriormente, lo convierte en el país con mayor número de registros ADRs a nivel mundial. Asimismo, es oportuna la investigación ya que la SEC no ha determinado cuándo se adoptarán las NIIF en EE. UU.

En este estudio se ha examinado el valor de pertinencia y por consiguiente, la utilidad que le brinda al inversor la cifra de resultado comparando la divulgación que hacen las empresas y que han aplicado las NIIF o U.S. GAAP. Se investigó 2 grupos de empresas que cotizaron como ADRs, en las Bolsas de Valores estadounidenses del 2007 al 2010. Se empleó un modelo de precio y otro de rendimiento y se ha estudiado la relación del coeficiente de respuesta al resultado (CRR) con el rendimiento de las acciones. El CRR se utiliza para medir la asociación entre la cifra de resultado¹ y el precio o el rendimiento de las acciones, además, cuantifica la relación que existe entre el rendimiento obtenido y la información divulgada por la empresa.

Las ADRs como medio de inversión es un certificado negociable que representa la propiedad de acciones de una empresa que ha sido constituida fuera de EE. UU. Las acciones subyacentes al documento se llaman “American Depositary Share” (ADS). Los ADRs permiten a las empresas el acceso a mercados internacionales a un coste menor

¹ En la literatura en inglés se utilizan, además, los términos: net income o earnings.

de financiación, a la vez, que permite la diversificación de riesgo como han investigado Miller (1999), Coffe (2002), Reese y Weisbach (2002) y Espinosa y Maquieira (2010). Por su parte, Chan y Wong (2008, 2010) han mencionado que el propósito principal de las ADRs es generar interés en los inversores internacionales. Por otro lado, Karolyi (1998) concluyó que entre los beneficios que genera las inversiones a través de ADRs está la reducción de las barreras de inversión. Además, representa una oportunidad para mejorar el gobierno corporativo. Otros autores como Hail y Leuz (2009), Karolyi (2006), Resse y Weisbach, (2002) concluyeron que mediante el mecanismo de ADRs la empresa puede establecer relaciones en un país que posea un sistema legal de protección al inversor minoritario.

Se seleccionaron dos grupos de empresas ADRs: las que divulgan sus resultados usando NIIF y las que utilizan las normas de EE. UU. Se obtuvo la información contable (ganancia por acción) de las empresas utilizando la base de datos de Compustat y los precios de la base de datos que provee el Centro de Investigación de los Precios de los Valores “Center for Research and Securities Prices”. El periodo del estudio cubrió del 2007 al 2010. El 2007 fue seleccionado ya que en ese año la SEC permitió a las empresas extranjeras remitir la información usando las NIIF y eliminó el requisito de reconciliación a través del formulario 20F. El mismo era utilizado por las empresas extranjeras que cotizaban EE. UU. para reconciliar las cifras contables con las normas estadounidenses. A partir y como resultado de este cambio se crearon dos grupos de empresas que cotizan en EE. UU.: unas reportan según las NIIF y otras utilizan U.S. GAAP.

Se utilizó un modelo de precio para estudiar el comportamiento de los precios con relación a las ganancias por acción. Este se adaptó para relacionar el rendimiento medido como el cambio en el precio con el cambio en la ganancia por acción. Para medir el rendimiento se utilizaron tres periodos o ventanas de tiempo que permitieron computar los rendimientos anormales acumulados de las acciones “CARs”. Para determinar estos se utilizaron periodos de 12 meses que corresponde al año natural, de 15 meses que incluye los 3 meses seguido a la conclusión del año natural y 18 meses que incluye 6 meses después de finalizado el año natural.

Los rendimientos fueron obtenidos para los años del estudio del 2007 al 2010. Se determinaron estos para posteriormente determinar los precios del día corriente y el día anterior en los días de intercambio. Asimismo, se obtuvieron las estimaciones de los coeficientes de α y β que fueron utilizadas para obtener el rendimiento estimado de las ADRs. Luego de determinar el valor promedio del rendimiento del porfolio de mercado dado por CRSP “value weighted return, se obtuvieron las estimaciones de los coeficientes

de α y β de las cuales se obtuvo el rendimiento estimado. Los rendimientos anormales se obtuvieron sumando la diferencia entre el rendimiento obtenido y el estimado

El estudio ha contribuido mostrando empíricamente que el valor de pertinencia aumenta cuando la cifra de resultado se divulga usando las NIIF en comparación con U.S. GAAP. Además, se ha expandido la literatura que compara las NIIF con normas locales utilizando una muestra no examinada anteriormente. También, suministra evidencia del efecto de los cambios ante la nueva manera de divulgar en EE. UU.

2 REVISIÓN DE LITERATURA

Ball y Brown (1968) y Beaver (1968) fueron los primeros en hacer estudios de asociación y de eventos para probar la relación entre las cifras contables y la reacción del mercado. Más adelante Amir (1993) fue el pionero en medir el impacto de la información no financiera; después, Collins et al. (1997) fueron los pioneros en la medición del contenido informativo de las cifras. Por su parte, Ohlson (1995) expresó por primera vez el valor de la empresa en una función lineal del patrimonio neto, los rendimientos anormales o residuales. De acuerdo con Kothari (2001) para satisfacer la demanda de los usuarios, una de las metas principales de las investigaciones de mercados de capital, es proporcionar evidencia de la utilidad que brindan las cifras contables y de la relación que guardan con los distintos componentes del mercado.

Como parte de esta literatura en la década de 1960 surgen los estudios de Ball y Brown (1968) que brindaron evidencia empírica sobre la utilidad de la información contable, demostraron que los estados financieros contienen información que influye en los precios de las acciones, llevaron a cabo estudios de evento y de asociación y analizaron cómo el anuncio de las ganancias contiene nueva información que se refleja en el cambio de precios de las acciones y en el volumen de transacciones. En el estudio demostraron que, si el mercado es eficiente, entonces, se ajustará a la nueva información divulgada que es útil para el establecimiento de los precios. Además, indicaron que, a mayor asociación entre las ganancias y el rendimiento, es indicio de mayor calidad de las ganancias. Por su parte, y en esa línea Beaver (1968) estudió la correlación entre varias medidas contables (e.g. las ganancias, los flujos de efectivo y los intereses generados) y el rendimiento de las acciones y concluyó que el volumen de transacciones y la volatilidad del rendimiento aumentan cuando se divulgan las ganancias.

Beaver et al. (1980) estudiaron la reacción del mercado ante la publicación de información contable, utilizaron los dividendos para probar la teoría de que las cifras contables generan cambios en los precios de las acciones y en el volumen de transacciones.

Ball y Kothari (1991) evaluaron el riesgo, rendimiento y rendimientos anormales seguido de la divulgación de la cifra de resultado en periodos menores a un año, (trimestral). Los resultados mostraron que los rendimientos anormales no se relacionan con la reacción del mercado ante la divulgación. También, concluyeron que no existe ninguna teoría para predecir la relación sistemática entre el tamaño de la empresa y su rendimiento ante la divulgación. Dechow (1994) realizó un estudio de asociación y concluyó que uno de los roles de las acumulaciones es proveer una medida de la ejecutoria que ayuda a predecir los flujos de efectivo con mayor precisión, encontraron que en un intervalo corto las ganancias están más asociadas al rendimiento, que, a su vez, ayudan a predecir la ejecutoria de la empresa. Holthausen y Watts (2001) estudiaron la correlación entre una cifra contable y el rendimiento de mercado mediante estudios de asociación y determinaron que es importante reconocer que aunque las pruebas en la literatura contable efectivamente informan sobre el papel de contabilidad en la provisión de insumos para valoración de capital, es necesario, también, considerar las otras funciones de contabilidad y demás fuerzas que determinan las normas de contabilidad y la práctica como lo son la pertinencia y la confiabilidad.

2.1 VALOR DE PERTINENCIA DE LA INFORMACIÓN FINANCIERA

La literatura argumenta que la divulgación contable es una fuente importante de información para los participantes de los mercados; entonces, es razonable esperar que las ganancias tengan impacto en los precios de las acciones. No obstante, el grado en que las cifras contables son un factor determinante en las decisiones de los inversores depende de la calidad y el grado de comparabilidad de estas. El valor de pertinencia “value relevance” es la relación o asociación que existe entre la información contable y el precio de las acciones. Según Barth *et al.* (2000) una cifra contable es pertinente si exhibe una relación significativa con los cambios de precios de las acciones. Asimismo, Ohlson (1999), Barth *et al.* (2001) y Werner y Veith, (2010) señalaron la importancia de que las cifras contables reflejen información útil y confiable que, a su vez, permita valorar la empresa.

Barth *et al.* (2008) concluyeron que hay mayor valor de pertinencia cuando las empresas aplican las NIIF. Por su parte, Bartov *et al.* (2005) indicaron que el valor de pertinencia en empresas que aplican las NIIF y las de EE. UU. no difiere sustancialmente mientras que Dontoh *et al.* (2004) señalaron que el valor de pertinencia de las cifras contables independientemente de las normas utilizadas se ha reducido a consecuencia de los cambios que ha generado el movimiento de un mundo tradicional a uno globalizado.

Unerman y O'Dwyer (2010) indicaron como un problema fundamental que las cifras financieras no son lo suficientemente efectivas como para mostrar de forma clara las transacciones más complejas de las empresas y el riesgo corporativo. Hace décadas Beaver (1973) señaló que era necesario revisar el rol de los reguladores de normas y la creación de estas, para que la información llegue a todos los usuarios por igual, de forma tal, que se atienda las necesidades de los inversores, particularmente, cuando estos poseen diferentes niveles de experiencia. Años más tarde, Holthausen y Watts (2001) concluyeron que, aunque existen muchos estudios sobre el valor de pertinencia y otros temas relacionados, estos han tenido poco impacto en la creación de normas, según los autores es necesario desarrollar teorías descriptivas para la configuración de normas con el objetivo de satisfacer las necesidades de todos los usuarios. Mientras que, Dotoh *et al.* (2004) mencionaron que los estados financieros han perdido el valor de pertinencia debido a que estos no atienden los cambios que han surgido debido a la transformación de una economía tradicional a una basada en tecnología y orientada al servicio global. Por su parte, Dobija y Klimczak (2007) argumentaron que los cambios tan rápidos en la economía, además, de lo inapropiado de las regulaciones contables crean un efecto negativo sobre la utilidad de la información.

Al respecto, Devalle *et al.* (2010) mencionaron que existe una opinión generalizada de que el coste histórico no es indicador fiable del valor de la empresa e indican que el problema radica en que no se ha cambiado el enfoque que es basado en una economía industrial hacia uno basado en servicio. En el estudio de Amir *et al.* (1993) se definió por primera vez el valor de pertinencia como la asociación entre las cifras contables y el valor de mercado o rendimiento de los valores. Luego Ohlson (1999) hizo referencia a este concepto, y además explicó que este se deriva cuando se estudia la relación del patrimonio neto de la empresa junto con las ganancias esperadas.

La literatura señala que los estados financieros han perdido su valor de pertinencia debido al cambio de un mercado de capital tradicional a uno dirigido por la tecnología y orientado al servicio. Sobre este particular Dotoh *et al.* (2004) mencionaron que la reducción en el valor se debe al aumento de otra información “*non information based*” asociada a la actividad comercial. Asimismo, Core *et al.* (2003) señalaron que la aceleración de la globalización y los adelantos tecnológicos como la internet, han generado un periodo de nueva economía en EE. UU. la cual ha cambiado la manera en que las cifras contables explican el comportamiento en el mercado de valores. Como resultado de los debates internacionales resulta oportuno comparar la divulgación de las NIIF y U.S. GAAP con el fin de determinar qué régimen brinda mayor valor de pertinencia.

3 HIPÓTESIS Y PREGUNTAS DE INVESTIGACIÓN

Se plantea la siguiente pregunta y se establece la siguiente hipótesis.

P1: ¿Responderá el mercado en EE. UU. de manera similar ante las ganancias divulgadas por empresas extranjeras (ADRs) que preparan sus estados financieros utilizando NIIF versus las que aplican U.S. GAAP?

Basado en los hallazgos de los estudios anteriores se propone la siguiente hipótesis:

H1: El CRR tendrá mayor significatividad en empresas que utilizan las NIIF que las que aplican las U.S. GAAP.

3.1 DISEÑO DE INVESTIGACIÓN

Se usan dos modelos para estudiar el valor de pertinencia: modelo de precio y modelo de rendimiento. En el primero se correlaciona el precio con la ganancia por acción y en el último se correlaciona el rendimiento de las acciones con el cambio de la ganancia por acción. Kothari y Zimmerman (1995) describen los modelos e indicaron que ambos se basan en un supuesto estándar de valoración en que el precio es el valor presente de los flujos de efectivo futuros, además, se basan en la hipótesis de que las ganancias actuales contienen información sobre flujos de efectivo futuros esperados (netos). Por su parte, Lev y Ohlson (1982) concluyeron que ambos modelos son complementarios, asimismo, Kothari y Zimmerman (1995) determinaron que la combinación de ambos modelos es una alternativa óptima que provee mejores resultados.

Más adelante, en la literatura se introduce el modelo de Ohlson (1995) y estableció que el valor de la empresa se expresa como una función lineal del patrimonio neto, los beneficios anormales o residuales y una variable que abarca el efecto de otra información y que no está explicada por las variables anteriores. De acuerdo con este autor si se presumen mercados eficientes y ningún arbitraje en los precios de las acciones, se generan unos precios implícitos que determinan el valor actual de los dividendos futuros.

En el modelo de precios (1) de este estudio, los precios de las acciones son la variable dependiente y las ganancias son la variable independiente. En el modelo de rendimiento (2) se utilizaron los rendimientos anormales acumulados (CARs) como la variable dependiente y las ganancias son la variable independiente.

Modelo de Precio: $Precio\ EXD_t = \alpha + \beta EPSPX_t + \varepsilon_t$ (1)

En donde *Precio EXD* es el precio de la acción sin incluir el dividendo en el periodo *t*. La variable de ganancia se identificó como la ganancia por acción del periodo *t* y se

especificó como *EPSPX* la misma no incluye las partidas extraordinarias ni las operaciones discontinuas. La ganancia por acción y el precio fueron ajustados por fraccionamiento y dividendos en acciones, además de otros aspectos relacionados a las acciones. La variable constante es α . El coeficiente β es el CRR que captura la respuesta del mercado ante la divulgación de las ganancias, ε_t es el error.

$$\text{Modelo de Rendimiento: } CAR_SUMD_t = \alpha + \beta EPSPXDEF + \varepsilon_t \quad (2)$$

El modelo de rendimiento (2) se estandariza, “deflate” dividiendo las ganancia por acción entre el precio de las acciones del periodo anterior,

$$EPSPXDEF = EPSPX_t / P_{t-1}. \text{ El rendimiento anual excluye el dividendo.}$$

El periodo de estimación usado para determinar el rendimiento abarca desde el 1 de enero hasta el 30 de diciembre para todas las ADRs en los años del estudio. Los días de intercambio dependen de los días festivos y para poder utilizar la información de las ADRs se identificó un mínimo de 41 días de intercambio. El modelo utilizado para computar todos los rendimientos de las ADRs en los días de intercambio de 2007 al 2010 es el siguiente:

$$RETURNXDIV_{it} = (PRCXDIV - PRCLAG) / PRCLAG \quad (3)$$

donde $RETURNXDIV_{it}$ representa el rendimiento sin incluir el dividendo, $PRCXDIV$ representa el precio sin incluir el dividendo y $PRCLAG$ representa el precio del día anterior. Se utilizaron los rendimientos $RETURNXDIV$ para estimar la β , y se generó una regresión donde se obtuvieron la α y β de todas las ADRs y para esto se utilizó el siguiente modelo:

$$RETURNXDIV_{it} = \alpha + \beta (VWRETURNX) \quad (4)$$

donde $i = \text{ADR}_i$, $t =$ a los días de intercambio, $\overline{VWRETURNX}$ es el valor promedio del rendimiento del portfolio de mercado dado por CRSP “value weighted return”. Se obtuvieron las estimaciones de los coeficientes de α y β que fueron utilizadas para obtener el rendimiento estimado representado por $RETURNXDIV_{it}$ para todas las ADRs de todos los días de intercambio.

Se computaron los rendimientos anormales de la siguiente manera:

$$RETURNXDIV_{it} - \overline{RETURNXDIV_{it}} \quad (5)$$

Luego se sumaron y se computaron los rendimientos anormales para obtener los rendimientos anormales acumulados (CARs), se eliminaron los casos donde había menos de 40 CARs. Se estimó el modelo de precio y el modelo de rendimiento para las tres

ventanas utilizadas (12, 15 y 18). El proceso se repitió para todos los años del estudio desde el 2007 al 2010.

Tabla 1: Definición de Variables de los Modelos de Precio y Rendimiento.

Variable	Nombre Variable	Explicación	Fuente (Fórmula)
EPSPX	Ganancia por Acción Ex Dividendo	Se utiliza la ganancia por acción básica. No incluye partidas extraordinarias ni operaciones discontinuas.	Compustat
PRECIOEXD	Precio ex dividendo	Precio de la acción sin incluir el dividendo.	CRSP ($P_t - \text{Dividendo}_t$)
EPSPXDEF	Ganancia por Acción Estandarizada por Precio t-1	Se divide la ganancia por acción entre el precio de las acciones del periodo anterior.	CRSP ($\text{EPSPX} \div P_{t-1}$)
CAR_SUM Anormales	Rendimiento Anormal Acumulativo	La diferencia entre el rendimiento anormal estimado y el real. Se utiliza además el rendimiento del portfolio.	($\bar{R} - R$)= rendimientos $\sum_t^1 \text{rendimientos anormales}$

3.2 OBTENCIÓN DE DATOS

Como método de selección de la muestra se identificó la variable ADR ratio², este representa el número de acciones que son equivalentes a un certificado ADR. Para dividir las ADRs en los dos regímenes contables se identificó la variable ACCTSTD “Accounting Standard”, esta indica la normativa contable que usan las empresas en sus estados financieros, a cada empresa le fue asignada la sigla provista por el sistema (DU) si la empresa divulgan su información en conformidad con las normas de EE. UU. y (DI) si divulgan su información en conformidad con las NIIF. La información financiera se obtuvo de la base de datos COMPUSTAT para las variables de los estados financieros y los precios de las acciones se identificaron en la base de datos CRSP, ambas se accedieron utilizando la plataforma WRDS.

3.3 MUESTRA EMPLEADA

Utilizando la base de datos de Compustat se comenzó con una muestra total de 2,633 observaciones, esta se redujo a 2048 porque se excluyeron las empresas que no utilizan año natural. Se eliminaron 1,058 cuando se unieron los datos con la base de CRSP y la muestra se redujo a 990 observaciones. Se eliminaron 35 valores rezagados, precios que resultaron negativos o no aparecieron. Posteriormente, se eliminaron 428 observaciones

² La razón de ADR es un número completo. Un certificado equivale una o más acciones comunes.

debido a la restricción de 41 días de intercambio mínimo para poder computar los CARS. Finalmente la muestra se compone de las empresas que reportaron todas las variables para los dos modelos aplicados, se utilizó un total de 955 observaciones para el modelo de precios (1) y 527 para el modelo de rendimiento (2) de las cuales 303 utilizan U.S. GAAP y 224 aplican las NIIF esta se redujo, pues, para determinar los rendimientos anormales acumulados se utilizan ventanas de tiempo de 12, 15 y 18 meses y algunas empresas no mostraron días de intercambio consecutivos por lo cual fueron descartadas, tampoco se incluyeron aquellas cuyo sumatorio de los CARs fuera menos de 41.

Tabla 2: Composición de la Muestra: observaciones.
Panel A: Muestra Total.

Compustat	
Observaciones	2,633
Año no terminado el 31 de diciembre	(585)
	2048
Unión con base de datos con CRSP	(1,058)
	990
Valores rezagados	(35)
	955
Restricción Días de intercambio >41 días	(428)
	527
Total Observaciones	527

Nota: los datos de una empresa pudieron estar presentes en 1, 2, 3 o 4 años del estudio del periodo 2007 al 2010.

Panel B: Muestra por Año

Año	Observaciones Modelo de Precios	Observaciones Modelo de Rendimiento	Diferencia*
2007	257	150	107
2008	231	127	104
2009	232	128	104
2010	235	122	113
Total (años firma)	955	527	428

* Valores rezagados o "missing values"

4 RESULTADOS Y ANÁLISIS

4.1 ESTADÍSTICAS DESCRIPTIVAS

La Tabla 2 resume las estadísticas descriptivas, para la muestra total en la variable de precio (PRECIOEXD) la media es 26% y la mediana 20%. A nivel parcial, en el grupo de ADRs que utilizan las NIIF, estas cifras con, respectivamente 30% y 24%, resultando superiores a las del grupo de ADRs que usan U.S. GAAP., con una media del 23% y una mediana de 16%. En cuanto al precio de las acciones, en la muestra oscila desde un mínimo de 0.52 y un máximo de 96.55.

Si atendemos a cada una de las dos sub muestras, en la que emplea las NIIF ese intervalo va desde 0.70 a 90.86, mientras que en el que aplica US. GAAP entre .52 y 96.55, también, el promedio de ambos grupos va 7.05% y la mediana es de 8.28%. La diferencia en el precio mínimo es de 18 y el precio máximo de 5.69 cuando se comparan ambos sub grupos de la muestra.

Para la variable de rendimiento (CAR_SUM) el promedio de la muestra total es de -2.56 y la mediana de -1.26. En el grupo de ADRs de las NIIF el promedio es -6.90 y la mediana -7. A su vez, el valor mínimo es -1.01 y el máximo de 6.96 para el grupo de ADRs que usa U.S. GAAP el valor mínimo es -7.66 y el máximo de 1.98, cuando se comparan estos valores en ambos sub grupos la diferencia es de -6.56 y 4.98 respectivamente.

Tabla 2: Estadísticas Descriptivas de la Muestra.

Panel A: n=527 Muestra Total					
Variable	Promedio	Desv. St.	Mediana	Mínimo	Máximo
PRECIOEXD	25.79	21.41	19.94	0.52	96.55
CAR_SUM	-2.56	1.32	-1.26	-1.01	1.98
EPSPX	1.33	2.85	1.01	-22.62	11.40
EPSPXDEF	-0.02	0.61	0.05	-10.03	1.20

Panel A: n = 303 Empresas ADRs que reportan bajo U.S. GAAP.					
Variable	Promedio	Desv. St.	Mediana	Mínimo	Máximo
PRECIOEXD	22.80	19.98	15.90	0.52	96.55
CAR_SUM	6.45	1.54	-1.36	-7.66	1.98
EPSPX	1.07	2.93	.83	-22.62	10.92
EPSPXDEF	-0.02	0.57	0.05	-5.03	0.70

Panel B: n = 224 Empresas que reportan bajo NIIF					
Variable	Promedio	Desv. St.	Mediana	Mínimo	Máximo
PRECIOEXD	29.85	22.63	24.18	0.70	90.86
CAR_SUM	-6.90	9.64	-7.00	-1.01	6.96
EPSPX	1.69	2.70	1.33	-9.69	11.4
EPSPXDEF	-0.01	0.71	0.05	-10.03	1.20

PRECIOEXD = Precio ex dividendo, CAR_SUM = Rendimiento Anormal Acumulativo, EPSPX = Ganancia por acción ex dividendo, EPSPXDEF = Ganancia por Acción Estandarizada por precio t-1.

La Tabla 3 presenta las correlaciones de Pearson y Spearman para las variables de interés del este estudio. El Panel A de la muestra total señala cómo las variables PRECIOEXD y EPSPX están altamente correlacionadas. En la muestra total la correlación Pearson (Spearman) es de 55% (71%) a un nivel de significatividad de .01% para ambas. La variable PRECIOEXD, además, está correlacionada con la variables EPSPXDEF en 15% (24%) esta última a un nivel de significatividad de .01%. La variable CAR_SUM está correlacionada con la variable EPSPXDEF 15% y está correlacionada con EPSPX (5%) en la muestra total. En general para el panel A se observa una correlación positiva de las variables. En el Panel B para el grupo de ADRs que U.S. GAAP las variables PRECIOEXD y EPSPX muestran una correlación Pearson (Spearman) de 47% (72%) con un nivel de significatividad de .01%. Sin embargo, las variables CAR_SUM no refleja correlación con las variables de precio EPSPX y EPSPXDEF. El Panel C, identifica el grupo de empresas ADRs que utilizan las NIIF. La variable PRECIOEXD está correlacionada con la variable EPSPX con 64% (70%) a un nivel de significatividad de .01%. La variable CAR_SUM está correlaciona con la variable EPSPXDEF en 37% a un nivel de significatividad de .01%. Mientras que en el Panel A para la muestra total, la correlación es 15% a un nivel de significatividad de .05%. No es significativa la correlación de la variable CAR_SUM con la variable EPSPX en el panel C. Al dividir la muestra se observa que las empresas que utilizan las NIIF exhiben mayor correlación de las variables de precio (EPSPX, EPSPXDEF) y de rendimiento (CAR_SUM). El grupo de ADRs que usa las NIIF mostró 3 correlaciones a un nivel de significatividad de .01% entre las variables de precio y rendimiento. Sin embargo, en el grupo de ADRs que usan U.S. GAAP se observó 2 correlaciones en las variables de precio, no obstante, la variable de rendimiento no mostró correlación significativa. Según se planteó en la hipótesis 1, el mercado le asigna más valor a empresas que divulgan utilizando las NIIF que a las que aplican U.S. GAAP.

Tabla 3: Correlación Pearson (arriba de la diagonal) y Spearman (debajo de la diagonal)

Panel A: Muestra total, 527 empresas (2007 – 2010)				
Variable	PRECIOEXD	CAR_SUM	EPSPX	EPSPXDEF
PRECIOEXD	1	.01401 (.7483)	.54969 (.0001)***	.14999 (.0006)**
CAR_SUM	.01401 (.7483)	1	.05523 (.2056)	.15115 (.0005)**
EPSPX	.71179 (.0001)***	.08578 (.0491)**	1	.45467 (.0001)***
EPSPXDEF	.23908 (.0001)***	.03162 (.4889)	.76691 (.0001)***	1

Panel B: Muestra de 303 empresas reportando bajo U.S. GAAP (2007 – 2010)				
Variable	PRECIOEXD	CAR_SUM	EPSPX	EPSPXDEF
PRECIOEXD	1	-.00983 (.8646)	.46877 (.0001)***	.16483 (.0040)**
CAR_SUM	.11842 (.0394)**	1	.02275 (.6933)	.03499 (.5440)
EPSPX	.71940 (.0001)***	.04562 (.4288)	1	.52600 (.0001)***
EPSPXDEF	.25032 (.0001)***	-.06244 (.2786)	.76420 (.0001)***	1

Panel C: Muestra de 224 empresas reportando bajo las NIIF (2007 – 2010)				
Variable	PRECIOEXD	CAR_SUM	EPSPX	EPSPXDEF
PRECIOEXD	1	.07586 (.2582)	.64449 (.0001)***	.13925 (.0373)**
CAR_SUM	.22400 (.0007)**	1	.14575 (.0291)**	.36531 (.0001)***
EPSPX	.69548 (.0001)***	.14725 (.0276)**	1	.39882 (.0001)***
EPSPXDEF	.21245 (.0014)**	.01250 (.8524)	.76758 (.0001)***	1

PRECIOEXD = Precio ex dividendo, CAR_SUM = Rendimiento Anormal Acumulativo, EPSPX = Ganancia por acción ex dividendo, EPSPXDEF = Ganancia por Acción Estandarizada por precio t-1. Se usa letra negrilla para resaltar los números significativos, .01***/.05**/.10*

A continuación, se presenta la Tabla 4 que incluye los resultados del modelo de precios (1). El Grupo 0 representa el grupo de empresas (ADRs) que utiliza las normas U.S. GAAP y el Grupo 1 representa el grupo de empresas (ADRs) que utiliza las NIIF.

Tabla 4: Resultados Regresión variable EPSPX sobre variable PRECIOEXD.

Modelo 1: $PRECIOEXD_t = \alpha + \beta EPSPX_t + \varepsilon_t$

Panel A: Grupo 0 = (n=303)				
Año	Constante	$\beta=CRR$	r^2 Ajustada	F-Stat
2007	19.21086 (.0001)***	5.46708 (.0001)***	0.3641	89.18
2008	23.79094 (.0001)***	1.42146 (.0001)***	0.0433	7.89
2009	8.95740 (.0001)***	3.48624 (.0001)***	0.4400	113.36
2010	14.19982 (.0001)***	4.66343 (.0001)***	0.3795	82.95
Panel B: Grupo 1 = (n=224)				
Año	Constante	$\beta=CRR$	r^2 Ajustada	F-Stat
2007	23.37867 (.0001)***	5.99528 (.0001)***	0.4529	83.77
2008	37.07337 (.0001)	0.89456 (0.0369)	0.0436	4.51
2009	13.14272 (.0001)***	5.23462 (.0001)***	0.5511	107.79
2010	19.39774 (.0001)***	5.28336 (.0001)***	0.4213	73.08

Grupo 0 = representa el grupo de empresas (ADRs) que utiliza las normas de EE. UU. (U.S. GAAP), Grupo 1= representa el grupo de empresas (ADRs) que utiliza las NIIF. Precio EXD = Precio ex dividendo, EPSPX = Ganancia por Acción ex dividendo, EPSPXDEF = Ganancia por Acción Estandarizada por precio t-1. Se utilizan negrillas para resaltar los números mayores cada año.01***/.05**/.10*

Como se observa en la Tabla 4 el r^2 ajustado es mayor para las empresas que reportan bajo las NIIF para los años 2007, 2009 y 2010 con .46, .55 y .42 respectivamente cuando se compara con el grupo de U.S. GAAP estas mostraron .36, .44 y .38, se reflejó una diferencia en ambos grupos de .10, .11 y .04 a favor del grupo de las NIIF. La variable EPSPX en los años señalados refleja mayor valor de pertinencia en las empresas que reportan

bajo las NIIF indicado por un CRR mayor de 5.99, 5.23 y 5.28, mientras que, el grupo de U.S. GAAP reportó 5.46, 3.48 y 4.66, este grupo solo mostró una cifra mayor en el 2008. Basado en los hallazgos del modelo de precios el mercado valoró más las ganancias divulgadas por empresas que usaron las NIIF durante 3 de los 4 años estudiados.

5 CONCLUSION

Esta investigación ha mostrado la importancia de la información contable y como la divulgación oportuna ayuda en la toma de decisiones de los individuos a nivel internacional. En concreto se ha estudiado la divulgación que hacen las empresas utilizando las normas internacionales y las normas estadounidenses. La literatura ha mostrado que la globalización y los cambios que esta ha generado, impulsan la convergencia de normas. Algunos apoyan la uniformidad contable y los detractores afirman que los mercados de valores y otras instituciones han funcionado de forma eficiente sin la aplicación global de las NIIF. Los hallazgos de este estudio concluyen que el CRR mostró mayor significatividad en empresas que utilizan las NIIF que en empresas que utilizan U.S. GAAP. Durante la preparación de esta investigación se han encontrado limitaciones en alcance debido a la falta de disponibilidad de datos. Además, el estudio se ha enfocado solamente en cuatro años (2007 al 2010), comenzando el mismo año en que se elimina el requisito de reconciliación entre las NIIF y las U.S. GAAP, por lo que, solo se puede observar el efecto de este cambio en un grupo reducido de empresas y en un periodo a corto plazo. Esta investigación puede expandirse para examinar el impacto en el valor de pertinencia en otros países según estos vayan incorporando las NIIF en sus sistemas contables. Igualmente se puede establecer una comparación de las cifras contables en empresas en el periodo previo y posterior a la adopción de las NIIF. También, es viable estudiar el ambiente regulatorio, el impacto de factores locales asociados a la cultura y al nacionalismo. En el caso de EE. UU. es conveniente realizar una investigación de empresas que invierten directamente y comparar el valor de pertinencia usando las NIIF y las empresas locales.

REFERENCIAS

Amir, E. (1993). The market valuation of accounting information: The case of postretirement benefits other than pensions. *The Accounting Review* 68, 703–724.

Amir, E., Harris, T., Venuti, E. (1993). A comparison of the value-relevance of U.S. versus Non-U.S. GAAP accounting measures using form 20-F reconciliations. *Journal of Accounting Research*, 230–264.

Ball, R. (2006). International Financing Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, 5-27.

- Ball, R., Brown, P. (1968). An Empirical Evaluation of Accounting Income Numbers. *Journal of Accounting Research*, 6(2), 159-178.
- Ball, R., Kothari, S. (1991). Security Returns Around Earnings Announcements. *Accounting Review*, 66(4), 718-738.
- Barth, M., Beaver, W., Landsman, W. (2000). The relevance of the value-relevance research. *Journal of Accounting Research*, 26(2), 331-352.
- Barth, M., Beaver, W., Landsman, W. (2001). The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting & Economics*, 31(1-3), 77-104.
- Barth, M., Landsman, W., Lang, M. (2008). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Bartov, E., Goldberg, S., Myung K. (2005). Comparative Value Relevance among German, U.S. and International Accounting Standards: A German Stock Market Perspective. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 20, 95-119.
- Beaver, W. (1968). The information Content of Annual earnings Announcements. *Journal of Accounting Research*, 6(3), 67-92.
- Beaver, W. (1973). What should be the FASB's objectives? *Journal of Accountancy*, 136(2), 49-56.
- Beaver, W., Lambert, R., Morse, D. (1980). The Information Content of Security Prices. *Journal of Accounting & Economics*, 2(1), 3-28.
- Chan, K., Wong, A. (2008). Why did foreign firms upgrade their US listings? *The Business Review, Cambridge*, 11(1), 279-283.
- Chan, K., Wong, A., Wong, H. (2010). Performance of foreign firms after their US listing upgrades. *The Business Review, Cambridge*, 15(1), 46-51.
- Coffee, J. (2002). Racing towards the top?: The impact of cross-listings and stock market competition on international corporate governance. Rochester, Rochester: doi:10.2139/ssrn.315840.
- Collins, D., Maydew, E., Weiss, I. (1997). Changes in the value-relevance of earnings and book values over the past forty years. *Journal of Accounting & Economics*, 24(1), 39.
- Core, J.E., Guay, W.R. and Buskirk, A.V. (2003), "Market valuations in the new economy: an investigation of what has changed", *Journal of Accounting and Economics*, (34)1-3, 43-67.
- Dechow, P. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. *Journal of Accounting & Economics*, 18(1), 3-42.
- Devalle, A., Magarini, R., Onali, E. (2010). Assessing the Value Relevance of Accounting Data After the Introduction of IFRS in Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21(2), 85-119.
- Dobija, D. and K. Klimczak, (2007) "Value Relevance and the Development of accounting Regulation and Market Institutions in a Transition Economy: Case of Poland," 2007. Available at <http://www.ssrn.com/abstract=1084423>.
- Dontoh, A., Radhakrishnan, S., Ronen, J. (2004), The declining value-relevance of accounting information and non-information-based trading: an empirical analysis, *Contemporary Accounting Research*, 21 (4), 795-812.
- ESMA (2013). European Common Enforcement Priorities for 2013 Financial Statements/ noviembre, 11, 2013/ESMA/2013/1634. Consultado <http://www.esma.europa.eu> el 20 de Agosto de 2014.

Espinosa, C., Maquieira, C. (2010). Desempeño y Concentración de la Propiedad en Empresas Chilenas Emisoras de American Depositary Receipts (ADR). Cuadernos de Administración (01203592), 23(40), 95-116.

Hail, L., Leuz, C. (2009). Cost of capital effects and changes in growth expectations around U.S. cross-listings. *Journal of Financial Economics*, 93(3), 428-454.

Heffes, E. (2009). Early Feedback on Adoption of IFRS. *Financial Executive*, 14-15.

Holthausen, R., Watts, R. (2001). The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting & Economics*, 31(1-3), 3-75.

Horton, J., Serafeim, G., & Serafeim, I. (2013). Does mandatory IFRS adoption improve the information environment? *Contemporary Accounting Research*, 30(1), 388.

IFRS (2013b). IFRS application around the world. Consultado el 11 de julio de 2013, <http://www.ifrs.org/Use-around-the-world>.

Karolyi, A. (1998). Why do companies list shares abroad?: A survey of the evidence and its managerial implications, *Financial Markets, Institutions, and Instruments Vol. 7*, Blackwell Publishers, Boston.

Karolyi, G. (2006). The world of cross-listings and cross-listings of the world: Challenging conventional wisdom. *Review of Finance*, 10(1), 99-152.

Kothari, S. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting & Economics*, 31(1-3), 105-231.

Kothari, S., Zimerman, J. (1995). Price and return models. *Journal of Accounting and Economics*, 155-192.

Lev, B., Ohlson, J. (1982). Market-Based Empirical Research in Accounting: A Review, Interpretation, and Extension. *Journal of Accounting Research*, 20, 249-322.

Marcy, S. (2007). Sen Reed Warns International Convergence Must be done Correctly to protect Investors. *Accounting Policy & Practices Report*, November, pp. 966-969.

Miller, D. (1999) The market reaction to international cross-listing: Evidence from depositary receipts, *Journal of Financial Economics* 51, 103-123.

Ohlson, J. (1995), Earnings, book value and dividends in Equity valuation. *Contemporary Accounting Research* 11.

Ohlson, J. (1999). On Transitory Earnings. *Review of Accounting Studies*, 4(3-4), 145-162.

Reese, W., Weisbach, M. (2002). Protection of minority shareholder interests, cross-listings in the United States, and subsequent equity offerings. *Journal of Financial Economics*, 66(1), 65-104.

Schipper, K. 2005. The introduction of international accounting standards in Europe: Implications for international convergence. *European Accounting Review* 14:101-126.

Unerman, J. y O'Dwyer, B. (2010). The Relevance and Utility of Leading Accounting Research. *The Association of Chartered Certified Accountants*, ISBN:978-1-85908-467-0. Consultado en marzo, 8 de 2013, <http://www.accaglobal.com>.

Werner, J., Veith, S. (2010). Comparing Value Relevance Across Countries: Does the Return Window Specification Matter? *Manuscrito no publicado*.

CAPÍTULO 2

FERRAMENTA DE APOIO AOS COMANDANTES DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO EM INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DAS EQUIPAS DE BOMBEIROS

Data de submissão: 10/05/2022

Data de aceite: 27/06/2022

Pedro Miguel Sousa Barahona

Mestre pelo Instituto Politécnico de Beja
Beja – Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-7831-565X>

Ana Filomena de Figueiredo Dias

Professora Adjunta do Departamento de Engenharia do Instituto Politécnico de Beja
Beja – Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5300-2331>

Carla Maria Lopes da Silva Afonso dos Santos

Professora Adjunta do Departamento de Matemática e Ciências Físicas do Instituto Politécnico de Beja e Investigadora do Centro de Matemática e Aplicações da Universidade Nova de Lisboa, PT
Beja – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0077-1249>

RESUMO: No âmbito das intervenções estruturais, os 1.º Comandantes das Operações de Socorro (COS) apenas têm disponíveis os dados facultados pelo alertante, que se revelam insuficientes para uma tomada de decisão informada. Através de uma pesquisa quantitativa, de natureza descritiva, observacional e transversal, com recurso a

um questionário dirigido a operacionais que podem ser COS, efetuou-se um levantamento das necessidades de informação dos COS. De acordo com os resultados, conclui-se que o propósito de conhecer os riscos e de delineamento de uma estratégia de combate mais efetiva, mais rápida e mais segura para os operacionais envolvidos, está comprometido pela limitação da informação disponível. Fundamentado nestas conclusões, foi elaborada uma proposta de uma nova ferramenta de suporte aos COS - o Plano de Intervenção Inicial (PII) – que seja um documento de consulta rápida e intuitiva, suprimindo as necessidades de informação para os COS.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Contra Incêndio em Edifícios. Comandante das Operações de Socorro. Tomada de Decisão. Intervenções Estruturais.

TOOL TO SUPPORT COS IN STRUCTURAL INTERVENTIONS BY FIREFIGHTERS TEAMS

ABSTRACT: In a scenario of structural intervention situation, the On-Scene Commanders (COS) only have at their disposal the data provided by the one who gave the alert, which are insufficient to provide a secure and informed decision-making. Through a quantitative, descriptive, observational, and cross-sectional research, using a questionnaire applied to operational staff who perform the COS function, results a survey of the COS

information needs. According to the results, it is concluded that the purpose of knowing the risks and outlining a more effective, faster and safer combat strategy for operational personnel involved, could be compromised by the limited information available. A proposal for a new support tool for COS function - the Initial Intervention Plan (PII) - was developed, which is a document of quick and intuitive consultation, supplying the needs of information for COS.

KEYWORDS: Fire Safety in Buildings. On-Scene Commanders. Decision Making. Structural interventions.

1 INTRODUÇÃO

Os edifícios estão sujeitos a diversos riscos, sendo o mais frequente o risco de incêndio. O fogo é conhecido desde a pré-história e sempre trouxe muitos benefícios para o homem, no entanto, quando este sai do controlo do Homem, torna-se um problema, e passa a designar-se incêndio (GOMES, 2010).

No âmbito da segurança contra incêndio em edifícios (SCIE), existe legislação específica que prevê os princípios gerais da preservação da vida humana, do ambiente e do património cultural, com o objetivo de reduzir a probabilidade de ocorrência de incêndios, limitar o desenvolvimento de eventuais incêndios, circunscrever e minimizar os seus efeitos, facilitar a evacuação e o salvamento dos ocupantes em risco e permitir a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2019, 2020). Este estudo centra-se principalmente no último objetivo, que é a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.

O socorro às populações em Portugal assenta principalmente nos Corpos de Bombeiros (CB) voluntários, ainda que essa responsabilidade possa ser partilhada com bombeiros profissionais e mistos e com outros Agentes de Proteção Civil (APC) ou forças de intervenção de proteção e socorro. Esse socorro é efetuado em incêndios, inundações, desabamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2012). A legislação refere que o bombeiro é “o indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntária num CB, tem por atividade cumprir as missões dos CB, nomeadamente a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos”(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2012).

A norma NP 4397 de 2008 define o Risco como a combinação da probabilidade e da(s) consequência(s) da ocorrência de determinado acontecimento perigoso. Contudo, o conceito de risco pode obter várias interpretações. Para um mesmo risco ou perigo existem significados distintos, dependendo das pessoas e do contexto em que se

inserir. No entanto, o elemento que é essencialmente comum a todas as definições de riscos é o de existir a possibilidade de perdas ou danos (NP 4397:2008, 2008). A norma internacional ISO 45001:2018 define o risco como o estado, mesmo parcial, de deficiência de informações relacionadas com a compreensão ou conhecimento de um acontecimento e é frequentemente expresso em termos de uma combinação das consequências de um evento (incluindo mudanças nas circunstâncias) e a “probabilidade” associada deste poder ocorrer (ISO 45001:2018, 2018).

Os bombeiros trabalham normalmente em ambientes de risco elevado, com características muito diferenciadas, que podem causar danos físicos (GUERRA, 2005). O ambiente hostil em que os bombeiros normalmente desenvolvem a sua atividade gera riscos diferenciados que podem causar danos físicos, com maior ou menor gravidade, ou até mesmo a morte (AMARO, 2014).

A adequada gestão dos riscos, através do delineamento de uma estratégia de combate mais efetiva, mais rápida e mais segura para os operacionais envolvidos, está comprometida pela limitação da informação disponível, evidenciando a necessidade de um documento operacional de fácil e rápida consulta que possa fornecer ao COS a informação necessária.

2 RISCOS DA ATIVIDADE DE BOMBEIROS

A incidência de acidentes nos bombeiros é superior à que existe na generalidade das outras classes profissionais (SANTOS; ALMEIDA, 2016), devido aos perigos e riscos com que lidam na sua atividade diariamente.

Os riscos associados ao socorro são transversais a todas as áreas, uma vez que os incidentes onde os bombeiros intervêm ocorrem em todas as atividades da sociedade (BARAHONA; DIAS; SANTOS, 2021). Ainda de acordo com estes autores, os bombeiros estão sujeitos a inúmeros fatores de risco profissionais, como os fatores de risco biológicos, químicos, físicos, riscos de acidentes diversos, fatores de risco ergonómicos, organizacionais e psicossociais. Neste estudo apenas irão ser abordados os riscos a que os bombeiros poderão estar sujeitos em intervenções estruturais.

Relativamente a riscos biológicos, existe exposição em, por exemplo operações de emergência pré-hospitalar ou contacto com cadáveres humanos, situações que podem ocorrer em intervenções estruturais. Os fatores de risco associados a agentes biológicos são responsáveis por algumas doenças profissionais e são transmitidas por são transmitidas por fungos, bactérias ou vírus.

Os fatores de risco químico, são os agentes ambientais causadores de doenças profissionais, devido à sua ação química sob o organismo dos bombeiros. Destacam-

se, nos incêndios estruturais, a exposição a atmosferas perigosas com a presença de gases tóxicos e venenosos (monóxido de carbono, dióxido de carbono, ácido clorídrico, ácido cianídrico, dióxido de azoto, fosfénio, etc.), assim como os fumos, formados pela suspensão de pequenas partículas de carbono, alcatrão e poeiras que se combinam facilmente com os gases aquecidos e com o vapor de água resultante do próprio combate (GUERRA, 2005).

Em termos de risco físicos, podemos referir o colapso de tetos, telhados e paredes; exposição ao calor que pode provocar queimaduras e stresse térmico; exposição ao ruído excessivo quando se encontram junto de equipamentos ruidosos; exposição a vibrações devido à utilização de mangueiras de grande caudal ou à condução de veículos pesados; ferimentos devido a acidentes durante a resposta a emergências, como queda em altura (escadas, colapso de estruturas); queda de objetos; esmagamento por colapso de estruturas edificadas; risco de incêndio e explosão devido a ignição súbita de gases, explosão de objetos no Teatro de Operações (TO) (COSTA, 2015).

A movimentação manual de cargas pesadas e/ou difíceis de transportar, mangueiras de grande caudal e equipamento de proteção individual pesado e adoção de posturas desconfortáveis no combate a incêndios estruturais, podem originar lesões musculoesqueléticas.

Estão expostos a fatores que provocam stresse psicológico, como a pressão de tempo, a alternância entre períodos calmos e de grande agitação; horários de trabalho longos; falta de autonomia; realização de turnos rotativos diurnos e noturnos, exigências emocionais elevadas no trabalho e difícil conciliação entre a vida profissional e pessoal. Estes constrangimentos podem levar à síndrome Burnout e à síndrome de stresse pós-traumático (COSTA, 2015).

Amaro (2009) refere ainda os fatores culturais ou de mentalidade como riscos associados à atividade dos bombeiros, fatores esses que, tal como referido por Amaro (2009) e, Caldeira & Vicente (2006) resultam:

- do desconhecimento ou não cumprimento da legislação de Segurança e Saúde no Trabalho aplicável aos corpos de bombeiros;
- de legislação desajustada face aos riscos a que os bombeiros estão expostos (como exemplo o da não obrigatoriedade do uso de cinto de segurança nas viaturas dos bombeiros);
- “a criação e manutenção sistemática da fantasia do bombeiro super-herói”.

A minimização destes riscos para os bombeiros que enfrentam o fogo, prendem-se com uma célere tomada de decisão do COS. Esta tomada de decisão está sempre

relacionada com o conhecimento que este possui do Teatro de Operações (TO), quanto mais informação este possuir, mais segurança vai existir para os operacionais que enfrentam as chamadas, e menos danos para os proprietários e para o ambiente (BARAHONA; DIAS; SANTOS, 2021).

3 INTERVENÇÕES EM INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

De acordo com o Sistema de Gestão de Operações (SGO) sempre que uma equipa de qualquer APC seja acionada para uma ocorrência, o chefe da primeira equipa que chega ao local assume a função de COS, garantindo o desenvolvimento de um sistema evolutivo de comando e controlo adequado à situação em curso. O COS é um elemento tecnicamente qualificado e dotado de autoridade para atribuir missões operacionais, articular as forças que lhe forem atribuídas, dirigir e regular aspetos logísticos de interesse imediato para as operações e gere a informação operacional. A função de COS é a única, prevista no SGO que é obrigatória e permanente em qualquer operação de proteção e socorro, independentemente da sua tipologia, dimensão, complexidade ou duração (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2018).

Nas intervenções estruturais, existem diversas atividades a desenvolver pelas equipas de intervenção, incluindo os aspetos táticos e os procedimentos de segurança a elas associados. Estas operações de combate desenvolvem-se, sequencialmente, através das seguintes fases da marcha geral das operações de combate a incêndios:

- a) Reconhecimento - Avaliação das condições em que se desenvolve qualquer incidente, para dimensionar as ações a tomar;
- b) Salvamentos - Prioritários nas operações, sempre que existam ou se suspeite que existam vítimas em perigo;
- c) Estabelecimento dos meios de ação – Execução das tarefas necessárias, de acordo com o plano de ação definido pelo COS;
- d) Ataque e proteção – Combate ao incidente, para limitar a sua propagação no espaço e no tempo;
- e) Rescaldo – Destina-se a eliminar todos os focos em combustão, limitando o risco de reacendimento;
- f) Vigilância – As equipas permanecem no local, exercendo uma ação de vigilância, impedindo o reacendimento.

Todas estas fases, devem ser seguidas em qualquer operação de combate a incêndios, com exceção das fases de salvamentos e vigilância, que poderão não ser necessárias (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2018).

Todo o processo de decisão é sustentado na recolha de informação inicial. O reconhecimento é um processo em que se realiza uma apreciação dos problemas e condições concretas, que servem de base à definição do plano de ação, garantindo assim uma maior possibilidade de sucesso no cumprimento dos objetivos.

Neste processo de reconhecimento, o COS terá de considerar grande diversidade de fatores para que a sua decisão seja mais eficaz, contudo, considerando que existem fatores que não se podem controlar, o reconhecimento é uma responsabilidade na qual participam todos quantos estão envolvidos no TO. São as informações que se obtêm no reconhecimento que determinam quais as tarefas a executar, onde, quando e como serão executadas. O processo de reconhecimento inicia-se na central telefónica do corpo de bombeiros, com a receção da chamada de socorro e mantém-se até ao final da ocorrência. Como é um processo de obtenção de informação, deve sempre que possível incluir todas as informações obtidas durante a fase de planeamento prévio através dos Planos Prévios de Intervenção (PPI), se existirem.

Os PPI são instrumentos à disposição dos APC, possibilitando o desencadeamento sistematizado da resposta a operações de proteção e socorro, permitindo conhecer antecipadamente os cenários e os meios, garantindo-se assim uma melhor gestão integrada de recursos. Os PPI têm como principais objetivos conseguir a otimização da resposta e a integração dos meios dos diversos APC que possam vir a intervir em cada cenário previsto e orientar, com base nas indicações dos Planos de Emergência, a resposta operacional (ANPC, 2009).

Segundo Sousa (2007), ao estabelecer-se uma analogia da doutrina militar para a tomada de decisão nas operações dos bombeiros em intervenções estruturais, verifica-se que o COS determina a missão através do seu reconhecimento, ao identificar os fatores fundamentais que indicam que tipo de estratégia de combate que é necessário empreender. A missão envolve as tarefas que têm de ser cumpridas pela equipa. A análise do fogo deve ter em consideração as informações disponíveis sobre o seu potencial, as características do combustível, a sua localização e extensão, identificando e avaliando o seu comportamento, sendo necessário ainda saber a Utilização Tipo (UT), categoria de risco, ocupação do edifício, assim como o tipo de construção, altura e implementação. A análise do terreno ajuda a caracterizar os perigos e riscos circundantes, as ameaças e pontos sensíveis, assim como as acessibilidades aos veículos de socorro. Quanto às condições meteorológicas, têm sempre uma influência direta no comportamento de qualquer incêndio, pois fatores como temperatura e humidade relativa do ar, a velocidade e direção do vento, ajudam a identificar o potencial de desenvolvimento do sinistro. As

condições meteorológicas e o terreno têm implicações operacionais, com efeitos diretos nas operações de socorro, e nas operações de apoio ao combate e logística.

O COS deve avaliar todos os recursos humanos e materiais, presentes ou previstos e colocados à sua disposição. Esta avaliação não se deve cingir apenas à quantidade, mas também à sua adequação relativamente à situação, assim como do estado físico e psicológico das equipas e do seu nível de treino e formação. Também devem ser considerados neste ponto os hidrantes e os sistemas de proteção passivos e ativos contra incêndios do edifício (SOUSA, 2007).

Para um reconhecimento eficaz, o COS tem de recolher os seguintes dados:

- existência de vítimas ou pessoas em perigo;
- tipo de construção, ocupação, área de implementação e altura do edificado;
- localização e extensão do incêndio;
- riscos envolventes;
- capacidade dos hidrantes locais;
- condições meteorológicas;
- presença de matérias perigosas.

No reconhecimento, o processo de recolha de informações é crucial e torna-se sempre mais rico à chegada ao TO devido à observação visual deste. A cada instante o COS deve fazer um esforço de síntese, permanecer afastado do cenário para ser objetivo e poder tomar as decisões adequadas às necessidades do TO, tendo sempre presente que não existem soluções perfeitas e que sempre existirão incertezas.

4 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE UM DOCUMENTO DE APOIO AOS COS

Verificando-se que a informação inicial fornecida ao 1.º COS é apenas a que o alertante fornece, que é a sua identificação, a localização e a indicação do tipo de ocorrência. Foram analisados exaustivamente os conteúdos dos documentos formais exigidos pela legislação de SCIE, que são o projeto de SCIE e as Medidas de Autoproteção (MAP).

O projeto de SCIE é o documento que define as características do edifício quanto a essa especialidade e que possui uma memória descritiva e justificativa onde são analisadas as condições exteriores e de evacuação, definidas as resistências ao fogo dos elementos de construção, reação ao fogo dos materiais, instalações técnicas e os equipamentos e sistemas de segurança, também tem de possuir peças desenhadas, ou seja, é um documento técnico (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2019, 2020)

As MAP consistem num conjunto de documentos, procedimentos e formação, que visam a Organização e Gestão da Segurança, compostas pelos registos de segurança;

medidas preventivas que tomam a forma de procedimentos de prevenção ou planos de prevenção; medidas de intervenção em caso de incêndio que podem ser procedimentos de emergência ou planos de emergência internos; ações de sensibilização e formação em SCIE e simulacros.

Considerando que existem documentos que possuem bastante informação, mas que são extensos e muito técnicos pode considerar-se uma grande lacuna na fase inicial de combate aos incêndios estruturais existir tão pouca informação. A informação existente nesses documentos pode ter mais valências, daí ter-se criado um documento operacional com informações retiradas dos documentos já existentes e adaptados exclusivamente a este tipo de ocorrências.

5 MÉTODOS

Colocando o foco no objetivo de validação da necessidade de uma ferramenta que auxilie o COS a efetuar um célere e eficaz reconhecimento para uma mais segura tomada de decisão, desenvolveu-se um estudo quantitativo, de natureza descritiva, observacional e transversal.

Considerando que são os bombeiros com cargos de chefia intermédia que, ao serem mobilizados para as intervenções, assumem na fase inicial da operação a função de COS, o universo deste estudo é composto pelos bombeiros com a graduação de Oficiais-bombeiros, Chefes, Subchefes e Bombeiros de 1^a, existentes nos 15 CB do distrito de Beja, que totalizam 190 elementos.

Para a recolha de dados foi elaborado um questionário, organizado em 3 grupos de questões. O primeiro grupo focado na caracterização sociodemográfica dos bombeiros, o segundo grupo nos dados operacionais e no 3.º grupo foram incluídas as questões relacionadas com a perceção e opinião dos bombeiros em relação aos aspetos que fundamentam a necessidade da ferramenta, que se designou Plano de Intervenção Inicial (PII).

Nas questões Q.1 a Q.5 o grau de concordância / discordância foi estabelecido através de uma escala de Likert de cinco pontos, correspondentes a 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo totalmente.

Na questão Q.6, incidente no grau de importância atribuído à necessidade implementação de uma ferramenta de apoio à decisão, recorreu-se também a uma escala de Likert de cinco pontos correspondentes a 1 – Sem qualquer importância; 2 – Pouco importante; 3 – Importante; 4 – Muito importante; 5 – Essencial.

Antes da aplicação do questionário realizou-se um pré-teste, a sete bombeiros do quadro de comando e da carreira de oficiais-bombeiros do quadro ativo do CB de Beja.

Deste processo resultou a necessidade de ajustar duas das questões do questionário, que foram reformuladas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A taxa de resposta foi de 85,8%, o que corresponde à receção de 163 questionários válidos.

Todos os inquiridos são de nacionalidade portuguesa e 87,1% pertence ao género masculino. A faixa etária dos 36 aos 45 anos é a mais representativa para as graduações de Bombeiro de 1ª e Subchefe, à qual correspondem 77 indivíduos. Com maior incidência na faixa etária dos 46 aos 55 anos, estão os postos de chefe e de Oficial Bombeiro, com 14 e 3 indivíduos respetivamente. A média de idades do conjunto dos inquiridos é 43,9 anos. Na amostra não existe nenhum indivíduo com mais de 65 anos, pois é esta a idade limite de permanência nas carreiras de bombeiro. O número de indivíduos casados ou em união de facto é o mais expressivo em todas as graduações, representando 80,4% (131) dos bombeiros inquiridos. O posto de bombeiro de 1.ª representa o maior n.º de inquiridos com 42,3% e os níveis de habilitações literárias mais representativos são o 3.º ciclo e o secundário. Os bombeiros com vínculo profissional, representam 60,7% dos inquiridos, e os restantes 39,3% (64) são bombeiros voluntários.

Nos questionários validados observou-se que, dos inquiridos que responderam já ter sofrido acidentes (36,2%) na atividade de bombeiros, os postos de subchefes e os bombeiros de 1ª são os que mais se destacam, representando 40,7% e 37,3%, respetivamente. Relativamente aos acidentes presenciados, o seu valor absoluto decresce (23,3%), mas são novamente as mesmas graduações que se distinguem, com os subchefes a presenciarem 15 acidentes (39,5%), e os bombeiros de 1.ª presenciaram 14 acidentes (36,8%). Verifica-se que o número de acidentes com consequências ligeiras (69) é superior aos que provocaram ferimentos graves (28). Relativamente ao fator graduação, os inquiridos com o posto de subchefe relataram ter sofrido um total 24 ferimentos (6 graves e 18 ligeiros), seguindo os bombeiros de 1ª com um acumulado de 22 lesões, das quais 6 foram graves. Quanto aos acidentes presenciados, existe um equilíbrio no número de acidentes referidos pelos inquiridos com o posto de subchefe e bombeiro de 1ª, que resultaram num total de 15 e 14 ferimentos, respetivamente.

Quanto ao número de intervenções estruturais em que costumam participar por ano, a grande maioria, 115 indivíduos (70,6%) respondeu que participa em menos de 10 intervenções deste tipo por ano, a média da frequência com que a população assume o COS nas intervenções estruturais é de 3,6 intervenções/ano, representando na escala da

resposta à questão n.º 2, uma incidência entre o 'ocasionalmente' e o 'frequentemente'. Tais resultados estão diretamente ligados ao posto dos inquiridos, ou seja, quanto maior a sua graduação maior é a frequência, sendo 'ocasionalmente' o mais frequente para os bombeiros de 1ª e 'frequentemente' para os oficiais bombeiros. A população inquirida considera que 'frequentemente' tem conhecimento sobre a sua área de intervenção e os acessos ao TO. Os resultados revelaram também que 'raramente' o COS tem ao seu dispor conhecimento relativo à estrutura e características dos edifícios, da sua ocupação e das medidas passivas, ativas e de autoproteção existentes. No que respeita ao documento à disposição mais utilizado, a folha de serviço que as centrais telefónicas dos CB preenchem, aquando do alerta, é o documento mais utilizado, e 93,6% (153) dos bombeiros referiram usá-lo no trajeto e 72,4% (118) referiram usá-lo no TO. Relativamente à informação disponível nesse documento, a esmagadora maioria dos COS (93,6%) referiram que apenas dispõem da informação relativa à localização do sinistro, hora de alerta e identificação do alertante.

No que respeita à perceção dos inquiridos sobre perigos e riscos nas intervenções estruturais e apreciação da necessidade da existência de informação que melhore a capacidade de decisão, os resultados apontam para uma concordância quase absoluta com a existência de riscos e perigos na atividade e com a necessidade de aceder a informação relevante que auxilie na sua capacidade de decisão.

A análise dos resultados referentes às questões que pretenderam aferir o modo como os inquiridos avaliam e valorizam a capacidade de decisão, a capacidade de reconhecimento e a importância da informação, foi realizada em conjunto, uma vez que têm o mesmo fator em comum: a Informação. Pretendendo-se estimar de que forma os inquiridos valorizam a existência de um documento que contenha toda a informação necessária ao cumprimento das suas competências, foi apurado que em relação à capacidade de decisão a existência de um documento com toda a informação sobre o TO é fundamental para a tomada de decisão do COS. Em relação à capacidade de reconhecimento, os inquiridos mencionam que a informação de que dispõem nem sempre é suficiente (75,5%) e que nem sempre é fácil fazer o reconhecimento, no entanto concordam que a existência de um documento com toda a informação sobre o edifício pode melhorar a sua capacidade de reconhecimento (90,18%). Quanto ao último ponto, a importância da informação, afirmam que quanto mais informações estiverem disponíveis mais fácil é planear (96,93%), valorizam o conhecimento atempado do TO (67,48%) e referem ainda que a existência de um documento com toda a informação sobre o TO facilita todo o seu trabalho (92,6%). As respostas dos inquiridos a estas 3 questões

demonstram que estes valorizam de sobremaneira a influência decisiva que a informação tem na sua capacidade de reconhecimento e tomada de decisão.

A valoração da importância da disponibilidade de informação relativa às intervenções estruturais, foi feita com base num conjunto de 20 afirmações, referentes à área de atuação e acessibilidades; medidas passivas e ativas do edifício. Da análise das respostas conclui-se que os inquiridos, no âmbito das questões sobre a área de atuação e acessibilidades, consideram muito importante o conhecimento sua área de atuação (99,39%), os acessos bem como o caminho otimizado para chegar ao TO (98,16%), o sentido de trânsito dos acessos ao TO (98,16%) e as acessibilidades aos meios de socorro (98,77%). Quanto às medidas passivas do edifício é importante conhecer o tipo de edifício e a sua configuração (altura e pisos abaixo do piso de referência), a população e a UT do edifício onde ocorre o sinistro, e a existência de compartimentação corta-fogo. Em relação às medidas ativas, os inquiridos consideram importante saber se existem sistemas automáticos de deteção de incêndios ou de desenfumagem (96,63%), os meios de 1ª intervenção (extintores, carretéis, rede de incêndio armada) implementados e a sua localização (97,55%), os caminhos de evacuação (97,55%) e a localização do ponto de encontro (96,93%). Também consideraram importante saber se existem MAP implementadas (95,71%). Constatou-se que os inquiridos consideram muito importante conhecer toda a informação relacionada com o edifício em causa e com toda a área envolvente.

Quanto à valoração da existência de uma ferramenta/documento de suporte de apoio à decisão, envolvida em 5 afirmações, relacionadas com a perceção de perigos e riscos; segurança; reconhecimento; capacidade de decisão e informação, os inquiridos consideram de extrema importância a existência de um documento, com toda a informação compilada e de fácil e rápido acesso, como ferramenta disponível de apoio à intervenção em estruturas. Em termos médios o grau de importância atribuído pelos inquiridos à existência da ferramenta corresponde a 4,7. Verificando-se que 72,4% (118) dos inquiridos consideram a existência da ferramenta como 'essencial' ao cumprimento da sua missão, 23,3% (38) consideram como 'muito importante' e apenas 4,3% (7) responderam 'importante'.

Os resultados demonstram, que a informação de dispõem os COS nem sempre é suficiente, o que dificulta a etapa do reconhecimento, primordial na tomada de decisão e na resolução da ocorrência., e também que maior informação é associada a maior facilidade em fazer um bom reconhecimento, um planeamento mais eficaz e efetuar uma tomada de decisão de forma mais rápida e segura.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade premente da criação de uma ferramenta documental que auxilie os COS na tomada de decisão, de modo que o conhecimento atempado dos TO e, conseqüentemente, dos riscos existentes, possa levar a uma intervenção que permita maximizar a segurança para os bombeiros.

7 PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE FERRAMENTA DE APOIO AOS COS

De acordo com os resultados do inquérito que dirigimos aos operacionais que desempenham a função de COS em intervenções estruturais, conclui-se que a informação inicial que lhes é disponibilizada é insuficiente e que a informação extra de que podiam dispor se encontra em documentos de complexa e morosa consulta e que estas limitações constituem obstáculos para o conhecimento atempado dos riscos e o delineamento de estratégias adequadas, quer em termos de efetividade quer em termos de segurança das operações. Estas constatações culminam na perceção da necessidade de informação clara e focalizada, que sustente uma tomada de decisão mais célere e propicie operações mais seguras para estes profissionais.

Tendo como alicerce os documentos formais à disposição dos COS, desenvolvemos uma proposta de ferramenta para apoio a este tipo de intervenções exclusivamente, que se designou PII e tem de conter um conjunto de informações de modo a responder às necessidades dos chefes de equipa, nomeadamente: perigos e riscos existentes; área de atuação, acessibilidades, implantação da estrutura; medidas passivas e ativas do edifício.

Considerando que as informações relevantes à criação da ferramenta estão vertidas nas MAP de cada edifício, torna-se importante que seja alterado o seu processo de aprovação e emissão de pareceres, pelo que se propõe que, após a apreciação pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), um dos exemplares entregues pelo requerente seja enviado aos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC), sendo esta a entidade responsável pela elaboração uniforme, de estrutura homogénea, para uma consulta rápida e intuitiva, vinculando-os ao processo.

Assim, o PII visa conseguir a otimização da resposta em cada cenário previsto de intervenção estrutural e orientar, com base nas indicações das MAP implementadas, a respetiva resposta operacional das equipas de primeira intervenção.

O PII está estruturado de modo a fornecer informações ao chefe da 1.ª equipa de forma sequencial, tais como o percurso, a caracterização do edifício, identificação dos riscos, os equipamentos de 1ª e 2ª intervenção existentes, sua localização e a localização de hidrantes. São fornecidas também as plantas de implantação, de prevenção e de segurança. O PII é composto por cinco itens.

O primeiro item é a primeira página (ou capa) e fornece a informação relativa ao documento, identificação do documento: onde constam o nome, a referência, a versão e a revisão, a data da elaboração e os dados relativos à instituição (nome, fotografia, morada, freguesia, atividade desenvolvida e o proprietário). Na capa apresenta-se a UT e a categoria de risco do edifício.

A página seguinte descreve o percurso para os meios de socorro. Relativamente aos itens 'Percurso' e 'Localização de hidrantes', a sua elaboração recorre à plataforma SIG da Empresa Municipal de Águas e Saneamento (EMAS) a quem foi atribuída a responsabilidade do cadastro e manutenção dos hidrantes existentes no concelho de Beja. Esta plataforma resulta de uma parceria entre a EMAS, o SMPC e o CB de Beja, e fornece aos seus utilizadores a localização de todos os hidrantes cadastrados, todas as suas características (localização, tipo, diâmetro, pressão, nº de saídas, estado de operacionalidade, data da sua verificação, etc.). Sendo uma plataforma SIG editável, permite traçar os percursos otimizados e alternativos a percorrer pelos meios de socorro. Ainda neste ponto são identificadas as acessibilidades dos meios de socorro ao edifício e a ordem de saída dos meios a mobilizar, de acordo com a grelha de alarmes implementada no CB.

No ponto 2 do PII está a ficha técnica do edifício, com a seguinte informação: identificação do estabelecimento, caracterização do espaço, população total, o horário de funcionamento e o sistema de vigilância.

Em seguida, são identificados os riscos existentes no edifício e na sua envolvente:

- Riscos internos (como a existência de quadros elétricos, rede de gás, termoacumulador e cozinhas, copas, lavandarias, etc.;
- Riscos externos, como vias de circulação, edifícios nas proximidades (recintos de espetáculo, indústrias, armazéns diversos, etc.);
- Quanto às fontes de energia, foram identificadas a eletricidade, o gás e a rede de água, encontrando-se devidamente listadas, considerando o tipo de equipamento e a localização.

No ponto 4 encontra-se o levantamento de meios e recursos existentes no edifício. Devem ser listados todos os equipamentos de 1.º e 2.º intervenção e os recursos à disposição, tais como, iluminação de emergência, sinalização de segurança, sistema de alarme e alerta, e o ponto de encontro previsto nas MAP. Também neste ponto, através da plataforma SIG, apresenta-se a localização dos hidrantes nas proximidades do estabelecimento e que poderão ser úteis à intervenção dos bombeiros. O mapa base utilizado é o mapa de pormenor de ruas, com os números de polícia de todos os edifícios,

Por último, são vertidas no PII as plantas de implantação e de segurança do edifício, constantes nas MAP. Estas plantas são de uma importância determinante para

o PII, uma vez que permite aos utilizadores um conhecimento pleno sobre a disposição, compartimentação e recursos do edifício.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação disponibilizada quando é dado o alerta é muitas das vezes insuficiente tornando mais complicada a tomada de decisão do COS, especialmente em intervenções estruturais. Constatou-se que a grande maioria dos COS em intervenções estruturais considera indispensável conhecer toda a informação relacionada com o edifício e com a área envolvente, para maximizar a segurança dos bombeiros envolvidos. Perante a apuração da insuficiência da informação de que dispõem, revelou-se de extrema importância a existência de um documento com toda a informação compilada e colocada à sua disposição, como ferramenta disponível de apoio à decisão, muito intuitiva e de fácil e rápida consulta.

Ficando evidente a relação entre a necessidade de existência de uma ferramenta de apoio à decisão, com a identificação dos perigos e riscos da atividade, com a forma como os inquiridos valorizam a segurança, com a complexidade na análise da zona de intervenção e com a informação à sua disposição, nas intervenções estruturais.

Assim, em face da forma consistente e essencial com que os bombeiros valorizam a disponibilização de informação com vista à segurança das missões que lhes são confiadas, é justificada a criação de uma ferramenta de suporte de apoio à decisão que sustente todas as intervenções estruturais, o PII.

O PII abrange três domínios: a localização do sinistro, o trajeto e a envolvente do local de ocorrência. Acompanha o procedimento atual de emergência seguido pelos CB, estabelece os princípios funcionais e orientadores aplicados às intervenções estruturais e identifica todas as informações e recursos do edifício, com vista a uma melhor definição da atuação do chefe da primeira equipa de bombeiros nos TO.

Ao existir disponibilização desta informação tão pertinente, o COS, consegue traçar a estratégia de combate mais atempadamente, o que melhora a segurança destes operacionais. A segurança é reforçada uma vez que existem plantas do edifício, ou seja, os bombeiros já não entram num edifício que desconhecem totalmente. É-lhes facultada a localização dos meios de 1.^a e 2.^a intervenção e quando entram no edifício já conhecem quer os riscos internos quer externos.

Ficou evidente a relação entre a necessidade de existência de uma ferramenta de apoio à decisão, com a identificação dos perigos e riscos da atividade e mesmo da zona envolvente pode melhorar substancialmente o reconhecimento e a tomada de decisão

em intervenções estruturais (BARAHONA; DIAS; SANTOS, 2021). Assim, ao melhorar a estratégia de combate ao incêndio o PII ajuda a minorar os riscos profissionais destes trabalhadores, pois podem reduzir o seu tempo de exposição aos agentes contaminantes, permitindo-lhes também um maior conhecimento dos riscos internos e externos que vai permitir uma maior segurança durante toda a intervenção.

REFERÊNCIAS

AMARO, A. **Socorro em Portugal. Organização, formação e cultura de segurança nos corpos de bombeiros, no quadro da proteção civil.** [s.l.: s.n.].

AMARO, A. **Subsídios para o estudo da cultura de segurança nos agentes de proteção civil.** Territorium - Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 2014.

ANPC. **Guia para a Elaboração de Planos Prévios de Intervenção – Conceito e Organização.** Cadernos Técnicos ProciV, v. 11, p. 1-10, 2009.

BARAHONA, P.; DIAS, A.; SANTOS, C. **Professional Risks in the firefighter's activity: a support tool for On-Scene Commanders in structural interventions.** II. International Hazar Scientific Researchs Conference - Volume 2. Anais. Baku: 2021.

CALDEIRA, P.; VICENTE, B. **Análise e Controlo de Riscos Profissionais nos Bombeiros Voluntários Portugueses.** Lisboa. Instituto de Segurança e Higiene no Trabalho (ISHT). 2006.

COSTA, F. **Saúde no trabalho: a realidade de quem socorre.** Instituto Politécnico de Viana do Castelo, p. 204, 2015.

GOMES, C. R. **A Importância Dos Equipamentos De Segurança Contra Incêndio Nas Empresas.** Colloquium Exactarum, v. 02, n. 01, p. 21-29, 2010.

GUERRA, A. **Segurança e proteção individual.** 2.ª Edição ed. Sintra: Escola Nacional de Bombeiros, 2005. v. VIII.

ISO 45001:2018. **Occupational health and safety management systems -ISO 45001:2018.** Switzerland, 2018.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Decreto-Lei n.º 248/2012 de 21 de novembro. **Regulamento Jurídico dos Corpos de Bombeiros.** Diário da República, p. Diário da República, n.º 225/2012, Série I de 2012.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Despacho n.º 3317-A/2018 de 3 de abril - **Revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO).** Diário da República, 2.a série – N.º 65 – 3 de abril de 2018, n. 2, p. 9530- (2) 9530(10), 2018.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro. **Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.** Ministério de Administração Interna, p. 7903-7922, 2019.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Portaria n.º 135/2020 de 2 de junho, **1.ª alteração ao Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE)** emanado pela Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro. Diário da República, 2020.

NP 4397:2008. **Sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho**. Instituto Português da Qualidade. 2008. Disponível em: <www.ipq.pt>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SANTOS, M.; ALMEIDA, A. **Principais riscos e fatores de risco ocupacionais associados aos bombeiros, eventuais doenças profissionais e medidas de proteção recomendadas**. Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional, v. 1, p. S020–S029, 2016.

SOUSA, J. **Planeamento Tático e Tomada de Decisão**. Comando da Instrução e Doutrina. Exército português. Publicação Doutrinária do Exército (PDE), 2007.

CAPÍTULO 3

PERSPETIVA SOBRE O USO DA BIBLIOTECA DIGITAL B-ON PELOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – O CASO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Data de submissão: 15/06/2022

Data de aceite: 01/07/2022

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

Instituto Politécnico de Castelo Branco
CERNAS – IPCB
Castelo Branco - Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9842-3412>

Antonio Pulgarín Guerrero

Universidad de Extremadura
Departamento de Información y
Comunicación
Badajoz - Espanha
(Jubilado)
<https://orcid.org/0000-0001-9565-5437>

Margarita Pérez Pulido

Universidad de Extremadura
Departamento de Información y
Comunicación
Badajoz - Espanha
<https://orcid.org/0000-0003-2831-6341>

RESUMO: Este trabalho de investigação pretende mostrar a visão dos docentes/investigadores do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) sobre a biblioteca digital b-on, designadamente se conhecem, utilizam, como acedem e com que frequência, como a classificam quanto ao conteúdo e qual o grau de complexidade que lhe imputam. A

sua realização fundamenta-se na necessidade de compreender a razão pela qual os níveis de utilização da b-on no IPCB são baixos e, em sequência, desenvolver estratégias que ajudem a melhorá-los. Para realizar o estudo foi distribuído um inquérito por questionário a todos os docentes/investigadores (n=288) do IPCB tendo-se obtido uma amostra de 33,7%. Os docentes/investigadores foram agrupados segundo as áreas científicas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), considerando a área de investigação. Os dados foram tratados com o programa SPSS. Determinaram-se percentagens e, em alguns casos, calcularam-se média e desvio padrão. 94,0% dos respondentes conhecem a b-on, embora apenas 82,9% indique utilizá-la. em regra, os docentes/investigadores classificam-na com valores superiores a 3,5, numa escala de 1 a 5 e, maioritariamente, indicam os artigos científicos como a tipologia de documentos que mais utiliza. A b-on é a segunda ferramenta mais utilizada para localizar documentos científicos, e é a mais utilizada para descarregar documentos científicos. 89,6% referiram mais formação para utilizar bem o recurso e 57,0% indicaram que a formação deve ser obrigatória. Conclui-se que a maioria dos docentes conhece e utiliza a b-on, mas a frequência de utilização é baixa. Verifica-se também que os docentes que não utilizam ou que utilizam menos são da área Científica das Ciências Sociais e das Humanidades incluindo as Artes (CSHiA) o que pode estar relacionado com a disponibilidade

de conteúdos. Constata-se ainda que a b-on é uma ferramenta dotada de complexidade na medida em que a maioria dos docentes/investigadores consideram a necessidade de formação para bem a utilizar e que deve ser o bibliotecário a ministrá-la.

PALAVRAS-CHAVE: B-on. Bibliotecas do ensino superior. Biblioteca digital. Estudo de utilizador.

PERSPECTIVE ON THE USE OF THE B-ON DIGITAL LIBRARY BY HIGHER EDUCATION TEACHERS - THE CASE OF THE POLYTECHNIC INSTITUTE OF CASTELO BRANCO

ABSTRACT: Present work aims to know how teachers and researchers from the Polytechnic Institute of Castelo Branco (PICB) uses the digital library b-on, namely if they know it, how they use it, how they accede, and how often they use it, its value and if they find it is difficult to utilize. It was based on the need of understanding the low levels of its use despite being the more important digital resource of PICB and in sequence to develop strategies that allow to reverse this situation. Is was done using a survey that was distributed among all teachers and researchers (ETI) (n=288). 33,3% of valid answers were obtained. The respondents were grouped following the scientific areas of the Portuguese Foundation for Science and Technology. Data were processed with SPSS program. The percentages were determined and, in some cases, the mean and standard deviation were calculated. It was verified that 94.0% of the respondents know the b-on, although only 82.9% indicate to use it. It was also verified that, in a general way, the teachers / researchers classify the b-on, in the several parameters, with values greater than 3.5, in a scale of 1 to 5 and, in the main, they indicate the scientific articles as the typology of documents most used to carry out research work. B-on is the second most commonly used tool for locating scientific documents but it is the most widely used resource for downloading scientific documents. Of the respondents, 89.6% indicated a need for training to use the resource well and 57.0% indicated that training should be compulsory. It is concluded that most teachers know and use b-on, but the frequency with which they use it is low. It is also verified that teachers who do not use or use less are from the Social Sciences and Humanities Scientific Domain including the Arts (CSHiA) which may be related to the availability of contents. It is also noted that b-on is a tool with some complexity in that most of the teachers / researchers consider the need for training to be used and that the librarian should provide this training.

KEYWORDS: B-on. Digital library. University libraries. User study.

1 INTRODUÇÃO

1.1 AS BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

As bibliotecas das instituições de ensino superior (BES) são, cada vez mais, um elemento indissociável do processo formativo nas respetivas instituições, já que proporcionam aos seus utilizadores serviços e recursos fundamentais, atualizados e adequados às respetivas necessidades (Rodrigues, 2016). Aliás a biblioteca sempre desempenhou um papel fundamental na cadeia de produção de conhecimento. Tal papel decorre das suas funções, das atividades que desenvolve e das coleções que

disponibiliza (THOMPSON, CARR, 1990) e contribui, em muitos casos, para aumentar a reputação da instituição a que pertence (WEINER, 2009). Muitos autores consideram mesmo a biblioteca como o “coração da universidade” (ACRL, 2010; AMANTE, 2007; RODRIGUES, 2007; SHUMAKER, 2003). Com o advento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), acompanhadas e integradas pelas BES com grande facilidade, foram acrescentadas às funções tradicionais da biblioteca, entre outras, a função de valor acrescentado substanciada na disponibilização de acesso à informação. Este ocorre pela via da aquisição de licenças ou através da participação em consórcios o que permitiu em muitas bibliotecas aumentar e diversificar o acesso a conteúdos de natureza científica (SCIGLIANO, 2010). Aliás, na atualidade as bibliotecas deixaram de ser os locais que armazenam recursos físicos para passarem a ser espaços que disponibilizam recursos digitais que podem ser acedidos de qualquer parte do mundo com acesso à Internet (DADZIE. VAN DER WALT, 2015). Assumindo este novo papel, as BES desenvolveram outros serviços e funcionalidades tais como criação de plataformas para disponibilização de recursos em suporte eletrónico, gestão automática de conteúdos/informação, criação de espaços multifuncionais para uso de recursos e serviços distribuídos pela biblioteca (MARINO, LAPINTIE, 2015) e, sobretudo, passaram a proporcionar “o direito de acesso” à informação e a recursos, estes últimos adquiridos, muitas vezes em modelo de consórcio (ORERA-ORERA, 2007; ROSSMAM, ARLITSCH, 2015). As BES passaram assim a ser um local onde as Tecnologias de Informação e Comunicação convivem, pacificamente, com os recursos mais tradicionais, embora invistam cada vez mais em recursos eletrónicos em detrimento dos recursos em suporte tradicional (MUSHTAQ, 2014).

Nesse sentido urge verificar de que forma é que os utilizadores se posicionam relativamente à biblioteca afim de esta poder ir ao seu encontro. Aliás na mesma linha Pérez Pulido e Terrón Torrado (2004) referem que considerando os enormes e sistemáticos avanços tecnológicos da atualidade, é de crucial importância compreender as atitudes dos utilizadores, para melhor delinear as estratégias que lhe correspondam. Os mesmos autores consideram que o êxito ou o fracasso do sistema de informação depende da forma como o utilizador aceita, interage e se adapta às novas tecnologias.

1.2 A BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ONLINE B-ON

A Biblioteca do Conhecimento Online, conhecida por b-on, e doravante assim designada, começou a ser planeada em 1999, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio. Nessa altura foi-lhe atribuída a designação de Biblioteca Nacional de C & T em Rede. No entanto, para dar seguimento ao projeto era necessário saber quantas e quais

as revistas científicas assinadas pelas instituições portuguesas. Este levantamento, que tinha como objetivo preparar as negociações com as editoras, foi efetuado no ano 2000 pelo Observatório das Ciências e Tecnologias. Ainda no ano de 2001, foi disponibilizado acesso à Web of Knowledge (ISI) a toda a comunidade científica portuguesa passando esta a dispor de um valioso instrumento de trabalho em termos de pesquisa e recuperação de informação (COSTA, 2010; COSTA, VAZ, AMANTE, 2012^a; COSTA, VAZ, AMANTE 2012b). As negociações com as editoras continuaram e em 2004, já sob os auspícios da Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, depois Agência para a Sociedade do Conhecimento, surge a b-on. Esta definiu como meta proporcionar à comunidade científica e académica portuguesa acesso a publicações científicas editadas por algumas das mais reputadas editoras de conteúdos científicos e detentoras de bases de dados de importância capital no meio científico.

À semelhança da maioria das instituições do ensino superior portuguesas o IPCB é membro integrante do consórcio Biblioteca do Conhecimento Online (b-on). Baseada num modelo de consórcio a b-on permitiu otimizar a aquisição de recursos traduzida numa economia de escala focada na aquisição centralizada dos conteúdos (COSTA, 2010; COSTA, 2010A; COSTA, LOPES, 2012; COSTA, VAZ, AMANTE, 2012a; COSTA, VAZ, AMANTE, 2012b). Ao longo da sua existência os conteúdos da b-on têm variado e têm-se diversificado. A realização de negociações periódicas efetuadas a nível nacional possibilita a introdução de novos conteúdos ou de outros mais adequados às necessidades dos utilizadores. Aliás, através da participação na b-on as instituições aderentes possibilitam aos seus utilizadores principais tais como os docentes/investigadores e os estudantes dos vários níveis de ensino, o acesso a conteúdos de várias naturezas como revistas científicas, *e-books*, bases de dados bibliográficas, portais. No IPCB, a b-on é o recurso, por excelência, de apoio às atividades de pesquisa e investigação (Rodrigues, 2016).

Segundo Costa Vaz e Amante (2012b) à data da sua investigação a b-on proporcionava o acesso a cerca de 22.000 título de revistas científicas e a cerca de 18.000 *e-books*, disponibilizados em pacotes. A b-on disponibiliza o pacote *all for all* – geral e hospitalar, o pacote *some for some* e ainda permite aceder a conteúdos que se encontram em regime de livre acesso.

No que toca aos níveis de utilização Costa, Vaz e Amante (2012a) referem serem as universidades, as IES que apresentam maiores índices de procura relativamente aos conteúdos da b-on, afirmação corroborada a partir dos dados referenciados por Lopes (2013), Lopes (2014) e Lopes (2015).

A utilização da b-on tem vindo a manifestar uma tendência anual crescente do número de *downloads*, constatando-se que, em 2012 a b-on ultrapassou os nove milhões

de *downloads*, tendo aumentado ligeiramente esse patamar em 2013 (+0,2%). Para além desta constatação, por consulta ao Boletim Estatístico da b-on, nas várias edições, verifica-se, igualmente, uma tendência de sazonalidade em termos de *downloads* que se traduz em picos elevados nos meses de outubro, e novembro, e menos elevados em março e maio, e em depressões no mês de agosto (LOPES, 2013; LOPES, 2014; LOPES, 2015). Igual tendência regista-se no IPCB.

Aliás, segundo Lopes (2013), Lopes (2014) e Lopes (2015), em 2012 em 23 institutos politécnicos o IPCB surge em décimo terceiro lugar em termos de número médio de *downloads*; em 2013, em 20 institutos politécnicos o IPCB surge em décimo primeiro lugar em termos de número médio de *downloads*; em 2014, em 21 institutos politécnicos o IPCB ficou colocado na décima terceira posição em termos de número médio de *downloads* por utilizador potencial.

2 ÂMBITO E OBJETIVOS

O presente estudo decorreu no IPCB e teve como objetivo analisar o uso da b-on no sentido de contribuir para a compreensão dos níveis de utilização desta biblioteca digital pelos respetivos docentes/investigadores e bem assim identificar os principais problemas com vista à sua mitigação. Considerando que este é o mais importante recurso informacional que as bibliotecas do IPCB disponibilizam aos seus utilizadores e que os seus níveis de utilização são baixos, afigurou-se da maior importância compreender quais os fatores que concorrem para esta situação. Todos os docentes/investigadores ETI (Equiparado em Tempo Integral) que lecionavam no IPCB, no ano letivo de 2013/2014, constituíram o universo de aplicação do estudo.

3 METODOLOGIA

Os dados que suportam o presente estudo foram recolhidos mediante a aplicação de um inquérito por questionário modelado com recurso ao Google Docs. Os questionários foram distribuídos *online* aos docentes/investigadores do IPCB, durante o ano de 2014. Foram distribuídos um total de 288 questionários correspondendo a 288 docentes ETI. Constavam do questionário questões de natureza sociodemográfica bem como questões relativas ao conhecimento, utilização, acesso e classificação da b-on do ponto de vista dos conteúdos e da sua importância no contexto do IPCB e ainda relativas à tipologia de conteúdos mais utilizados para realização de trabalho de natureza científica.

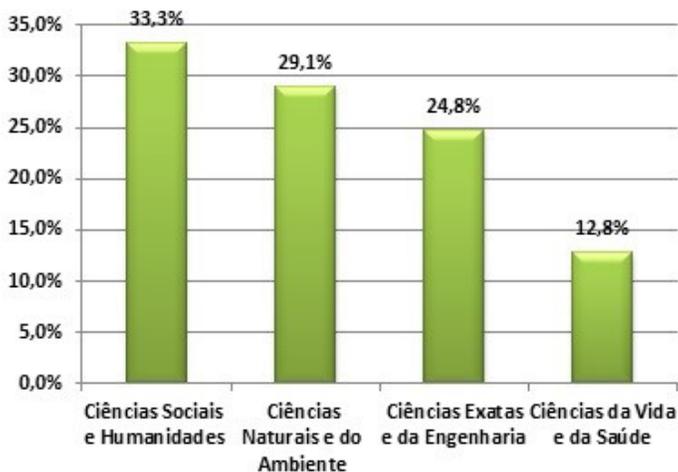
Para realização da análise dos dados recorreu-se ao Programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, IBM, SPSS Statistics).

Determinaram-se as percentagens para as diversas variáveis e, em algumas situações, calculou-se a média e o desvio padrão. Sempre que se considerou necessário estabelecer e estudar relações entre variáveis utilizou-se o teste do Qui-quadrado de Pearson (MAROCO, 2003). Para as variáveis que implicaram classificações quantitativas calculou-se a média e o desvio padrão, utilizou-se a ANOVA e como teste de comparações múltiplas o teste de Tukey.

4 RESULTADOS

A recolha dos dados determinou a obtenção de um total de 117 respostas válidas o que correspondeu a 33,7% do universo de aplicação do estudo. Relativamente às áreas científicas pelas quais os docentes se encontram distribuídos obtiveram-se os resultados evidenciados na figura 1. Verifica-se que a maior percentagem de docentes/investigadores se situa na área científica das Ciências Sociais e Humanidade, incluindo as Artes (CSHiA) e a menor percentagem se situa na área das Ciências da Vida e da Saúde. Estes resultados diferem do obtidos por Costa (2014) e Costa (2015) que, nos seus estudos sobre a b-on não lograram obter respostas de investigadores da área das CSHiA.

Figura 1. Distribuição dos docentes por área científica, considerando a área de investigação atual.



Relativamente ao conhecimento e utilização da b-on obtiveram-se os dados constantes da tabela 1. A análise dos mesmos permite afirmar que a maioria dos docentes conhece a b-on mas, para além dos 7 docentes/investigadores que não conhecem a b-on, existem ainda 13 que conhecem a biblioteca digital b-on mas não são seus utilizadores.

Tabela 1. Conhecimento e utilização da b-on.

Conhece a b-on	Respostas	Utiliza a b-on	Respostas
Sim	110 (94,0%)	Sim	97 (82,9%)
Não	7	Não	20
Total	117	Total	117

Quanto à frequência de utilização da b-on verificou-se que dos 97 docentes/investigadores que responderam utilizar a b-on 33,3% afirmaram utilizar a b-on de 15 em 15 dias, 29,1% afirmaram utilizá-la 2 a 3 vezes por semana e 19,7% referiram utilizá-la uma vez por mês. Apenas 8,3% afirmaram utilizar a b-on diariamente. Estes resultados denotam uma utilização não sistemática do recurso e parecem deixar antever que este pode não estar a ser utilizado em todo o seu potencial, nem com todas as suas funcionalidades. Os resultados obtidos quer quanto ao uso da b-on quer quanto às frequências da sua utilização estão de acordo com os que foram apresentados por Lopes (2013, 2014 & 2015) nos Boletins estatísticos da b-on em que se verificar que os níveis de utilização da b-on por parte da comunidade académica do IPCB se posicionam sempre na segunda metade das Instituições de Ensino Superior portuguesas que fazem parte do consórcio b-on. Considerando que a b-on se encontra implementada no IPCB há mais de 10 anos parecia ser natural que, tanto o conhecimento e uso da b-on quanto a frequência da sua utilização se revelassem mais expressivas, o que de resto vai ao encontro do referido por Rodrigues (2016).

Para analisar a forma como os docentes/investigadores avaliam a b-on do ponto de vista dos conteúdos foram analisados os parâmetros referidos adiante, os quais foram calculados de acordo com a distribuição dos docentes/investigadores por área científica disponibilizada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Assim consideraram-se os seguintes parâmetros: qualidade dos conteúdos em *full-text*, quantidade dos conteúdos em *full-text*, pertinência dos conteúdos em *full-text* e fiabilidade/credibilidade dos conteúdos em *full-text*. Para o efeito foi utilizada uma escala valorativa de 1 a 5 em que 1 correspondia a Mau e 5 a Excelente. Obtiveram-se os valores médios que se apresentam na tabela 2.

Tabela 2. Classificação média por parâmetro.

Parâmetros	Classificação média atribuída
Qualidade dos conteúdos em full-text	4,017 ($\pm 0,7985$) ($P < 0,05$)
Quantidade dos conteúdos em full-text	3,863 ($\pm 0,7300$) ($P > 0,05$)
Pertinência dos conteúdos em full-text	3,923 ($\pm 0,9017$) ($P < 0,05$)
Credibilidade/Fiabilidade dos conteúdos em full-text	4,256 ($\pm 0,7561$) ($P < 0,05$)

Assim verificou-se que os docentes/investigadores que indicaram pertencer à área científica de Ciências da Vida e da Saúde (CVS) foram os que atribuíram maior valor ao parâmetro qualidade dos conteúdos em *full-text* (4,267) ($\pm 0,5936$) e os docentes/investigadores da área das CSHiA foram os que melhor valor atribuiu a este parâmetro (3,667) ($\pm 0,8057$) ($P < 0,05$). Quanto à pertinência dos conteúdos verificou-se que os docentes/investigadores da área das Ciências Naturais e do Ambiente (CNA) (4,235) ($\pm 0,6989$) e da área das CVS (4,267) ($\pm 0,5936$) foram os que maior valor lhe atribuíram e os docentes/investigadores da área científica das CSHiA foram os que lhe atribuíram menor valor (3,436) ($\pm 0,9946$) ($P < 0,05$). No que toca à credibilidade/fiabilidade dos conteúdos verificou-se que a área das CSHiA foi a que menos valor atribuiu a este parâmetro (3,846) ($\pm 0,7085$) ($P < 0,05$). No que se refere à quantidade dos conteúdos disponíveis em *full-text*, verificou-se que o valor médio encontrado foi de 3,863, tendo variado entre 4,067 ($\pm 0,7037$) na área das CVS e 3,615 ($\pm 0,7114$) na área das CSHiA ($P > 0,05$). Os resultados obtidos nestes parâmetros são semelhantes, genericamente, aos obtidos por Costa (2015) em que a autora utilizou parâmetros equivalentes num estudo sobre os investigadores e a biblioteca digital b-on. Por outro lado Costa (2014) e Costa (2015) registaram valores semelhantes aos obtidos no presente estudo considerando que, em parte, esta situação se deve ao facto de a b-on, até há pouco tempo, disponibilizar menos conteúdos para a área das CSHiA, desequilíbrio que, aliás se continua a verificar.

Relativamente à importância da b-on para o IPCB numa escala de 1 a 5 em que 1 correspondia a Nada importante e 5 a Imprescindível obteve-se uma pontuação média

de 4,410 ($\pm 0,8004$) ($P < 0,05$). Neste parâmetro a área CVS foi a que classificou melhor a b-on (4,733) ($\pm 0,4577$) e a área das CSHiA foi a que menor importância atribuiu à b-on (4,154) ($\pm 0,9043$) ($P < 0,05$). Apesar da diferença estatisticamente significativa de pontuação atribuída entre as áreas científicas, pode-se afirmar que todos atribuem à b-on uma elevada importância no contexto do IPCB, considerando que esta é imprescindível à realização das respectivas atividades de docência e investigação. Também Costa (2014) e Costa (2015) registraram resultados semelhantes relativamente à importância da b-on por área do conhecimento.

Quando se questionaram os docentes/investigadores relativamente aos tipos de documentos mais relevantes no contexto das suas pesquisas, a maioria (97,4%) indicou os artigos científicos como os documentos mais relevantes, variando entre os 93,3% na área CSHiA e 100% na área CNA. Estes resultados parecem ser bastante animadores, na medida em que revelam que os conteúdos da b-on estão em linha com as necessidades dos seus utilizadores em termos de tipologias. Por outro lado, vão ao encontro do referido por outros autores (TENOPIR, 2012; COLLINS, JUBB, 2012) que indicam que na área das CSHiA os investigadores valorizam mais outro tipo de documentos, tais como, por exemplo os livros de texto.

Quando questionados relativamente às ferramentas mais utilizadas para localizar informação/documentos na Internet 88,0% dos docentes/investigadores selecionaram, em primeiro lugar, a opção Google. Os resultados vão ao encontro do referido por Owen e Michalak (2015) que verificaram nos seus estudos que o Google, em muitos casos, ocupou o lugar de outras ferramentas de pesquisa. Também Griffiths e Brody (2005), Melo (2012) e Bhattacharjee (2014) concluíram pela mesma situação. Todavia, à questão sobre qual o recurso mais utilizado para descarregar documentos de natureza científica 79,5% dos docentes/investigadores indicaram, em primeiro lugar, a b-on. Os resultados obtidos nestas questões corroboram os recolhidos relativamente à importância da b-on, pois embora os docentes/investigadores considerem em primeiro lugar o Google para pesquisar, quando se trata de obter o documento final utilizam a b-on o que evidencia reconhecimento pelo seu valor. Tais resultados estão de acordo com os referidos por Costa (2014) e Costa (2015) até por que a maioria dos docentes/investigadores que referiram utilizar a b-on se situa em áreas científicas nas quais a b-on disponibiliza maior quantidade de recursos.

Quando questionados sobre a necessidade de formação para utilizar bem o recurso b-on 89,6% dos docentes/investigadores responderam ser muito importante a frequência de formação. Verificou-se ainda que 57,0% responderam que deveria ser

obrigatória a frequência de formação sobre a b-on. Neste particular verificou-se que os docentes/investigadores da área das Ciências Exatas e da Engenharia foram os que em menor percentagem consideraram necessidade de formação. Estes dados revelam que os docentes/investigadores consideram que a b-on é dotada de alguma complexidade e que encontram na realização de formação um instrumento facilitador da boa utilização do recurso. Acresce que 72,7% dos docentes/investigadores indicaram dever ser o bibliotecário a ministrar essa formação. Este resultado é muito interessante e está de acordo com os resultados obtidos na medida em que estes são semelhantes aos referidos por Williamson, Wright, Burstein, & Schauder (2003), Jeyaraj e Sabherwal (2008) e Mounce (2010).

5 CONCLUSÕES

Os resultados obtidos no presente estudo permitem afirmar que a maioria dos docentes/investigadores do IPCB conhece a b-on mas, ainda assim, existe uma percentagem razoável dos mesmos que desconhece e/ou não utiliza a biblioteca digital b-on para as suas atividades de docência/investigação. Permite também afirmar que os docentes/investigadores das áreas de Ciências da Vida e da Saúde e de Ciências Naturais e Ambiente são os que melhor classificação atribuem à b-on em todos os seus parâmetros. As classificações mais baixas obtidas pela b-on foram atribuídas pelos docentes das Ciências Sociais e Humanidades, incluindo as Artes. De um modo geral, todas as áreas científicas consideraram a b-on imprescindível para o IPCB no âmbito das atividades de pesquisa e investigação e, a maioria dos respondentes considerou os seus conteúdos adequados às necessidades dos docentes/investigadores. Pode-se assim afirmar que a biblioteca digital b-on é dotada de alguma complexidade revelada pela necessidade de formação para a sua utilização referida pela maioria dos docentes/investigadores. Finalmente conclui-se pela necessidade de desenvolver para o IPCB um plano de formação sistemático e adequado às necessidades dos docentes/investigadores tendo em consideração a respetiva área científica, evidenciando as características da b-on e a sua relevância, considerando que se trata, em muitos casos, do único recurso com informação e documentos disponíveis para os docentes/investigadores do IPCB. Por outro lado, revela-se também necessário procurar apetrechar a biblioteca digital com conteúdos nas áreas de maior carência tendo em vista aumentar o seu espectro de utilização. Esta é também uma das abordagens que poderá ser utilizada pelas BES do IPCB sempre que seja necessário.

6 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro à publicação concedido pelo CERNAS-IPCB [projeto UIDB/00681/2020] financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

REFERÊNCIAS

ACRL. **The value of academic libraries: a comprehensive research review**. Chicago: ACRL, 2010. Disponível em URL: <http://www.acrl.org/value/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

AMANTE, M. J. (2007). Bibliotecas universitárias: semear hoje para colher amanhã. In IX Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Ponta Delgada, Portugal. Recuperado. **Atas**. Lisboa: BAD, 2014. Disponível em <https://hdl.handle.net/10071/346>. Acesso em 30 de abril de 2014.

BHATTACHARJEE, N. Web searching behavior: a case study among the library users of Silchar Medical College. **International Journal of Library and Information Science**, v. 2, n. 3, p. 27-35, 2014.

COLLINS, E.; JUBB, M. How do researchers in the Humanities use information resources? **Liber Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 176-187, 2012.

COSTA, M. T. Biblioteca do conhecimento online (b-on): seis anos de acesso à informação. **MALEO**, v.1, p. 4-6, 2010.

COSTA, M. T. Formação b-on: competências ao nível da utilização dos recursos e serviços electrónicos. In X Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Guimarães, Portugal. **Atas**. Lisboa: BAD, 2010a. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/163>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

COSTA, M. T. F. C. **O impacto da biblioteca do conhecimento online (b-on) sobre a utilização e a produção científica portuguesas (2000-2010)**. Évora: Universidade de Évora, 2014. Tese de doutoramento.

COSTA, M. T. Dez anos de b-on segundo os investigadores portugueses: impacto e consequências. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Évora, Outubro. **Atas**. Évora, Portugal, 12. Lisboa: BAD, 2015.

COSTA, M. T.; LOPES, C. O uso dos periódicos electrónicos nas instituições do ensino superior em Portugal. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, Portugal, 11. **Atas**. Lisboa : BAD, 2012. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/314>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

COSTA, M. T.; VAZ, F.; AMANTE, M. J. Análise da utilização e da produção científica pela comunidade académica portuguesa. **Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, Lisboa, Portugal, 11. **Atas**. Lisboa, BAD, 2012a. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/314>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

COSTA, M. T.; VAZ, F.; AMANTE, M. J. (2012b). Acceso a la información y la producción de conocimiento científico: la b-on y un análisis bibliométrico. **Aula Abierta**, v. 40, n. 2, p. 85-95, 2012b.

DADZIE, P.; VAN DER WALT, T. Access and use of digital resources: a survey of their value for faculty in three Ghanaian universities. **LIBRI**, v. 65, n. 1, p. 57-70, 2015.

- GRIFFITHS, J. R.; BRODY, P. Student searching behavior and the web: use of academic resources and Google. **Library Trends**, Spring, p. 539-554, 2005.
- JEYARAJ, A.; SABHERWAL, R. Adoption of information systems innovations by individuals: a study of processes involving contextual, adopter, and influencer actions. **Information and Organization**, v. 18, p. 205-234, 2008.
- LOPES, P. **Boletim estatístico 2012: b-on**. Lisboa: FCCN, 2013.
- LOPES, P. **Boletim estatístico 2013: b-on**. Lisboa: FCCN, 2014.
- LOPES, P. **Boletim estatístico 2014: b-on**. Lisboa: FCCN, 2015.
- MARINO, M.; DI; LAPINTIE, K. Libraries as transitory workplaces and spatial incubators. **Library & Information Science Research**, v.37, p.118-129, 2015.
- MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. (2.ªed.). Lisboa: Silabo, 2003.
- MELO, L.B.O impacto das fontes eletrónicas de informação e o caso b-on – Biblioteca do Conhecimento Online nas bibliotecas académicas portuguesas. In X Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Guimarães, *Portugal*, 10. **Atas**. Lisboa: BAD, 2012. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/265>. Acesso em: 2 dez. de 2013.
- MOUNCE, M. Working together: academic librarians and faculty collaborating to improve student's information literacy skills: a literature review 2000-2009. **The Reference Librarian**, v. 51, n. 4, p. 300-320, 2010.
- MUSHTAQ, M. Parability or veracity of paperless societies and the stand of libraries. International Research. **Journal of Library & Information Science**, v. 4, n. 4, p. 431-448, 2014.
- ORERA-ORERA, L. La biblioteca universitaria ante el nuevo modelo social y educativo. **El Profesional de la Información**, v. 16, n.4, p. 329-337, 2007.
- OWEN, W.; MICHALAK, S. C. Engine of innovation: building the high-performance catalog. **Information Technology and Libraries**, v. 34, n. 2, p. 5-18, 2015. Disponível em DOI:10.6017/ital.v34i2.5702. Acesso em:19 de abril de 2016.
- PÉREZ PULIDO, M.; TERRÓN TORRADO, M. La teoría de la difusión de la innovación y su aplicación al estudio de la adopción de recursos electrónicos por los investigadores en la Universidad de Extremadura. **Rev. Esp. Doc. Cient.**, v. 23, n. 3, p. 308-329, 2004.
- Rodrigues, M. C. História e perspectivas: Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Biblios**, v. 28, p.14, 2007.
- RODRIGUES, M. E. P. **Contribución al estudio del uso potencial de los recursos electrónicos en la enseñanza superior**. Tese de doutoramento, Universidad de Extremadura. Badajoz: Universidad de Extremadura, 2016. Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/5423>.
- ROSSMAM, D. & ARLITSCH, K. From acquisition to access: the changing nature of library budgeting. **Journal of Library Administration**, v. 55, n. 5, p. 394-404, 2015. Disponível em: URL: <http://www.tandfonline.com/loi/wjla20>. Acesso em: 6 ago. 2015.

SCIGLIANO, M. Measuring the use of networked electronic journals in an academic library consortium: moving beyond MINES for libraries in Ontario Scholars Portal. **Serials Review**, v. 2, p.72-78. Disponível em: DOI: 10.1016/j.serrev.2010.03.003. Acesso em 20 mai. de 2014.

SHUMAKER, J. W. The higher education environment and the role of the academic library. In **ACRL National Conference, Charlotte, North Carolina, USA, 11**. Chicago: ACRL, 2003. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/events/pdf/humaker.PDF>. Acesso em: 1 de dez. de 2010.

TENOPIR, C. Beyond usage: measuring library outcomes and value. **Library Management**, v. 33. n.1/1, p. 5-13, 2012. Disponível em: DOI:10.1108/01435121211203275. Acesso em 16 de abr. de 2014.

THOMPSON, J.; CARR, R. **La biblioteca universitaria: introducción a su gestión**. Madrid: Fundación German Sanchez Ruipérez, 1990.

WEINER, S. The contribution of the library to the reputation of the university. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 35, n. 1, p. 3-13, 2009.

WILLIAMSON, K.; WRIGHT, S.; BURSTEIN, F.; SCHAUDER, D. Adoption of online databases in public libraries: an Australian case study. **Library and Information Science Research E-Journal**, v. 13, n. 2, p. 1-8, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.32655/LIBRES.2003.2.2>. Acesso em: 31 de jul.de 2016.

CAPÍTULO 4

REDE ACADÉMICA WEIWER® E COREOGRAFIAS DIDÁTICAS: QUE RELAÇÃO?

Data de submissão: 20/05/2022

Data de aceite: 09/06/2022

Teresa Margarida Loureiro Cardoso

Universidade Aberta
Departamento de Educação e
Ensino a Distância
Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-7918-2358>

Luciano Gamez

Universidade Federal de São Paulo
Universidade Aberta do Brasil
São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0796-668X>

Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho

LE@D, Laboratório de Educação a
Distância e eLearning
Universidade Aberta
Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3146-8792>

RESUMO: As Tecnologias Educacionais em Rede assumem-se como parceiras incontornáveis na atualidade quando associadas ao trabalho que se desenvolve nas instituições educativas no mundo. Nesse sentido, como temos vindo a defender, o ecossistema em que a Wikipédia se suporta tem-se apresentado como um importante

recurso que permite trabalhar um vasto conjunto de competências educacionais, para diferentes públicos-alvo, em diferentes contextos educativos. Neste trabalho, a enciclopédia eletrônica da atualidade é entendida por nós como um Recurso Educacional Aberto, e conseqüentemente, se inscreve no movimento da Educação Aberta e em rede. Além disso, é catalisadora de Práticas Educacionais Abertas, apresentando-se como ponto de partida e estratégia de ensino e aprendizagem a um trabalho desenvolvido em parceria entre uma universidade brasileira e uma universidade portuguesa, ambas situadas no contexto formativo da Educação a Distância. Concretamente, apresentamos uma proposta de integração curricular da Wikipédia nas Disciplinas de “Ensino e Aprendizagem em Contextos Formais e Acadêmicos”, e “Currículo, Cultura Escolar e Acadêmica, ambas parte do currículo do Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional da Universidade Federal de São Paulo. A estratégia pedagógica assumida apoia-se no conceito de Coreografias Didáticas, ou de ensino, como metáfora para o planejamento educacional. Nesse âmbito, o capítulo apresenta, num primeiro momento, o suporte teórico fundamentado nas questões associadas à Educação Aberta, onde se inscreve a Rede Acadêmica Internacional WEIWER®, e nela, a Wikipédia e o embasamento das Coreografias Didáticas. Num segundo momento, busca identificar o desenho curricular, o desenho educacional, e

o contexto da integração curricular da Wikipédia no ensino superior no Brasil, ou seja, um exemplo de conexão entre a Rede WEIWER® e as Coreografias Didáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias Educacionais em Rede. Educação Aberta. Wikipédia. Coreografias Didáticas. Rede Acadêmica Internacional WEIWER®.

THE WEIWER® ACADEMIC NETWORK AND THE CHOREOGRAPHIES OF TEACHING: WHAT RELATIONSHIP?

ABSTRACT: The Networked Educational Technologies are assumed as unavoidable partners today, namely when associated to the work that is developed in educational institutions around the world. Thus, as we have been advocating, the ecosystem on which Wikipedia is supported is an important resource that allows to foster a vast set of educational skills, for different target audiences, in different educational contexts. In this work, the online encyclopedia is understood as an Open Educational Resource, consequently, as part of the Networked and Open Education movement. In addition, it is a catalyst for Open Educational Practices, presenting itself as a starting point and as a teaching and learning strategy to a work developed in partnership between a Brazilian university and a Portuguese university, both located in the training context of Distance Education. Specifically, we present a proposal for the curricular integration of Wikipedia in the Subjects of “Teaching and Learning in Formal and Academic Contexts”, and “Curriculum, School and Academic Culture”, both part of the curriculum of the Graduation Program of Technology in Educational Design at the Federal University of São Paulo. The pedagogical strategy adopted is based on the concept of Didactic Choreography, as a metaphor for educational planning. In this context, we present the theoretical framework based on Open Education, where the WEIWER® International Academic Network is included, and, in it, Wikipedia, and also the basis of the Choreographies of Teaching. Then, we identify the curricular and the educational designs, and the context of the curricular integration of Wikipedia in Higher Education in Brazil, hence presenting an example of connection between the WEIWER® Network and the Choreographies of Teaching.

KEYWORDS: Networked Educational Technologies. Open Education. Wikipedia. Didactic Choreographies. WEIWER® International Academic Network.

1 INTRODUÇÃO

As Tecnologias Educacionais em Rede assumem-se como parceiras incontornáveis na atualidade, nomeadamente quando associadas ao trabalho relacionado com as instituições educativas no mundo (CARDOSO, PESTANA, VALPRADINHOS & COSTA, 2021). Neste sentido, e como temos vindo a defender, o ecossistema em que a Wikipédia se suporta tem-se apresentado como elemento que permite trabalhar um conjunto vasto de competências e públicos-alvo no contexto educativo (CARDOSO & PESTANA, 2021; CARDOSO, PESTANA, VALPADRINHOS & COSTA, 2022; PESTANA & CARDOSO, 2022). A enciclopédia da atualidade, que assumimos enquanto Recurso Educacional Aberto (REA), e, por tal, inscrito no movimento da Educação Aberta, e enquanto

catalisador de Práticas Educacionais Abertas (PEA), apresenta-se como ponto de partida para suportar o trabalho desenvolvido numa universidade brasileira em parceria com uma universidade portuguesa, ambas com a oferta formativa na modalidade a distância (CARDOSO & PESTANA, 2020). Concretamente, referimo-nos à integração curricular da Wikipédia no módulo de “Aprendizagem baseada em projetos” da Disciplina de “Ensino e Aprendizagem em Contextos Formais e Académicos” no Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional (TEDE), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em que a estratégia assumida foi suportada por coreografias didáticas. Neste âmbito, o capítulo apresenta, num primeiro momento, o suporte teórico fundamentado na Educação Aberta, onde se inscreve a Rede Académica Internacional WEIWER®, doravante designada de WEIWER®, e nela a Wikipédia, a par do embasamento das Coreografias Didáticas. Num segundo momento, identifica-se o desenho curricular, o desenho instrucional e o contexto da integração curricular da Wikipédia no ensino superior no Brasil, que nos permite ilustrar a relação que perspectivamos entre a Rede WEIWER® e as Coreografias Didáticas, aliás no espectro mais amplo de *Ciências Socialmente Aplicáveis: Integrando Saberes e Abrindo Caminhos*, para evocar o título desse livro.

2 REDE WEIWER® E COREOGRAFIAS DIDATICAS: QUE RELAÇÃO?

Apesar de a Rede Académica Internacional WEIWER® só ter oficializado o seu início no ano de 2018 (CARDOSO, PESTANA & PINTO, 2018), de facto a gênese desta rede remonta a 2013, quando teve início uma pesquisa no contexto do Mestrado em Pedagogia do e-Learning, ofertado pela Universidade Aberta (Portugal), que pretendia, entre outros objetivos, identificar que possibilidades existiam para a integração curricular da Wikipédia numa universidade portuguesa, e que, na realidade, se veio a concretizar mais tarde, em 2016 (PESTANA, 2018). Verificaram-se, também, no contexto dessa pesquisa, inúmeros projetos em que a integração curricular desta enciclopédia foi alvo de projetos e investigações. Assim, a Wikipédia enquanto objeto de estudo e estratégia pedagógica tem vindo a tornar-se cada vez mais presente nos diversos níveis de ensino no mundo, sendo que o percurso iniciado pela Universidade Aberta (Portugal) tem vindo a ser desenvolvido e construído de forma consolidada ao longo do tempo. Assim, salienta-se que o LE@D, Laboratório de Educação a Distância e eLearning, unidade de investigação sediada naquela instituição pública de ensino superior, tem promovido pesquisas sobre estudos de integração curricular nos diversos níveis de ensino, resultando em dissertações de mestrado, teses de doutoramento, relatórios de pós-doutoramento e artigos científicos. É neste campo de ação que o LE@D lançou

a Rede WEIWER®, concretizando, em outubro de 2018, as primeiras Sessões Abertas desta rede, as WEIWER® *Open Sessions*. Este evento integrou as comemorações dos 30 anos da Universidade Aberta (Portugal) e da Semana Internacional do Acesso Aberto (esta promovida pela SPARC - *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition*), caracterizando-se como um evento inovador, sobretudo pela sua temática, inédita em Portugal (CARDOSO, PESTANA & PINTO, 2019).

A Rede WEIWER®, cujo logótipo se representa na Figura 1, foi criada assumindo o mote “Vamos Partilhar, Aprender & Descobrir?!” (CARDOSO, GAMEZ, PESTANA & PINTO, 2020), com os objetivos de: disseminar Práticas Educacionais Abertas (PEA) onde a Wikipédia assume um papel relevante; divulgar resultados de pesquisa no domínio da formação e educação aberta com a Wikipédia, numa perspetiva de construção de novas linhas de investigação e desenvolvimento; estimular a reflexão crítica sobre a integração curricular da Wikipédia, nomeadamente no contexto da formação contínua de docentes e formadores; difundir outros projetos do ecossistema da *Wikimedia Foundation*; estabelecer redes de intervenção no domínio das PEA, concretamente no contexto da Wikipédia (CARDOSO, PESTANA & PINTO, 2020).

Figura 1 – Logótipo da WEIWER®



2.1 A WIKIPÉDIA NO MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO ABERTA

Antes de abordarmos diretamente o fenómeno da Wikipédia, importa evidenciar como esta enciclopédia se integra no movimento associado à Educação Aberta. Assim, de acordo com Cronin & Maclaren (2018) *apud* Pestana (2018), o conceito integra recursos, ferramentas e práticas individuais e/ou institucionais com vista a promover o acesso, a eficiência, o sucesso e a equidade na educação no mundo. Neste contexto, evidenciase que, a partir de Cardoso & Pestana (2021), identificamos a Wikipédia enquanto Recurso Educacional Aberto (REA) e enquanto Prática Educacional Aberta (PEA). A Wikipédia é um projeto global (CARDOSO & PESTANA, 2018), no qual existe abertura, pois proporciona um inegável contributo para a democratização do acesso à informação. Focalizando a população estudantil, constata-se que a é uma das principais fontes de

pesquisa, simultaneamente para assuntos do dia-a-dia e para assuntos relacionados com o trabalho escolar/acadêmico (PESTANA, 2014, 2015, 2018).

As enciclopédias assumem-se como artefatos históricos que têm oferecido, ao longo do tempo, uma compreensão de mundo relacionado à época em que são escritas, já que disponibilizam um corpo de conhecimentos vinculados a esses determinados momentos históricos. Porém, Tkacz (2015) *apud* Pestana (2018) defende, tal como qualquer acadêmico na época do iluminismo, que as enciclopédias são artefatos altamente politizados. É nesse contexto que o autor evidencia a pertinência de se compreender a enciclopédia da atualidade.

Esse desafio contemporâneo, no caso da Wikipédia, é concretizado com a colaboração de um enorme e diversificado grupo de voluntários, os Wikipedistas, que produzem os verbetes, cuja edição se rege por “Cinco Pilares” (LIH, 2009 *apud* PESTANA, 2018): (i) Enciclopedismo; (ii) Neutralidade de ponto de vista; (iii) Licença livre; (iv) Convivência comunitária; (v) Liberdade nas regras. Salientamos, nesses atos sociais, que se, por um lado, é com facilidade que criamos e/ou atualizamos um verbete na Wikipédia, por outro existe um conjunto bastante significativo de normas tácitas e implícitas que suportam estas atividades (HALFAKER et al., 2012 *apud* PESTANA, 2018). Salientamos, ainda, que, não raras vezes, há a percepção, errada, de ser simples a edição dos verbetes. Importa salientar, igualmente, que existe uma relação muito próxima entre a Wikipédia, e os seus projetos irmãos, e a educação. Esta relação pode ser identificada sob diversos contextos, no entanto, identificamos o Programa Wikipédia na Universidade da comunidade lusófona, cuja página foi meta-analisada por Pestana & Cardoso (2020).

Perspectivada a Wikipédia no movimento da Educação Aberta, a seguir direcionamo-nos para as Coreografias Didáticas na integração curricular da Wikipédia.

2.2 AS COREOGRAFIAS DIDÁTICAS NA INTEGRAÇÃO CURRICULAR DA WIKIPÉDIA

Começamos por referir novamente que entendemos a Wikipédia enquanto REA e PEA; se inserida no Programa Wikipédia na Educação, permite estabelecer, por exemplo, uma relação basilar na Rede WEIWER®. Também as inúmeras potencialidades dessa enciclopédia, enquanto REA e PEA, são centrais a esta Rede, dado que permite integrar diversas estratégias pedagógicas, nomeadamente à luz do trabalho de Zabalza (2006, 2008, 2009, 2016) *apud* Cardoso, Gamez, Pestana & Pinto (2020), porque concebemos tais ações (práticas) como o desenho de uma coreografia didática e institucional.

O conceito de coreografias didáticas, lembramos, foi inicialmente proposto por Oser & Baeriswyl (2001) *apud* Gamez & Cardoso (2019), ao estabelecerem uma relação

metafórica entre a dança e os processos de ensino e aprendizagem, postulando que os professores atuam como coreógrafos dos contextos de ensino, ao organizarem coreografias que, postas em cena, orientam e organizam o processo de aprendizagem dos estudantes, que, por sua vez, a ampliam na busca dos seus próprios ritmos e percursos de aprendizagem. Isto é, do mesmo modo que os movimentos de um dançarino se relacionam com os elementos do palco, os movimentos do professor ou dos estudantes são relacionados aos vários elementos dos contextos educacionais, como o currículo e os recursos disponíveis para que a educação de desenvolva. Essas situações de ensino e aprendizagem podem ser presenciais e estar localizadas em espaços concretos e formais ou não formais (aulas, laboratórios, lugares de prática), mas podem também ser virtuais (sistemas de educação a distância ou online), porém, em todo o caso, reforça Zabalza (2016) *apud* Cardoso, Gamez, Pestana & Pinto (2020) têm o mesmo papel, ou seja: definem, concretizam e possibilitam oportunidades de ensino e de aprendizagem.

A metáfora da coreografia didática compreende, na visão de Nogueira & Pizzi (2014) *apud* Cardoso, Gamez, Pestana & Pinto (2020), pensar as práticas pedagógicas num sentido inovador, considerando o espaço educativo como um verdadeiro palco para novas descobertas, construções e modificações de saberes e ações, oferecendo uma possibilidade para que docentes (mas, acrescentamos, também os designers educacionais) organizem os distintos cenários pedagógicos, buscando proporcionar aprendizagens mais significativas e vivenciais para os estudantes. Ainda Oser & Baeriswyl (2001) *apud* Cardoso, Gamez, Pestana & Pinto (2020) reforçam que a coreografia didática está estruturada em quatro grandes níveis:

- (i) **Antecipação** – Refere-se ao planejamento do desenho pedagógico, a que operações mentais, procedimentos, atividades de aprendizagem irá o estudante precisar mobilizar para aprender? É a partir dessas especificações que se definirão as estratégias de ensino.
- (ii) **Colocação em cena** – Refere-se à Execução, ou seja, ao momento de colocar em cena tudo o que foi planejado. Que cenários? Que recursos? Que ritmos? Que materiais deverão ser utilizados para aprender?
- (iii) **Modelo-base de aprendizagem** – Quais modelos base de aprendizagem são utilizados? Quais trilhas de aprendizagem são percorridas? Como os alunos mobilizam diferentes habilidades para aprender um determinado conteúdo, seja ele procedimental, conceitual ou factual? Aprendizagem por experiência? Por descoberta? Por construção de conceitos? Por uso de recursos tecnológicos? Que modelos mentais são efetivamente acionados?

- (iv) **Produto da aprendizagem do estudante** – Quais são os resultados das aprendizagens? Que tipos de produções são elaboradas pelos alunos como resultado do processo? É um texto, um vídeo, uma apresentação, uma pesquisa, um artefato produzido, ou dados que foram coletados?

Com base nos princípios centrais de cada um desses quatro níveis, Gamez & Trindade (2019) descrevem as referidas etapas, adaptando-as a um modelo de coreografia didática para o ensino superior online, no contexto do paradigma pedagógico da comunicação (TRINDADE & COSME, 2010; COSME & TRINDADE, 2013), modelo que inspirou a proposta coreográfica que a seguir se apresenta.

3 REDE WEIWER® E COREOGRAFIAS DIDATICAS: PROPOSTAS NO TEDE

Tendo como suporte a metáfora das Coreografias Didáticas, passamos a trabalhar estes pressupostos nas disciplinas de “Ensino e Aprendizagem em Contextos Formais e Acadêmicos” e de “Currículo, Cultura Escolar e Acadêmica”, do Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional (TEDE).

Previamente, de acordo com Gamez (2020), foram mapeados os referenciais do TEDE a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em um estudo que procurou responder à questão: *Que referenciais do TEDE/UNIFESP existem na Wikipédia Lusófona em design educacional?* Nesse estudo, o mapeamento foi de cariz exploratório, descritivo, e interpretativo, de natureza mista, ou multimodal, pois a recolha e a análise dos dados resultaram da combinação tanto da abordagem quantitativa como da abordagem qualitativa, inspirado no MAECC®, Meta-modelo de Análise e Exploração do Conhecimento Científico®, proposto por Cardoso (2007).

Inicialmente, foi identificado um *corpus* analítico de 189 termos, considerados de nível macro (GAMEZ, 2020), o que gerou uma extensa lista, que tornou complexa e hercúlea a tarefa de os explorar na Wikipédia Lusófona, para identificação e levantamento respetivo da (in)existência de verbete correspondente. Esta situação foi ultrapassada pela implementação de um instrumento de recolha de dados adicional, que não havia sido considerado *a priori*. Mais especificamente, foi criado e implementado um inquérito por questionário, inspirado no método de estudo Delphi, que foi disponibilizado online, por via telemática, e ao qual responderam membros de comunidades em Design Educacional, entre docentes e estudantes do próprio curso de TEDE, bem como especialistas e profissionais atuantes nessa área, num total de 80 respondentes. Da aplicação desse instrumento complementar de recolha de dados, entre outros resultados, foi possível constatar um conjunto de 219 termos, o que igualmente se

considerou complexo e hercúleo para concretizar a identificação e o levantamento antes referidos na Wikipédia Lusófona.

Como tal, essas listagens foram ambas confrontadas, sendo que ao final, e de sua interseção, resultou um *corpus* comum composto por 106 termos, foi decidido optar por selecionar apenas alguns (poucos) dos termos para testar e ensaiar a sua análise na Wikipédia Lusófona, por modo a não comprometer a conclusão do estudo. Dessa análise, tomou-se como ponto de partida quatro conceitos basilares no curso TEDE, a saber: aprendizagem; educação; design; tecnologia. Porém, é de ressaltar que, dada a centralidade da educação, se incluiu ainda nesse *micro-corpus*-piloto o adjetivo qualificativo educacional.

Devido à abrangência conceitual das palavras-chave selecionadas para esse *micro-corpus*-piloto seria expectável antecipar que os verbetes respetivos na Wikipédia Lusófona fossem bastante pulverizados, o que veio a comprovar-se, dado que apontam para um conjunto significativo de verbetes tendo como termos-raiz precisamente esses vocábulos (recordando-os: aprendizagem, design, educação/educacional e tecnologia).

Da análise qualitativa dos referidos verbetes na Wikipédia Lusófona, após aplicação de crivos de relevância e filtros de contextualização, em face da nossa moldura teórica e ao campo de atuação e prática do Design Educacional, ou áreas correlatas, embora desconsiderando os termos que aparecem referenciados na seção de algum outro verbete e aqueles cujo significado aponta para outros contextos ou outras áreas de conhecimento não correlatas ao Design Educacional, foi possível mapear 33 verbetes em torno de aprendizagem, 50 em torno de educação, 29 em torno de design e 20 em torno de tecnologia, resultado que deu subsídio à criação de um cenário pedagógico para proposição de uma atividade de aprendizagem nas disciplinas do TEDE, anteriormente referidas.

Tendo como referência as quatro fases de uma Coreografia Didática, antes aludidas, propostas por Zabalza (2016) *apud* Cardoso, Gamez, Pestana & Pinto (2020), descrevem-se a “Antecipação”, a “Colocação em cena” e os “Modelos base de aprendizagem” dessa coreografia didática específica (cf. Figura 2); o “Produto da aprendizagem” será posteriormente descrito, na continuidade dessa pesquisa, após análise das interações realizadas pelos estudantes.

3.1 DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE COREOGRAFIA DIDÁTICA COM A WIKIPÉDIA

Assim, na fase 1, da Antecipação, foram identificadas como aprendizagens relevantes aos alunos a compreensão dos conceitos de Currículo, Objetivos de

Aprendizagem e Competências Educacionais. Previu-se também que os alunos desenvolvessem a competência de análise crítica da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a partir de reflexões e discussão colaborativa, tendo como subsídio a análise documental do PPC do TEDE. Ainda na fase de antecipação previu-se que os alunos desenvolvessem a competência de pesquisa e análise de termos referenciais do currículo do TEDE, e da forma como esses termos estão descritos na Wikipédia Lusófona, cabendo aos alunos a análise crítica da qualidade descritiva de tais conceitos na enciclopédia digital, bem como a sugestão de como poderiam ser melhorados ou complementados.

Já na fase 2, da Colocação em cena, para dar subsídio ao desenvolvimento das competências previstas na fase anterior, da Antecipação, foram disponibilizados recursos pedagógicos (textos, vídeos e páginas *web*) destinados ao estudo do tema. Com base nesses recursos foi proposto um fórum de discussão e debate, bem como uma atividade de análise e produção de verbetes a partir da observação na Wikipédia dos termos chave descritos no estudo proposto por Gamez (2020), que lembramos: Aprendizagem, Educação, Design, Tecnologia. As concepções pedagógicas subjacentes ao desenvolvimento dessas atividades pelos alunos ancoram-se nos princípios do sócio-interacionismo e da aprendizagem colaborativa, aberta e em rede.

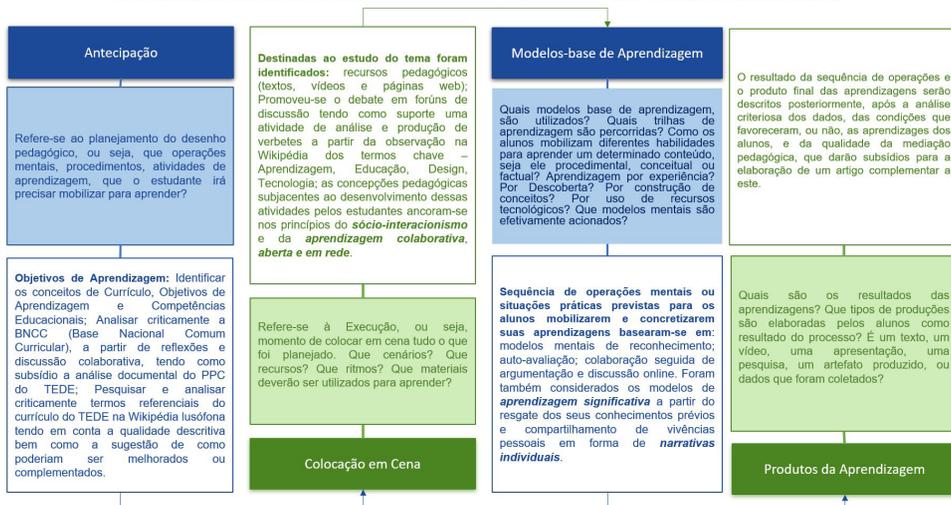
Na fase 3, atinente ao Modelo-base da aprendizagem do estudante, a sequência de operações mentais ou situações práticas previstas para os alunos mobilizarem e concretizarem suas aprendizagens basearam-se em modelos mentais de reconhecimento, auto-avaliação, colaboração, seguida de argumentação e discussão online. Foram também considerados os modelos de aprendizagem significativa a partir do resgate dos seus conhecimentos prévios e compartilhamento de vivências pessoais em forma de narrativas individuais.

Por último, na fase 4, do Produto da aprendizagem, o resultado da sequência de operações e o produto final das aprendizagens serão descritos posteriormente, como já explicitado, após a análise criteriosa dos dados, das condições que favoreceram, ou não, as aprendizagens dos alunos, e da qualidade da mediação pedagógica, que darão subsídios para a elaboração de um texto complementar a este.

Antes de concluir, sistematizamos visualmente, na Figura 2, a nossa proposta de coreografia didática, descrita precedentemente, específica para a integração curricular da Wikipédia no TEDE, assim corporizando uma PEA alinhada à Rede WEIWER®.

Figura 2 – Mapa conceitual da Coreografia Didática adotada na integração curricular da Wikipédia no TEDE (UNIFESP)

"Ensino e Aprendizagem em Contextos Formais e Acadêmicos", e "Currículo, Cultura Escolar e Acadêmica", do Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional (TEDE).



Em estudo prévio, conduzido por Gamez (2020), com o propósito de responder a “Que referenciais do TEDE/UNIFESP existem na Wikipédia Lusófona em design educacional?”, foi identificado um *corpus*-piloto seletivo, que permitiu o mapeamento de um total de 132 verbetes na referida enciclopédia online. Sendo heterogêneos, constatou-se que todos admitem posterior edição, no sentido de aprimoramento, melhoria e clarificação, ou até mesmo, nalguns casos, tradução. Além disso, observou-se que todos podem ser integrados como conteúdos de ensino e aprendizagem, abertos e em rede, quer no contexto de uma ou mais disciplinas do curso, quer no contexto da Wikipédia Lusófona. Ou seja, todos podem fazer parte de uma agenda educacional, pautada pela mudança e inovação, que acolhe a utilização da Wikipédia como recurso educacional aberto (REA), inscrito em práticas educacionais abertas (PEA) e estratégias pedagógicas online. Esta premissa permeou o desenho e a implementação de coreografias didáticas no curso TEDE, que se articularam com o estudo prévio conduzido por Gamez (2020), antes mencionado, dando a ele continuidade na prática, já que se verificou em referido estudo que estamos em presença de um referencial em TEDE que carece ainda de consolidação, nomeadamente em língua portuguesa, e muito em particular na Wikipédia Lusófona.

Embora não seja generalizado, quiçá menos no panorama luso-brasileiro, ainda há docentes, nomeadamente do ensino superior, que afirmam que a Wikipédia é uma

poderosa ferramenta de aprendizagem, recomendando sua utilização em contextos educativos. Corroboramos este posicionamento não só com base na revisão da literatura internacional, mas também nas inúmeras pesquisas que temos vindo a realizar, algumas das quais fomos dando conta ao longo desse texto. Assim, vale ressaltar a posição de Bolívar (2012) que refere, no âmbito da mudança educativa, que não é possível prosperar se não nos basearmos na evidência dos dados, entendidos no sentido amplo; como o próprio refere: “muitas discussões improdutivas, sobre as diferentes opiniões e intuições, acabam sem que os dados sejam colocados no centro da melhoria. Aquilo que se tem de fazer ou não, a tomada de decisões e o valor das ações realizadas devem estar baseados nos dados, enquanto a melhoria deve ser ajuizada em função deles” (p. 255).

Com essa preocupação, de prosperar, nos baseando “na evidência dos dados” e colocando-os “no centro da melhoria”, consideramos relevante continuar a ampliar a Rede WEIWER®, cuja gênese embrionária remonta, conforme explicitado, a 2013. Como antes demos conta, as WEIWER® *Open Sessions* de 2018, de acordo com Cardoso, Pestana & Pinto (2019), corporizaram o seu arranque oficial e as evidências então recolhidas permitem afirmar que aí se começaram a esboçar coreografias institucionais preliminares, algumas, entretanto concretizadas, outras ainda em aberto, e que por certo irão inspirar a mudança educativa desejada e exigida para a “educação [aberta] de qualidade”, conforme preconizada pelas Nações Unidas, em seus objetivos de desenvolvimento sustentável, ou ainda, em particular, alinhada ao *Program Capacity & Learning da Wikimedia Foundation*, designadamente o Programa Wikipédia na Universidade (PWU).

Espera-se, com este texto, que ele contribua para perspectivar tais melhorias, e sua centralidade, nomeadamente no âmbito de *Ciências Socialmente Aplicáveis: Integrando Saberes e Abrindo Caminhos*, em nova evocação do título do livro que este capítulo integra. Mais especificamente, espera-se, com este texto, que ele contribua para consolidar a materialização, coletiva e colaborativa, de um projeto global como a Wikipédia, e que ele inspire novos atores, docentes e discentes, a reconhecerem o potencial de uso científico da enciclopédia da atualidade, como uma ferramenta aliada ao desenho de novas coreografias didáticas em contextos educacionais diversos, abertos e em rede, consubstanciando novos trilhos pedagógicos e de integração curricular no seio da WEIWER®, a exemplo da proposta aqui explicitada, que projetamos e implementamos no ensino superior a distância no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLÍVAR, António. **Melhorar os Processos e os Resultados Educativos. O que nos ensina a investigação.** Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2012.

CARDOSO, Teresa. **Interacção verbal em aula de línguas: meta-análise da investigação portuguesa entre 1982 e 2002**. Tese de doutoramento. Universidade de Aveiro, 2007. < <http://hdl.handle.net/10773/1465> >

CARDOSO, Teresa; GAMEZ, Luciano; PESTANA, Filomena; PINTO, João. A Wikipédia no Movimento da Educação Aberta: Coreografia Reflexiva a partir da Rede Académica Internacional WEIWER®. In C. Hardagh, E. Fonfoca & N. Camas (Org.). **Processos Formativos, Tecnologias Imersivas e novos Letramentos: Convergências e Desdobramentos**, 218-233. Curitiba: Editora Collaborativa, 2020.

CARDOSO, Teresa; PESTANA, Filomena. A Wikipédia como prática e recurso educacional aberto na formação docente. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 13(32), 2020: 1-16. < <http://hdl.handle.net/10400.2/10196> >

CARDOSO, Teresa; PESTANA, Filomena. Wikipédia, uma Ferramenta de Inclusão Digital? In João Mattar (Org.). **Relatos de pesquisas em tecnologia educacional**, 147-157. São Paulo: Artesanato Educacional, Ltda, 2021. < <http://hdl.handle.net/10400.2/10915> >

CARDOSO, Teresa; PESTANA, Filomena; PINTO, João. Rede académica WEIWER: a Wikipédia como objeto de estudo? **PRISMA.COM**, 40, 2019: 107-117. < <http://hdl.handle.net/10400.2/8950> >

CARDOSO, Teresa; PESTANA, Filomena; QUEIRÓS, Paula; QUEIRÓS, Luís. Formação de Professores no Contexto Pandémico: o Papel das Tecnologias Educacionais em Rede. In Fabíola Boas & Obdália Silva (Org.). **Ensino Remoto e Formação de Professores: construção de novos saberes para os processos educativos**, 39-56. Campinas: Pontes Editores, 2022.

CARDOSO, Teresa; PESTANA, Filomena; VALPADRINHOS, Cândida; COSTA, Isabel. Tecnologias Educacionais em Rede e Recursos Educacionais Abertos na Formação de Professores: Utopia ou Realidade? In Elena Mallman, A. Reginatto & T. Alberto (Org.). **Formação de Professores: Políticas Públicas e Tecnologias Educacionais** (Vol. 1), 63-81. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. < <http://hdl.handle.net/10400.2/11395> >

COSME, Ariana; TRINDADE, Rui. **Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico: perspectivas, questões, desafios e respostas**. Porto: Mais Educação, 2013.

GAMEZ, Luciano. **Aprendizagem aberta e em rede em Design Educacional: meta-análise de referenciais no TEDE /UNIFESP e na Wikipédia**. Relatório Pós-Doutoramento em Educação a Distância e eLearning. Universidade Aberta, 2020. < <http://hdl.handle.net/10400.2/10214> >

GAMEZ, Luciano; CARDOSO, Teresa. A Wikipédia como cenário de aprendizagem colaborativo e em rede: Premissas para uma proposta de coreografia didática no contexto do paradigma pedagógico da comunicação. In António OSÓRIO, Maria João GOMES & António VALENTE (Org.). **Atas da XI Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação – Challenges 2019**, 861-870. Braga: Universidade do Minho, 2019.

GAMEZ, Luciano; TRINDADE, Rui. O desenho de coreografias didáticas no contexto do Paradigma Pedagógico da Comunicação: Reflexões a partir da observação de pares multidisciplinar. In: C. LEITE, P. FERNANDES. **Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFeT): contributos teóricos e práticos**. II Seminário Internacional, 556-567. Porto: Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto, 2019.

PESTANA, Filomena **A Wikipédia como Recurso Educacional Aberto: práticas formativas e pedagógicas no ensino básico português**. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta, 2015. < <http://hdl.handle.net/10400.2/4721> >

PESTANA, Filomena. **A Wikipédia como Recurso Educacional Aberto: concepções e práticas de estudantes e professores no ensino superior online**. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta, 2014. < <http://hdl.handle.net/10400.2/3370> >

PESTANA, Filomena. **A Wikipédia como Recurso Educacional Aberto: um contributo para o Programa Wikipédia na Universidade**. Tese de doutoramento. Universidade Aberta, 2018. < <http://hdl.handle.net/10400.2/7372> >

PESTANA, Filomena; CARDOSO, Teresa. Meta-análise da página lusófona do Programa Wikipédia na Universidade: proposta de sistema metodológico a partir de MAECC®. **Indagatio Didactica**, 12(3), 2020: 245-264. < <http://hdl.handle.net/10400.2/9986> >

PESTANA, Filomena; CARDOSO, Teresa. Wikipédia, um recurso... aberto? Educacional? Global? In José Franco & Guilherme Martins (Coord.). **Repensar Portugal, a Europa e a Globalização: Saber Padre Manuel Antunes, SJ – 100 Anos**, 339-353. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.

TRINDADE, Rui; COSME, Ariana. **Educar e Aprender na Escola: Questões, desafios e respostas pedagógicas**. Porto: Fundação Manuel Leão, 2010.

CAPÍTULO 5

CONTRIBUIÇÃO DA RETÓRICA PARA A REDAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DE ALTO IMPACTO: ANÁLISE DO ARTIGO “AS CAPACIDADES DE ORGANIZAÇÕES VOLTADAS AO MERCADO”

Data de submissão: 22/07/2022

Data de aceite: 05/08/2022

Rodrigo Guimarães Motta

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/5632584195439565>

Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/8447239091986129>

Maria Cristina Sanches Amorim

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo
São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/0355123036746708>

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi analisar um artigo de alto impacto em administração de forma a entender qual a contribuição da retórica usada em sua

¹ Esta pesquisa foi publicada em uma revista científica e foi revisada para nova publicação. Referência: MOTTA, Rodrigo Guimarães; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos; AMORIM, Maria Cristina Sanches. Contribuição da retórica para a redação de trabalhos acadêmicos de alto impacto: análise do artigo “As capacidades de organizações voltadas ao mercado”. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 23, p. 345-360, jan./dez. 2022.

redação. Para tanto, foi selecionado o estudo mais citado entre as pesquisas sobre GQT em 25 anos, o artigo de estratégia “As capacidades de organizações voltadas ao mercado”, escrito por George S. Day (1994). De modo a fundamentar a análise, o arcabouço teórico foi desenvolvido principalmente à luz dos conceitos retóricos de orador, auditório, acordo e tipos de argumento, tais como elaborados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010). Por fim, os resultados demonstraram que Day utilizou-se de ferramentas da retórica – como os argumentos de exemplo, autoridade e reciprocidade – de forma consistente ao longo de todo o artigo, assim aumentando a adesão à sua tese, o que pode ter contribuído para o sucesso e a repercussão alcançados pelo autor.

PALAVRAS-CHAVE: Administração. Artigos. Day. Retórica.

THE CONTRIBUTION OF RHETORIC FOR WRITING HIGH-IMPACT ACADEMIC PAPERS: ANALYSIS OF THE ARTICLE “THE CAPABILITIES OF MARKET-DRIVEN ORGANIZATIONS”

ABSTRACT: This paper aimed to analyze a high-impact management article to understand the contribution of rhetoric in it. To this end, we selected the most cited study in research about TQM in 25 years, the article on strategy “The capabilities of market-driven organizations”, by George S. Day (1994). To ground this analysis, a theoretical framework was developed mainly

considering the rhetorical concepts of speaker, auditorium, agreement, and types of argument, as elaborated by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2010). Finally, the results showed that Day used rhetorical tools – such as the arguments of example, authority and reciprocity – consistently throughout the article, thus increasing the adhesion to his thesis, which may have contributed to the success and repercussion achieved by the author.

KEYWORDS: Management. Articles. Day. Rhetoric.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de ferramentas da retórica pode contribuir para a redação de artigos de alto impacto em administração? Cada vez mais os acadêmicos de todos os campos do conhecimento são avaliados e incentivados pelas instituições de ensino das quais fazem parte a produzir artigos acadêmicos, trabalhos para apresentações em congressos e, em menor escala, livros. Além disso, as publicações devem ser submetidas a revistas bem-conceituadas e servir como referência para outros estudos que serão preparados por outros pesquisadores. Um artigo de alto impacto, portanto, é exatamente aquele que influencia o maior número de trabalhos.

Neste cenário, não apenas os acadêmicos são cobrados por produções com tais características, mas as instituições de ensino necessitam também que seus discentes produzam materiais de alto impacto a fim de terem avaliações melhores de seus programas. Diante do exposto, o problema de pesquisa a ser tratado neste artigo é justamente como as ferramentas da retórica podem ser utilizadas para a escrita de artigos de alto impacto em administração.

A retórica é entendida como a prática de argumentar de uma forma eficaz que conduza aqueles a quem o discurso é dirigido às conclusões e à ação pretendida pelo orador, que é aquele apresentando o argumento, o que pode ser tanto o orador de fato quanto quem escreve o texto. Sendo a retórica uma prática muito antiga dos estudos humanos, as origens do seu desenvolvimento no Ocidente podem ser remontadas aos clássicos gregos e romanos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2010), como Sócrates, Platão e Aristóteles, este último que, por sua vez, escreveu *Retórica*, obra considerada de referência na área até hoje (ARISTÓTELES, 2011).

A evolução do estudo retórico não foi, todavia, um caminho reto e contínuo, como Meyer registrou no prefácio do livro *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010). Há, porém, características que se repetem na história, como na Grécia, cujo estudo sobre a retórica avançou principalmente quando os mitos deixaram de ser as principais fontes de entendimento da realidade e foram substituídos pelas ideias desenvolvidas pelos filósofos. Esse conhecimento e modo de tratar a realidade, que foi utilizado nas cidades-Estado gregas e posteriormente na República Romana, caiu em

desuso, em virtude da primazia do uso da força para a prevalência de ideias e costumes durante o Império Romano e o regime feudal que o sucedeu.

Durante o Renascimento, a retórica ressurgiu, dada a inspiração clássica dos principais pensadores renascentistas, mas caiu novamente em certo ostracismo com o cientificismo que surgiu a partir de Descartes (2006), com seu *Discurso do método*. Foi ele que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010, p. 9), “fazendo da evidência a marca da razão, só quis considerar como racionais as demonstrações que, a partir de ideias claras e distintas, propagavam a todos os teoremas, com a ajuda de provas apodícticas, a evidência dos axiomas”. Para o autor e para os cientistas que vieram depois dele, as dificuldades não passíveis de uma redução formal não podiam ser superadas pelo raciocínio científico.

A retórica nos próximos séculos foi, então, como descreve Massmann (2009), relegada a uma posição secundária, atrelada às figuras de estilo. Somente no século XX o tema seria retomado na academia, após duas guerras devastadoras e o risco real de uma hecatombe nuclear, quando se tornou evidente que não só a ciência era incapaz de prover todas as respostas para o desenvolvimento e a sobrevivência da humanidade, como também a sua utilização poderia contribuir para o fim da espécie humana. Cabia, então, buscar entendimentos e compromissos entre partes opostas que tinham opiniões divergentes e conflitantes entre si, o que poderia ser feito através da retórica.

Massmann (2009) elege três linhas de estudos de retórica distintas que tiveram papel de destaque nessa retomada do assunto: o já mencionado *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010); a “teoria da argumentação na língua”, descrita por Anscombe e Ducrot (1983) em seu livro *L’argumentation dans la langue*; e o “modelo cognitivo de argumentação”, conforme a obra *Le discours, acteur du monde: énonciation, argumentation et cognition* de Vignaux (1988).

Ainda que a retórica seja um campo de estudos que remonta à Antiguidade e que está em evidência atualmente, os manuais de redação de trabalhos científicos não abordam a contribuição que a retórica e suas ferramentas podem oferecer para que as pesquisas sejam publicadas e obtenham um alto impacto. Espera-se que este artigo possa, então, contribuir para que acadêmicos e pesquisadores venham a utilizar ferramentas retóricas para melhorarem o impacto das suas publicações, tendo em vista que, recentemente, estudos têm sido feitos para verificar a contribuição da retórica no ensino e no desenvolvimento da pesquisa em administração (MOTTA; AMORIM; SILVA; TURRA, 2017).

Este estudo, portanto, tem como objetivo analisar um artigo de alto impacto em administração de forma a entender qual a contribuição da retórica usada em sua redação.

O artigo escolhido para análise é intitulado *The capabilities of market-driven organizations* (As capacidades de organizações voltadas ao mercado, em tradução livre), escrito por George S. Day e publicado no *Journal of Marketing* em 1994. Como será descrito adiante, o artigo selecionado, entre todos os estudos levantados que tratam da gestão da qualidade total, foi o mais citado num intervalo de 25 anos, de acordo com uma busca no *site* Web of Science, o que reforça sua relevância no meio científico.

Assim, além desta introdução, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: a próxima seção é voltada à revisão dos conceitos da retórica (através dos quais será analisado o artigo de Day); em seguida, contextualiza-se os elementos relevantes da gestão da qualidade total e da estratégia necessários para o entendimento do texto; após, apresenta-se uma síntese do artigo analisado para, na sequência, retratar-se a análise retórica propriamente dita dos seus principais elementos, finalizando-se o texto com as considerações finais e recomendações para estudos futuros.

2 REVISÃO DOS CONCEITOS DA RETÓRICA – TRATADO DA ARGUMENTAÇÃO

Com o objetivo de demonstrar a utilização da retórica para a redação de trabalhos acadêmicos de alto impacto, para servir como referência à análise de qualidade retórica, escolheu-se o livro *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010), pela relevância dos autores para o estudo da retórica nas últimas décadas.

Antes de partirmos ao aporte teórico propriamente dito, faz-se pertinente uma breve contextualização sobre os autores. Chaim Perelman, de ascendência judaica, nasceu na Polônia em 1912 e faleceu na Bélgica em 1984. Graduado em direito e doutor em filosofia, disciplina da qual foi professor universitário, era um homem de seu tempo, profundamente influenciado pela necessidade de elaboração de alternativas através do entendimento comum das situações críticas, como as que ocorreram durante sua vida – as duas grandes guerras, o holocausto judeu e a eminência da hecatombe nuclear. Já Lucie Olbrechts-Tyteca nasceu em 1899 e faleceu em 1987 na Bélgica. Oriunda de uma tradicional família belga, graduou-se em ciências sociais e trabalhou com Perelman desde 1948 até o falecimento do colega em 1984. O principal trabalho conjunto deles foi *Tratado da Argumentação*, aqui explorado. Estudiosos da obra e da vida desses autores atribuem a Perelman a elaboração dos conceitos apresentados no livro e a Olbrechts-Tyteca a responsabilidade por ter levantado os exemplos que o permeiam.

Para os autores, o objeto do estudo da teoria da argumentação se volta a “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2010, p. 12): aquele que busca a adesão às teses é denominado “orador” (independentemente de ser uma argumentação

oral ou escrita), enquanto os espíritos aos quais o orador se dirige e que buscam a adesão compõem o “auditório”.

A partir dessa definição, pode-se constatar que uma argumentação será tão eficaz à medida que o orador seja capaz de aumentar a adesão do auditório para quem se apresenta, de forma a estimular a ação. Essa definição de argumentação, baseada em uma linguagem comum, opõe-se às definições racionais e científicas que defendiam que os fatos falam por si só.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010), há três tipos possíveis de auditório: o universal; aquele composto por um único ouvinte; e o auditório composto pelo próprio orador, que os autores chamam de “consigo próprio”. Isto é, o auditório universal é formado pela totalidade dos seres humanos; aquele composto por um único auditor é o diálogo com um único interlocutor, a quem o orador se dirige; e, finalmente, o “consigo próprio” trata-se de quando o orador delibera ou imagina a razão dos seus atos.

Ao iniciar uma argumentação, cabe ao orador chegar a um acordo com o seu auditório, alinhando as premissas a partir das quais sua exposição será desenvolvida. Objetos de acordo preciso e limitado são denominados fatos, enquanto as verdades abordam sistemas mais complexos, que por vezes conectam uma série de fatos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2010).

Ainda sobre tais acordos, uma definição pertinente à apresentação dos resultados deste artigo é a de lugares de quantidade e a de lugares de qualidade: os lugares de quantidade afirmam a superioridade de algo sobre outra coisa devido a razões quantitativas; já os lugares de qualidade, em oposição aos lugares de quantidade, podem ser utilizados em uma argumentação pelo prestígio de quem o elaborou ou das próprias ideias neles contidas para o auditório a quem se destinam em particular. Assim, uma vez que se tenha chegado a um acordo entre o orador e o auditório, o primeiro passará a utilizar argumentos para que os participantes do auditório concordem com suas teses.

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010), os argumentos podem ser divididos em duas categorias: a primeira, formada pelos argumentos quase-lógicos, tenta se aproximar dos raciocínios matemáticos e lógicos, que, por sua vez, contêm argumentos de reciprocidade, de transitividade, de comparação e de sacrifício; já a segunda categoria, formada pelos argumentos baseados na estrutura do real, utiliza solidariedade entre os juízos, sendo que, enquanto alguns já foram admitidos como válidos no acordo efetuado entre as partes, tenta promover-se a outros. Entre os argumentos que compõem a segunda categoria mencionada estão o pragmático, o de desperdício, o de direção, o de autoridade, o de hierarquia dupla, o de grau e ordem e o de exemplo. O Quadro 1 apresenta as características de cada tipo de argumento de forma resumida.

Quadro 1 – Tipos de argumento, segundo *Tratado da Argumentação*.

Argumento	Descrição
Reciprocidade	Aplicação do mesmo tratamento a duas situações correspondentes.
Transitividade	Se a relação entre a e b é igual à de b e c , ela existe entre a e c também.
Comparação	Avaliação de objetos, comparando-os entre si.
Sacrifício	Disposição de sacrificar-se para obter determinado resultado.
Pragmático	Permissão de avaliar ações a partir de suas consequências.
Desperdício	Já que uma determinada ação teve início, deve-se seguir com ela até seu término.
Direção	Determinação de uma etapa solidária aos desenvolvimentos que virão a seguir.
Autoridade	Utilização de atos e juízos de alguém como prova de uma tese, tendo por base o seu prestígio.
Hierarquia dupla	Correlação entre a hierarquia discutida e uma hierarquia aceita entre as partes.
Grau e ordem	A introdução do grau minimiza a ordem, e vice-versa, de acordo com o raciocínio.
Exemplo	Introdução de um fenômeno com a finalidade de fazer uma generalização.

Fonte: Os autores (2022) com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010).

Visto isso, para a discussão sobre o artigo de alto impacto de administração escrito por Day, serão analisados o orador, o auditório, o acordo e os argumentos utilizados pelo autor com a finalidade de aumentar a adesão dos leitores para as teses propostas em seu texto.

3 A GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL

A princípio, este estudo se propõe a analisar a retórica do artigo de mais alto impacto em um campo consagrado da administração, a gestão da qualidade total (ou GQT), fazendo-se pertinente, portanto, uma breve descrição da evolução da GQT desde sua concepção até os dias atuais.

Autores como Besterfield *et al.* (2003) e Juran (1980) associam a gestão da qualidade total em tempos modernos ao processo de industrialização iniciado com a Revolução Industrial. A busca por produtos com padrão e qualidade reconhecidos pelos consumidores, a fim de que eles se disponham a adquiri-los de forma continuada, está no cerne da qualidade total. Para isso, esforços individuais sempre foram realizados de modo que se obtivesse um efetivo controle da qualidade. Após a Primeira Guerra Mundial, profissionais se dedicaram a esse tema.

O pioneiro foi Walter A. Shewhart, executivo da telefonia, que desenvolveu o controle de qualidade dos produtos manufaturados embasado em dados estatísticos e cujo livro *Economic control of quality of manufactured product* (1931) deu início à literatura sobre a qualidade total. Os estudos de Shewhart tiveram sequência com dois de seus

discípulos, que vieram a se tornar referências mundiais na gestão da qualidade total: William. E. Deming, autor de diversos livros, entre os quais *Quality, productivity and competitive position* (1982), e Joseph M. Juran, também um autor profícuo de livros que são referência na área, como *Quality control handbook* (1980). Esses autores construíram a cultura da qualidade não só em suas empresas, como também na indústria americana por meio de cursos, palestras e seminários.

A ênfase dos estudos de Shewhart sempre voltou-se à área da produção de forma a assegurar, através de um programa de controle de qualidade, que os processos fabris oferecessem produtos padronizados, com a mesma qualidade e com a mínima perda ou variação possível, para satisfazer os consumidores e aumentar a rentabilidade da indústria. Após o final da Segunda Guerra, Deming e Juran viriam a desempenhar um papel relevante para a implementação da gestão da qualidade total em um país que se tornaria referência na área, o Japão.

Ao ocupar o Japão, como descrito por Ishikawa (1985), os americanos se depararam com produtos e serviços de qualidade muito inferior ao que estavam acostumados a adquirir nos Estados Unidos. Dessa forma, como parte do esforço de reconstrução do Japão, investiu-se em tempo e recursos para implementar a gestão da qualidade total na indústria japonesa.

Deming e Juran foram convidados a visitar o país e apresentaram seu raciocínio a acadêmicos, administradores e engenheiros japoneses. A partir desses conceitos, o Japão desenvolveu seu próprio modelo de gestão da qualidade total, que, entre outras distinções, agregava ao modelo americano: a gestão da qualidade total em toda a empresa (e não apenas na área de produção), a necessidade da educação e do treinamento contínuo para criar a cultura da qualidade total e a disciplina de se realizar auditorias constantes a fim de, assim, assegurar o cumprimento dos processos e dos padrões estabelecidos como meta.

Pode-se dizer, nesse momento, que a gestão da qualidade total superou tanto as barreiras conceituais – quanto a deixar de ser essencialmente um programa de controle da qualidade para ser um programa de gestão – como também as barreiras departamentais, sendo um modelo de gestão válido a ser considerado por todas as áreas da empresa. O sucesso das companhias americanas e japonesas que praticavam a GQT incentivou empresas das demais economias a implementar seus programas de gestão da qualidade.

Diante disso, retomando a proposta deste artigo, numa pesquisa no *site* Web of Science, verificou-se que a GQT tem sido abordada como um pilar dentro de outros temas da organização, como estratégia, produção e cultura organizacional. Nessa busca realizada em 2016 na base de dados da Web of Science – cujos resultados constam no

Quadro 2 –, foram reunidas as pesquisas de natureza internacional mais citadas num intervalo de 25 anos (1991–2016) e que abrangiam os termos “*total quality management*” e “*total quality management in sales*” como palavras-chave. Nisso, constatou-se que, dos dez artigos mais citados, três deles eram dedicados principalmente à gestão da qualidade total, enquanto sete abordavam a gestão da qualidade total dentro de um dos temas anteriormente citados. A partir da leitura desses artigos de alto impacto, percebeu-se que o motivo disso é que os autores consideram que os principais conceitos da GQT já foram assimilados pela academia e pelos executivos.

Quadro 2 – Impacto de artigos que tratam da GQT.

Artigo	Autoria	Ano	Citações	Citação por ano	Área
<i>The capabilities of market-driven organizations</i>	Day, G. S.	1994	1.667	72	Estratégia
<i>Exploitation, exploration and process management: the productivity dilemma revisited</i>	Benner, M. J.; Tushman, M. L.	2003	905	64	Produção
<i>Reconceptualizing organizational routines as a source of flexibility and change</i>	Feldman, M. S.; Pentland, B. T.	2003	780	55	Cultura organizacional
<i>Total quality management as a competitive advantage</i>	Powell, T. C.	1995	684	31	Estratégia
<i>How common is workplace transformation and who adopts it?</i>	Osterman, P.	1994	668	29	Cultura organizacional
<i>The voice of the customer</i>	Griffin, A.; Hauser, J. R.	1993	574	24	Produção
<i>Leading change: why transformation efforts fail</i>	Kotter, J. P.	1995	573	26	Estratégia
<i>Customization or conformity? An institutional and network perspective on the content and consequences of TQM adoption</i>	Westphal, J. D.; Gulati, R.; Shortell, S. M.	1997	512	25	Gestão da qualidade total
<i>Development and validation of TQM implementation constructs</i>	Ahire, S. L.; Golhar, D. Y.; Waller, M. A.	1996	481	23	Gestão da qualidade total
<i>Total quality management – empirical, conceptual and practical issues</i>	Hackman, J. R.; Wageman, R.	1995	475	21	Gestão da qualidade total

Fonte: Os autores (2022) a partir de pesquisa realizada na Web of Science em 2016.

O mais citado entre os artigos publicados nesse intervalo e, por consequência, o eleito para a presente análise retórica é a pesquisa de George S. Day, somando 1.667 citações. O estudo *The capabilities of market-driven organizations* foi publicado em 1994 no *Journal of Marketing*, da American Marketing Association, e se trata de um artigo de

estratégia, que pode ser considerado alinhado com a teoria conhecida como *resource-based view* (ou RBV).

Para substanciar a fundamentação teórica necessária para a compreensão do artigo a ser analisado, é indispensável, portanto, uma apresentação das principais teorias de estratégia atuais, em especial a RBV, como será retratado na próxima seção.

4 AS ESCOLAS DE ESTRATÉGIA

Segundo Ghemawat (2002), a estratégia original remonta à Grécia Antiga. O termo – provindo de *stratego*, que era o comandante militar de uma cidade, responsável pela sua defesa – começou a ser efetivamente utilizado no campo da administração a partir da segunda metade do século XX. As primeiras empresas a desenvolver estratégias de negócios foram grandes indústrias, especialmente as americanas, que buscavam coordenar seus negócios e investimentos em um ambiente cada vez mais competitivo. Com isso, as estratégias elaboradas por essas indústrias, como a General Motors, eram baseadas nas forças e fraquezas dos concorrentes.

A Segunda Guerra Mundial forneceu incentivo adicional ao desenvolvimento das teorias da estratégia. O problema de alocar escassos recursos em toda a economia e priorizar as áreas-chave levou a muitas inovações na administração, além de encorajar o uso do pensamento estratégico formal para guiar as decisões dos gestores.

Foi na década de 1950 que as principais universidades começaram a se dedicar à teorização sobre estratégia. Um professor de Harvard, Kenneth Andrews, desenvolveu a análise SWOT, que concebe a estratégia do negócio a partir das forças e fraquezas particulares da organização e das ameaças e oportunidades que o ambiente em que está inserida apresenta.

Já na década de 1960, empresas de consultoria em estratégia, como a BCG e a McKinsey, trouxeram novas abordagens a esse campo da administração. A BCG, por exemplo, de início elaborou a curva de experiência dos produtos defendendo que, cada vez que a experiência acumulada em um negócio dobrava, os custos totais decresciam de 20 a 30 por cento.

Mais tarde, na década de 1970, essa mesma consultoria desenvolveu a matriz de análise de portfólio, que propunha analisar os produtos de uma empresa separando-os em “vacas leiteiras” (isto é, de alta participação em um mercado de baixo crescimento), “estrelas” (de alta participação em um mercado de alto crescimento), “ponto de interrogação” (de baixa participação em um mercado de alto crescimento) e “abacaxi” (de baixa participação em um mercado de baixo crescimento). Outras universidades e

consultorias propuseram matrizes distintas para analisar o portfólio, mas foi na década de 1980 que um acadêmico de Harvard, Michael Porter, propôs um novo modelo que passou a ser amplamente utilizado.

Segundo Porter (1985), para analisar uma indústria e elaborar estratégias de negócios, deveriam ser consideradas cinco forças: fornecedores, compradores, novos entrantes, substitutos e competidores. Uma vez entendido o mercado, a indústria deveria optar entre uma estratégia de baixo custo (ganhos de escala repassados ao preço das mercadorias, assim aumentando sua participação de mercado), de diferenciação (produtos inovadores aplicados a preços mais elevados) ou de nicho (a indústria compete em um negócio de escopo específico e limitado). Porter propôs que custos e diferenciação fossem analisados a partir de um modelo de cadeia de valor, que integrava processos e recursos da empresa.

Ao longo da década de 1980 e nas décadas seguintes, outras teorias de estratégia surgiram; uma das que teve ampla adesão no meio acadêmico e profissional foi a *resource-based view* (visão baseada nos recursos), ou RBV – o artigo de Day explora o modelo de estratégia de RBV, como será retratado na próxima seção. Segundo essa teoria, posições competitivas superiores em mercados são obtidas pelas empresas que possuem recursos próprios e raros. Um dos mais preciosos eram as competências-chave, compostas por capacidades que a organização possui e que permitem a extração máxima de seus recursos.

5 ARTIGO EM ANÁLISE – *THE CAPABILITIES OF MARKET-DRIVEN ORGANIZATIONS*

O autor do artigo analisado, George S. Day, graduou-se na Universidade de British Columbia, obteve seu MBA pela Universidade de Western Ontario e seu doutorado pela Universidade de Columbia. Atualmente, quando da redação desta pesquisa, é professor de marketing e um dos diretores da Wharton School, da Universidade da Pensilvânia.

Em seu artigo *The capabilities of market-driven organizations* (As capacidades de organizações voltadas ao mercado, em tradução livre), publicado no *Journal of Marketing* em 1994, a tese auxiliar que sustenta o raciocínio discutido é que a orientação para o mercado significa que a organização que a possui é capaz de entender e satisfazer seus consumidores de forma superior, aumentando receita e rentabilidade e superando os concorrentes que não possuem a mesma orientação.

Mas como essa orientação é adquirida? O artigo propõe que ela não é obtida exclusivamente com os ativos tangíveis de uma empresa, mas, sim, através de uma combinação deles com as capacidades desenvolvidas. Capacidades aqui referem-se

às formas únicas que uma empresa desenvolveu para realizar determinados processos que são necessários para o sucesso do negócio, tais como atendimento de pedidos, desenvolvimento de novos produtos e nível de serviço oferecido. Uma grande organização composta por diversas unidades de negócio, ao aplicar essas capacidades nas unidades distintas, tem o que a teoria da estratégia da RBV denomina de “competências essenciais”.

Day (1994) fundamenta sua tese partindo de uma revisão da literatura de estratégia, que destaca principalmente o modelo das forças competitivas de Porter e o modelo de RBV. Para demonstrar a eficácia da abordagem proposta, ele busca estabelecer semelhanças entre as capacidades da organização e o modelo de gestão da qualidade total, que, na época da redação do artigo, estava em destaque nas escolas de administração. Day afirma que ambas objetivam a satisfação do cliente e a rentabilidade do negócio através de tal satisfação e da excelência operacional.

O autor argumenta ainda que a diferença entre uma proposta e outra é que o desenvolvimento de capacidades que tornem uma organização voltada ao mercado é uma decisão estratégica, enquanto a gestão da qualidade total enfatiza menos o papel estratégico da elaboração de processos e foca mais no desenvolvimento de ferramentas, manuais e controles para que seja obtido o máximo em cada processo.

Em seguida, Day (1994) explora quais são as possíveis capacidades da organização. Segundo ele, existem as capacidades compostas por processos de fora para dentro da organização (geração de pedidos, por exemplo), capacidades de dentro para fora (como faturamento e recebimento) e capacidades que envolvem a coordenação dos dois primeiros grupos, as quais chama de *spanning capabilities*.

Uma vez introduzidas as possíveis capacidades da empresa, são apresentadas com detalhe duas que o autor afirma serem distintivas das organizações voltadas ao mercado e que compõem a tese principal do artigo: *market sensing*, ou “entendimento do mercado”, e *customer linking*, ou “conexão com os clientes” (DAY, 1994). A de entendimento do mercado representa que a empresa possui uma capacitação superior de notar, entender e prever eventos e tendências *versus* seus principais concorrentes. Já a conexão com os clientes é a capacidade de criar e gerenciar relações de proximidade com eles, satisfazendo-os de forma melhor que os concorrentes. Durante a apresentação desse modelo e das duas capacidades distintivas, o autor demonstrou cada uma e seu potencial de contribuição ao negócio através de exemplos de grandes corporações que as utilizam de forma eficaz.

Finalmente, Day (1994) propõe uma agenda para o desenvolvimento das capacidades de uma organização baseada na gestão da qualidade total. Além da ênfase a ser dada nas duas capacidades distintivas de uma organização voltada ao mercado

apresentadas no artigo, cabe aos estrategistas que adotam a RBV estarem atentos a oportunidades para desenvolverem outras que aumentem a competitividade da empresa.

Para isso, Day (1994) recomenda a utilização dos seguintes conceitos da gestão da qualidade total: diagnosticar as capacidades atuais, antecipar necessidades futuras de capacidades que criem valor para os clientes, redesenhar os processos de baixo para cima, ter foco total nos clientes de cima para baixo, utilizar a tecnologia da informação para permitir que a empresa faça coisas que não eram feitas antes e monitorar de forma contínua os progressos obtidos.

Day (1994) conclui o artigo ressaltando que não busca desmerecer a outra escola de estratégia dominante – a das forças competitivas –, mas, com sua abordagem fundamentada na escola da RBV, pode tornar ainda mais competitivas as indústrias que trabalharem no desenvolvimento de suas próprias capacidades. Em seguida, ele recomenda uma agenda de pesquisa, composta por temas que tornem mais robusta a teoria, que são: identificar capacidades distintivas; verificar a sustentabilidade das capacidades distintivas, como diagnosticar a capacidade de entendimento do mercado e de conexão com os clientes; estabelecer indicadores de comportamento orientado ao mercado; e, por fim, gerenciar o programa de desenvolvimento das capacidades.

Assim, uma vez feita esta breve apresentação da teoria de Day, na seção subsequente será analisado como o autor utilizou as ferramentas retóricas para aumentar a adesão dos espíritos ao artigo e, dessa forma, aumentar seu impacto.

6 ANÁLISE RETÓRICA DO ARTIGO *THE CAPABILITIES OF MARKET-DRIVEN ORGANIZATIONS*

Quando se trata de um artigo escrito, o orador (ou oradores), segundo a definição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010), é o autor – no caso desta pesquisa, portanto, George S. Day. Pelas características da revista em que foi publicado – *Journal of Marketing* –, pode-se afirmar que o artigo foi escrito, em primeiro lugar, para acadêmicos da área de administração, especialmente para aqueles interessados em marketing e estratégia. Secundariamente, o artigo destina-se a acadêmicos e administradores envolvidos no estudo e no processo de elaboração e desenvolvimento de estratégias empresariais. Por se tratar de um artigo qualitativo, fundamentado principalmente em revisão da literatura, trata-se de um material ainda mais útil para a análise retórica, visto que não há evidências quantitativas apresentadas com rigor científico para promover a adesão dos espíritos às teses do orador.

Uma vez identificados orador e auditório, é necessário entender o acordo a partir do qual as teses foram apresentadas. O primeiro ponto, e provavelmente o de

mais simples constatação, é a linguagem utilizada. O artigo foi desenvolvido em inglês, que hoje é a língua predominante dos principais trabalhos desenvolvidos nas ciências sociais aplicadas, notadamente em administração. Além disso, é o idioma mais utilizado pelas organizações multinacionais, ou mesmo pelas nacionais, quando interagem com parceiros de outras regiões.

Outro ponto é que Day não redige o texto utilizando um excesso de terminologias técnicas – pelo contrário, ele adota uma redação e termos que podem ser apreciados e entendidos tanto por acadêmicos mais maduros e proficientes no tema como também por quem busca um material que seja o ponto de partida para suas pesquisas, ou até mesmo por executivos com interesse no desenvolvimento de capacidades adequadas para que sua organização seja voltada ao mercado.

Ainda sobre a linguagem utilizada, ao longo do texto Day (1994) atribui importância a conceitos consagrados no campo de estratégia e administração, tais como competitividade, lucro e produtividade, que são considerados imprescindíveis para a condução das empresas nos dias de hoje por gestores e acadêmicos que estudam o tema. Day logo cria uma compatibilidade de ideias entre o autor e o auditório, que pode servir para captar o interesse dos ouvintes para o texto e também para a adesão dos seus espíritos.

Essa estratégia de redação voltada à construção de uma linguagem comum é seguida mesmo quando se menciona a teoria de estratégia que é a maior rival da teoria de RBV, a teoria de Porter (1985). O orador adota, nesse momento, uma postura não confrontativa e propõe que a abordagem apresentada no artigo não foi concebida para substituir, mas, sim, para complementar a outra teoria. Day explica que “a mudança feita ao se enfatizar as capacidades não significa que o posicionamento estratégico de Porter é menos importante” (1994, p. 49, tradução nossa).

Faz parte do acordo a aceitação do local no qual ocorre a argumentação; assim, o artigo estudado é escrito a partir de um lugar da qualidade. Para substanciar tal apreensão, pode-se analisar a credencial do orador, que é graduado, pós-graduado e pesquisador em algumas das mais consagradas universidades. A isso soma-se também o fato de o artigo ter sido escrito na mais conceituada revista acadêmica de marketing à época, o *Journal of Marketing*. Portanto, mesmo antes de se iniciar a leitura, apenas esses dois componentes já emprestam valor e credibilidade para o auditório.

Durante todo o texto, o autor não sai, em momento algum, do lugar da qualidade, a partir do qual iniciou o artigo. A argumentação, que será analisada logo a seguir, utiliza exemplos de sucesso empresarial inquestionável, como o Walmart, a Honda, a Federal Express (FedEx), entre outros. Além da exemplificação, quando necessário, Day (1994)

sempre fundamenta seus argumentos em autores que são referência no campo da administração, tais como Hamel e Prahalad (1989) e o próprio Porter (1985), assim como em teorias de eficácia indiscutível, pelo menos à época, tal como a gestão da qualidade total. Em nenhum momento do artigo ele faz uma análise quantitativa da indústria, o que poderia caracterizar uma busca por se posicionar em um lugar de quantidade, permanecendo consistentemente no lugar da qualidade.

Quanto ao acordo a partir do qual o orador alinha as premissas da argumentação com o auditório, Day (1994) investiu parte significativa do texto para alinhar fatos e verdades que serão necessários para o auditório compreender e se convencer da necessidade de serem desenvolvidas as capacidades que tornam uma empresa voltada ao mercado. Uma forma de perceber isso é que o artigo começa na página 37 e a primeira definição de uma capacidade que permite a uma empresa ser voltada ao mercado é descrita na página 43, sendo que o artigo se encerra na página 50, desconsiderando-se as referências. Logo, quase metade do texto é desenvolvida a fim de que se chegue ao acordo necessário para a eficácia da argumentação, elaborada das páginas 43 a 50.

Ao longo dessas passagens nas quais o acordo é formulado, Day (1994) apresenta conceitos relevantes, como: “orientação para o mercado” (p. 37), “gestão da qualidade total” (p. 37), “ativos” (p. 38), “capacidades” (p. 38), “competências essenciais” (p. 39), “capacidades de dentro para fora” (p. 41), “capacidades de fora para dentro” (p. 41), “organizações voltadas ao mercado” (p. 41), entre outros. As definições são curtas e claras, como, por exemplo, quando define que ativos são “recursos acumulados pela empresa”, enquanto capacidades são “a cola que coloca os ativos juntos e permite que sejam alocados de forma vantajosa” (DAY, 1994, p. 38, tradução nossa).

Essas definições não são simplesmente concebidas – o que permitiria que um leitor do artigo considerasse tais definições como fatos, segundo a teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010) –, mas são, sim, ligadas a partir do texto, como pode ser percebido durante a leitura do artigo ou do breve resumo feito anteriormente, de modo que o auditório formado pelos leitores concorde com verdades. Isto é, com “sistemas mais complexos, relativos a ligações entre os fatos, quer se trate de teorias científicas, quer de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2010, p. 79).

Uma verdade sugerida, a necessidade de desenvolver capacidades para a formulação e a execução da estratégia, por exemplo, liga “ativos”, “capacidades” e “competências essenciais”. Outra verdade, o potencial desempenho superior de organizações voltadas ao mercado, liga “orientação para o mercado” e “organizações voltadas ao mercado”. É possível analisar ainda outra verdade: quais são, entre as possíveis capacidades a desenvolver,

aquelas imprescindíveis para esse tipo de organização, que liga “gestão da qualidade total”, “capacidades de dentro para fora” e “capacidades de fora para dentro”.

As verdades são expostas seguindo uma lógica em que, após ser apresentada a definição de empresa orientada ao mercado, elas são descritas como características mais voltadas à estrutura de processos e recursos (gestão da qualidade total e ativos) e orientadas para a cultura da empresa (capacidades e competências). Elas permitem que a empresa atinja essa orientação e assim seja mais competitiva – aqui existe, portanto, uma relação de causalidade, isto é, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2010, p. 297), “um mesmo acontecimento será interpretado, e diferentemente valorizado, consoante a ideia que formarmos da natureza, deliberada ou involuntária, de suas consequências”.

Uma vez expostas as verdades da gestão sob a perspectiva de Day (1994), o autor explica que as características voltadas a processos e recursos são mais facilmente copiáveis, enquanto as relacionadas a capacidades e competências são mais difíceis de serem copiadas, daí sua relevância. Somente após o encadeamento lógico, as duas capacidades da empresa orientada ao mercado são apresentadas, seguidas de uma recomendação de como as organizações podem desenvolvê-las, preparando, então, de forma ordenada, o auditório para a tese principal.

Obtido o acordo situado em um lugar de qualidade, com os seus fatos e verdades apresentados, deve-se analisar os tipos de argumentos utilizados pelo autor para garantir a adesão do auditório à tese principal e às teses auxiliares, sendo estas últimas as verdades anteriormente apresentadas. Quanto aos argumentos, de início são apresentados os exemplos que embasam os fatos, as verdades e a tese principal. São vinte exemplos, distribuídos ao longo das páginas 38 a 41 (quanto a capacidades), 44 e 45 (quanto à conexão com os clientes), e 46 e 47 (quanto à GQT), conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição dos exemplos.

Página	Exemplo	Fato, verdade, tese
38	Walmart	Capacidades
39	Honda	Capacidades
39	Motorola	Capacidades
39	Honda	Capacidades
39	Federal Express	Capacidades
39	Marriott	Capacidades
39	Walmart	Capacidades
40	Pitney Bowes	Capacidades
40	McDonald's	Capacidades
41	Corning	Capacidades

Página	Exemplo	Fato, verdade, tese
44	IKEA	Conexão com os clientes
44	Walmart	Conexão com os clientes
45	Procter & Gamble	Conexão com os clientes
45	Kmart	Conexão com os clientes
46	Walt Disney	Gestão da qualidade total
46	L.L.Bean	Gestão da qualidade total
46	Hewlett-Packard	Gestão da qualidade total
47	Milliken	Gestão da qualidade total
47	Xerox	Gestão da qualidade total
47	Corning	Gestão da qualidade total

Fonte: Os autores (2022) com base em Day (1994).

Os exemplos dados não se aprofundam em relação ao acontecimento, mas se aproveitam do respeito e do sucesso das empresas mencionadas e da familiaridade do auditório com o assunto para emprestar sua credibilidade ao raciocínio. Segundo Day (1994, p. 39, tradução nossa),

Uma capacidade distintiva é um fator-chave de sucesso. Claramente, por exemplo, a competência da Honda em fabricar motores eficientes, confiáveis e pequenos adiciona um grande valor e torna seus carros mais competitivos versus a concorrência. Outros exemplos são a habilidade da Motorola em continuamente melhorar a qualidade e desenvolver produtos e a habilidade de integrar processos de transação da Federal Express.

Outro argumento muito utilizado pelo orador é o da autoridade. O texto contém 65 referências bibliográficas, distribuídas para fundamentar o acordo e apresentar a tese. Todos os mais conceituados pensadores das principais escolas de estratégia em administração da época são referenciados, como Jay Barney, Arie de Geus, Pankaj Ghemawat, Gary Hamel, C. K. Prahalad, Robert B. Kaplan, Edith T. Penrose e Michael Porter. A distribuição das referências e o assunto ao qual elas se referem estão apresentados no Quadro 4 (alguns artigos são citados mais de uma vez).

Quadro 4 – Distribuição de referências.

Página	Quantidade de referências	Fato, verdade, tese
37	19	Orientação ao mercado
38	13	Capacidades
39	8	Capacidades
40	5	Capacidades
41	0	-
42	1	Capacidades

Página	Quantidade de referências	Fato, verdade, tese
43	9	Entendimento do mercado
44	2	Entendimento do mercado
45	4	Conexão com os clientes
46	6	Gestão da qualidade total
47	2	Gestão da qualidade total
48	5	Gestão da qualidade total
49	2	Orientação ao mercado; Capacidades

Fonte: Os autores (2022) com base em Day (1994).

Day (1994), assim como fez com os exemplos, não se aprofunda nas teorias utilizadas pelos autores referenciados em si, mas, sim, nas definições por eles elaboradas para apresentar seus fatos, verdades e tese. Em certo momento, por exemplo, ele utiliza a definição de Schonberger (1990, p. 52) para elucidar a gestão da qualidade total, que é “um conjunto de conceitos e ferramentas para focar todos os colaboradores na melhoria contínua, com os olhos nos consumidores” (DAY, 1994, p. 46, tradução nossa). Dessa forma, ele transfere a autoridade do autor referenciado no tema tratado para o seu artigo, protegendo-se contra uma possível oposição do auditório ao raciocínio elaborado.

Outro argumento de autoridade que Day (1994) utiliza é o embasamento de seu artigo em duas teorias que possuem muita credibilidade junto ao auditório. A teoria da estratégia que embasa o artigo é a RBV, enquanto a que sustenta o programa de desenvolvimento e implementação de capacidades voltadas ao mercado é a da gestão da qualidade total. Nesse caso, Day se protege de um eventual questionamento da autoridade dessas teorias, ressaltando, como já contextualizado, a complementariedade do desenvolvimento das capacidades com a teoria de Porter e, no caso da gestão da qualidade total, salientando a dificuldade da sua aplicação nas organizações, o que provavelmente ocorrerá com a implementação das capacidades.

O último argumento utilizado por Day (1994) a ser analisado neste artigo trata da reciprocidade. De acordo com a definição desse tipo de argumento, conforme *Tratado da Argumentação*, “os argumentos de reciprocidade visam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2010, p. 250). Day faz isso em seu artigo após apresentar as duas capacidades de uma organização voltada para o mercado, o entendimento do mercado e a conexão com clientes, assim como o faz ao propor um modelo de aquisição e de outras possíveis capacidades distintivas de uma empresa, que segue as mesmas etapas de um plano de implementação de um programa de gestão da qualidade total.

Após apresentar a gestão da qualidade total e explicar como é feita sua implementação, Day (1994) propõe que sejam adotados os mesmos passos para a aplicação do programa de aquisição de capacidades. Como registrou o autor, “já que as abordagens da gestão da qualidade total e das capacidades compartilham certos princípios comuns, é possível oferecer algumas proposições gerais para o gerenciamento do programa” (DAY, 1994, p. 46-47, tradução nossa). Uma vez registrada essa explicação, o autor revisita cada um dos passos: redesenho de baixo para cima, apoio de cima para baixo, utilização de tecnologia da informação e monitoramento do progresso e como podem ser executados para a obtenção das capacidades.

7 CONCLUSÃO

Diante do estudo empreendido, cujo objetivo foi analisar um artigo de alto impacto em administração de forma a entender qual a contribuição da retórica usada em sua redação, pôde-se verificar que Day utiliza ferramentas retóricas para aumentar a adesão dos espíritos à sua tese sustentada, apesar de não ter sido possível afirmar, no entanto, se a utilização de tais ferramentas foi feita de forma intencional ou intuitiva pelo autor para a composição do estudo.

Isso porque, analisando-se o artigo – que é o mais citado entre as pesquisas sobre GQT num intervalo de 25 anos –, constatou-se a presença de todos os pontos destacados em que consiste a retórica: o orador, o auditório, o esforço para chegar a um acordo bem embasado (por sua vez imprescindível para a argumentação) e, por fim, a utilização de pelo menos três tipos de argumentos para defender a tese principal apresentada, isto é, o exemplo, a autoridade e a reciprocidade.

Perante a relevância do tema para o alavancamento retórico na redação de estudos em administração, há outros componentes para a redação de um artigo que impacte muitos espíritos. Todavia, no artigo analisado, verificou-se a correta aplicação das ferramentas retóricas para o atingimento do resultado em foco, e esta análise, portanto, contemplou de forma minuciosa um estudo em específico do campo da estratégia. A limitação do estudo pode ser resolvida pela análise retórica de demais pesquisas e autores que contemplem artigos de alto impacto de outras áreas da administração, como recursos humanos, finanças e produção. Ainda no campo da administração em si, pode-se analisar quantitativamente quais os oradores, auditórios, acordos e argumentos utilizados com mais frequência na redação de artigos bem-sucedidos.

Assim, em vista de pesquisas futuras, é possível também que outras leituras do artigo de Day encontrem diferentes tipos de argumentos daqueles aqui utilizados; neste

estudo, os três tipos identificados – exemplo, autoridade e reciprocidade – são os que apresentaram o maior impacto na redação do artigo analisado, podendo ser expandidos em outras investigações.

Por fim, o estudo retórico na área da administração pode visar à realização da análise retórica de outros trabalhos acadêmicos, tais como resumos de congressos, monografias, dissertações, teses e livros, expandindo-se o repertório científico e o alcance do tipo de pesquisa aqui empreendido. Espera-se que o desenvolvimento do presente estudo, a partir da análise das ferramentas retóricas empregadas em um artigo de forte referência no meio, possa contribuir para a elevação da qualidade e do impacto de demais trabalhos acadêmicos de administração, e até mesmo para o próprio ensino da escrita acadêmica, sendo possível ainda ampliar o escopo deste estudo para outras ciências sociais aplicadas.

REFERÊNCIAS

AHIRE, Sanjay L.; GOLHAR, Damodar Y.; WALLER, Matthew A. Development and validation of TQM implementation constructs. **Decision Sciences**, Hoboken, v. 27, n. 1, p. 23-56, 1996.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2011.

BENNER, Mary J.; TUSHMAN, Michael L. Exploitation, exploration and process management: the productivity dilemma revisited. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 28, n. 2, p. 238-256, abr. 2003.

BESTERFIELD, Dale H. *et al.* **Total quality management**. Upper Saddle River: Pearson Education, 2003.

DAY, George S. The capabilities of market-driven organizations. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 58, p. 37-52, out. 1994.

DEMING, William E. **Quality, productivity and competitive position**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1982.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Ícone Editora, 2006.

FELDMAN, Martha S.; PENTLAND, Brian. T. Reconceptualizing organizational routines as a source of flexibility and change. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 48, n. 1, p. 94-118, mar. 2003.

GHEMAWAT, Pankaj. Competition and business strategy in historical perspective. **Business History Review**, Cambridge, v. 76, n. 1, p. 37-74, 2002.

GRIFFIN, Abbie; HAUSER, John R. The voice of the customer. **Marketing Science**, Catonsville, v. 12, n. 1, p. 1-27, 1993.

HACKMAN, J. Richard; WAGEMAN, Ruth. Total quality management – empirical, conceptual and practical issues. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 40, n. 2, p. 309-342, jun. 1995.

HAMEL, Gary; PRAHALAD, Coimbatore K. Strategic intent. **Harvard Business Review**, Cambridge, v. 67, p. 63-76, maio/jun. 1989.

ISHIKAWA, Kaoru. **What's total quality control?** The Japanese way. Englewoods Cliffs: Prentice Hall, 1985.

JURAN, Joseph M. **Quality control handbook**. New York: McGraw Hill Book Company, 1980.

KOTTER, John P. Leading change: why transformation efforts fail. **Harvard Business Review**, Cambridge, v. 73, n. 2, p. 59-67, mar. /abr. 1995.

MASSMANN, Débora. Argumentação: em busca de um conceito. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 26, p. 99-110, 2009.

MOTTA, Rodrigo Guimarães; AMORIM, Maria Cristina Sanches; SILVA, Jorge Vieira; TURRA; Francisco José. Leitura retórica no ensino-aprendizagem nos cursos de graduação em administração. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SemeAd), 20., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PPGA/FEA/USP, 2017.

OSTERMAN, Paul. How common is workplace transformation and who adopts it? **Industrial and Labor Relations Review**, Ithaca, v. 47, n. 2, p. 173-188, jan. 1994.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

PORTER, M. **Competitive advantage**: creating and sustaining superior performance. New York: Collier MacMillan, 1985.

POWELL, Thomas C. Total quality management as a competitive advantage – a review and empirical study. **Strategic Management Journal**, Nova Jersey, v. 16, n. 1, p. 15-37, jan. 1995.

SCHONBERGER, Richard J. **Building a chain of customers**: linking business functions to create the world class company. Nova York: The Free Press, 1990.

SHEWHART, Walter A. **Economic control of quality of manufactured product**. Nova York: D. Van Nostrand Company Inc., 1931.

VIGNAUX, Georges. **Le discours, acteur du monde**: énonciation, argumentation et cognition. Paris: Editions Ophrys, 1988.

WESTPHAL, James D.; GULATI, Ranjay; SHORTELL, Stephen M. Customization or conformity? An institutional and network perspective on the content and consequences of TQM adoption. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 42, n. 2, p. 366-394, jun. 1997.

CAPÍTULO 6

ÉTICA PROFESIONAL EN LA FORMACIÓN DEL CONTADOR PÚBLICO

Data de submissão: 25/05/2022

Data de aceite: 09/06/2022

Dra. Teresita de Jesús Sabido-Domínguez

Universidad Autónoma de Yucatán
Facultad de Contaduría y Administración
Mérida-Yucatán-México
<https://orcid.org/0000-0002-5424-1120>

Dr. Valentín Alonso-Novelo

Universidad Autónoma de Yucatán
Facultad de Contaduría y Administración
Mérida-Yucatán-México
<https://orcid.org/0000-0002-1970-6594>

Dr. Gustavo Alberto Barredo-Baqueiro

Universidad Autónoma de Yucatán
Facultad de Contaduría y Administración
Mérida-Yucatán-México
<https://orcid.org/0000-0002-7746-0756>

RESUMEN: Se realiza una investigación descriptiva-documental por medio de una revisión de la literatura sobre el Contador Público en la actualidad, la Ética Profesional, sus definiciones, orígenes y su importancia, la Ética Profesional del Contador Público Innovador y la importancia de aplicar la ética en las actividades contables. El presente trabajo de investigación tiene como propósito estudiar y mostrar la importancia y relevancia

que la actuación Ética del Contador Público ha adquirido en el desarrollo de su función, ya que debe responder a las actuales demandas de los diversos integrantes de la sociedad. Se concluye que toda actividad del Contador Público se encuentra enmarcada con un conjunto de códigos de conducta, tiene un papel relevante en la sociedad, ya que confían en la información financiera que emite y sirve para la toma de decisiones de las organizaciones, por lo que es responsable de cumplir con cabalidad de todas las normas de su profesión establecidas para el cumplimiento de todos los aspectos éticos, legales, fiscales y profesionales.

PALABRAS CLAVES: Contador Público. Ética profesional. Profesión Contable.

PROFESSIONAL ETHICS IN PUBLIC ACCOUNTANTS TRAINING

ABSTRACT: A descriptive-documentary research is carried out through a review of the literature on the Public Accountant today, Professional Ethics, its definitions, origins and its importance, the Professional Ethics of the Innovative Public Accountant and the importance of applying ethics in accounting activities. The purpose of this research work is to study and show the importance and relevance that the Ethical performance of the Public Accountant has acquired in the development of its function, since it must respond to the current demands of the various members of society. It is concluded that all

activity of the Public Accountant is framed with a set of codes of conduct, it has a relevant role in society, since they trust the financial information that it issues and serves for the decision-making of organizations, for which is responsible for fully complying with all the rules of his profession established for the fulfillment of all ethical, legal, fiscal and professional aspects.

KEYWORDS: Public Accountant. Professional Ethics. Accounting Profession.

1 INTRODUCCIÓN

Con el objetivo de abordar sobre las investigaciones realizadas por diversos autores sobre el tema de ética profesional del contador público, se presenta de interés resumir los puntos de vista y comentarios realizados por los especialistas, que servirán de guía y base para futuras investigaciones.

En la actualidad, la profesión contable se ha reforzado con los principios fundamentales que se establecen en el Código de ética profesional, siendo este tema una fuente de estudio de diversos autores que buscan dar respuesta o explicaciones sobre la falta de aplicación correcta de sus conocimientos técnicos de su profesión, solo basta con recordar los grandes escándalos financieros que se han presentado en las grandes empresas, lo que deja de manifiesto que también se podrían estar presentando en otras empresas independiente de su tamaño y la actividad a la que dediquen.

Tal como lo afirman Gil, G., Mejía, E., Montilla, O. & Alberto, C. (2017) “la información confeccionada por el profesional de la contabilidad permite que la sociedad adopte decisiones tendientes a estimular o sancionar a las organizaciones, dependiendo su compromiso con la acumulación, generación, distribución y sostenibilidad integral de la riqueza”.

Orozco, A.D. (2005) realiza un análisis de la responsabilidad social del contador público desde el momento que toma conciencia de como mediante el mal ejercicio de su profesión está afectando los recursos sociales. Asimismo, manifiesta que el contador público posee unas fortalezas que desarrollándolas de manera adecuada permitirán aportar todo su conocimiento y aprendizaje contable y de este modo interrelacionarlo con la parte social.

Esta investigación es de interés para continuar estudios sobre el tema de la ética profesional en la formación del contador público en la actualidad, que se podría resumir que parte de los valores inculcados desde casa, desde la formación que se tiene en el hogar con la familia, que junto con la universidad y el desarrollo profesional sustentan la actuación del contador público.

2 EL CONTADOR PÚBLICO EN LA ACTUALIDAD

El profesional contable debe ser ejemplo de responsabilidad, conciencia y valores, difundiendo el respeto a las normas éticas y morales para lograr el bienestar social tan anhelado, combatiendo todo lo que no aporta a las organizaciones como son el fraude, la corrupción y el riesgo al cual están sometidas día a día todas las empresas. Algunas de las acciones que realiza el contador son: realizar acuerdos ilegales con su clientela, agencias públicas u otros organismos para conseguir un trabajo y admitir u otorgar evidentemente comisiones o recompensas ya sea de forma directa e indirecta quebrantando el código de ética. Lúa, J. (2019).

En la actualidad, el oficio contable, ha sido utilizado para fines no éticos por algunos individuos, y constituye un aspecto social de estudio sistemático. Ejemplos de estos aspectos son los Grandes escándalos financieros a nivel mundial, que se han presentado en las últimas décadas, en especial a partir del año 2001 a la fecha, por ejemplo, Enron, Xerox, Parmalat, WorldCom. Hoy en día, existen muchos actos de deshonestidad, que tienen su origen en los valores éticos, uno de ellos es el soborno, por lo que es necesario la ética profesional que regule la actividad en nuestra profesión contable, Lúa, J. (2019).

Por lo tanto, hoy cobra especial relevancia, el hecho de que el Contador rija su actuación y decisiones en apego a principios éticos y a una rígida ética profesional.

Por otro lado, se ha pensado que el prototipo del Contador Público tradicional era el que solo se limitaba a cuadrar números, memorizar normas de contabilidad, sentado frente a un escritorio con largas jornadas de trabajo, afortunadamente eso ha quedado atrás, convirtiéndose ahora en un verdadero consultor, participe activo en las decisiones más importantes que definen el rumbo de las empresas. Universalmente, se conoce como Contador Público, aquel profesional dedicado a aplicar, analizar e interpretar la información contable y financiera de una organización, con la finalidad de diseñar e implementar instrumentos y mecanismos de apoyo a las directivas de la organización, en el proceso de toma de decisiones. Los constantes cambios que surgen con el paso del tiempo, aunado a la competitividad en el mundo laboral y al dinamismo de la sociedad, han estado transformando el perfil del Contador Público, Vargas, R., Cruz, E., Gatica, L., Garcia, P. (2015).

De modo tal que, como menciona Cevallos, J., 1992, corresponde al “Contador Público y a las empresas prepararse y desarrollarse en los nuevos ambientes cada vez más competitivos, conservando y desarrollando su campo de acción para fortalecer a las entidades en su administración, finanzas y control de las operaciones, para hacer frente a los nuevos retos que les depara el futuro”.

Vargas et al, 2015, comentan que, para el Contador de hoy, el mundo globalizado en el que se encuentra inmerso le obliga a un constante cambio para ser competitivo. Bajo esta misma idea, el Contador Público se ve en la necesidad imperiosa de reinventarse, y a la vez, seguir siendo una pieza clave en el ámbito de la contabilidad, las finanzas y la administración. El perfil del Contador ha cambiado, estamos en presencia de un profesional que tiene una participación cada vez mayor en los procesos de decisión organizacionales. La nueva imagen del Contador debe ser el de una persona con habilidad profesional, formación integral, capacidad de liderazgo y responsabilidad social. El Contador Público, en el ejercicio de su profesión, no puede mantenerse al margen de los acontecimientos que se le presentan en un entorno en el que él mismo está inmerso, dado que su perfil no solamente debe ser técnico profesional, sino también humano, espiritual y social. Este nuevo perfil redefine a la profesión, haciendo de él un profesional que colabora de manera activa en cualquier tipo de organización, logrando una sinergia con otros colaboradores.

Los conocimientos científicos, tecnológicos y técnicos no son suficientes para garantizar la rectitud y honestidad del profesional contable en su vida cotidiana y en su desempeño laboral, acompañado de la excelencia académica debe tener una sólida formación ética, que garantice que cada acto de su vida tenga la tutela de los preceptos morales, principios insoslayables que determinan cada acción del hombre moralmente comprometido. (Correa López, 2017, pág. 5)

El énfasis del Contador Público debe ser en la responsabilidad legal, ética y moral. La responsabilidad legal se impone a través de un sistema jurídico conformado por leyes, reglamentos y códigos de ética, los cuales buscan regir la conducta del Contador Público a lo largo de su vida profesional. En cuanto a la responsabilidad ética y moral, ésta es impuesta tanto por la profesión como por el individuo mismo, a fin de manifestar una conducta intachable. La aceptación y adopción de dichas responsabilidades serán útiles al momento de ingresar al mercado laboral, (Vargas et al, 2015).

El código de ética profesional emitido por el Instituto Mexicano de Contadores Públicos en el año 2020 presenta una serie de Principios Fundamentales y reglas que permiten regir la actuación de los Contadores Públicos, con objeto de ofrecer mayores garantías de solvencia moral y establecer normas de actuación profesional, y promueve la confianza en la Información Financiera para la adecuada toma de decisiones en los diferentes sectores en los que se desenvuelven los Contadores. Esto es una herramienta fundamental para estudiar a fondo en la durante la preparación de los futuros Contadores Públicos.

3 ÉTICA PROFESIONAL, DEFINICIONES, ORÍGENES Y SU IMPORTANCIA

Al tratar de resumir lo que diversos autores han señalado en sus investigaciones, se puede decir que la ética profesional trata sobre las pautas que se deben cumplir durante el ejercicio de una profesión.

Sin embargo, existen diversos significados de importancia de lo que es ética profesional, entre ellos podemos resumir los que se presentan en algunos trabajos investigados.

En el marco de las profesiones se pretende regular por medio de la ética profesional las actividades que se realizan en donde se desarrollen los estudiantes. En este sentido, la ética profesional se trata de una disciplina que está incluida dentro de la ética aplicada ya que hace referencia a una parte específica de la realidad donde se desarrollen las actividades.

La ética profesional parte entonces también no solo del conocimiento de la norma, sino también de las propias convicciones de cada individuo, quien, en el desarrollo de su ejercicio profesional, decide desviar su comportamiento en la búsqueda de determinado objetivo, que en la mayoría de sus casos se convierte en un lucro personal. Muñoz, D. y Muñoz, V. (2020)

Según Campagne (2014), la Ética Profesional es la rama de la ética aplicada cuyo propósito es establecer los deberes de quienes ejercen una profesión, también afirma que la ética no impone sanciones legales o normativas. Como podemos apreciar se deben establecer normas, principios y reglas con el objetivo de hacer realidad u obligar a que el profesional sea ético.

Por su parte, Fuentes (2006) define la ética profesional como la parte de la ética general, de forma particular, los deberes y los derechos de las profesiones, donde los códigos de ética sirven de guía para la acción moral, incorporándose a los distintos ámbitos de trabajo, con intención de respetar su profesión, de trabajar con lealtad y de cumplir con la sociedad. Por lo tanto, la ética profesional es definida por este autor, como un conjunto de principios, valores y normas que indican cómo debe comportarse un profesional para que su ejercicio sea considerado digno, estableciendo los mejores criterios, conceptos y actitudes para guiar la conducta de él mismo por razón de los más elevados fines que puedan atribuirse a la profesión que ejerce, así como sus relaciones con los clientes, el público y otros contadores públicos, tomando en cuenta la independencia, autodisciplina e integridad moral del profesional.

Hernández, J. (2010), comenta que es por esto que la ética profesional se considera una fuerza moral en la que se apoya la profesión que un individuo ejerce, es

decir, el fundamento ético del quehacer públicamente declarado y reconocido, ya que no depende sólo de ciertas normas o códigos de conductas de gremios profesionales relacionados con reglas morales; por lo que en esencia, al igual que el comportamiento moral, es libre, consciente y responsable de las consecuencias de los actos realizados, sino también de las decisiones que el individuo toma, ya que tiene relación íntima y directa con la calidad moral del trabajo realizado.

En un sentido profesional, señala Hernandez, J. (2010), la ética implica un modo de realizar el quehacer con vocación, responsabilidad, honestidad intelectual y práctica, que se denota en el compromiso moral con el trabajo profesional de cada ser humano, donde el saber no influye, sino hacer bien o mal ese trabajo, es decir, es un compromiso ineludible con el propio ser, un principio inviolable que no puede ser abandonado ni defraudado, puesto que no puede hacerse mal lo que se hace.

En su investigación Correa L., 2017, hace referencia a la forma en la que el individuo desarrolla y manifiesta el carácter con el que direcciona su forma de afrontar las diversas situaciones que vive a diario tanto en lo personal como en lo colectivo, y define sus reacciones ante las mismas, buscando con ello actuar acorde con lo que es considerado correcto.

La ética profesional entonces, sin duda alguna, a pesar de que, en la familia, la universidad, y diversas instituciones se trate de instruir a cada persona, sobre lo que es bueno o malo en el desarrollo profesional, va muy arraigada a las creencias y convicciones de la propia persona, la integridad que cada persona tiene, su concepto de lo que es justo y lo que no, y en muchos casos va estrechamente relacionado con la ambición, el cual puede resultar un enemigo fatal para todo profesional. Muñoz, D. y Muñoz, V. (2020).

Berumen (2005) manifiesta que toda persona al ejercer su profesión, además de contar con los conocimientos necesarios de su campo, debe contar con valores morales que tienen como finalidad fundamental buscar y tratar de garantizar el bien común. Para ello, se debe poner en juego, no sólo la inteligencia, sino su voluntad; debe comprender que su responsabilidad en la consecución del bien común es mucho mayor que la del ciudadano común y corriente; cuenta con el conocimiento que ha recibido a través de su formación, comprometiéndose con la confianza de la sociedad, puesto que se espera del profesional, no sólo los servicios para los cuales se formó, sino que se convierta en la vanguardia de la cultura, se espera de él un compromiso de carácter moral.

Al considerar la importancia de la ética profesional, se puede manifestar que la responsabilidad ética la impone la profesión sobre sus miembros debido a que las responsabilidades legales, por sí solas, no son suficientes, por lo tanto, una profesión

debe voluntariamente asumir responsabilidades por el interés del público. A lo largo de su carrera, se espera que el profesional busque el desarrollo de estas virtudes que le van a conferir su realización como persona, Hernandez, J. (2010).

4 LA ÉTICA PROFESIONAL DEL CONTADOR PÚBLICO INNOVADOR

“En los últimos años, la imagen del Contador Público se ha visto afectada por diversos factores de externos a la profesión: por una parte, escándalos financieros particulares se han vinculado directamente con el desempeño de la profesión, mermando su credibilidad, Cevallos, J, (1992).

Como han mencionado Muñoz, D. y Muñoz, V. (2020), han sido muchos los autores que han hablado y profundizado a cerca de la problemática que se presenta en la profesión contable; podemos realizar un bosquejo de una serie de conceptos los cuales van ligados unos con otros, en torno a un tema en específico como la ética profesional. Para dar una orientación más precisa a la investigación, se tomaron como referencia algunos autores que han escrito y de algún modo han dado su opinión sobre la problemática que se está presentando. A continuación, se mencionan algunos de ellos:

Hernandez, J., (2010), ha manifestado que los contadores públicos deben establecen conductas éticas inviolables, en cuanto a su actuación profesional, es deber obligatorio para el contador evitar incurrir en faltas tales como: el encubrimiento de hechos que lleven a conclusiones equivocadas ante cualquier caso o circunstancia; negligencia al emitir un juicio sin respaldo profesional o auditoria de parámetros de aceptación general; o inducir y aconsejar el falseamiento de estados financieros a sus clientes. Igualmente, debe guardar discreción para demostrar que es profesionalmente confiable y responsable de todos los casos que estén bajo su tutela, así como de cualquier información que maneje, adquiriendo un compromiso serio y leal con sus clientes de acuerdo con lo previsto en la ley del ejercicio de la profesión. Al pasar de los años lo que ha mencionado el autor hace una década, se equipara a que el Contador debe estar innovando en el día a día de su actuación profesional.

Las autoras, Roa, G. R., Martínez, C. M., & Acosta, J. (2017) hacen una reflexión acerca de la ética profesional en la profesión contable. Asimismo, exponen que el contador público deberá fundar su reputación en la honradez, laboriosidad y capacidad profesional, observando en sus actos las reglas de éticas más elevadas.

Hernandez, J., (2010) comenta que la profesión de la Contaduría Pública ha sido y es una profesión que se autorregula, emite y aprueba Normas de Información Financiera de Aceptación General que reglamentan todo el proceso de cuantificación, registro, resumen

en estados financieros y revelación de la información financiera. Adicionalmente, emite y aprueba Normas Internacionales de Auditoría que rigen todo el proceso de auditoría hasta la emisión del dictamen.

Tanto la corrupción como el fraude siempre han representado grandes desafíos a los auditores independientes de una organización, motivo por el cual han desarrollado técnicas y prácticas que han evolucionado hacia la garantía de: la credibilidad de la información financiera, la eficiencia, economía y efectividad de las operaciones; resaltando las responsabilidades que recaen sobre una auditoría independiente de estados financieros para identificar, investigar e informar sobre fraudes o errores encontrados dentro de la estructura contable de una empresa. Es por esto por lo que el incumplimiento de las responsabilidades ha ido tomando mayor importancia en los últimos años, ya que el fraude constituye un flagelo que está adquiriendo fuerza día a día, ayudado, en gran parte, por una mayor complejidad en los negocios, la creciente globalización de los movimientos de fondos, las dificultades implícitas en el trato con diferentes culturas y un mayor uso de tecnologías. Todo ello ha llevado a una sensación de mayor riesgo entre los empresarios de los más diversos sectores y países, como resultado de errores y fraudes encontrados en las contabilidades de prestigiosas organizaciones, Hernandez, J., (2010).

La IFAC (International Federation of Accountants) (2009) Federación Internacional de Contadores, fue la encargada de realizar el código de ética para los contadores públicos; en este código se establecen los requerimientos necesarios de ética para que dichos profesionales asuman la responsabilidad de actuar en interés público. Además, señala los 9 principios que el profesional contable debe desarrollar para ejercer de manera asertiva la profesión.

Gustavo Gil, Eutimio Mejía, Omar de Jesús Montilla y Carlos Alberto, mencionan que los profesionales contables aparte de conocimientos científicos y técnicos deben tener una formación ética sólida para así garantizar la rectitud y honestidad en su vida cotidiana y en su desempeño laboral; Gil, G., Mejía, E., Montilla, O. & Alberto, C. (2017).

La ética profesional en la profesión contable es un tema muy tratado por diversos autores los cuales han querido experimentar y dar respuestas o posibles explicaciones sobre la falta de esta en la comunidad contable, sin embargo, se hace necesario detenerse a pensar, qué le depara a la Profesión en la actualidad y en un futuro cercano, mientras tanto solo queda que día a día se mantengan los conocimientos actualizados y las mejores técnicas innovadoras en la realización de todas las actividades para el desarrollo del análisis de las información financiera confiable para la toma de decisiones.

5 IMPORTANCIA DE APLICAR LA ÉTICA EN LAS ACTIVIDADES CONTABLES

Aunque los contadores públicos cuentan con un amplio desarrollo de actividades no puede dejar a un lado su responsabilidad social, el cual es desarrollado por medio de su ética. Si se trabaja con buenos principios morales se pueden llegar muy lejos, aparte de tener una conciencia tranquila, se van a evitar problemas legales, y se va a tener un reconocimiento positivo ante la sociedad, al verse como una persona confiable. Lo cual, es algo muy importante en la profesión como Contadores Públicos, cuando se realicen los actos y los registros contables, Sunder, S. (2003).

Hernández, J. (2010), después de realizar diversos estudios ha comentado que la contaduría pública es una profesión que tiene como uno de sus principales objetivos la articulación entre las empresas y el estado, por medio de la administración de la empresa se aumente las utilidades para impactar a nivel social, empresarial y financiero, el estado es el generador de los impuestos e impone esto por medio de normas tributarias y los contadores públicos están en la obligación de hacer cumplir esta norma. Por ello se hace necesario que los contadores sean realmente independientes y, en particular, deben eliminar la posibilidad de un conflicto entre aumentar sus propias remuneraciones a cuenta de la protección del público inversionista, ya que su fidelidad a la causa de información clara, completa y entendible debe ser ineludible.

Considerando los puntos anteriores, todos estos elementos constituyen la conducta ética que debe formar parte de la actuación de todo profesional de la contaduría pública, establecidos en códigos de ética que sirven de guía moral y conceptual para dichos profesionales. Por si sola la contaduría pública constituye una profesión que posee un rico acervo de conocimientos al mismo tiempo que logra un reconocimiento general dado a su responsabilidad de servir y contar con la confianza del público guiada por diversas normas de admisión, por lo tanto, si existe una falta de ética por parte de un contador puede originar una aptitud negativa del público hacia estos profesionales de la información financiera.

En consecuencia, se han diseñado códigos de ética que contengan las directrices prácticas que permitan a sus integrantes mantener una actitud profesional, además de garantizar a los clientes y el público en general que se mantendrán y cumplirán normas rigurosas. En siguientes investigaciones abordaremos sobre la estructura y las actualizaciones del Código de Ética Profesional emitido por el Instituto Mexicano de Contadores Públicos.

6 CONCLUSIÓN

El resumen de las investigaciones presentadas en este trabajo, lleva a considerar un importante punto de vista, el compromiso del Contador Público de actuar con ética en todos sus trabajos, no solo se adquiere en las aulas, sí se refuerzan ahí y se pueden conocer parámetros que llevan los procedimientos en los diversos trabajos y actuaciones que se realizan todos los días, pero no hay que olvidar que los valores emanados de la familia son el aspecto principal en la actuación de un profesional.

Con el objetivo principal de esta investigación, se pudo abordar los trabajos realizados por diversos autores sobre la ética profesional del contador público. Está puede ser tratada desde varios puntos de vista, el contador público tiene una gran responsabilidad en la empresa y en la sociedad, ya que la información financiera que presenta para que las empresas tomen decisiones acertadas, debe estar enmarcada con principios fundamentales de códigos de ética profesional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Campagne., D. M. (2014). Wikipedia. Obtenido de Wikipedia: [https://es.wikipedia.org/wiki/Deontolog%C3%ADa_\(profesional\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Deontolog%C3%ADa_(profesional))

Cevallos, J. (1992). El Contador Público en México, sus principales actividades competitivas y el uso de tecnologías de información, con un sentido ético y de responsabilidad social. Editorial Pac. S.A. de C.V. México, D.F.

Correa, M. (2017). Ética en el ejercicio de la profesión contable: desafío en la formación ética del contador público en Colombia. Tesis para Optar al Título de Contador Público. Universidad Militar Nueva Granada. Barranquilla (Atlántico). Encontrado en: <https://repository.unimilitar.edu.co/handle/10654/16792>

Fuentes, S (2006) La ética profesional frente a la ética general. Ética actual y Profesional. Lecturas para la convivencia global en el Siglo XXI. México. Thomson.

Gil, G., Mejía, E., Montilla, O. & Alberto, C. (2017). Ética del profesional contable: Unas reflexiones desde la teoría tridimensional de la contabilidad (Vol. 2). ECOE Ediciones.

Hernández, J. (2010). La ética profesional, ¿un problema ético del contador público? Revista del Centro de Investigación de Ciencias Administrativas y Gerenciales, 7 (1), pp. 74-89. Disponible en <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3706244>

IFAC, F. I. (2009). Código de Ética para los profesionales de la contabilidad. New York.

Lúa, J. (2019). Ética profesional en la formación educativa contable, talleres educativos. Trabajo de investigación. Universidad de Guayaquil.

Muñoz, D y Muñoz, V. (2020). “La falta ética profesional del contador público, principal causante del desprestigio de la profesión”. Tecnológico de Antioquia. Trabajo de grado.

Orozco, A. D. (2005). Contabilidad Social y Estratégica. Lumina, 1(1), 45 - 52.

Roa, G. R., Martínez, C. M., & Acosta, J. (2017). La ética profesional. *Revista Científica*.

Sunder, S. (2003) “La estructura de la contabilidad y la auditoría: un replanteamiento Innovar”, *Revista de Ciencias Administrativas y Sociales*, vol. 22, pp. 56-89.

Vargas, R., Cruz, E., Gatica, L., Garcia, P. (2015). El contador público como líder del cambio social en el nuevo escenario educativo mexicano. *Revista Iberoamericana de Ciencias*. 7(1).

CAPÍTULO 7

INNOVACIÓN UNIVERSITARIA, UN ANÁLISIS TEÓRICO INTEGRAL DESDE SUS FUNCIONES MISIONALES¹

Data de submissão: 21/06/2022

Data de aceite: 08/07/2022

Jennifer Lafont Mendoza

Universidad de Córdoba

Doctora en Ciencias Mención Gerencia

Magíster en Ciencias Química

Docente Titular de Tiempo Completo

Investigadora Asociada y

Directora Grupo de Físicoquímica Orgánica

Montería – Colombia

<https://orcid.org/0000-0001-8862-2442>

Amelia Espitia Arrieta

Universidad de Córdoba

Magíster en Ciencias Químicas, Químico

Docente e Investigadora del

Grupo Físicoquímica Orgánica

Montería - Colombia

<https://orcid.org/0000-0002-3397-6662>

Dairo Pérez Sotelo

Universidad de Córdoba- Magíster en

Ciencias Químicas, Químico

Docente e Investigador del

Grupo Físicoquímica

Montería - Colombia

<https://orcid.org/0000-0002-6892-2912>

RESUMEN: Las organizaciones han sido impactadas por la globalización, generando un entorno cada vez más competitivo y versátil, las cuales para mantenerse activas deben innovar mediante la creación o mejoramiento sustancial de productos, procesos, servicios o talentos, que respondan a los desafíos actuales; en este sentido, las universidades como instituciones académicas formadoras de talento humano capacitado para desempeñarse eficazmente en el mercado laboral, les corresponde innovar para estar a tono con esta tendencia mundial. Es así como surge el propósito de este trabajo que consistió en realizar un análisis teórico integral sobre la innovación universitaria desde sus funciones misionales de docencia, investigación y extensión. El método usado fue descriptivo interpretativo, soportado en la investigación documental y/o bibliográfica empleando bases de datos como Scopus, Scielo, Latindex, Dialnet, DOAJ, Sciencedirect, GoogleScholar. Los resultados revelaron que la innovación universitaria se logra otorgando nuevos aportes a la docencia, investigación y extensión, a través de la integración de los tipos de innovación: tecnológica, educativa, social, abierta o colaborativa y de gestión universitaria a los procesos misionales. Se concluye que la innovación universitaria depende de la sinergia entre la gestión del conocimiento, los resultados de aprendizaje, las relaciones interinstitucionales, desarrollo de proyectos de investigación con beneficio social, la capacidad científica, tecnológica, de infraestructura y su sostenibilidad.

¹ Los autores expresan sus agradecimientos a la Universidad de Córdoba por facilitar los medios tecnológicos para el desarrollo de esta investigación. Declaran que no tienen conflicto de intereses.

PALABRAS CLAVE: Docencia. Investigación. Extensión. Innovación. Universidad.

UNIVERSITY INNOVATION, A COMPREHENSIVE THEORETICAL ANALYSIS FROM ITS MISSIONARY FUNCTIONS

ABSTRACT: Organizations have been impacted by the globalization, generating an increasingly competitive and versatile environment, which to stay active must through the creation or substantial improvement of products, processes, services or talents that respond to current challenges; In this sense, universities as academic institutions that train human talent trained to perform effectively in the labor market, it is their responsibility to innovate to be in tune with this global trend. This is how the purpose of this work arises, which consisted of carrying out a comprehensive theoretical analysis on university innovation from its missionary functions of teaching, research and extension. The method used was descriptive and interpretive, supported by documentary and / or bibliographic research using databases such as Scopus, Scielo, Latindex, Dialnet, DOAJ, Scimedirect, GoogleScholar. The results revealed that university innovation is achieved by granting new contributions to teaching, research and extension, through the integration of types of innovation: technological, educational, social, open or collaborative, and university management to missionary processes. It is concluded that university innovation depends on the synergy between knowledge management, learning results, inter-institutional relations, development of research projects with social benefit, scientific, technological and infrastructure capacity and its sustainability.

KEYWORDS: Teaching. Research. Extension. Innovation. University.

1 INTRODUCCIÓN

En los últimos años, la globalización de los mercados ha hecho que las organizaciones a nivel mundial tengan que reinventarse e idear estrategias de mejoramiento continuo para mantenerse en el mercado, ser competitivas y económicamente estables, lo cual ha estimulado en las naciones así como en las organizaciones la generación e implementación de políticas que faciliten la innovación en productos, procesos y servicios. Actualmente las cinco naciones que ocuparon el mayor índice de innovación en el mundo en su orden son: Suiza, Suecia, Estados Unidos, Reino Unido y República de Corea (Corea del Sur), clasificadas entre 132 países (Dutta *et al.*, 2021).

En cuanto a los sectores más destacados en innovación y desarrollo tecnológico se encuentran las tecnologías de información y telecomunicaciones (TIC), los nuevos materiales, la genética y energías renovables; sin embargo al comparar los indicadores de ciencia, tecnología e innovación como la producción de patentes, productos de innovación, número de investigadores con doctorados, número de productos de nuevo conocimiento entre otros, los países de América Latina se encuentran rezagados en el panorama mundial (Navarro y Olivari, 2016).

Acorde con esta tendencia, las universidades como instituciones de educación superior (IES) que forman talento humano para enfrentarse al mundo laboral, deben ser coherentes con los constantes desarrollos tecnológicos actuales, lo cual se convierte en un reto que se debe priorizar y esto se logra a través de la innovación universitaria.

Pero al analizar la innovación universitaria con una mirada desde sus funciones misionales como la docencia, investigación, extensión con proyección social, surgen entonces varios interrogantes como por ejemplo: ¿las universidades cuentan con recursos humanos, tecnológicos y financieros suficientes para implementar estas tecnologías e innovar?, ¿las metodologías aplicadas en el proceso de enseñanza aprendizaje están acorde con la realidad actual?, ¿los programas académicos están en concordancia con las nuevas necesidades del entorno laboral?, ¿los proyectos que se realizan en las universidades generan transformación social?, ¿las universidades tienen relaciones interinstitucionales que les permita realizar trabajos colaborativos?.

Para dar respuesta a estos interrogantes, el presente artículo se organizó en diferentes secciones, que inicia con la evolución del concepto de innovación hasta la actualidad; luego se tratan los tipos de innovación: tecnológica, educativa, social, abierta o colaborativa y de gestión universitaria o administrativa y finalmente a partir de ellos se aborda la discusión sobre los ejes misionales de las universidades.

Con relación a lo anteriormente expuesto, el objetivo de este trabajo consistió en realizar un análisis teórico integral sobre la innovación universitaria desde sus funciones misionales, como son la docencia, investigación y extensión con proyección social. El método empleado en esta investigación fue descriptivo interpretativo, soportado en la investigación documental y/o bibliográfica.

1.1 EVOLUCIÓN DEL CONCEPTO DE INNOVACIÓN

Se ha observado en el tiempo, que la conceptualización sobre innovación ha cambiado con los años, fue creado hace más de un siglo, por el economista y sociólogo austriaco Joseph Alois Schumpeter en 1912 quien publicó en su libro Teoría del desarrollo económico, su propuesta sobre la innovación en los procesos tecnológicos del sector empresarial (Olaya, 2008) y destaca la diferencia entre invento e innovación, delimitando el invento al desarrollo de una idea que origina un artefacto de uso práctico, pero la innovación la describe como el invento que crea un nuevo producto, servicio o proceso que es exitoso y genera valor económico en el mercado.

Posteriormente, en 1986 Peter Drucker, en su obra Innovation and Entrepreneurship, enfatiza que tanto el emprendimiento como la innovación son importantes en el

desempeño de un administrador, define entonces la innovación con la frase “Innovar es encontrar nuevos o mejorados usos a los recursos de los cuales ya disponemos”, este autor incluye por primera vez el término de recurso humano, tiene en cuenta las personas como recurso importante, porque son las que producen el don máspreciado que es el conocimiento, desarrollan la creatividad y crean la innovación, imprescindibles en un entorno cambiante (Sánchez, 2006; Herrera y Suárez, 2021).

Seguidamente en el Manual de Oslo (OECD, 1997), se enfatiza que las innovaciones tecnológicas son los nuevos productos y procesos, así como los cambios tecnológicos que ocurren en ellos, entendiéndose por productos los bienes y servicios; considera que una innovación tecnológica inicia desde la generación de la idea novedosa hasta su producción económica en el mercado; por ello involucra cambios organizacionales, en la ciencia, tecnología, en los sistemas financieros y comerciales. Adicionalmente clasifica la innovación de producto en dos tipos: 1. Radical, cuyas características, materiales y cualidades son totalmente diferentes al producto inicial. 2. Innovación incremental, es aquella cuyo rendimiento o desempeño ha sido mejorado; por su parte, la innovación por procesos ocurre cuando se han integrado nuevos métodos para la producción o se han mejorado sustancialmente (Parra y Meillón, 2018).

Recientemente (Gault, 2018), modifica la definición de innovación, la describe como la generación de un producto nuevo o mejorado que se diferencia considerablemente de los iniciales y se ha colocado al servicio de los usuarios potenciales, o dentro de la organización; con este concepto la innovación es aplicable a todas las organizaciones y personas, el autor sustituye la concepción de producción económica, por usuarios potenciales que pueden recibir otros beneficios (Leal y Lara, 2019).

1.2 INNOVACIÓN TECNOLÓGICA

A través de los años, la tecnología ha penetrado en todas las organizaciones promoviendo la innovación, con la ayuda de las tecnologías de información y comunicaciones (TIC), como es el caso de la evolución constante de los computadores, teléfonos celulares, Tablet, dispositivos electrónicos, televisores, entre otros.

Los avances individuales en la tecnología, la electrónica, robótica y sensórica (industrias 3.0) y su integración con los procesos de producción (industria 4.0) han permitido la elaboración robots, casas automatizadas (domótica), ciudades y maquinarias inteligentes, entre otros. Estas escaladas tecnológicas y de innovación en nuevos productos, procesos y servicios, son los que dominan actualmente el mercado mundial,

promoviendo la competitividad en las organizaciones y la búsqueda incesante de innovaciones para mantenerse activos en el mercado (Vega, Ferro y Ruiz, 2020).

Para el manejo de esta nueva tecnología se requiere de talento humano altamente capacitado en disciplinas como TIC, robótica, electrónica, sensórica, principalmente; sin embargo aún en Latinoamérica se están formando profesionales para la industria 3.0, lo cual requiere de un ajuste en los programas académicos universitarios y esta es una debilidad que se debe fortalecer.

1.3 INNOVACIÓN EDUCATIVA UNIVERSITARIA

Se puede describir como el progreso continuo o permanente en las instituciones de educación superior, donde se integran todos los ejes misionales de la institución, forjando la cultura de la innovación, con planificación en todos sus procesos y sinergia entre la política educativa universitaria, desarrollo de las prácticas pedagógicas y el liderazgo de docentes para plantear y desarrollar proyectos de investigación y de extensión que lleven a la transformación social, es un desafío que se debe alcanzar.

1.4 INNOVACIÓN SOCIAL

La innovación social, es un proceso en continua evaluación, conducente a la creación y mejoramiento de productos, procesos, servicios o talentos que tributen a la sociedad y que respondan de forma novedosa a las realidades que esta posee, lo cual ocurre en diversos pasos, iniciando con el acopio de ideas, su realización, la obtención de resultados, alcanzar la meta propuesta y finalmente llegar a la transformación social (López, 2016; Bayuo, Chaminade y Goransson, 2020). Es necesario recordar que la responsabilidad social está referida a la forma como las diferentes organizaciones contribuyen al mejoramiento de la sociedad ya sea por la oferta de productos, procesos, servicios o por los profesionales que forman como es el caso de las universidades y se mide por medio del impacto que estas tienen en la humanidad, ya sea de índole académico u organizacional (Lehoux, Miller y Jones, 2020; Paredes *et al.*, 2019).

La responsabilidad social universitaria de tipo académica, se puntualiza como la formación integral con calidad de profesionales para desempeñarse eficazmente en el campo laboral (Olaya, Rojas y Gutiérrez, 2020) y la de tipo organizacional, es referida a las gestiones que realiza la universidad para solucionar problemas específicos de la región, ya sea a través de servicios sociales, emprendimientos, para el mejoramiento de las comunidades, entre otros. De acuerdo a lo anteriormente expuesto, se puede decir

que las universidades tienen responsabilidad social académica y organizacional (Parra y Meillón, 2018; Concha, Sánchez y Rojas, 2020).

1.5 INNOVACIÓN ABIERTA O COLABORATIVA

La innovación abierta es producto de las relaciones universidad- empresa, interconectadas para la mejora continua (Chesbrough y Bogers, 2014), este concepto ha sido respaldado (Gassmann, Enkel y Chesbrough, 2010), pero también refutado por otros autores (Manzini, Lazzarotti y Pellegrini, 2017), debido a los costos que acarrea realizar innovación, ya sea por la falta de colaboración, de control en los procesos, manejo de tecnologías, entre otros aspectos.

Recientemente este concepto ha sido ampliado a la relación universidad-empresa-sociedad, dado que la sociedad es un factor importante para la innovación, ya que su objetivo final debe ser el mejoramiento de la humanidad (Neves, Costa y Reis, 2021). Entonces, la apropiación social del conocimiento debe generar espacios de interacción entre el sector empresarial, la participación ciudadana y la universidad, que aplica sus conocimientos mediante la implementación de proyectos con impacto social.

La actividad innovadora de los países desarrollados y sus ingresos económicos, están directamente relacionados con las interacciones entre la universidad y las empresas, puesto que la primera desarrolla proyectos de investigación que responden a los problemas empresariales y sociales; además tienen el reto de conocer las necesidades del entorno para contribuir con el conocimiento y producir innovación. Para promover la innovación colaborativa, debe haber interacción entre la investigación universitaria y la empresa, integrada con las tecnologías modernas para producir la creación, transferencia, intercambio, aplicación y divulgación del conocimiento (Xu *et al.*, 2018).

1.6 INNOVACIÓN EN LA ADMINISTRACIÓN Y GESTIÓN UNIVERSITARIA

La administración de las universidades debe planificar, organizar, dirigir, controlar y evaluar procesos, pero también reforzar las potencialidades de los actores universitarios, fortaleciendo su formación académica, estableciendo alianzas productivas en investigación y extensión con instituciones locales, regionales, nacionales e internacionales para potenciar su desarrollo (Ascencio et al., 2020). La innovación está estrechamente relacionada con la cultura organizacional, de tal forma que esta debe ser flexible para poder adaptarse rápidamente a los cambios que se presenten y afrontarlos, en este sentido la capacidad de innovación es imprescindible, así como las

ventajas competitivas que de ella se derivan (Montenegro, 2021; González, Barrientos y Parra, 2020).

Otro factor importante es la sinergia entre la innovación y la sostenibilidad de las instituciones de educación superior, ambas están vinculadas con la administración y gestión universitaria, la adquisición de tecnología actualizada, la disponibilidad de recursos y con la cultura institucional, donde se le otorga importancia a la inversión en la enseñanza, infraestructura e investigación tecnológica (Veiga *et al.*, 2017).

2 METODOLOGÍA

El método empleado en el desarrollo de esta investigación fue descriptivo interpretativo, soportado en la investigación documental y/o bibliográfica donde se exploraron diversos artículos sobre innovación, en universidades, en docencia, investigación, extensión, los tipos de innovación: educativa, tecnológica, social, abierta o colaborativa y de gestión universitaria o administrativa; para lo cual se realizó la búsqueda en diversas bases de datos como Scopus, Scielo, Latindex, Dialnet, DOAJ, Scimedirect, GoogleScholar y fueron seleccionados los artículos científicos más relevantes, descritos y organizados por secciones así: 1. Evolución en el tiempo del concepto de innovación hasta la actualidad. 2. Los tipos de innovación: tecnológica, educativa, social, abierta o colaborativa y de gestión universitaria o administrativa. 3. La innovación en las universidades. Posteriormente toda esta información fue analizada, interpretada y contrastada con el aporte de los autores para presentar la discusión respectiva y emitir las conclusiones.

3 RESULTADOS Y ANÁLISIS

De acuerdo con la evolución del concepto de innovación, actualmente se puede definir como la creación de nuevos productos, procesos, servicios, talentos, o el cambio sustancial de los existentes que benefician a la sociedad, obteniendo provecho ya sean tecnológicos, en calidad, competencia, mejoramiento social, o económico.

Al integrar este concepto de innovación con los ejes misionales de las universidades como docencia, investigación y extensión con proyección social, se construyó la Figura 1, que relaciona los cinco tipos de innovación con los tres ejes misionales de la universidad y su relación activa con el Estado, el sector productivo y la sociedad.

Figura 1. Relación entre la innovación universitaria y los ejes misionales.



Fuente: Elaboración propia.

3.1 RELACIÓN DE LA INNOVACIÓN TECNOLÓGICA CON LOS EJES MISIONALES

Acorde con la Figura 1, para realizar innovación tecnológica, en las universidades, específicamente en los programas de ciencias básicas, aplicadas, e ingenierías, se requiere principalmente la tecnología actualizada, es fundamental desarrollar en los estudiantes, habilidades en el manejo de equipos avanzados, así como en la interpretación de sus resultados, para lo cual es primordial la adquisición de los mismos, que posean alta sensibilidad para obtener resultados confiables en las áreas nucleares de estas disciplinas.

Para dar respuesta al interrogante *¿las universidades cuentan con recursos humanos, tecnológicos y financieros suficientes para implementar estas tecnologías e innovar?*; se encontró en las estadísticas mundiales (Navarro y Olivari, 2016) que las universidades de los países Latinoamericanos, entre ellos Colombia, no cuentan con suficientes recursos humanos, tecnológicos y financieros para implementar estas tecnologías e innovar; debido a que el número de doctores dedicados a la investigación es muy bajo, por lo cual se requiere vincular más doctores a la planta docente y capacitar a los ya vinculados; por otra parte, las universidades especialmente las públicas se encuentran desfinanciadas, debido a que los ingresos por transferencia de la nación son inferiores al incremento del IPC, lo cual obliga a las universidades a generar cerca del 50%

de recursos propios para su funcionamiento, esto no permite el crecimiento institucional deseado, fortalecimiento de su infraestructura, compra de equipos con tecnología de punta para generar patentes, competitividad e innovación. Las tecnologías robustas son necesarias adquirirlas, ya que facilitan la creación de propuestas y desarrollo de proyectos de alta envergadura en las diferentes áreas del conocimiento con beneficio social, que resuelva problemas reales del entorno, acercando más la universidad con el sector empresarial y las comunidades.

3.2 RELACIÓN DE LA INNOVACIÓN EDUCATIVA CON LOS EJES MISIONALES

Así mismo la innovación educativa en las universidades, incluye alcanzar y mantener la calidad en el proceso educativo, la creación de nuevos conocimientos, así como de espacios para intercambio y transferencia de saberes (Martínez, López y Pérez, 2018).

Para responder el interrogante planteado: *¿las metodologías aplicadas en el proceso de enseñanza aprendizaje están acorde con la realidad actual?*. Recientemente, es común escuchar el término e-innovación educativa, para destacar el manejo de las tecnologías de información y comunicaciones en la actividad educativa como herramienta importante que prepara al estudiante en habilidades para el ejercicio de su profesión, del mismo modo los profesores deben estar formados en esta disciplina. Sin embargo por la pandemia de covid-19 las metodologías de enseñanza aprendizaje tradicionales de tipo presencial en el mundo, se cambiaron durante dos años a mediaciones virtuales, dejando expuestas grandes debilidades en muchas regiones latinoamericanas y colombianas, entre ellas, el déficit de herramientas tecnológicas y de conectividad continua en los alumnos para estudiar, así como la falta de conocimiento para su manejo (Osorio *et al.*, 2021; Caldevilla, Viñarás y Rodríguez, 2020).

Para poder innovar en la educación universitaria se requiere que docentes y estudiantes dominen las TIC para fortalecer el proceso de enseñanza aprendizaje; la pandemia del covid-19 aceleró este proceso obligando a los docentes a incursionar de forma abrupta en un estándar de enseñanza online, a distancia o remota, llevándolos a innovar con metodologías coherentes a la realidad actual.

Sin embargo aún se encuentran algunos casos especiales de profesores que durante la virtualidad mantuvieron la metodología de enseñanza presencial tradicional, al igual que las formas de evaluar, conservando una brecha entre los métodos de enseñanza y la aplicación de las TIC, siendo esta una barrera para enseñar e innovar que debe ser superada.

En este sentido es necesario que los profesores además de capacitarse en el manejo de las TIC, deben desarrollar en los estudiantes habilidades en la comunicación con

mediaciones remotas y manejar las cuatro áreas requeridas: pedagógica, administrativa, organizacional y social (Aguiar, Velásquez y Aguiar, 2019; Barquero *et al.*, 2020); además, valores éticos, morales, sociales y medioambientales (Rico, 2016).

Con relación la pregunta: *¿los programas académicos están en concordancia con las nuevas necesidades del entorno laboral?*, las universidades a través de los procesos de acreditación de los programas académicos están constantemente revisando sus cursos y ajustándolos a nuevos formatos, sin embargo las necesidades del sector productivo así como la carencia o riquezas de la región donde se encuentran las universidades, no son revisadas con frecuencia y es muy importante identificar estos aspectos para incorporarlos en los contenidos de los cursos respectivos y actualizarlos; en este sentido se debe establecer un diálogo permanente con el sector productivo, revisar las debilidades y fortalezas de su entorno para hacer los programas académicos más pertinentes y acordes con la realidad regional.

Es así como en los programas académicos se deben insertar nuevos conceptos para desarrollar en los estudiantes, los conocimientos y habilidades necesarias que generen un cambio en su formación, adquiriendo nuevas competencias en el manejo de estas tecnologías, de manera que en su futuro profesional se desenvuelvan en forma eficiente y eficaz acorde con las necesidades del entorno laboral.

Algunos autores (Lašáková, Bajžíková y Dedze, 2017) diferencian entre las acciones que promueven la innovación educativa universitaria y las que causan barreras para su desarrollo; entre las primeras se destacan: el empoderamiento, la cooperación, la profesionalización, el dialogo, la gobernanza participativa y la moralidad de los líderes. Las barreras más destacadas que lo limitan son: la desconfianza, el control rígido, la corrupción, inestabilidad económica, la carencia y el nepotismo, principalmente.

Desde este punto de vista, se pueden desarrollar acciones para generar innovación educativa universitaria, haciendo una sinergia entre la innovación curricular, innovación pedagógica e innovación docente, como: incluir nuevos contenidos que generen resultados de aprendizaje óptimos en los estudiantes para el buen desempeño laboral; aplicar nuevas metodologías donde se enfoque el aprendizaje en el estudiante; mantener la calidad de los programas educativos; capacitar a los docentes en las nuevas tecnologías; tener aptitud positiva para aprender y adaptarse a las modificaciones que se presenten, internacionalizar el currículo mediante la oferta de cursos online con amplia difusión y bajo costo, principalmente.

Los cambios en el sistema educativo, son imprescindibles, porque se requieren para formar profesionales con pensamiento analítico, creativo, capaces de resolver problemas, con conocimiento científico, habilidades tecnológicas y facilidad para

comunicarse en todas las formas posibles, esto se logra con un modelo de aprendizaje centrado en el estudiante.

Actualmente se está desarrollando la enseñanza híbrida, donde se mezcla la orientación presencial con la online apoyada en las TIC (Sousa, Peset y Muñoz, 2021). Una de estas metodologías es el aprendizaje inverso o de aula invertida (Flipped classroom), donde la orientación directa pasa de ser grupal en el salón de clases a individualizada (Tourón, 2021; Romero, *et al.*, 2021).

3.3 RELACIÓN DE LA INNOVACIÓN SOCIAL CON LOS EJES MISIONALES

En la innovación social confluyen todas las formas de innovación, porque ayudan a resolver problemas del entorno en forma creativa y esto conduce al desarrollo social; acorde a lo anterior [7] algunos autores manifiestan que las instituciones de educación superior producen cambios fundamentales encaminados al incremento de la productividad, mejoramiento económico y desarrollo social de la nación.

Con relación a la pregunta: *¿los proyectos que se realizan en las universidades generan transformación social?*, en los países en vía de desarrollo como los de Latinoamérica, los indicadores de innovación son muy pobres (Ríos y Castillo, 2015) convirtiéndose en una debilidad para lograr el desarrollo social. Los proyectos de investigación que se proponen en las universidades, en su mayoría son de carácter formativo, están enfocados en las áreas de formación de los doctores los cuales hacen investigaciones básicas y aplicadas en diferentes sistemas orgánicos, inorgánicos, vivos e inertes cuya finalidad es dirigir trabajos de grado en posgrados y pregrados, pero que no responden a las necesidades regionales. En este sentido las universidades Latinoamericanas y colombianas, deben orientar sus investigaciones hacia el desarrollo de sus regiones, cuyos proyectos respondan a las necesidades sociales para generar transformación social, este es el camino que todas las universidades públicas y privadas deben transitar, pero aún falta mucho por recorrer.

Según algunos autores (Arocena y Sutz, 2021; Paredes, 2019), las universidades contribuyen a la innovación social, siendo el reto más importante demostrar que el compromiso social de las universidades puede mejorar la educación, con habilidades técnicas, valores éticos, renovando la investigación y consiguiendo apoyo para su financiación.

La innovación social, incentiva el trabajo interdisciplinario e intersectorial de diversos actores de la academia, la sociedad, el Estado, las organizaciones no gubernamentales (ONG), con beneficio social detectado desde la parte humana, con nuevos aprendizajes y habilidades, entre otros aspectos (Jaillier *et al.*, 2020; Stefan y Bengtsson, 2017).

3.4 RELACIÓN DE LA INNOVACIÓN COLABORATIVA CON LOS EJES MISIONALES

Para realizar innovación colaborativa, se requiere establecer redes interinstitucionales, o alianzas estratégicas para el desarrollo de proyectos de investigación y de extensión con participación activa del sector empresarial, del estado y de la sociedad, lo cual requiere contar con infraestructura adecuada, equipos robustos y tecnología para investigar y hacer transformación social, así mismo del apoyo financiero para su desarrollo; estas son algunas de las falencias que presentan la mayoría de las universidades publicas Latinoamericanas.

Para resolver el interrogante: *¿las universidades tienen relaciones interinstitucionales que les permita realizar trabajos colaborativos?*; en las universidades se realizan trabajos cooperativos interinstitucionales, a través de convenios, relaciones entre grupos de investigación, pasantías, comisiones de estudio, sin embargo son pocos, siendo insuficientes para mejorar el índice de productividad e innovación. Este tipo de actividades son enriquecedoras, fortalece los grupos de investigación y facilita el desarrollo de proyectos interdisciplinarios más amplios, con mayor cobertura y con impacto social, el trabajo cooperativo permite solventar las falencias en infraestructura o en tecnología que puedan existir.

Por otro lado, se tenía el concepto que innovar para el bienestar social era muy difícil, sin embargo, con la pandemia actual, se pudo evidenciar que si fue posible realizar innovación produciendo nuevos equipos médicos y de protección personal para contribuir con la mejora de la salud de las personas (Zimmerling y Chen, 2021; Riaz *et al.*, 2021), lo cual demuestra que en momentos de crisis si se puede responder positivamente a los desafíos que afronta la sociedad.

En este sentido, la gestión del conocimiento, soportado en tecnologías actualizadas, son la base de la innovación, esta genera productividad, aumento en la economía de las regiones y mejoramiento de la calidad de vida de sus habitantes; la innovación es un elemento principal para la competitividad, la investigación y el manejo de recursos (Corsi y Prencipe, 2016).

En las universidades se gestiona el conocimiento, desde la creación, aplicación, transferencia y divulgación de resultados; uno de estos resultados son los emprendimientos innovadores o las iniciativas empresariales llamadas Spin Off, las cuales surgen en las universidades con el desarrollo de proyectos, mediante la aplicación del conocimiento, con la incorporación de las diversas tecnologías, para desarrollar productos, procesos o servicios innovadores, puestos al servicio de la humanidad, estas desarrollan la capacidad emprendedora en los estudiantes y los incentivan para continuar en el desarrollo tecnológico hasta perfeccionarlo (Fandiño y Quiñonez, 2020; Jiménez *et al.*, 2019).

La innovación es facilitada mediante la triada Universidad-Empresa-Estado, en beneficio de la sociedad. El Estado juega un papel fundamental para la innovación, apoyando los procesos de investigación en ciencia tecnología e innovación a través de políticas públicas que incentiven a: los investigadores universitarios para proponer proyectos de investigación con impacto social; al sector productivo para que mejoren sus procesos y generen empleos formales a la comunidad; además deben promover convocatorias nacionales donde se facilite el financiamiento de proyectos de investigación así como los desarrollos tecnológicos universitarios.

Por su parte el sector empresarial debe acercarse más a las universidades y exponer sus inconvenientes ya sea en la creación o mejoramiento de procesos, productos o servicios que ofrecen, para generar innovación y captar la atención de los clientes.

Las universidades son las encargadas de capacitar al personal del sector empresarial, formar talento humano para el sector laboral, formar los investigadores del futuro, generar proyectos que respondan a las necesidades de la empresa y de problemas reales de la región.

3.5 RELACIÓN DE LA INNOVACIÓN DE LA GESTIÓN ADMINISTRATIVA CON LOS EJES MISIONALES

La innovación de la gestión administrativa, es muy importante para el buen desarrollo de las instituciones. Las grandes limitantes de las universidades Latinoamericanas para crecer en posgrados y hacer innovación universitaria, son poseer suficiente talento humano cualificado con título de doctorado, contar con infraestructura física como laboratorios adecuados, dotados con equipos actualizados de alto nivel para hacer investigación, lo cual requiere que se realicen inversiones económicas en ciencia y tecnología para poder impactar en el medio resolviendo problemas del entorno que a la vez favorezcan a sus habitantes, no obstante es una gran debilidad que se requiere mejorar.

Otro aspecto importante se refiere al manejo de las TIC que se implementó en los procesos académicos durante la pandemia, este aprendizaje debe ser extendido a la digitalización de todos los procesos administrativos universitarios, haciéndolos más visibles y eficientes, para convertir esta debilidad inicial en una oportunidad para fortalecer todos los procesos institucionales.

Por otra parte es necesario, estrechar los vínculos entre los directivos de las universidades con los gobiernos nacionales, departamentales y municipales, crear redes de colaboración entre universidades, fomentar las buenas relaciones sociales, garantizar que la universidad sea sostenible en el tiempo, con la optimización de los recursos, impulsar el liderazgo y empoderamiento en todos los procesos misionales de la universidad.

4 CONCLUSIONES

En términos generales para realizar innovación en las universidades, es necesario integrar acciones innovadoras en las tres funciones misionales: docencia, investigación y extensión involucrando los actores de las universidades como rectores y demás directivos, docentes, investigadores y estudiantes, con la ayuda de mediaciones tecnológicas, nuevas metodologías de enseñanza aprendizaje, relaciones interinstitucionales, gestión universitaria, disponibilidad de recursos de infraestructura, tecnológicos y financieros, así mismo el desarrollo de proyectos con sinergia empresarial que se reviertan en bienestar social.

La innovación educativa se enfoca en los cambios que se deben realizar al impartir la docencia, en los resultados de aprendizaje, las metodologías híbridas, la actualización de los currículos acorde las necesidades del entorno, así como el manejo de las herramientas virtuales; de igual forma en investigación y extensión mediante la creación, transferencia y divulgación del conocimiento, sin descuidar los valores éticos, morales, sociales y medioambientales fundamentales para la formación integral de profesionales.

La innovación colaborativa facilita este proceso, mediante la gestión del conocimiento y su aplicación, a través de redes colaborativas, lo cual se observa especialmente en el desarrollo de la investigación y la extensión, con la complementariedad en los procesos, el intercambio de recursos, la formación de talento humano, la eficiencia en la aplicación de conocimientos y la obtención de productos, procesos o servicios con beneficio social.

La innovación social recoge todos los ejes institucionales de docencia, investigación y extensión, ya que abarca desde el momento mismo de la idea, su organización, desarrollo, obtención de resultados y con ellos lograr transformar el talento humano con responsabilidad social.

Las instituciones de educación superior, son las directamente responsables de entregarles a la sociedad talento humano formado con calidad, con las competencias y habilidades suficientes para desempeñarse eficazmente en el campo laboral altamente competitivo, para ello las IES deben asumir los cambios necesarios acorde al nuevo entorno tecnológico y actualizarse.

Finalmente, se debe destacar que para poder desarrollar de manera eficiente los procesos de docencia, investigación y extensión con transformación social acorde con el entorno actual, que es lo que involucra la innovación universitaria, se requiere innovar en la gestión administrativa, mediante la formación de alianzas con el sector productivo, los gobiernos regionales y nacionales; garantizar la sostenibilidad universitaria, la disponibilidad de recursos humanos, tecnológicos y financieros; así como

la consolidación de la infraestructura; esto se logra mediante la planificación, desarrollo, control y evaluación de procesos, así como la sistematización de todos los procesos administrativos y la optimización de los recursos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, B., Velásquez, R., y Aguiar, J. (2019). Innovación docente y empleo de las TIC en la Educación Superior, *Espacios*, 40 (2), 8-20.

Arocena, R., y Sutz, J. (2021). Universities and social innovation for global sustainable development as seen from the south, *Technological Forecasting & Social Change*, 162, 120399. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120399>

Ascencio, E., García, R., Ramos, T., y Vargas, V. (2020). Comportamiento innovador en la Universidad ecuatoriana: un análisis multivariante, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (3), 355-367. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i3.33374>

Barquero, J., Barceló, J., López, J., y Cabezuelo, F. (2020). Gestión universitaria ante el virus Covid-19: análisis de un caso español, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (91), 1126-1139. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i91.33186>

Bayuo, B., Chaminade, C., y Goransson, B. (2020). Unpacking the role of universities in the emergence, development and impact of social innovations – A systematic review of the literature, *Technology Forecasting Social Change*, 155 (120030). <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120030>

Caldevilla, D., Viñarás, M., y Rodríguez, J. (2020). Nuevas Tecnologías de la Comunicación aplicadas a la Gerencia Universitaria: posibilidades y retos, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (91), 1180-1189. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i91.33189>

Chesbrough, H., y Bogers, M. (2014). Explicating open innovation: Clarifying an emerging paradigm for understanding innovation, *New Frontiers in Open Innovation*, Oxford: Oxford University Press, 3-28. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199682461.001.0001>

Concha, C., Sánchez, G., y Rojas, C. (2020). Innovación social en la docencia universitaria: una estrategia de interacción academia y sociedad, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (4), 347-363. <https://www.researchgate.net/publication/350353428>

Corsi, C., y Prencipe, A. (2016). Improve metropolitan competitiveness through innovation. The critical and moderating role of university spin-offs, *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 223, 305 – 312. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.374>

Fandiño, J., y Quiñonez, A. (2020). Empresas resultado de investigación universitaria en la industria 4.0 en el Caribe Colombiano, *Aglala*, 11 (1), 272-286.

Gassmann, O., Enkel, E., y Chesbrough, H. (2010). The future of open innovation, *R&d Management*, 40 (3), 213-221. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9310.2010.00605.x>

Gault, F. (2018). Defining and measuring innovation in all sectors of the economy, *Research Policy*, 47 (3), 617-622. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.01.007>

González, J., Barrientos, A., y Parra, E. (2020). Gobernanza y comunicación en la universidad: Estudio a partir del COVID-19, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (91), 1247-1261. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i91.33200>

Herrera, F., y Suárez, J. (2021). Rol de las universidades en el Sistema Nacional de Innovación mexicano, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 26 (93), 139-157, 2021. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29066223010>

Jaillier, E., Ramírez, L., Sampedro, C., y Aboleda, C. (2020). Innovación social: evolución del concepto en el tiempo, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (92) 1637-1654. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i92.34286>

Jiménez, W., Larrea, J., Navarrette, M., y Castro, E. (2019). Emprendimientos innovadores a partir de competencias cognitivas en estudiantes universitarios, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 24 (85), 397-420. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29058864004>

Lašáková, A., Bajžíková, L., y Dedze, I. (2017). Barriers and drivers of innovation in higher education: Case study-based evidence across ten European universities, *International Journal of Educational Development*, 55, 69-79. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.06.002>

Leal, M., y Lara, N. (2019). El concepto de innovación en las leyes de ciencia, tecnología e innovación: el caso de México, *Innovación y Tecnología*, 13, 571-588, 2019. <https://riico.net/index.php/riico/article/view/1813/1572>

Lehoux, P., Miller, F., y Jones, W. (2020). Anticipatory governance and moral imagination: Methodological insights from a scenario-based public deliberation study, *Technological Forecasting and Social Change*, 151, 119800, 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2019.119800>

López, A. (2016). Propuesta de modelo de evaluación de la Innovación Social Universitaria Responsable (ISUR), *Estudios sobre educación*, 30, 71-93. <https://doi.org/10.15581/004.30.71-93>

Manzini, R., Lazzarotti, V. y Pellegrini, L. (2017). How to remain as closed as possible in the open innovation era: the case of Lindt & Sprüngli, *Long range planning*, 50 (2), 260-281. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2015.12.011>

Martínez, M., López, R., y Pérez, A. (2018). E-innovación en educación superior. Claves para la institucionalización en las universidades, *Pixel-Bit. Revista de Medios y Educación*, 52, 183-197 <https://roderic.uv.es/handle/10550/63840>

Montenegro, J. (2021). Innovación y Diseño: cómo transformar organizaciones y prosperar en mercados competitivos, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 26 (94), 708-724. <https://www.redalyc.org/journal/290/29069612014/html/>

Navarro, J., y Olivari, J. (2016). La política de innovación en América Latina y el Caribe nuevos caminos, Banco Interamericano De Desarrollo BID: Washington, D.C.

Neves, A., Costa, J., y Reis, J. (2021). Using a Systematic Literature Review to Build a Framework for University-Industry Linkages using Open Innovation, *Procedia Computer Science*, 181, 23-33. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2021.01.095>

OECD/Eurostat, "Oslo Manual: Proposed Guidelines for Collecting and Interpreting Technological Innovation Data", Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 1997.

Olaya, A., (2008). Economía de la innovación y del cambio tecnológico: una aproximación teórica desde el pensamiento Schumpeteriano, *Revista Ciencias Estratégicas*, 16 (20), 237-246.

Olaya, J., Rojas, A., y Gutiérrez, H. (2020). Responsabilidad Social en la Universidad Santiago de Cali, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (3), 65-83. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i3.33354>

Osorio, E., Malpartida, J., Ávila, H., y Valenzuela, A. (2021). Aplicaciones móviles: incorporación en procesos de enseñanza en tiempos de covid-19, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 26 (93), 65-77. <https://doi.org/10.52080/RVG93.06>

Parra, J., y Meillón, V. (2018). Innovación educativa como elemento de la doble responsabilidad social de las universidades, *IE Revista de investigación educativa de la Rediech*, 9, (17), 133-144. <http://www.scielo.org.mx/pdf/ierediech/v9n17/2448-8550-ierediech-9-17-133.pdf>

Paredes, L., Curo, L., Carbajal, K., y Núñez, S. (2019). Gestión de calidad para la proyección socio-cultural y extensión universitaria, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 24 (2), 590-607. <https://doi.org/10.37960/revista.v24i2.31512>

Riaz, A., AlthoeferlIdar, K., Farkhatdinov, I., Brown, J., Morgan, C., y Shahdad, S. (2021). Innovation in the time of SARS-CoV-2: A collaborative journey between NHS clinicians, engineers, academics and industry, *The Surgeon*, in press 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.surge.2020.12.008>

Rico, C. (2016). La responsabilidad social como estrategia de innovación docente universitaria: objetivos y metodología de una educación sostenible, *REJIE: Revista Jurídica de Investigación e Innovación Educativa*, 13, 9 -18. <https://doi.org/10.24310/REJIE.2016.v0i13.7680>

Ríos, J., y Castillo, M. (2015). Efectos de la capacidad innovadora en el crecimiento económico. Análisis comparativo entre países desarrollados y en desarrollo, *Región y sociedad*, 27 (64), 109-138. <http://www.scielo.org.mx/pdf/regsoc/v27n64/v27n64a4.pdf>

Romero, C., Paz, P., Buzón, O., y Navarro, E. (2021). Evaluación de una formación online basada en Flipped classroom, *Revista de Educación*, 391, 65-93, 2021. <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2021-391-471>

Sánchez, A. (2006). Peter Drucker, innovador maestro de la administración de empresas, *Cuadernos Latinoamericanos de Administración*, 2(2), 69-89. <https://www.redalyc.org/pdf/4096/409634344005.pdf>

Sousa, S., Peset, M., y Muñoz, J. (2021). La enseñanza híbrida mediante flipped classroom en la educación superior, *Revista de Educación*, 391, 123-147. <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2021-391-473>

Stefan, I., y Bengtsson, L. (2017). Unravelling appropriable mechanisms and openness depth effects on firm performance across stages in the innovation process, *Technological Forecasting and Social Change*, 120, 252-260. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.014>

Tourón, J. (2021). El modelo flipped classroom: un reto para una enseñanza centrada en el alumno, *Revista de Educación*, 391, 11-14. [file:///C:/Users/USER/Downloads/21875%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/21875%20(1).pdf)

Vega, V., Ferro, H., Ruiz, M., y Bonomie, M. (2020). Innovación y éxito empresarial: algunas reflexiones teóricas, *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 25 (91), 938-953. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i91.33175>

Veiga, L., Leal, W., Brandli, L., MacGregor, C., Molthan-Hill, P., Gokçin, P., y Martins, R. (2017). Barriers to innovation and sustainability at universities around the world, *Journal of Cleaner Production*, 164, 1268 -1278. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.07.025>

Dutta, S., Lanvin, B., Rivera L., Wunsch, S., León, L. (2021). *Global Innovation Index 2021, Tracking Innovation through the Covid-19 Crisis. 14th Edition*. WIPO, Geneva: World Intellectual Property Organization, Switzerland. <https://doi.org/10.34667/tind.44315>

Xu, J., Hou, Q., Niu, Ch., Wang, Y., y Xie, Y. (2018). Process Optimization of the University-Industry-Research Collaborative Innovation from the Perspective of Knowledge Management, *Cognitive Systems Research*, 52, 995-1003. <https://doi.org/10.1016/j.cogsys.2018.09.020>

Zimmerling, A., y Chen, X. (2021). Innovation and possible long-term impact driven by COVID-19: Manufacturing, personal protective equipment and digital technologies, *Technology in Society*, 65, 101541. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2021.101541>

CAPÍTULO 8

A FRAGILIDADE DA LIBERDADE DE IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE, HOJE: UMA REFERÊNCIA AO *ETHOS* DO PRESIDENTE FILIPE NYUSI NO DISCURSO DO DIA DO JORNALISTA MOÇAMBICANO E AS MARCAS DO AUTORITARISMO

Data de submissão: 12/07/2022

Data de aceite: 29/07/2022

Dayse Alfaia

Doutoranda em Ciências da Comunicação
(*Media* e Sociedade no Contexto dos
Países de Língua Portuguesa)¹

Mestre em Ciências da Linguagem pela
FSCH - Universidade Nova de Lisboa
Licenciada em Letras pela
Universidade Estadual de
Montes Claros – MG -Brasil

RESUMO: A proposta deste trabalho está fundamentada na análise de um discurso do presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, proferido na ocasião do Dia do Jornalista Moçambicano, em 2020. Escrutinado entre os países lusófonos com piores níveis de liberdade de imprensa, segundo a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), tivemos como objetivo verificar, através da construção do *ethos* do Chefe de Estado, as estratégias da linguagem que corroboram o coibir do bem democrático adquirido desde 1990 (Nhanale, 2019; Chichava e Pohlman, 2010), de modo que nos beneficiamos de uma revisão bibliográfica, com o método da Análise do Discurso (Charaudeau, 2015) e refletimos sobre os interesses de

¹ Trabalho apresentado à disciplina: *Media* e Sociedade no Contexto Africano. Docente: Professor Doutor João Miguel.

“manipulação e controle social” (Nhanale, 2019; Miguel, no prelo) que convergem nas relações de poder, nesse país lusófono. Num breve diálogo com a linguística, a sociologia, a filosofia e a história, reiteramos uma conduta política muito comum em países de linguagem escravocrata – o autoritarismo –.

PALAVRAS-CHAVE: *Ethos*. Liberdade de imprensa. Relações de poder e autoritarismo.

THE FRAGILITY OF PRESS FREEDOM IN MOZAMBIQUE, TODAY: A REFERENCE TO PRESIDENT FILIPE NYUSI'S *ETHOS* IN THE MOZAMBICAN JOURNALIST'S DAY SPEECH AND THE MARKS OF AUTHORITARIANISM

ABSTRACT: The purpose of this work is based on the analysis of a speech by the president of Mozambique, Filipe Nyusi, delivered on the occasion of the Mozambican Journalist Day, in 2020. Scrutinized among the Lusophone countries with the worst levels of press freedom, according to Reporters Without Borders (RSF), we aimed to verify, through the construction of the *ethos* of the Head of State, the language strategies that corroborate the restraint of the democratic good acquired since 1990 (Nhanale, 2019; Chichava and Pohlman, 2010), so that we benefit from a bibliographic review, using the Discourse Analysis method (Charaudeau, 2015) and we reflect on the interests of “manipulation and social control” (Nhanale, 2019; Miguel, in press) that converge in power relations in this lusophone country.

In a brief dialogue with linguistics, sociology, philosophy and history, we reiterate a very common political behavior in countries with slave-like language – authoritarianism –.

KEYWORDS: *Ethos*. Freedom of the press. Power relations and authoritarianism.

1 INTRODUÇÃO

A construção da linguagem, num dado discurso, é uma estratégia potencial para muitos líderes governamentais defenderem suas posições ideológicas, na imprensa ou mesmo contra a imprensa, de modo que o “discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras”, e “toda palavra pronunciada” deverá “ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz” (Charaudeau, 2015), validando a existência de uma imagem, de um *ethos* construído e fundamentado em determinadas condutas.

A imprensa é um importante agente de comunicação, na sociedade moderna, todavia em muitos países, contempla-se um grave problema, no que diz respeito à liberdade democrática. Atualmente, Moçambique, segundo a Repórteres Sem Fronteiras (RSF)², está entre os países lusófonos com piores níveis de liberdade de imprensa, e importa referirmos que há muitos pronunciamentos sobre o coibir de um bem democrático que valida direitos adquiridos, desde 1990 (Nhanale, 2019; Chichava e Pohlmann, 2010). Não obstante, justificamos essa proibição da liberdade, em Moçambique, hoje, em virtude de diferentes fatores e um deles pode estar assente no *ethos* que, como estratégia do discurso político, a imagem é construída a fim de exercer “uma influência” para dar impressão de credibilidade (Charaudeau e Mangueneau, 2012; Aristóteles, 2005).

Outrossim entende-se que o presidente moçambicano, um importante líder da nação, Filipe Nyusi, deliberadamente, objetiva exercer não só influência, mas intolerância e controlo ideológico sobre o espectro da imprensa e sobre a população em geral. Essa assertiva será medida, para além das abordagens de trabalhos académicos, também por abordagens de ativistas ou jornalistas do espaço digital da emissora internacional alemã – *Deutsche Welle* – e importa dizer que esse modo “autoritário e personalista de lidar com o Estado” traremos para reflexão, neste trabalho, como “autoritarismo” (Schwarcz, 2019) Bobbio, 1982). Dito isso, entendemos que, como forma de comunicação estratégica, a linguagem não está assente apenas na manipulação de argumentos, mas também navega nos mares da construção ideológica e, portanto, “todo ato de linguagem emana de um sujeito” que se define por alguns princípios e para este trabalho importa sublinharmos

² Conferir posição atualizada em Evidências (2022). Moçambique cai oito lugares no Índice Global de Liberdade de Imprensa, Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/liberdade-de-imprensa-piora-na-guiné-bissau-e-em-moçambique/a-53201313> <https://evidencias.co.mz/2022/05/05/mocambique-cai-oito-lugares-no-indice-global-de-liberdade-de-imprensa/>

o “princípio de influência”, que manipula o outro para que “pense, diga ou aja segundo a intenção daquele” (Charaudeau, 2015).

Neste breve estudo, num diálogo com a linguística, a filosofia, a história e a sociologia, sem o objetivo de exaurirmos, historicamente, abordar-se-á o contexto da “imprensa em Moçambique” e o facto de a liberdade para exercê-la ser uma conquista democrática recente, mas também falaciosa (Nhanale, 2019; Chichava e Pohlmann, 2010). Através de uma proposta bibliográfica, com o método da Análise do Discurso (Charadeau, 2015), abarcaremos a “relação texto e contexto” (Charaudeau e Manguineau, 2012) de alguns excertos da mensagem proferida pelo presidente da república, em 2020, da ocasião do Dia do Jornalista Moçambicano. Tenciona-se verificar a construção do *ethos* do Chefe de Estado cuja estratégia da linguagem pauta-se em interesses de “manipulação e controle social” (Nhanale, 2019; Miguel, no prelo) para fragilizar a liberdade de expressão, tendo em conta as marcas do autoritarismo. Importa referir que a máquina do Estado e a imprensa podem estar intrinsecamente ligadas por relações de poder traduzindo uma “dominação patriarcal”, pois o poder é sempre orientado por “valores” e “interesses” (Weber, 1982; Habermas, 1997) que coincidem com os mecanismos político-sociais entre dominante e dominado, influenciador e influenciado.

2 A IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE E AS RELAÇÕES DE PODER

Desde a concepção da imprensa, no país, no ano de 1854 com o *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique*, estabelecia-se como objetivo uma imprensa de conteúdo de interesses da Metrópole e, mesmo com o surgimento de uma imprensa independente e de orientação crítica, já na década de 1868, o governo de então instituiu censura. Havia sempre importantes conflitos que tornava efêmera a imprensa independente, em sua duração (Fonseca, 2019, pp. 96-97) e assim, nesse contexto de surgimento da imprensa e governação, ainda na era colonial, conforme estudos da socióloga e investigadora Isadora de Ataíde Fonseca, os interesses económicos sempre estiveram imbricados com o papel noticioso. É a partir dessa abordagem sobre interesses político-económicos que, neste trabalho, traremos como evidências as marcas do autoritarismo.

Vale dizer que o primeiro jornal independente – *O Progresso* – valorizou “a liberdade de imprensa” e “o conteúdo informativo noticiou um caso judicial” envolvendo interesses do governador” corroborando, portanto, “limitações legais instituídas à imprensa em 1868” levando “os proprietários de jornais” a adotarem estratégias contra a censura (Fonseca, 2019, p. 97). Dito isso, sem intenção de depauperarmos no contexto histórico da imprensa

em Moçambique, importa referirmos que a ambivalência de uma imprensa comprometida com a promoção do governo e outra com o escopo mais crítico em relação ao poder existiram, portanto, desde a sua concepção e, sendo assim, reiteramos que as marcas do passado refletem as marcas do presente.

Segundo o pesquisador Ernesto Nhanale essa linha de jornalismo mais crítico ao poder é, na verdade, um “modelo de jornalismo de advocacia”, e sublinhamos que “essa dupla orientação” consiste num “processo de pluralismo” (Nhanale, 2019, p. 146) que configura um importante valor democrático de uma nação, de modo que “a ideia de pluralismo contempla duas vertentes inseparáveis: multiplicidade e diversidade” (Carvalho et al, 2012). Por que a importância de um jornalismo independente? Por que em Moçambique, atualmente, há tantos pronunciamentos com orientações de resistência contra o discurso de poder, no que diz respeito à liberdade de imprensa/de expressão? É legítimo afirmarmos que o país está em 116º lugar no ranking de 2022 dos 180 países escrutinados³, portanto, com uma posição muito negativa, em relação até mesmo a outros países lusófonos. No site Deutsche Welle⁴ alguns jornalistas têm se posicionado contra pronunciamentos que promovem a intimidação e coibição da liberdade de expressão, no país. Conforme publicação da jornalista Nádia Issufo⁵, num discurso da ocasião do Dia do Jornalista Moçambicano a 11 de abril de 2021, “o Presidente pediu recentemente unidade e patriotismo aos jornalistas”, e por esta razão, a ativista sublinha que “os princípios da profissão não estipulam nem unidade nem patriotismo, mas sim valores como verdade e independência”.

Moçambique, através de muitas vozes, procura liberdade como um bem democrático, não somente para os que exercem a profissão jornalística, mas para os civis comuns que almejam se expressar, livremente, pois o que parecem viver os cidadãos, hoje, é uma “colonização tanto de corpos como de mentes” (Stoler, no prelo), de maneira que esse passado, como afirma o investigador da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, é um “colonialismo insidioso”, de modo que “o que regressa nunca deixou de estar” (Santos, 2018)⁶. Vale lembrar que no mesmo discurso, segundo outro ativista, Thiago Melo⁷, o presidente Nyusi afirma que continuará a “acarinhar o jornalista moçambicano”, a fim de que ele construa “uma sociedade mais coesa” e, desde já, antes

³ RSF (Repórteres Sem Fronteiras (2022). *África. Moçambique*, Disponível em www.rsf.org/pt-br/pais/moçambique;

⁴ O Deutsche Welle (DW) é uma emissora internacional da Alemanha que transmite programas de TV, Rádio e Online em todo o mundo. Conferir mais detalhes em DW (2022). *Deutsche Welle*, Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/deutsche-welle-dw/t-19555780>;

⁵ Cf. DW (2021). *Moçambique: “Comunicação Social está a ser emboscada”*, Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-comunicação-social-está-a-ser-emboscada/a-57188632>;

⁶ Cf. Espaço Público (2018). *O Colonialismo Insidioso*, Disponível em www.boaventuradesousasantos.pt/media/O%20colonialismo%20insidioso_30Março2018.pdf;

⁷ Cf. DW (2021). *Nyusi: Jornalista não deve reproduzir vontades contrárias à unidade*, Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/nyusi-jornalista-nao-deve-reproduzir-vontades-contrarias-a-unidade/a-57161746>;

de entrarmos na análise do discurso do Dia do Jornalista proferido em 2020, importa entendermos que esse mais recente de 2021 traduz um *ethos* estratégico do Chefe de Estado cujo discurso não corresponde às intenções reais, pouco importando “sua sinceridade”, pois apenas tenciona “causar boa impressão” (Charaudeau, 2015, p. 114).

A imagem que o presidente quer transmitir carrega um tom de intimidação, pois o Estado só acarinhará o jornalista se assim promover uma “sociedade coesa” que, por conseguinte, nunca poderá divergir em opiniões ou ideias e isso nos faz recordar os rumores de ataques e até de assassinatos de jornalistas, no país, tal como ocorria no período do regime monopartidário. Por que então a imprensa vem sofrendo ataques num novo regime? Segundo Ernesto Nhanale, em 1990 foi implementada a democracia multipartidária “com a aprovação da primeira constituição que regula as liberdades cívicas e políticas” e, no ano seguinte (1991), a Lei de Liberdade de Imprensa, propriamente.

A partir de 1994, quando o país inaugura as primeiras eleições multipartidárias, elas têm sido “sempre ganhas pelo partido no poder”, a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique –, deixando o país sob o jugo de um partido dominante (Nhanale, 2019, p. 147). Então, por que vinte anos após inaugurar uma constituição de direitos cívicos, o país ainda enfrenta esse embate que coíbe a liberdade de expressão? O professor acadêmico Adriano Nuvunga⁸ e presidente do Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), deixa evidente as intimidações e, sobretudo, ameaças que vem sofrendo em alguns anos, porém deixa claro que pretende continuar com o trabalho ativista exercendo uma posição crítica em relação às elites, no poder, que tencionam sempre alcançar o controle da máquina do Estado.

Assim como o caso Adriano Nuvunga, em Moçambique, trazemos o caso do jornalista Carlos Cardoso, assassinado em 2000, um dos fundadores do primeiro jornal fax de Moçambique, “o *Mediafax*, e do primeiro semanário independente, o *Savana*”, que para além de informar os cidadãos sobre os seus direitos, exercem “o papel fiscalizador do poder público” (Chichava e Pholmann, 2010, p. 131), ou ainda numa linguagem muito atual: o papel de *Watchdog* que intenciona fazer um escrutínio dos abusos de poder” (Norris, 2000, p. 20).

Se perguntássemos porque é tão difícil a imprensa independente assumir uma liberdade de expressão sobre o poder político no país, hoje, seria um questionamento pautado no facto de “a imprensa escrita” ter “um papel fundamental de promoção das liberdades de expressão” promovendo a discussão, opiniões políticas e informação (Nhanale 2017, p. 102). Não sendo assim, estamos a assumir um governo pautado numa

⁸ WLSA (2020). *Adriano Nuvunga e as ameaças de morte: vou continuar com o meu trabalho*, Disponível em <https://www.wlsa.org.mz/revista/adriano-nuvunga-e-as-ameacas-de-morte-vou-continuar-com-o-meu-trabalho/>;

“dominação patriarcal”, onde “toda sorte de ‘chefe’ assume autoridade legítima (...), o tipo mais puro de dominação tradicional” (Weber, 1982, p. 133), tal como na era colonial ou no período monopartidário que, mesmo no pós-independência (a partir de 1975), o país assumiu somente a gestão de um partido único, a FRELIMO, que estava e ainda está no poder, no âmbito de uma política hegemônica. Um dos desafios no pós-independência foi justamente a gestão dos “meios de comunicação ainda sob o jugo colonial e a criação “de órgãos de gestão e regulamentação”⁹ (Zavale e Fuel, no prelo).

Através da hegemonia política, em Moçambique, a ordem e a submissão parecem ser dois elementos fundamentais de uma pseudodemocracia, perante um sistema político autoritário. Atualmente, é possível afirmar que o país está em processo de exercício de pluralismo e conforme evidencia Ernesto Nhanale, há uma significativa ambivalência, no que toca aos meios de comunicação¹⁰: um “jornalismo desenvolvimentista” que se pauta na promoção do governo ou, como já vimos, um “jornalismo de advocacia” com orientações críticas ao próprio governo (Nhanale, 2019, p. 146) e vale dizer que esse “jornalismo desenvolvimentista”, como trouxe o autor, vai de encontro ao mesmo *modus operandi* de imprensa que ocorria em muitos países da CPLP¹¹.

No Brasil, na época do Estado Novo (1937-1945), por exemplo, tinha-se como destaque, na imprensa, “um jornalista político” ou “publicista” que traduzia uma certa influência sobre a opinião pública em nome de “uma causa política” e “em muitos casos os jornais foram criados por iniciativa dos partidos políticos” ou financiados por eles” (Hallin e Mancini, 2010, p. 40). Recentemente, o presidente brasileiro de extrema-direita e populista, Jair Bolsonaro, confere “uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado” promovendo “ódio e intolerância” à imprensa e aos intelectuais” (Schwarcz, 2019, pp. 71-97). Isso nos faz refletir sobre o facto de que países formados/desenvolvidos com uma linguagem colonial e escravocrata, como Moçambique e o caso do Brasil, aqui referenciado, traduzem sempre uma imprensa com importantes fragilidades, quando se trata de liberdade de expressão e assim validamos uma contínua submissão e carência do poder intersubjetivo. O filósofo e sociólogo Jürgen Habermas, ratifica que esse poder somente “surge em lugares onde há uma formação da opinião e da vontade” (Habermas, 1997, p. 187).

Então, voltando a uma das questões que inspirou o desenvolvimento desse trabalho, as relações de poder, o que ocorreu em Moçambique foi exatamente a “formação

⁹ Conferir mais detalhes sobre órgãos de regulamentação de Moçambique em Chichava e Pholmann, (2010).

¹⁰ Não será nosso objetivo perscrutarmos os meios de comunicação, cada um em particular, mas sim referenciar a problemática que permeia a não liberdade de expressão, de imprensa, no país, hoje, em função das relações de poder.

¹¹ Cf. Disponível em https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf;

de um empresariado ligado ao partido da FRELIMO” e há, nesse sentido, um “cenário de controle político no mercado econômico” que “afeta o exercício das liberdades, ao nível político e da própria imprensa” (Nhanale, 2019, pp. 148-149); outra explicação está fundamentada na assertiva do professor da Universidade Eduardo Mondlane, João Miguel – o “estatismo” – como “sistema social” orientado para a “maximização do Estado” (Miguel, no prelo), concorrendo aos sistemas de regimes autoritários.

Isso posto, entendemos que, para além desses fatores que promovem a fragilidade da liberdade de imprensa e de expressão, concorre, também, o problema das abordagens discursivas do presidente moçambicano que, como líder da nação, era suposto promover a democracia, não obstante tem usado um discurso de intolerância e censura às liberdades cívicas, quer sejam de imprensa, quer sejam de expressão. Para isso trouxemos para análise interpretativa um discurso comemorativo do Dia do Jornalista Moçambicano, a fim de atestar o uso estratégico da linguagem nos moldes do autoritarismo, tendo em conta a construção do *ethos* do presidente Filipe Nyusi.

3 UMA BREVE REFERÊNCIA SOBRE O *ETHOS*

“Todo governo atual (...) é em parte o governo da palavra e da imagem”

Marc Augé

Neste trabalho, julgamos importante trazer para reflexão uma das provas de argumentação da Antiguidade Clássica – o *ethos* – que no dizer de Aristóteles “persuade-se pelo caráter ou pelo tipo social do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (Aristóteles, 2005 – *Retórica I*: 1355b)¹² ou de credibilidade, isso porque o construtor do discurso, não importando sua sinceridade, planeia sempre persuadir ou influenciar o público. Na verdade, o discurso político é por excelência o lugar de um jogo de máscaras (...). Tiramos a máscara e o que encontramos sob ela? Outra máscara, depois outra e depois mais outra” (Charaudeau, 2015, p. 8). Afirmamos, assim, que os atores políticos atuam em um nicho teatral, tal como na Grécia antiga, quando as máscaras evoluíram de manufaturas de festas ritualísticas a artefactos de artes cênicas. Em outros termos a “ação política é, atualmente, performatizada como uma espécie de arte cênica” por meio da qual os atores atuam como “personagens do *theatrum politicum*” (Prior, 2021, p. 37).

¹² Tal como o *logos*, o *ethos* e o *pathos* são parte da trilogia aristotélica como provas de persuasão evidenciadas no discurso. Foi Aristóteles o primeiro teórico a reelaborar esses conceitos da Retórica clássica, de modo que esses estudos sistematizados eram sempre vistos na perspectiva da oralidade com fins persuasivos, mas aplicável não somente ao discurso judicial, como era abordado pelos estudos anteriores, mas também a quaisquer assuntos ou gêneros discursivos. Embora não nos debruçemos na abordagem do *pathos* ou do *logos*, propriamente, sabemos que, assim como o *pathos*, o *ethos* também é pertencente ao “domínio da emoção” (Charaudeau, 2015, p. 113);

A relevância dessa abordagem pauta-se em interpretarmos não somente as palavras pronunciadas pelo Chefe de Estado moçambicano, mas compreendermos a imagem que ele intenciona transmitir ao público, pois segundo o linguista Patrick Charaudeau, o *ethos*, como estratégia do discurso político, “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (Charaudeau, 2015, p. 113). Posto isso, a seguir, faremos uma breve abordagem de excertos do discurso a ser analisado.

4 ANÁLISE DO CORPUS

Trouxemos para uma análise interpretativa, com o método da Análise do Discurso, portanto, a mensagem proferida pelo presidente, Filipe Nyusi, no dia 11 de abril de 2020, da ocasião do Dia do Jornalista Moçambicano¹³. O objetivo é aferir uma linguagem revestida de ideologia, de modo que os atores políticos mormente representados por sua construção discursiva, beneficiam-se da linguagem revigorada por “conceitos, ideias e sentimentos” (Hall, 2016) e para o nosso caso, tentaremos validar as marcas do autoritarismo. Vejamos, por conseguinte, um excerto do discurso, abaixo, designado:

Em Moçambique, ao longo do processo de construção do Estado de Direito Democrático, a comunicação social, em geral, e o jornalista, em particular, ocuparam um lugar de destaque, e hoje desempenham um papel fundamental nos esforços conjuntos visando o desenvolvimento do país.

Por isso, o nosso governo tem a comunicação social e o jornalista como parceiros incontornáveis na edificação de uma sociedade harmoniosa, ancorada nos ditames que visam a promoção de boa governação.

A princípio o Chefe de Estado deixa evidente o seu reconhecimento, como líder da nação moçambicana, no que diz respeito à importância da liberdade de imprensa e de expressão que, a partir de um processo, o país, outrora, sob o jugo de um poder monopartidário, alcançou o direito a um novo regime constitucional que “regula as liberdades cívicas e políticas” (Nhanale, 2019, p. 147). Diante disso, o presidente salienta que “a comunicação em geral e o jornalista em particular” têm um lugar de “destaque” com um “papel fundamental”, na sociedade e são “parceiros incontornáveis”. Todavia, o presidente, mais à frente entra em contradição, quando sublinha que os jornalistas e os meios de comunicação deverão promover a construção de uma “sociedade

¹³ Cf. Presidência da República de Moçambique (2020). *Mensagem de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Por Ocasião do 11 de abril de 2020*, Disponível em <https://www.presidencia.gov.mz/index.php/por/Informacao/Imprensa/Mensagens/Mensagem-De-Sua-Excelencia-Filipe-Jacinto-Nyusi-Presidente-Da-Republica-Por-Ocasiao-Do-11-De-Abril-De-2020-Dia-Do-Jornalista-Mocambicano>; Conferir em anexo.

harmoniosa” e como sublinhou o próprio Chefe de Estado, no discurso de 2021, “uma sociedade mais coesa”.

Na verdade, o presidente tenciona persuadir o público-alvo, “segundo um princípio alteridade, mas, sobretudo, de influência” a fim de que todos pensem, digam ou ajam (Charaudeau, 2015, p. 16) conforme os seus objetivos, por sua vez, fundamentados no facto de a sociedade não alcançar o “pluralismo” e ou divergências e vale dizer que uma sociedade democrática tem como uma das condutas sociopolíticas, a pluralidade de opiniões. O Chefe de Estado traz uma imagem de político benevolente quer ao espectro da imprensa, quer ao espectro civil e essa é uma forte razão para trazermos para este trabalho essa reflexão do *ethos* que para Aristóteles, é no discurso que o orador constrói uma imagem de si, pouco importando sua sinceridade (Aristóteles, 2005).

A postura do presidente está configurada, portanto, num “projeto de influência” que “adquire certo poder de ação”, por meio do qual o “sujeito-alvo é colocado em posição de dominado” e o “sujeito de autoridade em uma posição dominante e os dois em uma relação de poder” (Charaudeau, 2015, p. 17), o que implica a ordem para o alcance de uma “boa governação”, como ele próprio diz. Um país só poderá alcançar o desenvolvimento, se houver hegemonia, afinal o que vive o país, na verdade, desde a lei constitucional da liberdade de imprensa (1991), senão uma espécie de hegemonia política em que um só partido transita em poder e ordem – a FRELIMO –?

Essa preocupação em influenciar os jornalistas vai de encontro ao que os acadêmicos Alexandre Zavale e Elias Fuel tentam afirmar: que os meios de comunicação têm estabelecido uma relação de dependência do poder político e vice-versa, o que fere o princípio democrático da “liberdade de expressão e de imprensa” (Zavale e Fuel, no prelo). Essa dinâmica explica-se, também, pelo controle das empresas estatais pelas elites da FRELIMO (Nuvunga, 2007), o partido do governo, estabelecendo, assim, uma força de compatibilidade de interesses, configurada pelos valores convencionais/tradicionais da ordem política, fortalecendo o controlo em todas áreas, inclusive nas liberdades cívicas.

Conforme sublinha Ernesto Nhanale, o controlo, nomeadamente no setor político e no mercado económico afeta o exercício das liberdades” (Nhanale, 2019, pp. 148-149) e, por esta razão, classificamos todo esse mecanismo da linguagem do Chefe de Estado, nesse discurso de 2020, como uma forma de “autoritarismo” que para o filósofo Norberto Bobbio, fundamenta-se na ideologia da ordem” (...) que “impõe” a “obediência incondicional e circunscrita do súdito” e, portanto, a “personalidade autoritária” (...) “é particularmente sensível em relação à influência de forças externas” (Bobbio, 1998, p. 96), os civis que tentam expressar suas opiniões sobre o Estado, a imprensa que procura

informação crítica sobre o Estado e, é claro, o jornalista que procura escrutinar os abusos de poder do Estado. Ainda sobre a mensagem do presidente, vejamos a enunciação final do discurso:

Como Governo, continuaremos a tudo fazer para que a liberdade de expressão e de informação continuem a ser indispensáveis da nossa democracia, e se afirmem como alicerces do exercício da profissão jornalística, bem como, de acções que dignifiquem a classe.

Uma das dinâmicas de um discurso político é assegurar um *ethos* cuja imagem nem sempre será coadunada com a verdade e, aqui, o presidente Filipe Nyusi, alcança um *ethos* coletivo, onde ele “Como Governo” diz “fazer tudo para que a liberdade de expressão e de informação continuem a ser indispensáveis”. Segundo o linguista Patrick Charaudeau, o *ethos* coletivo está pautado em um grupo que julga outros grupos (Charaudeau, 2015, p. 117) e também podemos entender que “a construção do *ethos* respalda-se” na idoneidade de outros não pronunciados no discurso (Alfaia, 2016, p. 54) e, por isso o presidente diz “...continuaremos”, o que deverá incluir outros líderes do poder. No âmbito desta mensagem, entendemos que como líder de um partido dominante – a FRELIMO – e com uma linguagem de hegemonia social (“sociedade harmoniosa”), tenciona o Chefe de Estado trazer uma proposta maniqueísta, onde os exercícios das liberdades são controlados pela elite governamental, que por sua vez opera segundo uma prática política “muito afeita à mistura entre afectos públicos e privados”, uma prática governamental patrimonialista (Schwarcz, 2019, p. 77), tal como em todos os países de origem escravocrata, desenvolvidos pelas práticas da violência, intolerância e hiato social.

Essa nossa assertiva está ancorada em factos muito claros de que em Moçambique, hoje, as liberdades de expressão ou de imprensa são parte de um projeto democrático falacioso, pois há ciência de muitos casos de violência, tortura e até assassinato sobre aqueles que ousaram ou ousam se opor ao regime de poder. Na verdade, o presidente finaliza seu discurso que, como vimos, beneficia-se de uma linguagem estratégica de sedução e influência político-ideológica, embora sublinhe a promoção das liberdades. Mais recentemente e na conjuntura político-militar que o país está a viver, refletimos sobre o caso do desaparecimento do jornalista de Cabo Delgado, Ibraimo Mbaruco, que poucos dias antes (07 de abril) do discurso do Dia do Jornalista Moçambicano (11 de abril) de 2020, foi raptado e, curiosamente, neste mesmo ano, segundo o Instituto para a Comunicação Social da África Austral (Misa-Moçambique)¹⁴, registaram-se casos de violação de liberdades de imprensa e de expressão e o um

¹⁴ DW (2021). Moçambique: relatório aponta aumento de violações à liberdade de expressão; Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-relatório-aponta-aumento-de-violações-à-liberdade-de-expressão/a-57410086>

significativo crescimento de crimes contra jornalistas nunca vistos, nos últimos cinco anos, um cenário muito semelhante a quaisquer países de passado colonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, trouxemos evidências sobre a fragilidade da liberdade de imprensa ou de expressão em Moçambique, hoje. Para isso, no âmbito de uma abordagem bibliográfica guiamos algumas reflexões/discussões inerentes ao contexto da imprensa em Moçambique cuja importância esteve fundamentada no facto de estar entre os países lusófonos com piores níveis de liberdade de imprensa e de expressão, segundo a organização Repórteres sem Fronteiras (RSF). Entendemos que essas liberdades são conquistas democráticas recentes (desde 1990), todavia, falaciosas (Nhanale, 2019; Chichava e Pholmann, 2010), de modo que atestamos alguns pronunciamentos de ativistas ou jornalistas, no *site Deutsche Welle* (DW) que validam o modo “autoritário e personalista de lidar com o Estado”, também tutelado pela linguagem da escravatura (Schwarcz, 2019). Por isso trouxemos, também, como evidências alguns casos de personalidades assassinadas em virtude de um “jornalismo de advocacia” com o papel *watchdog* em contrafação ao “jornalismo desenvolvimentista” (Norris, 2000; Nhanale, 2019) ou “jornalismo publicista” (Hallin e Mancini, 2010).

Nesse âmbito, foi importante trazermos para discussão, com o método da Análise do Discurso, uma mensagem proferida, no Dia do Jornalista Moçambicano (2020), pelo presidente Filipe Nyusi cuja construção do *ethos* foi aferida pela linguagem estrategicamente elaborada e assente nos mares da construção ideológica, de maneira que o discurso é também proferido para “dar impressão de credibilidade” (Aristóteles, 2005), não nos descurando de que “toda palavra pronunciada no contexto político deve ser tomada pelo que ela diz e não diz” (Charaudeau, 2015). Ficou claro, também, que o discurso foi orientado em favor da classe jornalística, não obstante verificamos um paradoxo ideológico.

Por conseguinte, entendemos que Moçambique, ainda “caracterizado” pelas orientações do “partido dominante” que controla as decisões socio-político-econômicas (Nhanale, 2019, p. 163), no país, entende-se que a construção do *ethos* do Chefe de Estado poderá estar, inevitavelmente, pautada na linguagem estratégica da escravatura cujo princípio fundamental é estabelecer uma ordem política de “dominação patriarcal” (Weber, 1982) com base na conduta ideológica do autoritarismo onde estará sempre as relações de poder: influenciador e influenciado, dominante e dominado.

BIBLIOGRAFIA

Alfaia, D. (2016). *Como argumentam os políticos? Estratégias Linguísticas e Discursivas*, Lisboa: Edições Colibri.

Aristóteles (2005). *Retórica I, II e III*, trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Fharmouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Augé, Marc (1997). *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*, trad. Clarice Meireles e Leneide Duarte, São Paulo: Bertrand Brasil.

Bobbio, N. (1998). *Dicionário de Política*, trad. Carmen C. Varrielle, Gaetano Lo Mònaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini; Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Carvalho, A.A., Cardoso, A. M. & Figueiredo, J. P. (2012). *Direito da Comunicação Social*, 3ª ed., Lisboa, Texto Editores.

Charaudeau, P. e Maingueneau, D. (2012). *Dicionário de Análise do Discurso*, trad. Fabiana Comesu (coord.), São Paulo: Contexto.

Charaudeau, P. (2015) *Discurso Político*, trad. Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu, São Paulo: Contexto.

Chichava, S. e Pholmann, J. (2010). Uma breve análise da imprensa moçambicana, In *Desafios para Moçambique* (org) Brito, L. et al, Maputo: IESE; Disponível em https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_5.ImpMoc.pdf.

Fonseca, I. (2019). *A Imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)*, ISBN: 978972-44-2173-5, Lisboa: Edições 70.

Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, vol. I e II, trad. Flávio Bueno Siebeneichler, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Disponível em https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/habermas_jurgen._direito_e_democracia_vol._i.pdf

Hall, Stuart (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*, trad., Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro, Rio de Janeiro: Lamparina.

Hallin, D. & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Média: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*, trad, Maria da Luz Veloso, Lisboa, Livros Horizonte.

Miguel, J. (no prelo). *Os media moçambicanos, hoje: mapeamento, grupos de controlo e outsiders*, Maputo: CEC.

Nhanale, E. (2019). O mercado dos media em Moçambique: a estrutura de propriedade e o seu reflexo sobre a oferta de conteúdos nos media privados e públicos, In *O Setor dos Média no Espaço Lusófono* (org) Figueiras, R. e Ribeiro, N., Lisboa: Universidade Católica Editora.

Norris, P. (2000). *The virtuous circle. Political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, Disponível em <https://www.cambridge.org/core/books/abs/virtuous-circle/evaluating-media-performance/B92F2CA81C53424D237C7B07DCF933AE>.

Nuvunga, A. (2007). Experiências com partidos políticos em novas democracias: O deixa andar” no quadro institucional em Moçambique, In *Cadernos Adenauer* VIII, v. 3, pp. 53-73 Disponível em https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=7bf9f85b-bf46-6e05-dcae-7d1ec5f04ffb&groupId=265553.

Stoler, Ann Laura (no prelo). *Estudos Coloniais e a História da Sexualidade*. In *Cadernos de Géneros e Diversidade*, trad. Suzana Maia e Irma Viana.

Weber, Max (1982). Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima, In COHN, Gabriel (org.) *Max Weber – Sociologia*, São Paulo: Ática, pp. 129-141, Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/291528/mod_resource/content/1/Weber%20Os%20três%20tipos%20de%20dominação%20legítima.pdf

Schwarcz, L. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*, Lisboa: Objectiva.

Zavale, A. e Fuel, I. (no prelo). Organismos de regulamentação dos media em Moçambique: estrutura e desafios no desenvolvimento da independência e pluralismo midiático.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

—
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**MENSAGEM DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, POR OCASIÃO DO 11 DE ABRIL DE 2020, DIA
DO JORNALISTA MOÇAMBICANO**

Maputo, 11 de Abril de 2020

Celebra-se, hoje, 11 de Abril, o Dia do Jornalista Moçambicano, data que coincide com o 42º Aniversário da criação do Sindicato Nacional de Jornalistas, SNJ.

A celebração desta data acontece num momento em que o país é assolado pelo COVID – 19, uma pandemia global que se propaga a uma velocidade sem precedentes.

Saudamos o lema escolhido: “**Juntos na prevenção contra o Covid-19**”, pois representa a consciência e a responsabilidade que esta classe carrega no processo de educação à sociedade no que tange a precaução contra esta mortífera pandemia, a partir do seu próprio exemplo.

Em Moçambique, ao longo do processo de construção do Estado de Direito Democrático, a comunicação social, em geral, e o jornalista, em particular, ocuparam um lugar de destaque, e hoje desempenham um papel fundamental nos esforços conjuntos visando o desenvolvimento do país.

Por isso, o nosso governo tem a comunicação social e o jornalista como parceiros incontornáveis na edificação de uma sociedade harmoniosa, ancorada nos ditames que visam a promoção de boa governação.

Como Governo, continuaremos a tudo fazer para que a liberdade de expressão e de informação continuem a ser indispensáveis da nossa democracia, e se afirmem como

alicerces do exercício da profissão jornalística, bem como, de acções que dignifiquem a classe.

Em nome do governo e de todos os moçambicanos, felicito o Sindicato Nacional de Jornalistas e a todos os jornalistas pela passagem desta data.

Bem haja o jornalista moçambicano.

O Presidente da República

Filipe Jacinto Nyusi

Fonte: site da Presidência da República de Moçambique

CAPÍTULO 9

REFLEXIONES SOBRE LA TRANSFORMACION EN LAS PYMES Y LA GENERACION MILENIO EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Data de submissão: 25/05/2022

Data de aceite: 10/06/2022

Dr. Jorge Ramón Salazar-Cantón
Universidad Autónoma de Yucatán
Facultad de Contaduría y Administración
Mérida-Yucatán-México
<https://orcid.org/0000-0002-4304-1895>

Dr. Valentín Alonso-Novelo
Universidad Autónoma de Yucatán
Facultad de Contaduría y Administración
Mérida-Yucatán-México
<https://orcid.org/0000-0002-1970-6594>

Dr. Luis Martín Barrera-Ramírez
Universidad Autónoma de Yucatán
Facultad de Contaduría y Administración
Mérida-Yucatán-México
<https://orcid.org/0000-0001-8251-6761>

RESUMEN: La vertiginosidad de los cambios, en el actual entorno provoca explorar y reflexionar acerca del factor humano, de ese capital intelectual que permite a las organizaciones tanto pequeñas como medianas lograr realizar las adaptaciones para permitir hacerlas más competitivas. Las generaciones que coexisten en las Organizaciones empresariales, son una

fuerza laboral que es necesario observar y por tanto dar información a los directivos de las Pymes es una tarea importante para dar elementos que contribuyan a lograr esas adaptaciones. Estas reflexiones presentadas son producto de la múltiple intervención en diversas organizaciones mexicanas, así como la observación realizada en estos tiempos de Pandemia.

PALABRAS CLAVES: Pymes. Transformación. Organización. Generación Milenio.

REFLECTIONS ON SMEs TRANSFORMATION AND THE MILLENNIUM GENERATION IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT: The dizzying pace of changes in the current environment provokes exploring and reflecting on the human factor, is that intellectual capital that allows organizations, both small and medium-sized, to make adaptations to make them more competitive. The age groups (generations) that coexist in business organizations are a labor force that must be observed and, therefore, providing information to SMEs managers is an important task since gives elements that contribute to achieving these adaptations. The reflections presented are product of multiple interventions in various Mexican organizations, as well as the observations made in these Pandemic times.

KEYWORDS: SMEs. Transformation. Organization. Millennial Generatio.

1 INTRODUCCIÓN

En la experiencia del equipo de trabajo del CA (laboratorio), como consecuencia de las intervenciones y procesos de consultoría, hemos intentado observar, lo que actualmente están viviendo en tiempos de pandemia las pequeñas y medianas empresas (PyME), y sus integrantes, pero desde una perspectiva generacional y reflexionar como sus características y la circunstancia vivida les está permitiendo o no a ser más resilientes.

2 PANDEMIA Y LOS NEGOCIOS

Desde finales del año 2019 hasta el momento de escribir el presente documento emergió una pandemia provocada por el virus COVID, muy particular por su intensidad, duración, cobertura etc., pero sobre todo por la afectación a los habitantes de todo el planeta.

Desde la perspectiva de los negocios la manera tradicional de llevar las operaciones de comercio fue sumamente afectada, particularmente por las medidas sanitarias que fueron establecidos en los diversos países y que no solo paralizó prácticamente la economía mundial sino la forma de vivir al quedar prácticamente aislados de la cotidiana interacción humana existente.

Es por ello por lo que la tecnología dio pasos acelerados como una herramienta de uso imperativo, que permitió no solo la comunicación, sino también para el trabajo, educación, entretenimiento entre otros usos, cambiando la forma de vivir y de interactuar.

3 COHORTES GENERACIONALES

Elwood (Carlson, 2008), elaboró un estudio sobre las cinco generaciones existentes en el siglo XX con el objetivo de determinar las oportunidades de vida en los Estados Unidos, así como por ejemplo también el Pew Research Center al divulgar resultados de sus investigaciones en una editorial la revista *Advertisng Age* (Age, 1993) al mencionar la generación Millennial. Por cierto, el mismo centro utiliza en sus investigaciones la herramienta de investigación para dividir en cohortes generacionales que ayuda a analizar los cambios y perspectivas en el largo plazo y que divide en grupos de personas que nacen en un lapso de 20 años aproximadamente y que permite observar sus actitudes, comportamientos, hechos o eventos históricos que retratan o describen a ese grupo de personas en dicho lapso.

Se hablará brevemente de algunas características de las generaciones estudiadas enunciadas por Kotler (2005), Strauss (2000) y McCrindle (2020).

Kotler estable las primeras cuatro: Generación silenciosa (1925-1945), Baby Boomers (1946-1964), X (1965- 1981) y Tercer milenio (o Y) (1982-1994).

3.1 LA GENERACIÓN SILENCIOSA

Cuenta actualmente entre 77 y 97 años y son personas tradicionales de la tercera edad. La mayoría jubilados. Se encuentran en la última etapa de vida de acuerdo con la esperanza de vida en México que es de 75 años (INEGI, 2020).

3.2 BABY BOOMERS

La Generación Baby Boomers oscilan entre los 58 y 76 años, llamados así porque nacieron después de la Segunda Guerra Mundial y al regresar los soldados a sus países se experimentó un periodo de estabilidad y crecimiento económico, y se incrementó el número de nacimientos en las familias. Cuentan generalmente con alto poder adquisitivo y son un grupo interesante para las empresas, aunque en período de transición para delegar en la siguiente generación. Valoran las relaciones personales, están centrados en los resultados, seguros de sí mismos e ingeniosos. Respetan las estructuras, evitan la rotación de empleos, valoran la estabilidad laboral, compensan su aversión al riesgo e innovación por su gran capacidad de trabajo, esfuerzo y sacrificio, son motivadores y estimulantes para ellos los retos asociados al crecimiento, observadores y limitados en el uso de la tecnología.

3.3 LA GENERACIÓN X: TIENE ENTRE 41 Y 57 AÑOS

Generación intermedia entre los “Baby Boomers” y antes de la “Generación Y”. El término fue acuñado por la novela Generación X: “Generation X: Tales of an Accelerated Culture”, (Coupland, 1991), el libro estaba en las listas de libros más vendidos y el título se convirtió en indicativo de esa generación que hasta ese momento no tenía nombre.

La Generación X se caracteriza por ser independiente, flexible, autosuficiente, tener buen nivel educativo y una actitud dirigida hacia el consumo de productos, bienes y servicios muy marcada. Aceptan órdenes de la jerarquía institucional, mantienen pasión por el trabajo, responsables, tratan de equilibrar su tiempo laboral, familiar y entretenimiento, buenos gestores de equipos manejan y se adaptan a las nuevas tecnologías, preocupados por su futuro.

Es la primera generación en pasar más tiempo frente a la televisión y los videojuegos. La Generación X también tuvo que hacer frente al aumento de las tasas de desempleo y de divorcio. (Chirinos, 2009)

3.4 GENERACIÓN Y

El término Generación Y, se mencionó por primera vez en 1993 en un artículo en la revista “Advertising Age” de los Estados Unidos, que fue del grupo de edad de los años de 1984 y 1994. Publicaciones seguidas, que también se enfocaron en ese tema que especifican otros períodos de tiempo y por esa razón el término no es exactamente definible. La “y” significa abreviado “why” (español: por qué), que describe bien a la generación, ya que le gusta cuestionar muchas cosas. (Lejarza, 2015)

Cuentan en la actualidad entre 28 y 40 años. Son exigentes (así lo quieren, así lo tienen, pero de manera inmediata), idealistas, creativos y emprendedores. Obtuvieron el nombre de Digital Natives ya que crecieron con las redes sociales, internet y en general con las nuevas tecnologías en aquellos años. (Roehl, 2013)

Han accedido al mercado laboral en un ámbito de crisis internacionales, y de profundos cambios, proclives a generar climas laborales flexibles, relajados y en general amigables, ágiles, la dan importancia a los impactos sociales.

Les angustia el futuro por la debilidad de los sistemas pensionarios o la inexistencia de ellos, les interesa mucho el reconocimiento y las posibilidades de desarrollo rápido dentro de las estructuras organizacionales, reconocen el liderazgo que da la experiencia y el conocimiento, fomentan las culturas corporativas cooperativas, colaborativas y por tanto flexibles, estos factores por tanto contribuyen a no permanecer en una organización no mayor a tres años.

En ocasiones la intensidad de su sentir, pensar, decir y hacer, pueden por tanto generar conflictos, con los integrantes de otras generaciones. (Schultz, 2012) (Schultz & Schwepkerm, 2012)

3.5 GENERACIÓN Z O CENTENNIAL (1994 A 2010), (HOWE, 2013, ECONOMIPEDIA.COM, 2022)

Actualmente tienen una edad que fluctúa entre los 12 y 28 años de edad. Generación joven que ha iniciado su incorporación al mundo laboral más competitivo -aunado a la crisis de salud mundial-. Con más disposición a la flexibilidad, autoformación, trabajos a distancia, multifuncionales, inclinación a la salud y preocupados por el medio ambiente, les gusta ser más prácticos, utilizan de una manera más intensiva los medios tecnológicos, buscan trabajos flexibles, necesidad de estar conectados a la red de una manera más constante, proclives a la autoformación, al home-office y home-school (capacitaciones y comunicaciones cortas), usan muchas tecnologías, dan mucha importancia a la libertad, independencia y flexibilidad.

3.6 ALPHA 2010-2024 (MCCRINDLE, 2022)

La generación que pronto se incorporará al mundo laboral ya que oscilan actualmente entre los recién nacidos y los 12 años.

Estarán orientados al desarrollo de habilidades de aprendizaje, el empoderamiento como liderazgo, trabajar en equipos colaborativos, en un mundo mucho más competitivo, con necesidades de tener competencias para adaptarse a los cambios rápidos y nuevas tecnologías.

4 SITUACIÓN ACTUAL Y REFLEXIÓN FINAL

La Pandemia mundial ha ocasionado severos cambios y crisis en diferentes ámbitos, las medidas de distanciamiento social impuestas por las autoridades sanitarias de los países.

El trabajo en casa y el aprendizaje en casa se volvió una actividad que fuera necesario adoptar y adaptar a nuestras vidas. Originando procesos innovadores, y visiones diferentes para la resolución de problemas y maneras diferentes de hacer las cosas.

En la medida que se regrese a la normalidad estos cambios (como el trabajo a distancia), llegaron para quedarse y contribuirán a que las personas permanezcan en sus centros de trabajo. La flexibilidad en las organizaciones se ha vuelto algo imperativo.

Sin embargo, por sus características la generación Y y Centennial (Z) son más propensas al trabajo en casa, luchan por lograr más libertad, mayor productividad individual, equilibrio entre la familia y el trabajo -si se saben organizar-, las otras generaciones aunque se han adaptado, desean también regresar al mundo presencial -diríamos que hay división de opiniones-, habrá que entender que el trabajo a distancia plantea retos -según la perspectiva generacional- tales como productividad, interacción social, las posibles pérdidas de cultura en el lugar de trabajo, así como de oportunidades de colaboración.

La vinculación del cambio con las Pyme está relacionada con el carácter intensivo del empleo del capital humano y el impacto que tiene éste con el Producto Interno Bruto de cualquier país sobre todo en aquellos como el nuestro en vías de desarrollo. (Salazar, 2017)

En general podemos observar que las generadoras de empleo, las Pequeñas y Medianas empresas (Pymes) deben entender y adaptarse a las nuevas formas de trabajar tanto en sus procesos como con las personas que intervienen en los mismos, para poder así contribuir a que la Organización (empresa) pueda ser más competitiva y por tanto subsistir en un mundo donde los cambios son cada día más vertiginosos, por tanto es importante para los líderes de las Organizaciones entender las características

y necesidades generacionales para poder realizar mejores procesos y resultados que ayudarán al cumplimiento de las estrategias empresariales.

Todas las generaciones presentes actualmente en el mercado laboral han crecido en diferentes circunstancias políticas, económicas y sociales con diferentes condiciones marco. De ahí el reto de los directivos de las empresas que necesitan atraer y conservar ese potencial humano con nuevos instrumentos y herramientas de gestión modernos y que respondan a esos retos dentro de una sociedad que cada día crece en un entorno volátil, complejo y altamente competitivo. Las empresas que no entiendan esta circunstancia y no tengan la resiliencia para responder a los retos irremediamente en el mejor de los casos sufrirán mucho si es que logran sobrevivir.

Por eso es útil considerar los cambios económicos en las condiciones de vida que se han producido durante esta evolución generacional: El cambio más significativo desde los años noventa ha sido probablemente el desarrollo de Internet y de los medios digitales, y por lo tanto estar “up to date” a través de la creación de redes globales.

Otro cambio se ha producido en el sector del consumo debido a la globalización. La oferta múltiple resultante obliga al consumidor a adoptar una actitud más exigente y consciente de las decisiones.

En el mundo laboral, el sector de los servicios es muy dinámico. La competencia solo puede ser contrarrestada con factores intangibles, marcas, valores y desde luego talentos. Por tanto, el aprendizaje y formación continuo es clave para los empleados. (Plaza, 2015)

Por otra parte “observar y comprender las necesidades y estilos de cada generación nos ha permitido, por ejemplo, a reducir la rotación de personal: en los últimos dos años lo hemos bajado en alrededor de un 5% anual”, dijo el director de Recursos Humanos de AIG Seguros, Luis Merino (Mundo Ejecutivo, 2018), es un ejemplo de aquellas organizaciones que están atentas a los cambios y las necesidades de esa fuerza laboral que hoy en día es muy distinta a la existente hace algunos años.

Por tanto el ser resiliente es importante para poder lograr las adaptaciones necesarias en este mundo dinámico, complejo, demandante, por ello es recomendable y hasta cierto punto urgente que en las organizaciones empresariales se creen espacios y estructuras (comités, comisiones, equipos de trabajo específicos), para que impulsen, investiguen, recaben información con el objetivo de identificar las competencias necesarios de sus integrantes para generar nuevas capacidades dinámicas organizacionales que contribuyan no solo a su sobrevivencia sino lograr su crecimiento sostenido.

“Podemos entonces decir que para la Pyme es urgente por una parte tener y contar con la información necesaria y pertinente con el ánimo que los dueños

de empresa emigren hacia una transformación en verdaderos empresarios que tengan una visión y que impulsen a sus negocios a volverse entidades inteligentes en donde exista una cultura organizacional que permita la integración de verdaderos equipos de trabajo que sepan trabajar en equipo de una manera cooperativa y colaborativa que tengan estándares altos de desempeño para en su conjunto poderse adaptar ante la competencia existente.

Una parte importante para ello es la formación de esos dueños y equipos de trabajo como una precondition a detonar innovaciones en las organizaciones para ello tanto las Universidades como los Gobiernos también tienen que realizar transformaciones que permitan no solo vincularse sino en conjunto con las Empresas armar un gigantesco equipo de trabajo que genere Sociedades del Conocimiento que impulsen el desarrollo.

De esa manera los costos de establecer un clima tanto organizacional como el propicio para la inversión podrían ser reducidos y por ende sería más fácil generar un ambiente o clima propicio para impulsar innovaciones que a su vez permitan un nuevo ciclo de desarrollo.

En este sentido las Universidades juegan con un papel muy importante dado que son las generadoras y difusoras del conocimiento es por ello que la tarea no es fácil pero posible solo es cuestión de tener las actitudes correctas." (Salazar, 2017, pág. 262)

BIBLIOGRAFÍA

Age, A. (1993). *Generation Y. Advertising Age*, 16.

Carlson, E. (2008). *Los pocos afortunados*. Países Bajos: USA Springer Science Business. Chirinos, N. (2009). Características generacionales y los valores. Su impacto en lo laboral. *Observatorio Laboral Revista Venezolana Vol 2 No 4 jul-dic*, 133-153.

Coupland, D. (1991). *CouplanGeneration X: Tales for an accelerated Culture*. New York.: St Martin's Press Abacus.

Economipedia.com. (30 de Abril de 2022). Obtenido de <https://economipedia.com/definiciones/generacion-z.html>

Howe, N. &. (2013). *Millennials Rising: The Next Generation*. New York: R J Matson, Vintage Original.

INEGI. (20 de Enero de 2020). *INEGI.ORG*. Obtenido de Consejo Nacional de Poblacion. Datos abiertos, Indicadores demográficos: <https://cuentame.inegi.org.mx/poblacion/esperanza.aspx>

Kotler, P. (2005). *The Oxford Handbook of Innovation Cap 4 Organizational Innovation*. New York: Pearson Educación pag 220.

Lejarza, M. (27 de noviembre de 2015). Lejarza-millennials-opinion-. *El Periodico.com.*, págs.

Lejarza, M. (27 de Noviembre de 2015). *El Periodico.com*. Obtenido de <https://www.elperiodico.com/es/opinion/20151126/lejarza-millennials-opinion-4705885abgerufen>.

McCrindle. (15 de Mayo de 2022). *mccrindle.com.au/insights/blog/gen-alpha-defined/*. Obtenido de mccrindle.com.au/insights/blog/gen-alpha-defined/: <https://mccrindle.com.au/insights/blog/gen-alpha-defined/>

McCrindle, M. (2020). *Generation Alpha*. Norwest: McCrindle Research Pty Ltd.

Mundo Ejecutivo. (2018). La importancia de integrar a diferentes generaciones. Obtenido de <http://mundoejecutivo.com.mx/management/2018/05/29/importancia-integrar-diferentes-generaciones>. *Mundo Ejecutivo*, 05-29.

Plaza, J. Á. (2015). x-y-y-z-las-tres-generaciones-de-la-revolucion-tecnologica. *TLIFE.guru*; 01 a 09 TLIFE.guru. Recuperado el 03 de 12 de 2018, de TLIFE.guru: <http://tlife.guru/profesional/x-y-y-z-las-tres-generaciones-de-la-revolucion-tecnologica>. Obtenido de Plaza, J. Á. (01 de 09 de 2015). TLIFE.guru. Recuperado el 03 de 12 de 2018, de TLIFE.guru: <http://tlife.guru/profesional/x-y-y-z-las-tres-generaciones-de-la-revolucion-tecnologica>: Plaza, J. Á. (01 de 09 de 2015). TLIFE.guru. Recuperado el 03 de 12 de 2018, de TLIFE.guru: <http://tlife.guru/profesional/x-y-y-z-las-tres-generaciones-de-la-revolucion-tecnologica>

Roehl, A. L. (2013). The Flipped Classroom: An Opportunity To Engage Millennial Students Through Active Learning Strategies. *Journal of Family & Consumer Sciences*, 44-49.

Salazar, C. J. (2017). Reflexiones-sobre-la-innovacion-y-la-necesidad-de-cambiar. *V Congreso Virtual Internacional sobre Transformación e innovación en las organizaciones* (págs. 258-263). Málaga, España: Eumed net.

Schultz, R. &. (2012). Boomers vs. Millennials: Critical Conflict Regarding Sales Culture, Salesforce, Recognition and Supervisor Expectations. Obtenido de [www.ijbhtnet.com](http://www.ijbhtnet.com/journals/Vol_2_No_1_January_2012/4.pdf): http://www.ijbhtnet.com/journals/Vol_2_No_1_January_2012/4.pdf, 32-41.

Strauss, W., & Howe, N. (2000). *Millennials Rising The Next Generation*. New York: Vintage, original.

CAPÍTULO 10

MEMÓRIA DE AFETOS: CULTURA E REVOLUÇÃO NO RECIFE DOS ANOS DE CHUMBO

Data de submissão: 16/06/2022

Data de aceite: 28/06/2022

José Antonio Spinelli Lindoso

UFRN

Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais

Natal/RN

<https://orcid.org/0000-0002-6441-8305>

RESUMO: Esse texto é uma reflexão instigada por uma obra que recria o massacre de um grupo de militantes de esquerda (geração 68) que optaram pela luta armada contra a ditadura brasileira. Não se trata de um registro testemunhal. Aqui a memória estabelece seus direitos sob a modalidade da linguagem ficcional. A obra é uma espécie de escrita de si, uma memória de afetos, um relato ficcional com suportes no real, permeado pelo imaginário de uma geração, por seus valores, visões de mundo, escolhas éticas, estéticas, experiências sensíveis. Privilegia-se a análise literária, a reflexão sobre a memória e o exame da autocracia ditatorial que condiciona a ação. Em conclusão, o artigo expõe os fios invisíveis que religam memória e história, factual e imaginado, individual e coletivo, senso comum e criticismo, intuição e razão, vida vivida e projeto. E deixa uma reflexão sobre o legado

da geração 68 e a validade do resgate da memória para superar o passado e apontar para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Autocracia. Memória. Afetos. Geração 68.

MEMORY OF AFFECTIONS: CULTURE AND REVOLUTION IN RECIFE IN THE YEARS OF LEAD

ABSTRACT: This text is a reflection instigated by a work that recreates the massacre of a group of leftist militants (generation 68) who opted for the armed struggle against the Brazilian dictatorship. This is not a testimonial record. Here memory establishes its rights in the form of fictional language. The work is a kind of self-writing, a memory of affections, a fictional account supported by reality, permeated by the imagination of a generation, by its values, worldviews, ethical, aesthetic choices, sensitive experiences. Literary analysis, reflection on memory and an examination of the dictatorial autocracy that conditions action are privileged. In conclusion, the article exposes the invisible yarns that reconnect memory and history, factual and imaginary, individual and collective, common sense and criticism, intuition and reason, lived life and project. And it leaves a reflection about the legacy of generation 68 and the validity of memory redemption overcome the past and point to the future.

KEYWORDS: Autocracy. Memory. Affections. Generation 68.

1 INTRODUÇÃO

Bem sei que autores não choram. Autor deve ser duro e frio. Eu não percebia [...]. Talvez porque a amasse. Talvez porque eu confundisse a revolução com a pessoa de Soledad (MOTA, 2009).

Esse trabalho foi publicado originalmente em francês, em Bruxelas, sob os auspícios da Université Rennes 2 (SPINELLI, 2016). Em seguida, foi consideravelmente ampliado e publicado no atual formato (com pequenas modificações) na Revista Educação em Questão (LINDOSO, 2020).

A novela *Soledad no Recife*, do escritor Urariano Mota (2009), aborda as trágicas implicações resultantes do duradouro regime de exceção que se abateu sobre a nação brasileira em 1964, legando cicatrizes que marcaram profundamente os jovens da geração 68 que estavam despertando para assumir experiências de vida ativa nas próximas décadas de revolução e contrarrevolução (anos 1960-1970).

A recepção crítica do romance foi altamente positiva. Alcir Pécora (2014), crítico literário consagrado, professor titular da Unicamp, dirá na Revista Cult: “É um livro emocionado e forte.” Paulo Sérgio Pinheiro (2009), cientista político da USP, diz n’O Estado de S. Paulo que o romance: “Recompõe o bárbaro sacrifício da militante e de seus cinco companheiros para tratar da resistência à ditadura sob ângulos inesperados...”.

Mota não pretende fazer história nem jornalismo. Ele faz um relato de difícil classificação, transitando entre o documental, o testemunhal e o memorialístico, mas que é sobretudo ficcional, conjugando todas essas modalidades narrativas no gênero da novela: relato curto; recurso a uma linguagem densa, concentrada; e, acrescentaria, agonística, no sentido de que há um trauma em crescendo, que subsume a ação e absorve-a em si. Há semelhanças estilísticas com um thriller policial, na medida em que o autor combina tensão e surpresa como se cada ação dos personagens encontrasse uma armadilha à sua espera.

Utilizo alternadamente as expressões “romance” e “novela”, embora prefira essa última. Não creio que a diferença entre os dois seja quantitativa, mas de gênero literário. Daria como exemplo de relatos novelísticos dois textos canônicos: *A morte de Ivan Ilitch*, de Tolstói; e *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel Garcia Marques. A novela de Tolstói já desenvolve a técnica do *monólogo interior* que viria a ser retomada por Joyce no seu *Ulysses*.

No texto de Urariano não faltam densidade nem análise em profundidade da psicologia dos personagens, num processo de desnudamento impiedoso. O estilo novelístico dá liberdade ao autor para tecer nexos entre a ação e a psicologia dos protagonistas.

Assim, os personagens reais não são reproduzidos literalmente, mas emergem como efeito de uma linguagem poetizada, imaginativa, que imputa ao delator e a Sol (referentes reais) pesos distintos: a um, a ignomínia; à outra, o martírio que a engrandece.

O processo criativo que conduz a fabulação do autor dá origem a subjetividades compósitas, mescla de pessoas “reais” e fictícias transfiguradas pelo discurso literário. Porém, isso não ocorre de forma aleatória, mera construção de um sujeito descentrado. Antes, é resultado de uma urdidura bem concebida, de um resgaste da memória que confere significados à ação dos sujeitos.

Assim, em toda criação literária dotada de valor estético, quer se trate de uma obra surrealista, ou de uma outra, inscrita nos anais do realismo fantástico (para citar, exemplificando, dois estilos de narrativa), haveria similitudes com a realidade: fosse o “real” da imaginação, do sonho, do delírio ou o real da vida chã e crua do dia a dia.

Esse é o sentido de realismo que se pode dar a uma obra literária: o do real da imaginação, das possibilidades que se inscrevem na trama da vida vivida ou da que pode ser inventada, fantasiada (como na ficção científica ou no realismo fantástico), sem nunca perder um fio condutor, mesmo sob aparências caóticas: uma unidade coerente de linguagem e urdimento.

A imaginação do autor não é fotográfica, não tem a pretensão de ser vera-efígie, mesmo quando insere no enredo acontecimentos verazes, como os relatados por uma freira que conviveu com Soledad em seus últimos dias: “[...] ninguém nota que na face lhe correm sal e doce até os lábios, mistura de champanhe e lágrima. Irmã Célia nota, mas não se chora também de alegria?” (MOTA, 2009, p. 98).

O novelista é como um desenhista, um pintor ou um escultor: frente ao modelo faz esboços e os desenvolve comandado apenas por sua intuição indomável, submetido às imposições do Id, avesso a qualquer norma, abrindo espaço para o trabalho do inconsciente.

A narração do autor insere-se nos marcos de uma ditadura, modalidade de governo que se caracteriza pela concentração do poder nos órgãos executivos e pelo uso da força monopolizada pelo Estado. Não se trata de uma forma de dominação legítima, jurídico-legal, reverente a uma Constituição e a leis sob a sanção de eleições livres, submetida à proteção de direitos civis reconhecidos (WEBER, 2012). Essa forma de governo se aproxima mais de uma “ditadura soberana”, tal como teorizada por Carl Schmitt (1968).

A ditadura militar-empresarial-burocrática instituída em 1964 era um regime dotado de uma razão do tipo burocrático, tal como a definiu Max Weber (GERTH; MILLS, 1974). A tortura (ARNS, 1985), institucionalizada, seguia um rito protocolar, ordenado, sistemático, sujeita a uma cadeia de comando hierarquizado, autorizada pela cúpula

do regime; este, era avesso aos direitos do homem e do cidadão proclamados pelas revoluções da modernidade.

As decisões políticas importantes eram tomadas em um nível ao qual o público não tinha acesso. Por isso, difundiu-se a ideia de que havia um sistema invisível por trás do poder visível (COMBLIN, 1980).

Para Eliézer Rizzo de Oliveira (1994), o *sistema* não se corporifica em uma instituição imediatamente identificável. Esse autor faz uma caracterização precisa e sutil que identifica uma rede de atores e instituições sem rosto aparente, que se expressa por um jogo de pressões e contrapressões no interior dos aparatos da repressão estatal. É como se fosse possível plasmar numa só figura as fabulações de Kafka, Orwell e Foucault: um Grande Irmão burocrático, onipresente e onisciente, capaz de conglomerar em si a alta tecnologia (*high tech*), o *ethos* burocrático moderno e um alto nível de concentração da repressão com brutalidade metódica.

Essas ditaduras modernas, soberanas (SCHMITT, 1968), no sentido de que se justificam por si próprias, na ação, como a brasileira e suas congêneres latino-americanas, exibem em sua *ratio* uma divisão do trabalho calcada na que caracteriza o mundo da produção capitalista (fordismo-taylorismo).

Assim, os aparelhos de repressão replicam o *modus operandi* do aparelho de produção do capital, com sua especialização de funções. Mota expõe em várias passagens do seu enredo a postura de Anselmo: “[...] não lhe dói em absoluto entregar, delatar, fazer aprisionar, eliminar Todas as ações necessárias, exceto trair. Trair, nunca.” (MOTA, 2009, *isso, essa mulher*. p. 84, grifos meus). Porém, trair é sua função, o essencial de sua atividade. Nesse sentido, o burocrata (enquanto delator oficial ele é criatura do aparelho repressivo de Estado) executa suas funções sem escrúpulos de consciência, conformado à hierarquia, executando ordens (como os subalternos nazistas que, nos tribunais, atribuíam a responsabilidade aos seus chefes).

A narrativa do romancista captura no plano ficcional a unidade dialética do sistema ditatorial, com sua racionalidade burocrática, sua divisão de trabalho, sua especialização de funções. Trata-se de um relato animado por aguda consciência crítica, que ultrapassa as circunstâncias objetivas imediatas para se alçar ao plano do universal, o que nos traz as reflexões de Maquiavel (2017) sobre o eterno circuito da experiência dos humanos, exemplificado em metáforas que expõem contrapontos que se negam e se afirmam contraditoriamente.

O autor inicia seu relato por um encontro de amigos num bairro popular de Recife que à noite se transformava num ponto de encontro entre intelectuais, boêmios e opositoristas da ditadura. Ali, entre caipirinhas e papos fundamentais, discutia-se os

destinos do mundo, o futuro da revolução, os últimos lançamentos de livros, as últimas leituras e, claro, os avatares da vida privada: amores, desamores, fastos do cotidiano. Naquele recanto a geração 68 expunha sua visão de mundo em tom de colóquio íntimo.

Ao falar em geração 68 refiro-me, de forma geral, aos que nasceram aproximadamente nos anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial e que amadureceram para a vida (adolescência e primeira juventude) nos anos 1960. Mais especificamente àquela parcela dessa população que se envolveu diretamente na luta política e/ou político-cultural de oposição ao regime e que estava na escola ou na Universidade (ou afastada delas por imposição de uma legislação de exceção) na cidade do Recife, ou em outras cidades, e era afetada pelo clima político e cultural existente naquela capital (o que, obviamente, inclui sujeitos oriundos de outras áreas geográfico-culturais). Mas, enfim, uma geração de jovens que no processo de se tornarem adultos tinham a revolução socialista como projeto de vida.

Estava-se na semana que antecede o carnaval e que já anuncia os folguedos de Momo. Foi nesse ambiente que ele conheceu Sol e Anselmo. O autor relata o impacto que a visão de Soledad provocou: “[...] eu a vi, como se fosse a primeira vez, quando saíamos do Coliseu, o cinema de arte daqueles tempos no Recife. Vi-a, olhei-a e voltei a olhá-la por impulso [...]” (MOTA, 2009, p. 19). Quanto a Daniel: “Em definitivo, eu não ‘topava’, não ‘topei’ com ele. [...] Havia nele algo de postigo, de pose” (MOTA, 2009, p. 20).

Nessa altura o Narrador já revela a exposição de sentimentos que permeiam toda a urdidura da novela: sentimentos exteriorizados sob o signo da paixão ou de um apaixonamento contínuo: a paixão amorosa e romântica pela figura idealizada de Sol; de repulsa pela sordidez de Anselmo; de amor pela Revolução. Pécora (2014) dirá que o relato expõe “[...] coragem temerária, ingenuidade sensual e outros paradoxos”.

2 LE COUP D'ÉTAT MILITAR-EMPRESARIAL DE 1964

Uma nuvem escura passou [...] (MOTA, 2009).

O contexto histórico-político no qual se passa a ação da novela, o mais repressivo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil, desenrola-se sob a presidência do general Médici. Nesse momento, o terror policial e a dominação dos aparelhos de repressão atingem níveis altíssimos, cerceando qualquer atitude oposicionista por mais tímida que fosse.

Na verdade, o ato de força que derrubou o presidente João Goulart foi ensaiado em 1954 contra o governo eleito de Getúlio Vargas; em 1955 contra a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek; e em agosto de 1961 contra a investidura do vice-presidente

João Goulart na presidência após a confusa renúncia do presidente Jânio Quadros que havia assumido o governo federal sete meses antes.

Nesse período, emerge um novo bloco histórico, um complexo sistema de conexão entre classes e frações de classe com o fim de dar organicidade à articulação entre estrutura e superestrutura e obter o consentimento majoritário da população nacional para as políticas da classe burguesa visando o desenvolvimento capitalista e a inclusão subordinada dos setores subalternos. Esse bloco exprime o alto grau de internacionalização da economia brasileira consolidado no período anterior (décadas de 1950/1960) e consagra a associação entre grandes empresas multinacionais e nacionais (privadas e estatais) e o novo caráter da dependência que vinha se delineando desde a “Era Kubitschek”, entre 1955-1961, durante a qual se atraíram grandes investimentos estrangeiros para bancar novos empreendimentos na área de bens intermediários de capital e bens de consumo durável (SINGER, 1977).

O coup d’État de 1964 não foi um raio em dia de céu azul. Foi um golpe longamente articulado pela elite orgânica da grande burguesia, por políticos conservadores, pela grande imprensa, pelas cúpulas das Forças Armadas, pelas lideranças conservadoras da Igreja Católica e por setores expressivos das classes médias. O conflito a frio entre URSS e USA, a guerra ideológica entre os dois grandes blocos em que se dividia o sistema de Estados em nível global e a vitória da revolução cubana em 1959, implicando na presença de um Estado socialista às portas dos USA, representaria, na visão do *establishment* estadunidense, o risco de que o Brasil viesse a seguir o mesmo caminho, arrastando consigo a América Latina.

O governo Goulart, que representava naquele momento um *blocco storico* designado pelo termo impreciso de “populista”, não logra articular (ou é impedido) um pacto social que desse continuidade ao desenvolvimento capitalista incluindo as classes trabalhadoras como parceiras do jogo. A nova face do capitalismo emergente no Brasil e na América Latina e a exacerbação do conflito de classes, propicia a intervenção para contenção dos setores populares mobilizados: classes operárias, camponeses, pequenos proprietários rurais, classes médias empobrecidas, estudantes, intelectuais “progressistas”.

Conforme enfatiza Dreifuss (1981, p. 485), o novo regime exibia o protagonismo do bloco no poder “financeiro-industrial”, constituído por classes e frações das classes dominantes que controlam materialmente o Estado e exercem diretamente o poder político (Vide Poulantzas, 1980) consolidado pela configuração do regime político pós-golpe. Setores das oposições de esquerda qualificavam o regime de fascista, entretanto, para Cardoso (1975), Skidmore (1988) e O’Donnell (1988) não se tratava de fascismo, mas de um regime autoritário, sob o argumento de que o sistema ideológico das ditaduras

latino-americanas era difuso e não mobilizador, além de não haver um modelo de partido único, como no fascismo clássico.

Como se sabe, os militares no poder e seus aliados no mundo civil, extinguíram os partidos políticos vindos da “democracia populista” e instauraram um sistema bipartidário artificial para acomodar tendências políticas diversas e por vezes conflitantes que constituíam o apoio político do regime na sociedade civil e conferiam ao mesmo uma aparência “liberal”. Na verdade, as Forças Armadas funcionavam como o “comitê executivo” do sistema dominante, o que incluía os políticos, juristas, intelectuais e técnicos civis conservadores-liberais que gravitavam nas esferas dos centros de poder.

O sistema ditatorial militar-empresarial-burocrático implantado em diversos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970 era bastante distinto do caudilhismo tradicional do subcontinente, fosse militar ou civil, assim como das históricas intervenções “cirúrgicas” do Exército para apoiar alguma facção civil e depois retirar-se para a caserna. Tratava-se de ditaduras institucionais das forças armadas, do exército em particular. Esses sistemas contavam com a importante participação da elite orgânica da burguesia industrial-financeira, tanto a interna e “nacional” como a externa e a associada (DREIFUSS, 1981). A presença do “estamento militar” dava a essa configuração de poder o peso da última razão de Estado como fiador do pacto de dominação das classes burguesas e da hegemonia mundial do capitalismo estadunidense em sua face imperialista.

Trata-se, nos termos de Schmitt (1968), de “ditaduras soberanas”, produto da modernidade tardia, que procuram extrair sua precária “legitimação” (Cardoso usa a expressão “autenticação”) na própria ação de derruir a ordem jurídico-legal existente e assumir o poder constituinte de impor uma nova ordem caracterizada pela violência contínua. Os militares costumavam dizer que a “revolução” não foi, ela “é”, ou seja, a repressão permanente, a negação sistemática dos direitos humanos, a essência contrarrevolucionária do poder, a utilização do poder de morte do Estado. Tudo isso veio para ficar, para instituir uma situação permanente de vigilância, de controle panóptico.

Se não se pode falar a rigor de sistema totalitário (ARENDETT, 1989), cabendo melhor as expressões “autoritário”, “ditadura”, “autocracia”, o fato é que havia um corpo de doutrina expresso no que se convencionou chamar de “ideologia de segurança nacional”, que justificava a perseguição ao “inimigo interno”, a “guerra psicológica” para criar o clima de medo e fomentar a delação, a demonização do opositor, a publicidade e propaganda para enaltecer o “milagre econômico” e promover a imagem ilusória do “Brasil Grande”.

A geração 68 é profundamente atingida por esse ambiente opressivo de propaganda ideológica. Germano (1993) demonstra os vínculos entre a ideologia de segurança nacional, substrato ideológico do regime ditatorial, e a política educacional

do período 1964-1985, a qual, ao mesmo tempo em que apostava na teoria do “capital humano” e impunha, de cima para baixo, reformas de cunho produtivista, economicista e privatizante, fomentava um clima de espionagem e repressão combinados com manipulação ideológica nas universidades e escolas.

3 O ENREDO DO RELATO NOVELÍSTICO

Eu não sabia, brincar com a revolução é como brincar com o amor. A brincadeira se transforma, vira coisa séria (MOTA, 2009).

A trama da novela põe em ação entes ficcionais, produtos da imaginação do autor, que têm, no entanto, referentes reais identificáveis: o cabo da Marinha José Anselmo dos Santos; a militante paraguaia Soledad Barrett, o Narrador, que concebeu a novela e outros personagens secundários. Necessário enfatizar que esses personagens têm vida ficcional própria, não se constituindo em reprodução literal de seus modelos.

O personagem/autor representa tipicamente a geração dos anos 1968 do Brasil. Seu relato é uma espécie de introspecção. Trata-se de ajustar pendências, enfrentar temas que ficaram subjacentes na consciência coletiva da geração que viveu intensamente os anos de repressão (FERRER, 2011) e vinha de um processo de amadurecimento, de formação de uma perspectiva crítica e foi lançada no vórtice das contendas políticas e culturais que no centro e na periferia agitavam a bandeira da revolução, anunciavam a “discordância dos tempos”, presentes no maio parisiense de 1968 e nas mobilizações contra a ditadura no Brasil, no mesmo ano.

Anselmo foi líder de uma greve histórica de marinheiros às vésperas do golpe de 1964. Ante a exigência dos comandantes militares de que os subalternos fossem punidos, o presidente João Goulart concedeu-lhes anistia, aprofundando seu isolamento político no meio militar. Com a queda do governo, Anselmo refugia-se na ilha cubana e estreita contatos com militantes de esquerda, o que lhe permitiria na volta ao país infiltrar-se em organizações envolvidas na luta armada contra o regime.

Após a derrota dos grupos armados e frente à crescente oposição da sociedade civil inicia-se a transição para a democracia, que foi na verdade um acordo entre elites, uma negociação que conservou privilégios e limitou a participação popular, esvaziando o ímpeto mudancista das grandes manifestações populares da campanha pelas “Diretas já”, de 1984. A velha “oposição consentida” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), através de suas vozes mais moderadas e conservadoras (o governador de Minas, Tancredo Neves e o de São Paulo, Franco Montoro), o partido oficial de apoio à ditadura, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), agora dividido em duas alas e as cúpulas das

forças armadas (generais Geisel e Golbery) garantiram a “transição lenta, gradual e segura” arquitetada por eles próprios para bloquear uma ruptura radical.

Evitou-se convocar uma Assembleia Constituinte exclusiva para elaborar a nova Carta Magna, deixando essa nobre missão ao Congresso ordinário, cuja eleição era contaminada pela compra de votos, o financiamento empresarial privado, o personalismo apartidário, o clientelismo e os interesses limitados de grupelhos e facções regionais e/ou locais.

Dessa forma, não houve o processo pedagógico da participação popular em uma eleição democrática, capaz de acertar as contas com a ditadura e assentar as bases para uma mudança significativa da cultura política perversa pelo regime autoritário.

Vianna (1996) já se referira ao longo processo de “revolução passiva à brasileira” para dar conta da modernização conservadora que vem caracterizando as transições políticas no Brasil (Independência, República etc.). O que houve nessa transição recente foi que o povo apenas deu um verniz simulado de respaldo popular à ascensão do novo Executivo.

O episódio da Chácara São Bento ocorre num momento em que o sistema ditatorial atinge o ápice: taxas “milagrosas” de crescimento econômico, oposicionistas calados, consentimento forçado da população. A máquina propagandística do governo vende ilusões e ao mesmo tempo intimida. A censura atinge publicações diversas como a Revista Veja, o Jornal satírico O Pasquim, o Jornal Opinião, o tradicional e conservador O Estado de S. Paulo. A Lei de Segurança Nacional, com seus dispositivos draconianos, impõe severas punições a quem se atrever a questionar o poder estabelecido.

Para o conjunto da esquerda esse é um momento de avaliar derrotas, de revisão de estratégias, de pensar o futuro. As rachaduras no “socialismo realmente existente”, as divisões das várias tendências partidárias, o retrocesso da onda revolucionária mundial das “primaveras” de 1968 – são acontecimentos que revalorizam a frente cultural.

No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a mais importante agremiação de esquerda do país até aquele momento, perde terreno para as novas tendências que questionam seus esquemas de interpretação, suas estratégias e suas táticas políticas, propondo a ação imediata.

Numerosas organizações emergem das cisões do PCB, criticando a proposta de revolução democrático-burguesa, do caminho pacífico, de coalizão com políticos burgueses. Essas organizações fazem apelo às armas e preconizam a revolução socialista como objetivo estratégico. Os grupos que daí surgem, muito fragmentados, se dividiram em dezenas de organizações. Gorender (1987, p. 79) observa que “[...] prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de *rachas*, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas.”

Reis Filho; Sá (1985) informam que muitas dessas organizações são dissidências do PCB, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e das próprias dissidências. A maioria defendia a guerrilha rural como estratégia de luta armada, inspirada na prática cubana. Gorender (1987) avalia que a guerrilha urbana era um movimento tático, a ser desenvolvida nas grandes cidades do país para desgastar o regime e acumular fundos para então concentrar-se no meio rural onde o regime tinha mais dificuldade para mobilizar forças. No campo ou nas cidades organizaram-se pequenos grupos armados, divididos em células, para deslegitimar a ditadura, angariar apoio popular, aniquilar a autocracia e implantar um regime de tipo socialista.

Posteriormente, Ridenti (2007), com base em documentação mais atualizada, menciona a existência de mais de 40 organizações envolvidas na luta clandestina contra o regime autoritário. Muitas dessas organizações também se faziam representar no Movimento Estudantil (ME) e uma delas, a Ação Popular (AP), em cuja origem havia predominância de militantes católicos, exerceu hegemonia sobre o ME nos anos 1960.

No Colégio Estadual de Pernambuco (CEP) organizou-se um influente movimento estudantil, liderado por militantes da AP e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os principais líderes eram José Eudes (mais tarde, deputado federal pelo PT/RJ), da corrente Vanguarda (AP) e Paulo Pontes, da corrente Opinião (PCBR), depois condenado à prisão perpétua e em seguida anistiado.

Os militantes envolvidos na teia do agente Anselmo estão vinculados à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), oriunda de cisões de outras organizações (REIS FILHO; SÁ, 1985). Muitas das células revolucionárias se limitavam à própria sobrevivência, sem condições de ação. A VPR, assim como os outros agrupamentos, sofria contínuas “quedas” (prisões de militantes) que os enfraqueciam e os expunham à ação de agentes infiltrados.

Segundo Ridenti (2007), a VPR era sucedânea de grupo homônimo destruído pela repressão e instalou-se em Pernambuco em 1972, sendo destruída pela ação de traição do cabo Anselmo. Reis Filho; Sá (1985), Gorender (1987) e Ridenti (2007) fazem uma análise bem documentada das frequentes cisões e reagrupamentos dessas organizações.

Uma das saídas sugerida para a situação de isolamento era a proposição de “ações de massas” nas cidades para angariar apoios e jogar o regime na defensiva. Mas, o medo e passividade forçada dos setores populares e das classes médias, a presença de uma forte estrutura repressiva e o controle exercido sobre os meios de comunicação de massa contribuíam para esvaziar esses projetos de enfrentamento contra a ditadura, mesmo que fossem realizados por meios pacíficos. É precisamente nesse momento que o agente infiltrado Anselmo/Daniel estende sua rede para seduzir suas presas.

- É preciso armar toda a vanguarda - Daniel volta - É preciso reunir todas as vanguardas em uma frente mais ampla, entendem?
- Isso me incomoda, isso me incomoda e me deixa em estado mais tenso.
- A sua proposta - Júlio diz - é o mesmo que misturar azeite e álcool. Acho meio impossível.
- Tá. Você pode até ter razão. Mas nenhum revolucionário rejeita uma oferta do Comandante Fidel, não é?
- Hum, hum...
- Ficamos todos engasgados ante esse argumento de autoridade. De tão fascinante autoridade. Faz-se um silêncio (MOTA, 2009, p. 49-50).

O desfecho dessa história é conhecido: a prisão dos seis militantes em diferentes pontos da cidade, a montagem do palco para simular um confronto armado que não aconteceu, a cobertura da imprensa reproduzindo a versão oficial. O jornalista e pesquisador Luiz Felipe Campos, em entrevista ao Jornal El País (BENITES, 2017), narra que os seis militantes foram presos entre os dias 7 e 8 de janeiro de 1973 e seus corpos foram encontrados no dia 9 com marcas de execução. Não houve troca de tiros. Eles não tinham armas.

O corpo de Soledad foi reconhecido pela advogada Mércia Albuquerque, ativista de direitos humanos em Recife, juntamente com seu feto, filho de Anselmo. Na melhor das hipóteses restaria aos militantes da esquerda armada o exercício de uma luta defensiva para resguardar seus companheiros e se preparar para um futuro mais promissor.

A cidade do Recife era naqueles anos um barril de pólvora. Fundada pelos portugueses em 1537, foi modernizada por judeus holandeses no século XVII para ser destinada ao mercado mundial, eixo militar, comercial e financeiro da colônia sul-americana dos flamengos. Ao longo de sua história Recife foi “la fiancée des révolutions”. Centro de conspirações, de comércio, de política, de revoluções culturais. Cidade nordestina, litorânea, receptiva aos influxos culturais vindos de outros centros da região, um tipo de metrópole tropical com aguda consciência de sua singularidade.

Na capital pernambucana, no clima de medo e delação instituído no pós-64, em cada esquina, em cada barzinho, em cada aglomerado de pessoas esperando o transporte coletivo, em cada travessia de suas inúmeras e belas pontes sobre o rio Capibaribe, em cada sala de aula, cinemas, eventos culturais, ou simples ajuntamento inadvertido de gente para conversar, podia-se flagrar o olhar cínico e soturno de um alcagute de polícia. Esse alcagute, ou dedo-duro, ou delator, podia ser “*Monsieur tout-le-monde*”: um parente, o vizinho, o pipoqueiro da esquina, o bêbado que lhe provoca no barzinho, o colega de trabalho, o colega de turma na faculdade, alguém sentado ao seu lado no ônibus, o varredor de rua, o mendigo...

Era nesse clima que estavam mergulhados os nossos personagens, espicaçados e traídos pela ousadia cínica e fácil do agente infiltrado:

“[...] Anselmo era como um vigarista comum, um aplicador de truques velhos, transmitidos por gerações de trapaceiros. [...] agiu a favor da corrente [...]. Ele entrou frio ao lado dos vencedores em batalhas ganhas” (MOTA, 2009, p. 63).

4 INDEFESOS

Coisa feia é a realidade; coisa horrível é expressar essa realidade (MOTA, 2009).

Os revolucionários não foram apenas reduzidos à condição de “profetas desarmados”, mas também sem defesas de quaisquer espécies: sem apoio popular ou em outros setores importantes da sociedade civil, divididos entre si, expostos à ofensiva da ditadura, psicologicamente acuados.

Pequenas células revolucionárias isoladas, travando um combate encarniçado contra um poder infinitamente superior, muitas dessas células voltadas sobre si mesmas, com percepção distorcida da realidade, acalentando esperanças ilusórias ou desalentadas por falta de perspectivas. Nesse cenário, a infiltração de agentes do esquema repressivo encontra terreno fértil no estado de desorientação dos militantes.

O Narrador interpreta os efeitos psicológicos desse estado: “Mas por que somos estúpidos a ponto de não percebermos a sua máscara?” (MOTA, 2009, p. 64). E logo em seguida emenda: “Ele fala como a sua caça. Tem as suas características, caricatura e clichês” (MOTA, 2009, p. 66).

O militante político, nesse caso, estava muito mais isolado do que o simples homem comum, que vivia o inferno astral da ditadura passivamente e no conforto psicológico da abstenção forçada de vida ativa na esfera pública, alienação imposta pelo medo e pela manipulação ideológica, em especial após o AI-5 e durante o governo Médici. Nesse momento, a ditadura elevou o nível da violência política do regime a alturas inimagináveis e intensificou ao grau máximo a propaganda de estilo fascista para instilar o medo e acuar os adversários, opositores e críticos.

Tal como definimos geração 68 nesse artigo, trata-se de um coletivo amplo, heterogêneo e diversificado de sujeitos que enfrentaram a ditadura e foram ativistas no sentido do protagonismo engajado e propositivo. Nessa medida, foram poucos os que participaram da luta armada, mas essa forma de ativismo teve um impacto não desprezível e polêmico. O autor/narrador é, nesse sentido, ativista da resistência política e cultural e testemunha atenta dos episódios narrados na novela.

Ridenti (1978, p. 133-134) observa que PCB, AP, PC do B (este, acionaria a “guerra popular prolongada” nos anos 1970) e “pequenos agrupamentos trotskistas” deixaram de resistir pelas armas. E quanto a este “apelo aos céus” (o recurso às armas segundo

uma visão religiosa), os analistas discutem se foi “resistência”, “resistência democrática”, “protesto armado” ou “luta ofensiva”. Na verdade, o PCB adotou o caminho pacífico desde os anos 1950 e a AP só se decidiu pela luta armada nos anos 1970, quando se dividiu em duas correntes. A repressão violenta foi exercida indiscriminadamente contra todos.

Gorender, Aarão Reis e Ridenti são críticos da experiência da “esquerda armada”. Segundo Gorender (1987, p. 139), que não deixa de apontar a extrema violência e a prática do terror policial-militar pelo regime, “[...] o militarismo quimicamente puro conduzia à ideia da organização revolucionária como seita de pouquíssimos, mas selecionados e eficientes guerrilheiros”.

5 INQUIETAÇÕES

Naqueles anos, o amor era uma alienação. Não sabíamos, ou não queríamos admitir desejos outros que também possuem a sua lei (MOTA, 2009).

Era como se a adesão à revolução implicasse na aceitação de um “imperativo categórico” que se impunha de fora às consciências. O autor diz com mais clareza: “[...] então a consciência era a que *devíamos ter*. [...] *O que não deveria ser estava proibido*, obscurecido, vedado. Condenado [...]” (MOTA, 2009, p. 23, *italicos meus*).

O Narrador estrutura uma figuração apaixonada da militante paraguaia e essa paixão amorosa é o *leitmotiv* do seu relato novelístico. Ou, sendo mais preciso: a paixão revolucionária, a paixão amorosa e a paixão estética e intelectual pela cultura e o conhecimento crítico moviam as vontades, os desejos, os sonhos e a práxis dessa geração. Paixão que também não era alheia, por último, mas não menos importante, ao amor dedicado a Recife (o título da novela não está ali à toa...). Ademais a geração 68 viveu intensamente, e de forma dramática, esse desencontro manifesto entre o público e o privado-intimidade.

Para alguns sujeitos dessa geração havia uma percepção consciente da necessidade de não separar subjetividade e militância política, o pessoal e o coletivo, biografia e história, e de procurar suportes intelectuais e estéticos para sustentar essa convicção. Dessa forma, procurava-se no freudo-marxismo (Erich Fromm, Wilhelm Reich), no existencialismo (Sartre), no personalismo (Emmanuel Mounier), no cristianismo de libertação, no marxismo dissidente (Lukács, Goldmann, Vásquez, Kosik) ou na literatura anarquista, sugestões para temas recorrentes de conversas e reflexões sobre como se engajar na ação política sem perder a individualidade, sem se submeter a mandatos que vêm de fora, sem deixar de acumular riqueza subjetiva que se expressa em “capital” simbólico.

Se não bastasse isso, tais inquietações subjetivas encontravam apoio no cinema, no teatro e na literatura acessíveis a esses sujeitos, com suas temáticas e enredos que colocavam as questões da participação política, da consciência de si, do amor e da sexualidade como recorrências inescapáveis, para não falar do estímulo vindo do erotismo quase-explicito da cultura popular (pastoril, mamulengos, carnaval), umas vezes jocoso, outras puramente erótico, da expressão do corpo (dança) que essa cultura propiciava e dos conflitos intensos que permeavam os relacionamentos entre militantes e que explodiam literalmente em desfechos dramáticos.

O complexo cultural no qual estavam mergulhados os jovens da geração 68 incluía a riqueza da arte popular e erudita nordestina como a xilogravura, a pintura (Lula Cardoso Ayres), a literatura de cordel, a escultura (Brennand, Abelardo da Hora, Liêdo Maranhão), a cerâmica popular (Mestre Vitalino de Caruaru, com suas esculturas de massapê), a ciranda (Lia de Itamaracá), o coco, coco-de-roda etc.

Para a geração 68, aquele foi um período de autoformação, de descobertas, de choques, de consciência de que a vida implicava o reconhecimento de uma dimensão ética incontornável, um compromisso com a “comunidade”, com o povo, com as classes populares, com a classe operária, com os ideais socialistas e uma projeção de futuro para a humanidade. Aqueles jovens eram pequenas criaturas inquietas, angustiadas, remoendo esperanças, ávidas por atribuir significados à sua existência individual e coletiva. Naquele tempo “[...] se imaginava ser possível juntar a vontade revolucionária com a sensibilidade romântica [...]” (CARDOSO, 2007, p. 220).

O golpe de 1964 pegou essa geração no início da adolescência. Seu amadurecimento, portanto, se deu num período de transição em que a ditadura se consolidava e assumia sua face mais dura precisamente no final de 1968, quando os fastos da “primavera dos povos” se faziam sentir em todo o mundo: o maio francês e sua sequência na Europa, a mobilização contra a guerra do Vietnã nos USA, as guerras de libertação nacional na África e Ásia, os protestos estudantis no Brasil.

Germano (2008) aponta que as reformas da educação durante o regime autoritário visavam restaurar a *ordem* ameaçada pela contestação estudantil e ajustar o setor educacional ao ideal de *progresso* no entendimento dos militares. A Lei 5.540/1968, de reforma da educação superior, foi baixada num momento crítico, seguida da decretação do AI-5 em dezembro do mesmo ano e do Decreto Lei 477, instrumentos de contenção da resistência ao regime.

Segundo esse autor a reforma universitária do regime, mesmo que “tenha incorporando antigas demandas [...] fez isso desfigurando completamente o ideal de uma

universidade autônoma, pluralista e crítica. Em troca ergueu uma universidade domesticada que muito colaborou com o sistema político reinante” (GERMANO, 2008, p. 107).

Quando essa geração está despertando para a vida e tomando consciência de que há um mundo a desbravar, ainda existiam liberdades democráticas (democracia chamada de “populista”) que abriam espaço para a explicitação do conflito social, a escola pública se consolidava e a esfera cultural (teatro, cinema, literatura, artes plásticas, movimentos de cultura popular) assumia uma dimensão que reverberava e impulsionava esse conflito social. Nem mesmo a tragédia de 1964 conseguiu destruir tudo isso de chofre: houve resistência e o que havia sido destruído encontrou formas de sobrevivência e se inventaram modalidades novas de afirmação cultural e de lutas políticas, mesmo em condições profundamente adversas.

A formação política, o aprendizado intelectual, a composição da sensibilidade estética e ética dos jovens dos *sixties* são elementos inseparáveis na estruturação de sua visão de mundo e de certa mentalidade crítica e em disponibilidade, que até certo ponto foram condicionados por sua imersão na vida cultural e política de Recife e do Brasil nos anos 1960. Esses jovens tinham uma percepção nítida de que se vivia em uma sociedade em trânsito, em processo de mudança talvez radical, e essa percepção dava-lhes um senso de responsabilidade e de compromisso, como se biografia e história se entrecruzassem.

Houve, entre 1950/1960, uma “expansão jamais vista antes” do sistema educacional brasileiro (ROMANELLI, 1978). Essa expansão ocorreu sob forte influência da “pedagogia nova” e implicou na difusão da escola pública que, assim, se abriu ao ingresso de uma juventude oriunda das camadas sociais subalternas.

Porém, segundo Romanelli (1978), essa expansão comporta contradições. Uma delas refere-se ao fato de que no setor primário da economia encontra-se, em 1970, 44,24% da população economicamente ativa, enquanto as escolas e colégios agrícolas concentram apenas 1% da matrícula, revelando uma marginalização dos jovens do meio rural.

Em relação ao ensino superior havia uma concentração da oferta nos cursos da área das humanas (Economia, Direito, Filosofia, Pedagogia) em detrimento das Engenharias e da Medicina, cuja oferta crescia em ritmo mais lento (Romanelli, 1978). Dessa forma, a expansão do ensino ocorreu, mas também “cresceu a defasagem entre educação e desenvolvimento no Brasil” (ROMANELLI, 1978, p. 127).

A juventude (urbana) que acessa a escola pública manifesta inquietações que vão ao encontro das expectativas dos ideólogos mais liberais e progressistas da *Escola Nova* e se inserem nos propósitos daqueles que, como Anísio Teixeira (Anísio representa a consciência-limite do intelectual liberal), Florestan Fernandes (marxista) e Paulo Freire

(existencialista-cristão), acalentam as possibilidades que a educação abre, não só para a integração do educando na moderna e dinâmica civilização capitalista, mas, indo além, promove a esperança por emancipação, por inserção numa sociedade em que as oportunidades de autorrealização sejam mais acessíveis, para além das perspectivas limitadas abertas pelo capitalismo autoritário e subdesenvolvido.

Se a modernização relativamente democrática do período 1946-1964 despertou o ativismo popular e permitiu a emergência de movimentos culturais emancipacionistas, as reformas educacionais encetadas pelo regime autoritário depois de 1964 beneficiaram, sobretudo, os setores da burguesia vinculados à grande empresa e “os setores das classes médias, que se escudam no Estado Empresarial e na Grande Empresa, inclusive, e principalmente, os militares [...]”. (ROMANELLI, 1978, p. 258).

Apesar disso, houve em Recife, especificamente, mas refletindo um contexto nacional e regional, uma convergência virtuosa de um sistema educacional em expansão, fundamentado em propostas avançadas, sob o influxo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), com abertura às classes populares e um complexo sistema cultural. Esse conjunto permitiu a parcelas significativas da juventude popular e de classe média elaborar uma visão de mundo peculiar, crítica e questionadora dentro das limitações do momento.

O ecletismo filosófico e sociológico marca essa geração. Assim, havia uma mescla de cristianismo, marxismo e anarquismo bem típica da mentalidade dos jovens militantes daquele período. Que o marxismo duro de um Lênin (mais tarde, o cientificismo althusseriano) tenha se mesclado com o humanismo cristão, com o anarquismo e com o romantismo revolucionário das vanguardas, também é parte dessa história.

Ao fim e ao cabo, as duas grandes tragédias históricas, o golpe de 1964, que interrompeu com violência a primeira experiência mais duradoura de democracia no país, e o AI-5, que aprofundou o caráter repressivo da ditadura militar, assumem materialidade no martírio de Soledad.

Soledad eres!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creio que a exposição precedente desfez um possível equívoco: o de que a narrativa do autor seria testemunhal no sentido literal. Nessa medida, a memória estabelece seus direitos sob a modalidade da linguagem literária, ficcional, que é a maneira que encontra para questionar se valeu a pena a experiência vivida, os embates travados, a adesão à revolução socialista, a militância no campo da cultura. A narração de

Mota é uma modalidade de escrita de si, registro memorialístico, mas sem compromisso estrito com o factual. Trata-se de uma memória de afetos, de um relato ficcional com suportes no real (a política, a cultura, a economia, mas sobretudo a vida vivida), no entanto permeado pelo imaginário de uma geração, por seus valores, visões de mundo, escolhas éticas e experiências sensíveis no sentido lato.

O autor da novela tem consciência de que trabalha, não com a “realidade” tal como se apresenta imediatamente aos sentidos, mas com a matéria da memória, individual, coletiva, histórica, imaginada – nem por isso menos real. Mota (2009, p. 70) delira: “[...] vejo Soledad, não a Sol daquela noite, [...] mas a Sol de anos depois, mergulhada na voragem [...]”.

A voragem é a tragédia, o destino individual de Sol, simbolizando o destino de uma geração, de uma nação, de um povo. A tragédia evoca o conflito, o antagonismo, como disse Beatriz Sarlo (2007, p. 4): “O passado é sempre conflituoso”. “[...] o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta [...]” (SARLO, 2007, p. 6).

“Passei 37 anos [...]”, diz Urariano Mota (2009, p. 101), o autor, recorrendo à reminiscência factual, individual-histórica, em pleno exercício de exorcismo/superação/liberação.

Mota retoma em tonalidade memorialística dois acertos de contas: a) o da memória do período autocrático na consciência coletiva da nação; b) o da memória dos embates contra a ditadura na consciência coletiva da juventude revolucionária dos anos 1960/1970. Nesse caso, trata-se da consciência coletiva “[...] que recompõe magicamente o passado [...]” (DUVIGNAUD, 2003, p. 14), mas com um sentimento doloroso e uma intenção revisionista e subversiva frente à memória oficial.

O trabalho da memória marca o reencontro do sujeito consigo mesmo, reelaboração de si, ajuste de contas, trabalho da consciência, autocrítica, momento de dor: “[...] passei 37 anos para entender e contar este momento” (MOTA, 2009, p. 101).

Até que ponto o texto literário de Mota revolve o passado e o supera? Os personagens: Soledad, Daniel/Anselmo e o Narrador/Autor representam distintas formas de consciência: a do revolucionário [Soledad]; a do opressor [Anselmo]; e a do revolucionário [Narrador] que agora retoma o seu passado, reapropria-o e dialoga consigo próprio, como que colocando para si, e modificando-o, o dilema clássico: decifro-me ou me devoro!

A trama se desdobra ao redor de um trio de *personas* e de um tópico recorrente: a traição do agente infiltrado. Entretanto, é forçoso reconhecer que há um subtexto e é disso que se trata: é da revolução que se fala, o sonho perdido. Os trinta e sete anos de silêncio

não puderam calar aquilo que foi reprimido, silenciado, mas que retorna insistentemente. É disso que se impõe falar, essa é a memória que precisa ser recuperada, superada, objeto de autocrítica, para que o futuro possa ser entrevisto.

Fredric Jameson (2005), ao tratar da relação entre o clássico e o moderno, diz que “nem o passado nem o presente existem verdadeiramente” quando ainda não se operou uma verdadeira ruptura entre os dois. A narrativa de Mota dá subsídios nessa direção ao reelaborar a própria dor e a de sua geração.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARNS, Dom Paulo Evaristo, Cardeal (Org.). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BENITES, Afonso. Os rebeldes sem armas emboscados por um agente duplo da ditadura. **El País**, Brasília, 04 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/31/politica/1504214451_556106.html Acesso em: 30 maio 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. Análise e memória (recordações de Enzo Faletto). **Tempo social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 215-222, jun. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1980.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. Tradução Beatriz Sidou. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

FERRER, Eliete (Org.). **68: a geração que queria mudar o mundo**: relatos. Brasília: Ministério da Justiça; Comissão de Anistia, 2011.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GERMANO, José Willington. Ordem e progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Revista Educação em Questão**, Natal, p. 79-112, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3917/3184> Acesso em: 06 jun. 2020.

GERTH, Hans H.; MILLS, Charles Wright (Org.). **Max Weber**: ensaios de sociologia. 3. ed. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, v. 3**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Carlos Néelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (v. 3).
- JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Memória de afetos**: cultura e revolução no Recife dos tempos de Soledad Barret Viedma. Natal (RN): Revista Educação em Questão, v. 58 n. 55, 2020, jan./mar. 2020, p. 1-24.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34, 2017 (Edição bilingue).
- MOTA, Urariano. **Soledad no Recife**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista Histedber**, Campinas, p. 188-204, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.
- O'DONNELL, Guillermo. Introdução aos casos latino-americanos. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. **Transições do regime autoritário**: América Latina. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.
- PÉCORA, Alcir. Uma paixão revolucionária. **Revista Cult**. São Paulo, 04 nov. 2014, n. 190 Disponível em: <https://www.cultloja.com.br/produto/cult-190-maio-2014/> Acesso em: 2 dez. 2019.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Uma crônica da morte anunciada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 20, 6 set. 2009. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,uma-cronica-da-morte-anunciada,430207>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após os anos 1960, v. 6. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SCHMITT, Carl. **La dictadura**. Madrid: Revista de Occidente, 1968.
- SINGER, Paul. **A crise do "milagre"**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPINELLI, José Antonio. **Dictature et mémoire**: Soledad no Recife et la reconstitution littéraire de l'histoire. In: Olivieri-Godet, Rita (dir.). Cartographies littéraires du Brésil actuel: Espaces, acteurs et mouvements sociaux. 1^o ed. Bruxelles: Peter Lang, 2016, v. 1, p. 71-84.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva a brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012 (v. 1).

CAPÍTULO 11

TRAÇAR UMA REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA: UMA APROXIMAÇÃO

Data de submissão: 06/06/2022

Data de aceite: 28/06/2022

Rússel Freddy Ramos Serrano

National University of Huancavelica
Peru

rusbel.ramos@unh.edu.pe

<https://orcid.org/0000-0003-2352-1848>

Raúl Eleazar Arias Sánchez

National University of Huancavelica
Peru

raul.arias@unh.edu.pe

<https://orcid.org/0000-0003-4604-9507>

RESUMO: Este ensaio é um exercício teórico e reflexivo sobre a definição de Economia. Da mesma forma, faremos um breve relato histórico de algumas definições dadas ao longo da história do Ocidente. Por fim, queremos indicar que é necessário redefinir algumas categorias e condicioná-las ao nosso contexto sociológico, histórico e antropológico.

PALAVRAS-CHAVE: Economia. História econômica. Bem-estar social. História do Pensamento Econômico.

A REDEFINITION OF THE CONCEPT OF ECONOMICS: AN APPROACH

ABSTRACT: This essay is a theoretical and reflective exercise on the definition of

Economics. Likewise, we will carry out a brief historical account of some definitions given in the course of the history of the West. Finally, we wish to indicate that it is necessary to redefine some categories and condition them to our sociological, historical and anthropological context.

KEYWORDS: Economy. Economic history. Social welfare. History of Economic Thought.

1 INTRODUÇÃO

Não é tão fácil refletir e testar uma definição clara de economia, pois não localizamos uma opinião unificadora sobre o assunto entre os principais expoentes dessa ciência ao longo da história do homem. A esta referência, alguns notáveis pensadores (que não eram necessariamente “economistas”) herdaram algumas ideias para o nosso tempo para esclarecer de alguma forma o assunto em questão. Aparentemente, em cada vinheta de tempo uma ideia é construída, e dependerá do seu argumento prevalecer e ser citado no próximo intervalo de tempo. Nesse sentido, pretendemos esboçar uma ideia que se estende para identificar a noção dessa palavra condicionada ao nosso contexto sócio-histórico e acadêmico.

2 VAMOS FAZER UM POUCO DE HISTÓRIA

Sabemos que desde a saída do ensino superior ou da universidade eles incutem em nós que a abertura da economia como ciência volta às mãos do famoso filósofo escocês Adam Smith que em seu texto “An Inquiry into the Nature and Causes of the Riqueza das Nações” publicado pela primeira vez em 1776, ele observou que é “... una de las ramas de la ciencia del legislador o del estadista...” (1776 p. 428). Da mesma forma, o acima mencionado claramente limitou o escopo de estudo desta disciplina de conhecimento humano, descrevendo dois objetos propostos de sua finalidade: “... El primero, suministrar al pueblo un abundante ingreso o subsistencia, o, hablando con más propiedad, habilitar a sus individuos y ponerles en condiciones de lograr por sí mismos ambas cosas; el segundo, proveer al Estado o República de rentas suficientes para los servicios públicos. Procura realizar, pues, ambos fines, o sea enriquecer al soberano y al pueblo...” (1776 p. 428).

Sobre o que foi dito, há questionamentos que podem levar a intermináveis horas de diálogos, comentários e debates por parte de estudiosos do assunto, como, por exemplo: quais devem ser as funções do Estado para com seu povo? Ou como podemos enriquecer as pessoas? Nesse sentido, nosso leitor poderia recorrer aos trabalhos realizados por Freeman (1969) para se aprofundar mais sobre o que foi afirmado. Por outro lado, é pertinente para o diálogo que estabeleceremos nestas linhas sublinhar como o centro de estudo da economia para Smith era dotar de riqueza o soberano e, claro, o resto do povo.

Também o recordado economista inglês de origem judaica sefardita-portuguesa David Ricardo, afirmou que o objecto da tese da economia não anda de mãos dadas com a obtenção de riqueza em termos da sua distribuição, pelo que nas suas próprias palavras indicou que: “El producto de la tierra [...] se reparte entre tres clases de la colectividad, a saber: el propietario de la tierra, el dueño del capital necesario para su cultivo y los trabajadores que con su trabajo la cultivan [...]. Determinar las leyes que gobiernan esta distribución es el principal problema de la Economía Política...” (1819 p. 5).

Da mesma forma, o jurista inglês Nassau William Senior, enfatizou o pensamento de Adam Smith sobre a geração de riqueza, sobre o referido, o destaque de sua obra tratou da “la naturaleza de la producción y la riqueza” (1852 p. 2). Nesse mesmo caminho, o filósofo, político e economista inglês de origem escocesa Jhon Stuart Mill ousadamente esculpe e reforça a visão que Nassau Senior tinha, mas insiste nas mesmas ideias, aqui está sua definição: “... la ciencia que describe las leyes de aquellos fenómenos de la sociedad que se originan en las operaciones continuadas de la humanidad para la

producción y distribución de la riqueza en la medida en la que esos fenómenos no quedan modificados por la persecución de otro objeto...” (1844 p. n).

Sobre isso, podemos dizer que Stuart Mill une as visões de Smith (1776), Ricardo (1819) e Senior (1852) e concentra seu trabalho na decodificação de uma concepção de economia baseada nas relações de produção de riqueza e distribuição. Por outro lado, o economista, filósofo e lógico inglês William Stanley Jevons produziu uma mudança significativa na concepção de nossa ciência, nesse sentido García & González (1997) indicaram em um trabalho de pesquisa que poderia haver três aspectos para uma boa discernimento: primeiro, muda a orientação da economia da macroeconomia para a microeconomia; em segundo lugar, a perspectiva que considera o prazer como meta da vida reforça uma qualidade muito mais explícita; e, por fim, aponta o método matemático como o único caminho científico para que nossa disciplina possa desenvolver e contribuir com argumentos objetivos para a sociedade. Sem dúvida, esta última faz sentido hoje, pois o trabalho das estatísticas e das bases econométricas fornecem dados importantes para a tomada de decisões acertadas. O economista britânico Alfred Marshall também argumentou que nossa disciplina é: “...aquella parte de la acción individual y social que se relaciona más de cerca con la obtención y el empleo de los requisitos materiales del bienestar...” (1890 p.1). Por sua vez, o filósofo e economista utilitarista inglês Henry Sidgwick nos deu uma definição em termos quase semelhantes, ele indica que: “... La economía se relaciona con el aspecto social [...] de las actividades humanas que se dirigen a la producción, apro-piación y uso de los medios materiales que satisfacen los deseos humanos, en la medida en que esos medios son susceptibles de ser intercambiados...” (1883 p. n).

O economista inglês Arthur Cecil Pigou afirmou que esse ramo do conhecimento está relacionado com “... la parte del bienestar que puede relacionarse con una medida monetaria ...” (1920 p.1). Ora, todas essas definições podem ser encontradas em um caminho comum, que a nosso ver encapsula a ciência econômica de tal forma que seu objeto de estudo é constituído por um conjunto de ações próprias do homem, como as que se referem à criação de bens. (Smith, Senior, Mill e Marshall) ou à sua distribuição (Ricardo e Mill). Em alguns cenários, a ênfase é colocada na orientação do dinheiro (como supôs Pigou) ou da troca (nas palavras de Sidgwick), no entanto, nessas questões falamos exclusivamente de bem-estar em nível material, físico e tangível. Elementos que, em nosso século, são apenas um lado dessa moeda que chamamos de homem. Essas formas de definir a economia foram questionadas oportunamente pelo economista britânico Lionel Charles Robbins em seu famoso “Essay on the Nature and Significance of Economic Science” publicado em 1932. Nas páginas deste interessante o trabalho comprova que

a abordagem tradicional sofre de uma perigosa restrição, pois há declínios na vida dos homens que não correspondem a riquezas materiais ou fortunas, mas sim a valores que incluiriam apreciar como coisas imateriais ou intangíveis. Esses elementos seriam, por exemplo, a satisfação emocional de ter conquistado o primeiro lugar em uma maratona, o carinho de um pai para com seu filho primogênito, o amor pela humanidade, o valor da amizade, entre outros.

Diante disso, Robbins (1932) dissipa esse problema ao focalizar o campo da economia não em um conjunto de ações humanas, mas em um aspecto relevante de todas elas. O que é então este elemento. Para Robbins (1932) é aquela que se relaciona diretamente com o que constitui a essência de todo problema econômico: a famosa escassez, que emana do contraste de uma multiplicidade de fins e meios evidentemente limitados. Assim, podemos apontar que o aspecto econômico da atividade antrópica reside no fato de que cenários finitos podem ser gerenciados ou administrativos de diferentes formas, razão pela qual é necessário escolher os fins considerados prioritários e importantes para o grupo social. onde esta atividade acontece. Por sua vez, como consequência do ato de escolher, surge a famosa definição: custo - oportunidade. Sendo o último, que se concebe no nosso mundo econômico como uma representação de aproximação a qualquer problema em que surja a escassez e sobretudo a escolha. Nesse sentido, pode ser utilizado não apenas nos casos de produção e distribuição de bens e fatores produtivos, mas também na observação de outros fenômenos da sociedade onde a lógica e a racionalidade fazem sua aparição. Essa abordagem é reflexo da grande influência que a grande Escola Austríaca teve sobre Robbins (1932) e, por outro lado, os ensinamentos do teólogo georgiano, unitarista, classicista, medievalista e crítico literário Philip Henry Wicksteed, que transcendeu através de sua obra "El sentido común de la economía política: incluyendo un estudio de la base humana del derecho económico", publicada em 1910.

Com efeito, Wicksteed raciocinou que o cálculo marginalista deveria ser aplicado não apenas à economia (como diziam Jevons ou Marshall), mas a toda a atividade que o homem realiza durante seu trânsito por este mundo (Robbins, 1914). Nas palavras de Wicksteed, a economia: "...es la ciencia que estudia el comportamiento humano como una relación entre fines y medios escasos, susceptibles de empleos alternativos". (Robbins, 1932 p. 16).

É necessário especificar que esta tese teve ressonância na carreira e iniciou uma grande mudança no objeto de natureza e espaço de estudo. Dessa forma, posicionou-se como a ciência do comportamento ou conduta humana segundo o princípio de que desde

que o problema a ser resolvido possa ser traçado como uma alocação conveniente em um ambiente finito ou limitado de algum recurso e seu uso ótimo e racional considerando a eficiência e sobretudo o fator tempo para sua boa administração. Por outro lado, também existem manuais introdutórios amplamente utilizados no mundo universitário e disponíveis na rede ou internet que também mantêm uma posição nesse sentido, um dos mais consultados é o de Samuelson e Nordhaus (1996) que afirmam que: “... la Economía es el estudio de la manera en que las sociedades utilizan los recursos escasos para producir mercancías valiosas y distribuir las entre los diferentes individuos...” (1996 p. 4). Essa definição sintetiza muitas das contribuições citadas nas linhas anteriores: por um lado, a ideia tradicional e, por outro, as contribuições novas com um sentido mais conjuntural e global. No entanto, até o nosso século, as pessoas continuam a falar de recursos e elementos materiais, mas não focamos no protagonista que torna possível esse processo dinâmico de mudança e transformação do mundo natural para o mundo cultural ou social.

3 VAMOS ESBOÇAR UMA IDEIA

Parece-nos que chegou o momento de não mais repetir e repetir ideias, mas propor as nossas e que estas, por sua vez, sejam discutidas e debatidas em espaços e cenários dentro e fora das salas de aula universitárias. Assim, para o caso específico do nosso ensaio, pretendemos oferecer ao leitor uma nova forma de entender a economia, para tanto, propomos a seguinte definição: “A economia é uma ciência social cuja concepção do mundo tem como objetivo supremo transformando aquela cena decadente do rio em uma cena de bem-estar e oportunidade para nossos semelhantes”. Agora decodificamos cada elemento de nosso argumento sistemicamente e compartilhamos algumas conclusões resultantes posteriormente:

- Ciências sociais: Nas palavras de Simiand (2003) ciência social “... es la disciplina que estudia los fenómenos sociales, y que los fenómenos sociales son los fenómenos que caracterizan la vida del hombre en sociedad”. (pág. 165). Nesse sentido, esse estudo dos fenômenos antrópicos é visível de forma multifatorial e interdisciplinar, portanto, ser “parte da ciência social” envolve trabalhar com o “outro” diferente de nós mesmos.
- Concepção do mundo: Almena (2010) pressupõe que os seres humanos interpretam o mundo ao nosso redor a partir de sensações que depois são transformadas em ideias ou cargas mentais. Essas formas de “reconhecer” o mundo imediato dirigem nossa atenção e são aprendidas no processo

de socialização da família e, claro, no decorrer de toda a nossa existência, assim “Por trás desse processo de desencantamento com o mundo, ocorre o problema do sentido simultaneamente. Uma vez desobstruído o caminho e dissipadas as explicações “mágicas” do real, o ser humano tenta introduzir seus próprios critérios na explicação e atribuição de sentido ao mundo e, conseqüentemente, a si mesmo. (pág. 235). Com isso, indicamos que conceber o mundo é uma forma de enfrentá-lo, um exercício metacognitivo, filosófico, reflexivo e humano para também transformá-lo. Nesse cenário, a economia se presta a ressurgir como potência.

- Fim supremo: O fim supremo tem um significado filosófico e analítico centrado no fato de que todo ser humano pode inscrever e reinscrever seu próprio caminho nesta vida. Nesse sentido, a partir da filosofia podemos dizer que a Economia tem três dimensões: a) a gênese da economia como criação cultural e que permite a comodidade do ser humano, b) o caráter social, pois a economia se manifesta à medida que há um “outro” e c) a visão integradora entre a economia e o exercício do poder. Dessa forma, o resultado dimensional que propomos contemplaria um caminho de nós mesmos e de nossa relação com os outros nos diversos cenários naturais e artificiais que surgem no tempo.
- Transformar: Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE), a palavra “transformar” significa fazer alguém ou algo mudar de forma. Isso indica que uma estrutura humana ou artificial pode abandonar uma situação original e se tornar outra, com características e condições diferentes. Essa possibilidade nos convida a reconstruir e tirar o melhor do anterior para posicionar um resultado melhor. No nosso caso, nossa premissa parte da transformação social, ou seja, desconstruir uma cena antrópica de forma sistêmica e iniciar as bases para uma nova.
- Cenário decadente: Um cenário decadente denota a falta de oportunidades e exercícios fundamentais de direitos humanos como comer, morar ou vestir. Da mesma forma, o declínio não permite apenas uma compreensão monetária, mas também pode ser entendido de forma multidimensional. Nesse sentido, essas limitações e dificuldades obstruem nosso desenvolvimento como indivíduos e sociedade, aumentando as lacunas e gerando desigualdades, de modo que um cenário de declínio impede por todos os ângulos possíveis ter qualidade de vida para nós e nossos semelhantes.

- F. Bem-estar: Podemos entender o bem-estar como uma condição de equilíbrio material, pessoal, intangível e psicobiossocial de um homem ou sociedade. Claro, eu entendo que é o fim supremo ao qual a humanidade tentou aspirar por décadas. No entanto, esta categoria supõe também gozar de qualidade de vida e sobretudo de liberdade, razão pela qual, a nosso ver, assegurar o bem-estar é assegurar o direito inerente de escolher sem prejudicar a escolha do outro.
- Oportunidade: É uma condição e qualidade de acesso a um determinado espaço e/ou cenário onde pudemos gerir e manifestar as nossas qualidades, competências e capacidades científicas, académicas, tecnológicas e humanas em geral. Esta categoria assume-se como uma das finalidades da equidade social e convida-o a participar no seu exercício através do trabalho, prática e perseverança para atingir um objetivo.
- Nossos pares: São todos aqueles seres humanos que compartilham nossos ideais e aqueles que também não; ambos os sujeitos que contemplam o respeito e a livre escolha de ideias e raciocínios podem construir conhecimento a partir de contradições e dialéticas.

Neste slogan, sabemos que cada definição de “economia” anda de mãos dadas com o contexto social em que foi forjada, por isso também seria interessante considerar que nossa situação necessita urgentemente de uma reorientação sistêmica que parte da ontologia ou cenário. característica do homem e suas ações com o mundo natural e seus semelhantes. Este contributo convida-nos a reflectir sobre um posicionamento optimista dentro da especificação e obscuridade académica e social que atravessamos nesta era da informação, mas que não reflecte necessariamente um conhecimento ou sabedoria que permita uma tomada de decisão coerente e prática.

4 CONCLUSÕES

Indicamos que nossa premissa parte de um cenário reflexivo que tende a ser dinâmico por sua natureza cultural e antrópica. Da mesma forma, quisemos realizar um exercício epistemológico sobre a essência da economia, partindo de alguns cenários naturais e sociais, portanto, continuaremos sempre na busca e condicionamento académico para esse fim. Por outro lado, ao apontar que “a Economia é uma ciência social cuja concepção de mundo tem como objetivo supremo transformar aquele cenário decadente em um cenário de bem-estar e oportunidade para nossos semelhantes”, expressamos nosso desejo de construir uma ciência ao mesmo tempo. serviço do outro,

que sai do seu “conforto” teórico e que, apoiado em evidências empíricas, pode gerar espaços de diálogo e aproximação com o “mundo real”. Lembremos que por trás de cada número ou gráfico de nossas estatísticas existem e existirão pessoas que precisam da ciência e da tecnologia para melhorar sua qualidade de vida, e a ciência econômica não deve ficar alheia a esse compromisso.

REFERÊNCIAS

Almana, VG (2010). A concepção do mundo como um problema de sentido Azar, caráter e destino. Logos: *Anales des Seminario de Metafísica*, 43, 233.

Freeman, RD (1969). Adam Smith, Educação e Laissez-Faire. *História da Economia Política 1*, Primavera, 173-186.

García, MJ, & González, JLN (1997). *Ejercicios de micro-economía* (Vol. 4). Universidade Almeria.

Marshall, A. (1890). “Algunos aspectos da competência”. Discurso do presidente da Seção F - Ciencias Económicas y Estadística - da Asociación Británica, na Reunião Sixtiet, celebrada em Leeds, em setembro de 1890. *Revista da Royal Statistical Society*, 53 (4), 612-643.

Moinho, JS (2017). 1844. Nas cartas anteriores de John Stuart Mill 1812-1848 (pp. 620-654). *Universidade da Imprensa de Toronto*.

Pigou, AC (1920). El Informe de la Comisión Real sobre el Impuesto sobre la Renta Británico. *The Quarterly Journal of Economics*, 34 (4), 607-625.

Ricardo, D. (1819). *Sobre Principios de Economia Política e Tributação*. Edição de 1951, Universidade de Cambridge Imprensa, Cambridge.

Robbins, L. (1932). *A naturalidade e o significado da ciência econômica. La filosofía de la economía: una antología*, 1, 73-99.

Robbins, L. (2007). *Um ensaio sobre a naturalidade e o significado da ciência econômica*. Instituto Ludwig von Mises.

Samuelson, PA, & Nordhaus, WD (1996). *Makro ekonomi*. Jakarta: Erlangga.

Sênior, N. (1852). *Político Economia*. Edição de 1938: Allen & Unwin, Londres.

Sidgwick, H. (1883). Uma crítica à filosofia crítica. *Mind*, 8 (31), 313-337.

Simiand, F. (2003). Método histórico e ciência social. Empíria. *Revista de Metodologia de Ciências Sociais*, 6, 163-202.

Smith, A. (1776). *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Edição de 1976, Campbell, RH e Skinner, Clarendon Press, Oxford.

Wicksteed, PH (1910). *O senso comum da economia política, incluindo um estudo da base humana do direito econômico*. Macmillan and Company, limitada.

CAPÍTULO 12

CONTROLOGIA: DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DO CORPO E DA MENTE

Data de submissão: 15/06/2022

Data de aceite: 06/07/2022

Thaís Medeiros da Costa Dias

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Studio Equilibrium Petrópolis
Natal - RN
<http://lattes.cnpq.br/6329607969555233>

Fabiana Vieira de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Studio Equilibrium Petrópolis
Natal - RN

RESUMO: O equilíbrio entre corpo e mente confere ao ser humano sua superioridade em relação ao selvagem ou ao reino animal. Essa harmonização consciente envolvendo corpo e espírito, pensamento, linguagem e ação caracterizam, no ser humano, o processo consciente a que damos o nome de educação, permitindo-lhe alcançar o objetivo maior do ser humano: saúde e felicidade. Corpo e mente precisam ser coordenados para atingir o máximo resultado com gasto mínimo de energia física e mental. Antes de obter qualquer benefício resultante dos exercícios físicos, a pessoa necessita aprender a respirar corretamente. Os exercícios de respiração correta juntamente com o controle mental

garantem melhores resultados não apenas na convivência com o outro, mas, particularmente, nos padrões máximos de saúde. Joseph Pilates pregou e estudou por longo tempo os benefícios de um equilíbrio perfeito entre corpo e mente; combinou sua abordagem analítica da mecânica do corpo, da postura e da respiração e, assim, surgiu a nova ciência da Contrologia.

PALAVRAS-CHAVE: Equilíbrio corpo e mente. Contrologia. Pilates.

CONTROLOGY: HARMONIOUS
DEVELOPMENT OF BODY AND MIND

ABSTRACT: The balance between body and mind gives the human being his superiority over the wild or the animal kingdom. This conscious harmonization involving body and spirit, thought, language and action characterize, in human beings, the conscious process that we call education, allowing them to achieve the greatest goal of human beings: health and happiness. Body and mind need to be coordinated to achieve maximum outcomes with minimum expenditure of physical and mental energy. Before getting any benefit resulting from physical exercises, a person needs to learn to breathe properly. Correct breathing exercises along with mind control ensure better results not only in coexistence with the other, but particularly in maximum health standards. Joseph Pilates preached and studied for a long time the benefits of a perfect

balance between body and mind; combined his analytical approach to the mechanics of the body, posture, and breathing, and thus emerged the new science of Contrology.

KEYWORDS: Body and mind balance. Contrology. Pilates.

Na sociedade contemporânea, a busca por resultados e por ascensão tem atuado como vilã para a saúde do “homem moderno”.

“Homens de negócios ficaram tão preocupados em acumular fortunas que acabaram não dedicando tempo suficiente para cuidar de sua saúde. Tardiamente perceberam que essa conquista dos bens materiais sem reflexão e sem cuidado sacrificou a joia que não tem preço: a felicidade mental “coroadada” com a saúde normal” (Pilates, 2011, p. 35).

O equilíbrio entre corpo e mente confere ao ser humano sua superioridade em relação ao reino animal. A harmonização consciente de corpo e espírito, pensamento, linguagem e ação caracterizam, no ser humano, o processo que damos o nome de educação, e culmina no alcance de dois grandes objetivos: saúde e felicidade.

Foi acreditando nesta harmonização, que Joseph Pilates e a Contrologia surgiram no cenário da saúde. Inspirado pelos antigos gregos, que entenderam que, quanto mais próximo o corpo do estado de perfeição física, mais perto a mente estaria da perfeição mental (Pilates, 2011), Joseph uniu sua abordagem analítica da mecânica corporal (anatomia, fisiologia e cinesiologia), da postura e da respiração correta, e passou a pregar como sendo a chave para uma vida saudável e feliz.

Baseando-se em princípios da cultura oriental e da cultura ocidental, a Contrologia do método Pilates configura-se pela tentativa do controle, o mais consciente possível, dos músculos envolvidos nos movimentos, e é fundamentada em seis princípios: concentração, controle, precisão, centramento (ou centralização, centro de força e, ainda, “Powerhouse”), respiração e fluidez (Pires e Sá, 2005):

- 1) Concentração: a atenção está voltada para cada movimento do corpo, visando aumento da propriocepção e aprendizagem motora;
- 2) Controle: a mente deve comandar completamente os movimentos;
- 3) Precisão: anda em conjunto com o controle. Deve-se evitar qualquer tipo de compensação durante a ação muscular;
- 4) Centralização: o movimento perfeito requer interação e controle do tronco em conjunto com os movimentos dinâmicos das extremidades. Assim, a ativação muscular parte de “dentro para fora”;
- 5) Respiração: todos os exercícios são sincronizados com a respiração, mantendo a circulação do sangue bem oxigenada;

- 6) Fluidez: os movimentos devem acontecer da forma mais fluida e harmônica possível, evitando-se padrões mecanizados (Juliano e Bernardes, 2014).

Com isso, Pilates desenvolveu exercícios físicos cuja característica principal é o trabalho resistido e o alongamento dinâmico, realizados em conjunto com a respiração, que visam o reforço dos músculos localizados no centro do corpo ou “Powerhouse”, sendo estes os abdominais, paravertebrais, glúteos e músculos do assoalho pélvico (Rodrigues, Cader, Torres, oliveira e Dantas, 2010).

A mecanização das atividades, visando aumento da produtividade, faz com que os movimentos se tornem automatizados e repetitivos. No que diz respeito à área educacional não é diferente: professores estão submetidos a um sistema organizacional que os expõem a más posturas, ao uso demasiado do computador, ao uso excessivo da voz e a problemas circulatórios, respiratórios, entre outros, segundo as referências de Tamez e Pérez (2009), Cornejo (2009), Chong e Chan (2010) e Servilha e Arbach (2011).

O resultado disso se estende à saúde física, mas também à saúde mental do trabalhador. No que diz respeito à saúde física, destacam-se as dores musculoesqueléticas, que são as causas mais frequentes de afastamento de atividades laborais e diárias. Segundo Mango *et al.* (2012), as Lesões por Esforços Repetitivos e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT) representam um dos grupos de doenças ocupacionais mais polêmicos no Brasil e em outros países. De acordo com dados do estudo de Ribeiro, Araújo, Carvalho, Porto e Reis (2014), 212 professores de uma cidade do interior do Estado de São Paulo apresentaram uma prevalência de 90,4% de queixa de sintomas osteomusculares em alguma região do corpo. Em relação à saúde mental, a síndrome de Burnout, que é um tipo de estresse ocupacional, destaca-se como exemplo de desequilíbrio psíquico –

“professores têm sido alvos de diversas investigações relacionadas à Síndrome de Burnout, pois no exercício profissional da atividade docente encontram-se presentes diversos estressores psicossociais, alguns relacionados à natureza de suas funções, outros relacionados ao contexto institucional e social onde estas são exercidas” (Carlotto, 2002).

Dentro desta problemática, o método Pilates e a Contrologia, por meio da consciência corporal, da concentração, da respiração, da fluidez e precisão de movimentos, evidenciam o bom condicionamento físico, encarado como a manutenção de um corpo desenvolvido uniformemente com uma mente sadia, como quesito fundamental para a felicidade. Dentre os benefícios compreendidos pelo método Pilates, Rodrigues *et al.* (2010), citam a melhora da força, flexibilidade, postura e de habilidades motoras. Além disso, Marés, Oliveira, Piazza, Preis e Bertassoni Neto (2012) ressaltam que a prática do

Pilates pode subsidiar uma proposta significativa para a reeducação postural dos seus alunos/praticantes, e, acima de tudo, contribuir para uma melhor qualidade de vida.

Resumidamente, este trabalho ratifica os benefícios gerados pelo Pilates para o “homem moderno” dentro do contexto em que o mesmo está inserido. Sob a ótica educacional especificamente, o método Pilates se apresenta como uma ferramenta para promoção do bem-estar em e pela educação, uma vez que se aplica como instrumento direto para ganho de saúde por parte de educadores e, ao mesmo tempo, implica num processo educacional e até de reeducação corporal, no qual o corpo e a mente precisam ser coordenados para atingir o máximo resultado com gasto mínimo de energia mental e física.

REFERÊNCIAS

- Carlotto, M. S. (2002). **A Síndrome de Burnout e o trabalho docente**. *Psicol. Estudo. Maringa*, 7(1).
- Chong, E. Y., & Chan, A. H. (2010). **Subjective health complaints of teachers from primary and secondary schools in Hong Kong**. *International journal of occupational safety and ergonomics*, 16(1), 23-39.
- Cornejo Chávez, R. (2009). **Condiciones de trabajo y bienestar/malestar docente en profesores de enseñanza media de Santiago de Chile**. *Educación & Sociedad*, 30(107), 409-426.
- Juliano, R. A., & Bernardes, R. (2014). **A Teoria do Método Pilates: Da História à Biomecânica** (1ª Ed.). Porto Alegre: Ideograf LTDA.
- Mango, M. S. M., Carilho, M. K., Drabovski, B., Jouscoski, E., Garcia, M. C., & Gomes, A. R. S. (2012). **Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR)**. *Fisioterapia em movimento*, 25(4), 785-794.
- Marés, G., Oliveira, K. B. D., Piazza, M. C., Preis, C., & Bertassoni Neto, L. (2012). **A importância da estabilização central no método Pilates: uma revisão sistemática**. *Fisioterapia em movimento*, 25(2), 445-451.
- Pilates, J. (2011). **A Obra Completa de Joseph Pilates: Sua Saúde e Retorno a Vida Através da Contrologia**. Phorte Editora LTDA.
- Pires, D. C., & Sá, C. K. C. (2005). **Pilates: notas sobre aspectos históricos, princípios, técnicas e aplicações**. *Revista Digital*, 10(91), 67-78.
- Ribeiro, I. D. Q. B., Araújo, T. M. D., Carvalho, F. M., Porto, L. A., & Reis, E. J. F. B. D. (2014). **Fatores ocupacionais associados à dor musculoesquelética em professores**. *Revista baiana de saúde pública*, 35(1), 42.
- Rodrigues, B. G. D. S., Cader, S. A., Torres, N. V. O. B., Oliveira, E. M. D., & Dantas, E. H. M. (2010). **Autonomia funcional de idosas praticantes de Pilates**. *Fisioterapia e Pesquisa*, 17(4), 300-305.
- Servilha, E. A., & Arbach, M. D. P. (2011). **Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do trabalho**. *Distúrbios da Comunicação*, 23(2).
- Tamez González, S., & Pérez Domínguez, J. F. (2009). **El trabajador universitario: entre el malestar y la lucha**. *Educación & Sociedad*, 30(107), 373-387.

CAPÍTULO 13

O ESPETÁCULO DO CORPO DA MULHER NEGRA E AS MARCAS HISTÓRICAS DA HIPERSEXUALIZAÇÃO E DA OBJETIFICAÇÃO: UM OLHAR PARA O CASO DE SARA BAARTMAN (XIX) E PARA O CASO DA CANTORA DE *FUNK* BRASILEIRA, JOJO MARONTTINI (XXI)

Data de submissão: 12/07/2022

Data de aceite: 29/07/2022

Dayse Alfaia

Doutoranda em Ciências da Comunicação
(*Media* e Sociedade no Contexto dos
Países de Língua Portuguesa)¹

Universidade Autónoma de Lisboa - UAL

Mestre em Ciências da Linguagem pela

FSCH - Universidade Nova de Lisboa

Licenciada em Letras Português pela

Universidade Estadual de Montes Claros

UNIMONTES - Brasil

RESUMO: Este trabalho configurado, no âmbito de uma análise qualitativa com um método bibliográfico e exploratório, perpassa algumas reflexões/discussões sobre o corpo de duas mulheres negras², com o objetivo de repensar os marcadores históricos escravagistas da feminilidade negra. A abordagem consiste em discussões sobre o colonialismo (Césaire, 1978; Fanon, 2017), em virtude da exploração do corpo da mulher negra (hooks, 2018, 2019; Fanon, 2018; Kilomba, 2019; Adichie, 2015), que, invariavelmente, inspira alguns mitos por força de estudos que trouxeram evidências de

¹ Docente: Profª Doutora Maria do Carmo Piçarra. Disciplina: Representações Sociais no Contexto Colonial e Neocolonial (RSCCNC)

² As comparações e considerações expressas neste trabalho são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es) e foram frutos de um cuidadoso rigor de pesquisa acadêmica.

racismo científico. Para este efeito, trouxemos para análise excertos de uma música da cantora de *funk* brasileira, Jojo Marottinni, cuja construção discursiva é “revestida de ideologia” (Orlandi, 2009; Djik, 2012) e ajuda-nos a compreender os estereótipos de hipersexualização e objetificação para o corpo da mulher negra, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo da mulher negra. Colonialismo. Hipersexualização e objetificação.

THE SPECTACLE OF THE BLACK WOMAN'S BODY AND THE HISTORICAL MARKS OF HYPERSEXUALIZATION AND OBJECTIFICATION: A LOOK AT THE CASE OF SARA BAARTMAN (XIX) AND THE CASE OF BRAZILIAN *FUNK* SINGER, JOJO MARONTTINI (XXI)

ABSTRACT: This work configured, within the scope of a qualitative analysis with a bibliographic and exploratory method, permeates some reflections/discussions about the body of two black women, with the objective of rethinking the slave historical markers of black femininity. The approach consists of discussions about colonialism (Césaire, 1978; Fanon, 2017), due to the exploitation of the black woman's body (hooks, 2018, 2019; Fanon, 2018; Kilomba, 2019; Adichie, 2015), which invariably, inspires some myths by virtue of studies that brought evidence of scientific racism. For this purpose,

we brought for analysis excerpts from a Brazilian funk singer, Jojo Marottinni, whose discursive construction is “coated with ideology” (Orlandi, 2009; Djik, 2012) and helps us understand the stereotypes of hypersexualization and objectification for the black woman’s body.

KEYWORDS: Black woman’s body. Colonialism. Hypersexualization and objectification.

1 INTRODUÇÃO

É preciso dar corpo à história e dar uma história ao corpo (...)

Le Goff (2006)

Para além de uma definição revestida de arcaboiço biológico, o corpo é uma estrutura ontológica composta por valores históricos e socialmente constituídos. Sendo assim, para este ensaio, importa entendermos a dinâmica e a forma como o corpo da mulher negra serviu de espetáculo e exploração, no domínio de um projeto colonialista e também científico da supremacia branca. No âmbito das relações de poder, emergiram paradigmas sociais, que culminaram em importantes marcadores históricos: hipersexualização e objetificação do corpo da mulher negra, quer para colmatar os tabus e opressões da pessoa branca assente numa legítima construção “como «civilizado» e «digno», quer para designar as/os «outras/os» raciais «descivilizadas/os» (Kilomba, 2019).

Em virtude de uma recensão crítica sobre um capítulo da obra *Olhares negros: raça e representação*³ emergiu a ideia de abordarmos discussões sobre a mulher negra e corpo (hooks, 2018, 2019; Fanon, 2018; Kilomba, 2019; Adichie, 2015) e sobre a forma como essas duas categorias estão, inextricavelmente, ligadas e pautadas em antigos interesses econômicos e políticos. Poderíamos designá-los como um modelo soberano de poder, por sua vez, regulado “por um mecanismo dissimulado de atração e repulsão sexual pelo outro” (Young, 2005). Evocam-se, assim, questões sobre o colonialismo (Césaire, 1978; Fanon, 2017) sobre o qual, neste estudo, dar-se-á enfoque à colonizada, a outra – “inferior” – cujo corpo traz marcas históricas de opressão como “alvo do desejo colonial” (Young, (2005).

Portanto, nessa perspectiva de análise tentar-se-á trazer algumas discussões sobre o corpo de duas mulheres negras de épocas distas, mas que, de certa forma, coexistem, historicamente. Num primeiro momento, o objetivo é aferir de forma realista, as duras condições da jovem sul-africana, Sara Baartman (XIX), cognominada de Vênus Hotentote, por sua vez, levada para a Europa como espetáculo circense, de modo que o seu corpo era explorado como atração exótica e para estudos que trouxeram evidências

³ A obra em questão é de autoria da escritora norte-americana, bell hooks, cuja tradução foi realizada pela investigadora da USP, Rosane Borges e publicado pela Editora Elefante, no Brasil, em 2019;

de racismo científico (Chase-Riboud, 2005), através de abordagens teóricas do médico Georges Cuvier. Assim emergiu a noção de “raça” (Schwarcz, 2005), traçando alguns mitos e estereótipos para mulheres negras, por sua vez, subjugadas pela hipersexualização e inferiorização. Dito isso, será relevante refletirmos “como discursos sobre sexualidade que classificaram os sujeitos coloniais” traçaram um domínio “tanto de corpos como de mentes” (Stoler, no prelo) e, assim será apresentada uma breve referência sobre a *História da sexualidade - I* em Foucault (1994), de modo a compreendermos discursos sobre o corpo.

Tendo em vista todas essas discussões conceptuais supramencionadas, perscrutar-se-á, num segundo momento, o caso de uma cantora de *funk* brasileira, a Jojo Maronttinni, reconhecida na mídia por sua grande autoestima, e importa para este ensaio uma análise descritiva de excertos da letra de uma de suas músicas⁴, apresentada em *videoclip*, no canal *Funk Hits* da plataforma do *YouTube*, por sua vez carregada de mensagens para a autoaceitação do corpo feminino. O objetivo é medir a construção de um discurso “revestido de ideologia” (Orlandi, 2009; Dijk, 2012) e entendermos como uma dada representação sexualizada da artista pode traduzir míticas interpretações sobre as “imagens da sexualidade da mulher negra que eram parte do aparato cultural racista do séc. XIX e que ainda moldam as percepções hoje” (hooks, 2019). Trazer, portanto, o caso da jovem Jojo Maronttinni como pessoa pública e influenciadora de massa, ajuda-nos a compreender alguns estereótipos de hipersexualização e objetificação da mulher negra, direcionando-nos a um discurso machista e de desvalorização, no viés da representação cultural, tendo em vista a condição de outras mulheres negras.

No âmbito de uma análise qualitativa com um método bibliográfico e exploratório, abordar-se-ão, portanto, algumas discussões/reflexões sobre a história de duas mulheres negras, dando enfoque ao caso da cantora de *funk* brasileira, um fenômeno de representação cultural do séc. XXI. O objetivo é repensar os marcadores esclavagistas da feminilidade negra, em virtude de alguns mitos de inferiorização, numa análise discursiva de uma música da cantora, e face ao exposto, pergunta-se: o discurso de hipersexualização da influenciadora de massa e cantora de *funk*, Jojo Maronttinni, acresce um importante poder de autoaceitação ou reforça ainda mais a marca de objetificação no corpo de outras mulheres negras, no Brasil?

⁴ A escolha de uma música partiu da ideia de que a linguagem é um instrumento por meio do qual o homem modela “sentimentos (...) atos”, bem como pode influenciar e ser influenciado” (Hjemslev, 1975). Importa entendermos que todas as músicas da cantora, no canal *Funk Hits*, já escrutinadas, trazem sempre o mesmo discurso de cunho sexual, pela representação do seu corpo, e por este motivo, entendemos que analisar um só *corpus* traduz a mesma concepção discursiva para o que pretendemos mostrar neste estudo.

2 O ESPETÁCULO DO CORPO DE SARA BAARTMAN E SUA HISTÓRIA

A palavra espetáculo tem origem no latim *spectaculum, i* (*vista, aspecto, chamar a atenção pública, jogos públicos, espetáculo*), der. de *spectare* (*olhar, observar atentamente, contemplar*)⁵ e sob esta perspectiva de análise etimológica, entendemos ser uma espécie de pano de fundo no qual iremos⁶ nos debruçar à história servil e desumana como o corpo da jovem Sara Baartman, alcunhada de Vênus Hotentote⁷, foi explorado em espaço público, durante cinco anos, na Europa com seu aspecto “exótico”. Importa saber, desde já, que “ser visto é captar-se como objeto desconhecido de apreensão incognoscível, uma apreciação de valor, um ser sem defesa para uma liberdade” e não há tempo definido para autenticarmos que essa premissa nos atribui, em quaisquer épocas, a condição de «escravos» (Sartre, 2021, p. 346), com origem no colonialismo, no imperialismo europeu e nas condições escravocratas com importantes consequências para o nosso século.

Portanto, vale considerar que através de sua história, trazida pelo viés da memória, configuram-se as relações de poder que, de outro modo, serão reavivadas no caso Jojo Maronttinni, no segundo momento do trabalho, pois “a memória é social”, ela “não é apenas a lembrança objetiva de acontecimentos”, constitui, sim, “uma âncora vital para os processos identitários” pelas “marcas nos corpos” (...) nos livros de história, nos museus, nos filmes, e noutros conteúdos mediáticos (...) nas redes sociais, nas fotografias, etc. (Cabecinhas, 2018; Vicente, 2014; Piçarra, 2015). Dito isto, veremos a seguir os aspectos que permeiam a trajetória de vida de Sara Baartman.

Saartjie, como era também chamada, nasceu em 1789 na atual província sul-africana de Cabo Oriental, na qual era nativa e criadora de gado, na tribo *khoikhoi*, conhecida por “Povo dos Povos”⁸ e, não obstante o seu nome de batismo é desconhecido, de maneira que esse lhe foi dado por seus patrões. Em 1810, aos 21 anos, foi vendida pelo seu dono holandês a um cirurgião inglês chamado Dunlop, que a levou para Londres com a falsa promessa de ganhar dinheiro para obter sua alforria. Na realidade, foi a jovem levada, a fim de ser exibida como atração exótica no *Picadilly Street*, espaço

⁵ (Cf. Houaiss, 2011, p. 1010);

⁶ Opto por usar a primeira pessoa do plural “nós” com o escopo de trazer, consideravelmente, para essas discussões outros trabalhos que foram ou vem sendo elaborados por investigadores de distintas disciplinas, mas tentarei encaixar-me nesse bojo investigativo, na tentativa de um contributo académico;

⁷ O termo Vênus Hotentote surgiu como uma alcunha de atribuição irônica para Sara Baartman criando um estereótipo. Por um lado, o léxico “Vênus” está relacionado à beleza, a deusa do amor, numa referência a *Afrodite Kallipygos* ou *Vênus Calipígia*, a das belas nádegas, por outro lado, faz menção às características comuns da tribo *Khoikhoi* cuja estatura é baixa, 1, 37m, e apresenta nádegas protuberantes (sobretudo as mulheres). O termo “Hotentote”, utilizado pelos colonizadores holandeses da África do Sul, significa “gago” fazendo menção aos sons onomatopéicos emitidos pela fala (cf. Chase-Riboud, 2005);

⁸ Em 1619 foram descobertos pelos portugueses que, para além da civilização levaram-lhes a sífilis, a varíola e a escravatura (cf. Chase-Riboud, 2005, p. 9);

no qual seus shows atraíam um significativo número de pessoas, sobretudo homens que lucravam com as formas físicas exorbitantes da jovem, nomeadamente nádegas protuberantes (esteatopigia), coxas grandes, características monofiléticas de mulheres da tribo *Khoikhoi*. Ao fim do evento as pessoas poderiam apalpar suas nádegas que, eventualmente, eram submetidas a toques com alfinetes ou agulhas⁹, uma espécie de objeto grotesco, animalesco, traduzindo a violência contra a integridade da pessoa, em virtude da pretensa raça superior – a branca.

Sobre o espetáculo do corpo da jovem Sartjie, “não era para olharem para ela como um ser humano completo”, mas sim “para repararem apenas em determinadas partes”, de maneira que o seu corpo era um instrumento objetificado de modo “similiar às escravas que ficavam de pé nos tablados de leilão” a fim de que “donos e participantes” descrevessem “suas partes importantes” aquelas que poderiam ser “vendáveis” (hooks, 2019, p. 131). A jovem sul-africana foi construindo sua identidade em torno de um modelo patriarcal, um “modelo soberano de poder, pautado por um mecanismo dissimulado de atração e repulsão sexual pelo outro” (Young, 2005), numa espécie de paradoxo de sentimentos pelo corpo da outra/o.

Na perspectiva de análise psicanalítica de Frantz Fanon “o branco obedece a um complexo de autoridade, a um complexo de chefe”, o que poderemos designar um poder, enquanto o outro/a outra “obedece um complexo de dependência” (2017, p. 94). Se pensarmos no poder como uma relação entre os indivíduos e as instituições como descortinou, teoricamente, Michel Foucault, então ratificamos que o poder patriarcal e capitalista da época designou um discurso sociopolítico, através da análise do corpo feminino negro, o corpo espécie (Foucault, 1994, p. 141), pois de certa forma, “o corpo humano entra num maquinismo de poder que o explora” e nasce, portanto, uma mecânica de poder – o biopoder – “que define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros”, não simplesmente para que façam o que se deseja, mas para que funcione como se quer” (Foucault, 1987, p. 160). Diante disso, far-se-á uma breve abordagem como surgiu a noção de raça, pelo viés maniqueísta de uma pseudociência, inaugurada a partir dos estudos racistas do cientista Georges Cuvier sobre a jovem sul-africana Sartjie Baartman, permeando “as diferenças físicas com pareceres culturais sobre a superioridade da raça branca” (Young, 2005, p. 149).

Tentaremos entender mais essa questão ainda a seguir, quando descrevermos o desfecho do “espetáculo do corpo” da jovem Sartjie, quando passou a ser exibida em Paris e, então, compreender-se-á como a teoria científica de raça foi construída a partir de seu corpo negro, “aquilo que em princípio não deve circular, mas também aquilo que não

⁹ Cf. em anexo uma caricatura do artista William Heath de 1810;

pode deixar de circular, sob pena de privar o discurso civilizador da oposição que o funda: em sua feiura, desproporção, desordem” (Ferreira & Hamlin, 2010, p. 815). Na verdade, esse discurso perpetuou, de diferentes formas, em diferentes épocas como discurso dissimulado “presente ainda hoje no gesto e voz dos grandes conglomerados económicos e políticos” (Young, 2005) o que define uma unificação ideológica – homogeneizante – num processo que culmina para a globalização, mas que traduz as diferenças culturais e de raça¹⁰.

Quatro anos depois de ter sido levada da África do Sul para a Europa, Baartman, em 1814, foi comprada por um treinador de macacos e de ursos e enviada de Londres para Paris, e num contexto marcado como centro da modernidade e dos estudos científicos, foi vendida ao naturalista e zoologista, Georges Cuvier, que usava o método da anatomia comparada para estabelecer relações entre fósseis e animais vivos. Juntamente com outros cientistas, despertaram-se curiosidades para um escrutínio de análise científica sobre o corpo de Baartman, e conforme sublinha a investigadora da UNICAMP, no Brasil, Janaina Damasceno (2008), a Vênus Hotentote foi um marco para as teorias racistas ou racismo científico. Após ser examinada durante alguns dias, foi obrigada a se prostituir, pelo que “sucumbiu de pleurisia agravada pelo álcool e pela tuberculose, vindo a falecer aos vinte e sete anos de idade, em 1816 (Chase-Riboud, 2005, p. 405).

Destarte, a identidade de Sara Baartman fora constituída a partir do olhar do outro e, “privada de sua própria voz e da perspectiva cultural do seu povo (...) fazendo dela uma espécie de signifiante vazio” (Ferreira & Hamlin, 2010, p. 813), garantindo a construção civilizatória do homem branco. Mas por que razão o corpo de Baartman, na Europa, trazia especial e particular interesses para um escrutínio de análise científica?

Um dia após sua morte, um cientista chamado Saint-Hilaire escreve ao prefeito de Paris, a fim de conseguir autorização, junto com outros investigadores, para dissecar seu corpo em laboratório, sendo que algumas partes foram conservadas para exposição no Museu de História Natural de Paris até a década de 1980. A Vênus Hotentote tornou-se símbolo icónico na luta pelos direitos humanos e num pedido de repatriação dos seus restos mortais pelo ativista político sul-africano, Nelson Mandela, somente em 2002 foram levados para sua terra de origem e ali sepultados, na “cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra (...) habitado por homens de má fama” (Fanon, 2015, p. 43). Num escopo de reflexão, entendamos que o seu corpo retorna à sua terra natal cujo projeto de civilização, conforme afirma Aimé Césaire, não resultou em “um só

¹⁰ Neste estudo, determinou-se a importância, apenas de se referenciar sobre “a construção cultural da raça”, não obstante não serão trazidas as teorias que abarcam “raça e cultura”, com abordagens sobre hibridismo, civilização, etc., que, embora muito importantes, poderão ser trazidos para discussão em outro trabalho que, em outro momento, possamos desenvolver.

valor humano”, de modo que da colonização à civilização define-se uma enorme distância, ainda diz o autor (1978: 15-16).

Através dos estudos científicos sobre a jovem Sartjie, constroem-se diferentes estereótipos e imagens do “outro”, sobretudo aqueles relativos às pessoas negras e, no que diz respeito ao corpo da mulher negra, interessa-nos refletir, para este estudo, sobre a questão da hipersexualidade, o que a classifica com “apetite sexual violento”, incivilizado” (Kilomba, 2019, p. 81). O conhecimento científico tornou-se, conseqüentemente, a razão da modernidade, de maneira que até o início do séc. XIX “falavam-se de povos e nações” e a partir daí é introduzida a noção de “raça” pelo médico cientista Georges Cuvier com o caso da Vênus Hotentote (Schwarcz, 2005), como já referido por outra autora.

Deste modo, as virtudes, as performances ou a maneira de ser da mulher negra foram percebidas, num viés de racismo e sexismo, no seio do imperialismo europeu, e “ganharam o estatuto de verdade e servem de base, por exemplo, para que mulheres negras sejam vistas como exóticas (...) reduzidas a um objeto ou a um utensílio” (Damasceno, 2008, p. 5). Dito isto, a seguir serão abordadas algumas questões que envolvem, atualmente, a cantora de *funk* brasileira, Jojo Maronttinni, e que vem inspirando muitas polémicas em torno da exposição do corpo tão «diferente» dos padrões – um corpo “exótico”. Nesse arcaboço das diferenças: entre ser branca/o ou ser negra/o, pergunta-se: “quem é diferente de quem?”, porque, afinal, a pessoa branca passa a ser o paradigma de referência “em relação ao qual todos os «Outros» raciais se diferem” (Kilomba, 2019, p. 77). Ou ainda faz-nos refletir, tal como será visto a seguir, sobre a forma como a pretensa raça superior tem reavivado um discurso que carrega marcas históricas importantes, na vida da mulher negra que, amiúde, permanece sozinha em suas dores atreladas a diferentes preconceitos.

3 O ESPETÁCULO DO CORPO DA CANTORA DE *FUNK* JOJO MARONTTINNI (XXI)

A ideia da escolha desse *corpus* analítico, a fim de ser comparado ao caso Sara Baartman, surgiu de uma recensão crítica apresentada a uma disciplina¹¹ académica e que em virtude de pertinentes discussões sobre a representação do corpo de diferentes mulheres negras do universo cultural, também de países lusófonos, chamou-nos a atenção o caso da cantora de *funk* brasileira que, curiosamente, apresenta algumas características similares as da jovem sul-africana, a Vênus Hotentote: ambas têm o corpo com aspectos físicos similares, são de origem humilde e, para além disso, carregam

¹¹ O trabalho foi apresentado à Unidade Curricular, Representações Sociais no Contexto Colonial e Neocolonial, ministrada pela docente e investigadora Maria do Carmo Piçarra, num doutoramento em Media e Sociedade no Contexto dos países de Língua Portuguesa, na Universidade Autónoma de Lisboa;

o “estigma” de serem mulheres e negras. Paradoxalmente, enquanto Sara Baartman era obrigada a expor seu corpo nu ou seminua, Jojo Maronttinni, de forma espontânea, autêntica e livre, subverte os paradigmas de beleza do corpo e da raça, e de modo insurgente, apresenta-se seminua com um especial enfoque à zona glútea e às mamas, quer em redes sociais, quer em canais televisivos e, por esta razão, tem sido alvo de preconceito, mas também de aprovação, embora, de certa maneira, sirva de “espetáculo” para a audiência no espaço midiático.

Nosso objetivo, no âmbito do método bibliográfico, é, também, de certa maneira, entendermos essa ambivalência sobre o fenômeno Jojo Maronttinni que por um lado, revoluciona alguns padrões inerentes ao corpo feminino, negro e “exótico” e, por outro traduz, através de sua música, com a exibição do seu corpo seminua, uma consonância a relevantes marcas históricas escravagistas que, conforme afirma a investigadora portuguesa, Filipa Vicente, em seus trabalhos sobre fotografias, “os corpos das mulheres negras, seminuas ou nuas”, que povoavam a visualidade colonial é resultado do domínio patriarcal (2014, p. 22), e, de certa maneira, a forma como a mulher negra é, atualmente, representada no âmbito visual, poderá reiterar semelhantes inferências do passado.

Ainda que essas duas mulheres apresentadas neste trabalho estejam situadas em épocas tão distas e em circunstâncias substancialmente distintas, ambas trazem convergências conceituais precisamente relevantes para reavivarmos o senso de consciencialização coletiva sobre a representação da mulher negra no contexto social. Vale, aqui, evidenciarmos, à luz dos estudos sobre a *História da Sexualidade* de Michel Foucault, como as relações de poder do séc. XIX poderiam trazer problemas refletidos para o séc. XX e acresçamos, também, para o séc. XXI. Se retomarmos o caso Baartman, do início do séc. XIX, “o sexo assumiu uma interface discursiva, filiando a vida do indivíduo à vida da espécie como todo” (Foucault, 1994 *cit in* Stoler, no prelo) e importa saber que as relações de poder entre colonizador e colonizado “implicou a colonização tanto de corpos como de mente” (Stoler, no prelo), onde à mulher negra cabe-lhe o estatuto de inferior ou de representação mental do que o sujeito branco não quer ser” (Kilomba, 2019, p. 36) ou, ainda, antagonicamente, do que “ele” gostaria de ter. Compete-nos, portanto, no viés dessa abordagem, compreendermos como a mulher negra está a ser representada¹², no Brasil, no séc. XXI.

Sobre o nosso modelo de representação, interessa, portanto, refletirmos como esse fenômeno tão atual e icônico poderá trazer um dado impacto, na vida de mulheres

¹² A representação da mulher negra brasileira tem sido evidenciada na literatura, nas teledramaturgias, minisséries, cinema, publicidades, na música, etc., mas para este estudo, levamos em consideração analítica o caso atual e polêmico da cantora de *funk* Jojo Maronttinni cuja justificação foi já designada;

anónimas, reiterando a depreciação da feminilidade negra. Neste estudo tentar-se-á medir a construção ideológica pelo discurso de uma de suas músicas, que, segundo evidencia a própria cantora, aborda a importância da autoaceitação do corpo. Traremos breves discussões sobre como a formação do discurso “materializado pela ideologia” (Orlandi, 2009) na música da artista, Jojo Maronttinni, poderá reafirmar ainda mais o preconceito racial e o problema da hipersexualização, temáticas que retomam as marcas de sexismo da era colonial. Porque ao que parece “o estatuto do negro é determinado por uma” lei universal, “de modo que não há nenhuma oportunidade real (...) de iniciativa (...) ou qualquer coisa melhor do que a pura escravidão” (Said, 2011, p. 175). Na verdade, a representação erotizada da mulher negra no espaço midiático é uma espécie de reconstrução histórica assente na herança cultural portuguesa, inextricavelmente, ligada à formação do povo brasileiro.

A fim de assegurar questões económicas, “emerge a atração e a obsessão do colonizador pelo outro, pela miscigenação e pelo prazer transgressor do sexo racial” (Young, 2005) e julgamos importante recordar, por exemplo, a violação da mulher negra fundamentada na objetificação que “não significava apenas «aniquilar propositadamente» a sua integridade sexual para fins económicos” mas conduzir “a uma desvalorização da feminilidade negra” que percorre a sua *psique* e modula o estatuto social de todas elas, condicionando-as a estereótipos de “sexualmente depravadas, imorais e libertinas” (hooks, 2018, p. 92), conceitos radicados no sistema escravagista.

Mas esses estereótipos cabem também às mulheres mestiças? Considerámos trazer para essa discussão o estatuto de ser preta/o ou ser parda/o, pois não tem sido muito discutido no meio académico, de modo que no país das desigualdades e formado por diferentes raças, tal como o Brasil, as relações sociais são, impreterivelmente, hierarquizadas, e outrossim há um estatuto diferenciado entre ser «preto» ou ser «pardo», porque “ser mulher mulata ou parda não é ser preta [...] o gerenciamento da graduação da cor morena – cor de jambo, morena, cabo-verde moreninha acarreta num *status* diferenciado em relação às mulheres de cor preta [...] o que se remete a traços grossos, a corpo cheio (Santos & Silva, 2013, p. 16), características peculiares do corpo de Jojo Maronttinni. Dito isso, a fim de nos debruçarmos em algumas questões sobre este fenómeno, será apresentada uma minibiografia da cantora, permeando alguns aspectos culturais e sociais para, a seguir, serem escrutinados alguns excertos da música em análise, apresentada no canal *Funk Hits* da plataforma do *Youtube*.

A cantora e, também, apresentadora brasileira, Jojo Maronttinni,¹³ nasceu em 1997, no subúrbio carioca com seu nome de batismo Jordana Gleise de Jesus Menezes.

¹³ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Jojo_Maronttinni;

Sendo oriunda de família humilde, na verdade, foi criada por sua avó paterna, Rita Maria e a dado momento, revelara em entrevistas que sua forte autoestima provém de sua criação bastante rígida, por meio da qual aprendeu a cultivar o amor próprio. Perdeu o pai, aos dez anos de idade, em um confronto civil, vítima de bala perdida e quando criança participava de coral da igreja, além de atuar em eventos de canto, também, na escola. Jordana Menezes, que também traz outro nome artístico: Jojo Todynho, começou a trabalhar, já na adolescência, para ajudar sua avó, mas aos 20 anos de idade, em 2018, ano profícuo para a cantora, ficou famosa com o *hit* “Que tiro foi esse?”. Inobstante, ganhou maior notoriedade, em 2020, quando foi vencedora de um prêmio milionário da 12ª temporada do *reality show*, *A Fazenda*, exibido na Rede Record de Televisão. Em janeiro de 2022, aos 24 anos, oficializou o casamento com o militar Lucas Souza de 21 anos e, atualmente, Jojo Maronttini, contempla mais de vinte milhões de seguidores no *Instagram*, rede social onde a cantora se apresenta com maior frequência.

Neste ensaio será importante refletirmos sobre a construção do discurso de uma música, fundamentada no gênero musical *funk*¹⁴, que em estudos acadêmicos é tratado como um movimento musical e também social, pois engloba a “música, coreografia, modo de se vestir e de se posicionar socialmente” (Amorim, 209, p. 20) e, em geral, é constituído por letra de cunho sexual. No espectro desses elementos inerentes ao gênero musical *funk*, ainda há uma variante que suscita atenção: o léxico tem origem etimológica na palavra *iu-fuki* que, na língua *quicongo*, significa odor corporal, validando, assim, outro estereótipo atribuído à raça negra – a caatinga – ou como sublinha Frantz Fanon: “o cheiro *sui generis* do preto” (2017, p. 126). A partir daí vão se construindo outros discursos que traduzem todas as estereotípias possíveis, para avigorar os conceitos de inferiorização e desumanização das pessoas negras e para o nosso caso, das mulheres negras.

Portanto, a música em análise, neste ensaio, tem como título “Acordei Gostosa” e o objetivo é buscar entender como a linguagem expressa na música, assente em “conceitos, ideias e sentimentos” (Hall, 2016, p. 18), poderá manifestar a construção da identidade de todo um grupo focal que está a sofrer influência da artista. Segundo Stuart Hall, a identidade do sujeito na pós-modernidade não é fixa, pois “assume identidades diferentes, em diferentes momentos”, de modo que os “fenômenos culturais” podem moldar o indivíduo (2014, p. 213), assim cada sujeito adapta-se a outras identidades com as quais terá maior afinidade. Logo, o ponto nevrálgico para o entendimento da música está assente numa importante reflexão sobre o discurso que permeia, ideologicamente,

¹⁴ Não é nosso objetivo perscrutar os elementos socioculturais do gênero musical em profundidade, todavia para essa compreensão, poder-se-á pesquisar uma tese de doutoramento desenvolvida por Flávia da Conceição da Rocha Siqueira cujos detalhes da citação estarão designados no espectro das Bibliografias deste ensaio;

a mensagem de Jojo Maronttinni como forte influência para outras mulheres negras, uma vez ter milhões de seguidoras em suas redes sociais¹⁵.

Entendamos, por conseguinte, alguns excertos da música em questão, com um olhar também ao videoclip¹⁶, através do qual teremos uma percepção sobre as imagens lá apresentadas em consonância à letra da música que começa assim: *E aí? Gostosa pra caralho! [...] Quando eu olho no espelho/Não existe corpo melhor do que o meu/ Ai/ Acordei gostosa, acordei gostosa/Acordei me amando, olhando no espelho/E logo percebo, eu sou poderosa [...] Tem que se amar em primeiro lugar/O look tá pronto, é só se jogar*. A princípio, a cantora apresenta um discurso estabelecido como uma espécie de ode a autoaceitação e valorização do próprio corpo “exótico”, uma contrafação ao “auto-ódio dos negros”, por força da “obsessão negra com a branquitude” (hooks, 2019, p. 48).

Antagonicamente, Jojo Maronttinni, em muitas ocasiões, na mídia, apresenta-se, por exemplo, com um cabelo não original, postiço e liso, similar ao de mulheres brancas. Percebe-se que, de certa forma, a artista, que vem sofrendo hostilidade sobre o seu corpo, tão diferente dos padrões de beleza feminina, apresenta um discurso traduzido por uma descolonização de sua mente a romper “com o tipo de pensamento supremacista” de pessoas brancas que fazem menção à inferioridade e inadequação das pessoas negras (hooks, 2019, p. 58). Todavia o discurso ideológico: *sou poderosa* com a exibição do corpo semi-nu (*o look tá pronto é só se jogar*) será a melhor forma de autoaceitação ou valorização da feminilidade negra? Justamente porque as marcas de inferiorização, mormente históricas, ainda estão presentes na vida de muitas mulheres, condicionadas por uma realidade bem diferente a da cantora Jojo Maronttinni que, atualmente, é uma empresária de sucesso, famosa e rica, protegida pelo poder capitalista.

Entendamos que as marcas supramencionadas continuam presentes «ainda nos dias de hoje, na nossa arquitetura (nos minúsculos “quartos de empregada” ou nos elevadores de serviço – na verdade para serviços), no nosso vocabulário» (Schwarcz & Starling, 2015, p. 508) e, por conseguinte, no discurso que produzimos através da cultura.

Num outro excerto da música, a cantora faz menção à figura masculina num discurso que evolui da “aceitação” de si à “recepção” do outro e, por este motivo, estará “pronta” para se entregar: *Vem contatinho*¹⁷, *que a noite promete/ Vem com a Jojo, sua*

¹⁵ Não será nosso objetivo explorar o nicho das redes sociais da artista, por uma questão de espaço, pelo que a referência tem importância para a percepção da eminente influência da artista, no espaço midiático. Em outro momento, numa pesquisa mais alargada, talvez tenhamos de o fazer;

¹⁶ Este vídeo alcançou, atualmente, mais de 50 milhões de visualizações e encontra-se disponível no canal *Funk Hits* em <https://www.youtube.com/watch?v=-WEFjwLsRWM>;

¹⁷ Contatinho significa contato em que existe interesse amoroso ou sexual. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/contatinho/>. Portanto, tornou-se uma gíria que poderá ser um/uma paquera ou um contato que inspira interesse amoroso;

*panicat*¹⁸. Ela ainda justifica essa relação de poder, num viés do domínio feminino, quando diz: *Mulher, quando tá pronta, não quer guerra com ninguém, hein? [...] / Respeita a nossa história / Mulheres levantam mulheres / Somos donas da porra toda / Bota aquele biquinho P, taca o rabetão pra cima / Acordei gostosa, acordei gostosa.*

A linguagem usada pela cantora tem como objetivo a autoaceitação do seu corpo “exótico”, e invoca todas as mulheres a também aceitarem e assumirem um “poder” perante o sexo oposto. Não obstante, refletimos sobre o fato de haver uma mensagem subliminar pela qual o discurso se centra no corpo e parece ser uma “representação” ou um “sinal deslocado de uma nostalgia de um passado racista em que os corpos das mulheres negras eram mercadorias disponíveis” vendáveis às pessoas brancas (hooks, 2019, p. 130). Quando diz: *Vem contatinho, que a noite promete*, suscita o poder para si, mas que, sobremaneira, está traçado por um discurso, que retoma o sexismo, através do qual a mulher é marcada pela objetificação. Chimamanda Adichie, na obra *Todos devemos ser feministas*, dirá que, na Nigéria, por exemplo, as mulheres usam a sexualidade como uma ação de poder para “conseguir o que quer do homem”, mas na realidade isso “não é poder”, pois a sexualidade da mulher, no âmbito dessa exposição do seu corpo, “tem apenas uma boa ferramenta para explorar o poder de outra pessoa”, diz. (2015, p. 45). Por conseguinte, não estaria a artista a validar o machismo (*donas da porra*¹⁹ *toda*), invocando o *phallus* e, assim, legitimando o consumo do seu próprio corpo? Em detrimento disso não deveria haver uma reprimenda necessária?

Como mulher negra, pública e importante influenciadora de massa, não poderia promover uma sororidade feminina, através da qual, uma voz seria erguida para erradicar o fenómeno do racismo e sexismo, na vida de muitas mulheres negras brasileiras? Na década de 1960, a escritora brasileira, Carolina Maria de Jesus, de origem da favela, trouxe à estampa o seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* que exprime, através de suas memórias de mulher negra, a importância da escrita como forma de sair da invisibilidade social. Talvez urja “a necessidade” de contarmos a nossa história (...) pela qual sejamos reconhecidas, porque “no caso das nações modernas, as comunidades não se definem” somente “para si próprias”, mas, também, “para o mundo” (Piçarra, 2015, p. 50) e, assim, introspectivamente, refletimos se a promoção intelectual da leitura ou da escrita, por exemplo, não seria um importante caminho para o reconhecimento da mulher negra brasileira, no mundo.

Diferentemente do caso da jovem sul-africana Sara Baartman, que, no séc. XIX, vivia sob o jugo do discurso colonialista, Jojo Maronttinni parece evocar um discurso

¹⁸ As *Panicats* foram as assistentes de palco de programas humorísticos e eram representadas por mulheres brancas e de corpo escultural;

¹⁹ Porra /ô/ s.f. (1209) **1 ant.** clava com ponta redonda e reforço de ferro **2** pedaço de pau; porrete, cacete **3 tab.** o pénis **4 tab. m.q.** ESPERMA; **5 infm.** Algo muito ruim; porcaria, merda (cf. Houaiss, 2011).

colonialista, por meio do qual a mulher negra era e continua a ser inferiorizada, logo, entendemos que “aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana atribuída aos que os dominam” – as pessoas brancas –, e o que poderemos estar a viver é um “colonialismo insidioso” cuja armadilha é dar impressão de um regresso, “quando o que regressa nunca deixou de estar” (Santos, 2018).

Recorrendo à questão do discurso, este é, por sua vez, atravessado por outros, revestido por uma ideologia, evidenciada pela postura do indivíduo (Orlandi, 2009) o que designa, portanto, toda uma construção ideológica da cantora representada em sua (as) música (as), permeando a sua vivência e sua condição psicossocial ou, ainda, construções subjetivas que estão imbricadas à sua memória autobiográfica (Van Dijk, 2012, p. 349). Importa, neste viés de abordagem, compreendermos que a hipersexualização, bem como a objetificação do corpo da mulher negra estão, inextricavelmente, ligados a concepções racistas e machistas e agora, ao trazer à estampa, a letra dessa música da cantora, faz-nos discutir alguns atos de violência, por meio de discursos que permeiam a sociedade brasileira, amiúde, colmatados por um jogo de poder de dominação da elite branca.

A autora Djamilia Ribeiro escreveu em 2016 um artigo, postado no *site* Carta Capital onde traz para reflexão a autoridade do homem branco em aviltar uma mulher negra. Refere-se a autora ao caso envolvendo o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que ao entregar uma casa a uma mulher negra chamada Rita, em 2015, faz piadas de cunho sexual o que a deixou bastante desconfortável. A autora descreveu em seu artigo as seguintes palavras:

“Vai trepar muito aqui nesse quartinho”. Não satisfeito, pergunta se a moça é casada e emenda: “Vai trazer muito namorado pra cá. Rita faz muito sexo aqui”. Como se a humilhação não fosse suficiente, Paes, do lado de fora, grita para os vizinhos da moça que acompanhavam a entrega. “Ela disse que vai fazer muito canguru perneta²⁰ aqui. Tá liberado, hein. A senha primeiro”. Visivelmente envergonhada, a moça se afasta e diz que vai trancar a porta de casa. (Ribeiro, 2016)

O discurso do prefeito Eduardo Paes corrobora um fenómeno quotidiano que, persistentemente, percorre a vida da mulher negra, no Brasil – o racismo –, por sua vez, atrelado ao “poder histórico, social e económico” (Kilomba, 2019, p.78).

Por conseguinte, importa para a nossa abordagem entendermos que esse discurso de cunho sexual, que permeia o sentido de sexualidade, representa “um resultado e um instrumento do desígnio do poder” tal como um “dispositivo de sexualidade a partir das técnicas de poder” (Foucault, 1994, p.152), aquele soberano ao qual lhe cabe o direito e vontade de dominar ou reprimir. Porque a busca pelos “desejos e fantasias” que eram uma

²⁰ Essa expressão é extraída da fala de um personagem humorístico representado pelo ator brasileiro Miguel Falabella do programa *Sai de Baixo*, exibido na Rede Globo de Televisão, uma vez por semana, em horário nobre;

obsessão fascinante do séc. XIX, também persiste “nos dias de hoje” (Stoler, no prelo) e assim entendemos que a abordagem com o discurso de cunho sexual do prefeito do Rio de Janeiro à mulher Rita é uma tradução de um passado que reflete no presente.

Quase no final da música, a cantora faz um apelo e convida outras mulheres a legitimarem a autoestima, ao dizer: *Respeita a nossa história /Mulheres, levantam mulheres*. Na realidade, a *história* através da qual é invocado o respeito poderá ser interpretada como a “ferida do passado” manifestada pela “ferida do presente” (Kilomba, 2019, p. 174), porque como vimos o caso da jovem Sara Baartman, do séc. XIX, sob o jugo escravocrata do seu corpo e mente, entendemos que a Jojo Maronttinni, em nosso século, é um contraponto, pelo caráter de sua autoestima e aceitação do seu corpo negro e “exótico”. Todavia, refletimos se essa forma de representação para muitas mulheres negras (muitas Ritas), no Brasil, não estará em consonância a importantes marcas de violência, invariavelmente, outorgadas por ações ou discursos que, enraizados pela “experiência social da escravidão (Schwarcz & Starling, 2015, p. 508), produzem nódoas psíquicas que parecem impossíveis de serem retiradas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito deste estudo, foram abordadas consideráveis discussões/reflexões sobre o corpo de duas mulheres negras que, embora assentes em épocas distas, convergem em semelhanças, bem como em evidências de importantes marcadores históricos socialmente constituídos. No âmbito de uma análise qualitativa com um método bibliográfico e exploratório, assumimos para este ensaio o objetivo de aferir, através do caso Sara Baartman (séc. XIX) e da cantora de *funk* brasileira, Jojo Maronttinni (séc. XXI), algumas marcas inerentes ao corpo da mulher negra, sobretudo aquelas que as definem como mercadorias para o consumo: a hipersexualização e a objetificação (hooks, 2019; Kilomba, 2019).

Verificou-se a importância de trazer o caso da Vênus Hotentote para evidenciarmos o racismo científico, no viés maniqueísta de uma pseudociência, que inaugurou “a noção de raça” (Schwarcz, 2005) trazida pelo médico Georges Cuvier e a partir desta abordagem conciliamos à teoria foucaultiana que está direcionada à mecânica de poder, através da qual o corpo é dominado, subjugado, traduzindo as relações de poder implicadas na manipulação de corpos e mentes (Stoler, no prelo). Num contraponto, analisamos o caso Jojo Maronttinni, por sua vez sujeita a um preconceito não somente pelo seu corpo «exótico», mas também porque carrega um estatuto de ser «preta» “que remete a traços grossos e a corpo cheio” (Santos & Silva, 2013), de

maneira que no Brasil há um complexo de hierarquização de raça como foi referido. Dito isto, julgou-se relevante, num viés da interpretação do discurso (Orlandi, 2009), a análise de uma música, através da qual puderam ser atestadas mensagens de apelo à autoaceitação do corpo, mas, paradoxalmente, semantizam mensagens subliminares traduzidas, por sua vez, como importantes marcadores coloniais direcionados à desvalorização do corpo da mulher negra. Outrossim, refletimos sobre a importância de a mulher negra ser reconhecida, num parâmetro intelectual, e no escopo dessa abordagem recorreremos à memória sobre uma das primeiras escritoras negras do Brasil, Carolina Maria de Jesus, que, embora semianalfabeta, pobre e “favelada”, viu na escrita uma forma de sair da invisibilidade social.

Portanto, entendemos que a música trazida para este estudo, percorre uma importante ambivalência de percepção: por um lado, temos a Jojo Maronttini revolucionária, insurgente que promove a subversão de valores hegemônicos sobre o corpo da mulher, sobretudo negra, e por outro verificamos um discurso, por meio do qual temos uma representação reiterada por uma espécie de “nostalgia de um passado racista em que os corpos das mulheres negras” (hooks, 2019) eram mercadorias prontas a serem consumidas. Deste modo, respondemos à pergunta levantada no início do trabalho com uma reflexão coletiva de consciencialização sobre uma assertiva da própria música que suscita profunda análise: *respeita a nossa história*. Sobre o corpo da mulher negra, outrora subjugado e desumanizado pelo poder escravocrata que forjava e ainda forja um não reconhecimento digno da pessoa historicamente constituída, em nosso século, parecemos viver, como reitera Boaventura de Sousa Santos, um “colonialismo insidioso”. Deste modo, reverberamos que as marcas do passado refletem as marcas do presente, não somente pelo caso da «Rita» mencionada neste trabalho, mas pelo caso de incontáveis «Ritas» que, *a posteriori*, num outro estudo, possamos trazer para o escopo de uma abordagem mais profunda cuja investigação poderá ter fundamento numa pesquisa mais alargada, a fim de nos debruçarmos nesses fenómenos quotidianos que ainda persistem na vida da mulher negra brasileira: as marcas da hipersexualização e da objetificação.

BIBLIOGRAFIA

Amorim, Marcia Fonseca de (2009). *O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise no universo sexual feminino*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269098>>.

Cabecinhas, M. R. (2018). *Memórias (des)alinhadas. Representações sociais da história e comunicação intercultural, Sumário da Lição* apresentado como requisito para Provas de Agregação no Ramo de Ciências da Comunicação, Braga.

- Carolina Maria de Jesus é referência para quem contesta o poder (2021). Disponível em <https://jornal.usp.br/cultura/carolina-maria-de-jesus-e-referencia-para-quem-contesta-o-poder/>.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*, trad. Noémia de Sousa, Lisboa: Sá da Costa.
- Chase-Riboud, Bárbara (2005). *Vênus Negra*, trad. Lídia Geer, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Chimamanda, Adichie (2015). *Todos Devemos Ser Feministas*. trad. Simão Sampaio, Lisboa: Dom Quixote.
- Colonialismo Insidioso* (2018). Disponível em <https://www.cee.fiocruz.br/?q=boaventura-ocolonialismo-e-o-seculo-xxi>.
- Damasceno, J. (2008). *O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote*. Disponível em https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/o-corpo-do-outro-construc3a7c3b5es-raciais-e-imagens-de-controle-do-corpo-feminino-negro-o-caso-da-venus-hotentote-janaina_damasceno.pdf.
- Dijk, Van (2012). *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*, trad. Rodolfo Ilari, São Paulo: Contexto, Disponível em https://dialogo.fflch.usp.br/sites/dialogo.fflch.usp.br/files/upload/paginas/DIJK%2C%20TEUN%20A.%20Van.%20DISCURSO%20E%20CONTEXTO_P.87-158%202.pdf.
- Fanon, Frantz (2015). *Os Condenados da Terra*, trad. António Massano, Lisboa: Letra Livre.
- Fanon, Frantz (2017). *Pele Negra, Máscaras Brancas*, trad. Alexandre Pomar, Lisboa: Letra Livre.
- Ferreira, J. & Hamlin, C. (2010). *Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados*, Revista Estudos Feministas. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/pNrK63zWDDbTCVtrrg5TryH/?format=pdf&lang=pt>.
- Foucault, M. (1994). *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, trad. Pedro Tamen, Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, trad. Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, Disponível em https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf.
- Hall, Stuart (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*, trad., Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro, Rio de Janeiro: Lamparina.
- Hall, Stuart (2016). *Cultura e representação*, trad. Daniel Miranda e William Oliveira, Rio de Janeiro, PUC-Rio: Apicuri.
- Hjemslev, Louis (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, trad. J. Teixeira Coelho Netto, São Paulo: Perspectiva, Disponível em <https://pt.scribd.com/document/470085661/Hjemslev-Prolegomenos-a-uma-teoria-da-linguagem-pdf>.
- hooks, bell (2018). *Não Serei Eu Mulher? As Mulheres Negras e o Feminismo*, trad. Nuno Quintas, Lisboa: Orfeu Negro.
- hooks, bell (2019). *Olhares negros: raça e representação*, trad. Rosane Borges, São Paulo: Elefante.
- Houaiss, Antônio (2011). *Dicionário do Português Atual*, Lisboa: Círculo de Leitores.

- Kilomba, Grada (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Quotidiano*, trad. Nuno Quintas, Lisboa: Orfeu Negro.
- Le Goff, J. & Troung, N. (2006) *Uma história do corpo na Idade Média*, trad. Marcos Flaminio Peres, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Orlandi, Eni Puncinelli (2009). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, Campinas: Pontes.
- Piçarra, M. C. (2015). *Azuis Ultramarinos. Propaganda Colonial e Censura no Cinema do Estado Novo*, Lisboa: Edições 70.
- Ribeiro, Djamila (2016). *Vai trepar muito no quartinho: Paes e a desumanização da mulher negra*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cvai-trepar-muito-nesse-quartinho201d-paes-e-a-desumanizacao-da-mulher-negra/>.
- Said, Edward (2011). *Cultura e Imperialismo*, trad. Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, Boaventura de Sousa (2018). *O Colonialismo Insidioso*, Jornal público Disponível em <https://www.cee.ficrus.br/?q=boaventura-o-colonialismo-eo-seculo-xxi>.
- Santos, Carla B. & Silva, Eliane Leite da (2020). *A influência do funk na formação identitária de adolescentes*. Comunicação apresentada ao VII Congresso Nacional de Educação: Maceió, Disponível em https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA8_ID5778_01092020115555.pdf.
- Sartre, J. P. (2021) *O Ser o Nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. trad. Victor Gonçalves, Lisboa: Edições 70.
- Swarcz, L. (2005) *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Swarcz, L. & Starling, H. (2015). *Brasil: uma biografia*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Siqueira, Flávia Conceição da Rocha (2015). *A Representação Social de uma Cultura Funk e das Favelas*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo.
- Stoler, Ann Laura (no prelo). *Estudos Coloniais e a História da Sexualidade*. In *Cadernos de Gêneros e Diversidade*, trad. Suzana Maia e Irma Viana.
- Vicente, Filipa (2014). *O Império da Visão: Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)* (orgs), Lisboa: Edições 70.
- William Heath*. Disponível em https://www.google.pt/search?q=William+Heath&si=ANhW_Nq9CULCgfbkOw6kvWfPvXut0BPdGHmZQn22eGERa4k2kspTgQz6oWCV2yIfPwYDpXDlbV.

Caricatura de Sara Baartman por William Heath (1810).



Música

Acordei gostosa

*E aí? Gostosa pra caralho
Ai, que é isso, amor?
Quando eu olho no espelho
Não existe corpo melhor do que o meu
Ai!*

*Acordei gostosa, acordei gostosa
Acordei me amando, olhando no espelho
E logo percebo, eu sou poderosa
Acordei gostosa, acordei gostosa
Tem que se amar em primeiro lugar
O look tá pronto, é só se jogar*

*Acordei gostosa, acordei gostosa
Vem, contatinho, que a noite promete
Vem com a Jojo, sua panicat
Acordei gostosa, acordei gostosa*

*Mulher, quando 'tá pronta', não quer guerra com ninguém, hein?
E se o biquíni não for P, eu nem quero
Respeita a nossa história
Mulheres, levantam mulheres, somos donas da porra toda
Bota aquele biquininho P, taca o rabetão pra cima*

*Acordei gostosa (eita), acordei gostosa (ai)
Acordei me amando, olhando no espelho
E logo percebo, eu sou poderosa
Acordei gostosa, acordei gostosa
Tem que se amar em primeiro lugar
O look 'tá pronto', é só se jogar*

*Acordei gostosa, acordei gostosa
Vem, contatinho, que a noite promete
Vem com a Jojo, sua panicat
Acordei gostosa, acordei gostosa*

*Gostasas (gostosa pra caralho)
Donas da porra toda (ai)
Vai com tudo, pode tudo
E quando a mulher diz que não, é não*

Fonte: [LyricFind](#)

Compositores: Fabio Dos Santos Francisco (DJ Batata) e Jojo Maronttinni

Letras de Acordei Gostosa © Universal Music Publishing Group

Pop Funk

CAPÍTULO 14

CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA DE INTEGRANTES DE LA ASOCIACIÓN DE MUJERES (APRIMUJER) PARA ESTIMAR POTENCIALIDADES EN EL TERRITORIO DEL ÁREA RURAL DE SAN VICENTE DE CHUCURÍ, SANTANDER, COLOMBIA

Data de submissão: 06/06/2022

Data de aceite: 28/06/2022

Miguel Arturo Lozada Valero

Ingeniero Agroindustrial
Esp. Agronegocios
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
miguel.lozada@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0001-8719-7616>

Ángela María Andrade Ulloa

Ingeniera Agroindustrial
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
angela.andrade@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0002-9005-7275>

Mónica María Pacheco Valderrama

Ingeniera de Alimentos
M.Sc. Ciencia y Tecnología de Alimentos
cPh.D. en Gestión
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
Monica.pacheco@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0003-2051-4589>

Héctor Julio Paz Díaz

Ingeniero Agroindustrial
Esp. Gerencia en seguridad, Riesgos
Laborales y Salud en el trabajo
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
hector.paz@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0002-3278-7667>

Rafael Calderón Silva

Ingeniero Agrónomo
Esp. Aseguramiento de la Calidad e
Inocuidad Agroalimentaria
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
rafael.calderon@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0003-2107-1062>

Leidy Andrea Carreño Castaño

Ingeniera Agroindustrial
Esp. Gerencia en Salud Ocupacional
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
leydi.carreno@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0002-4374-5235>

Cristian Giovanni Palencia Blanco

Ingeniero Químico
M.Sc. en Ingeniería Química
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
Cristian.palencia@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0001-9912-1061>

Irina Alean Carreño

Microbióloga Agrícola y Veterinaria
Esp. Gestión Ambiental
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
irina.carreño@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0002-1505-7259>

Shirley Lizeth Mancera

Ingeniero Agrónomo
Esp. Aseguramiento de la Calidad e
Inocuidad Agroalimentaria
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
shirley.mancera@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0002-4583-2252>

Daniel Augusto Buitrago Ibañez

Ingeniero Agroindustrial
Mag. Dirección Logística
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
daniel.buitrago@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0002-0561-6811>

Ana Milena Salazar Beleño

Ingeniero Agrónomo
Esp. Aseguramiento de la Calidad e
Inocuidad Agroalimentaria
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
ana.salazar@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0001-7592-2550>

Dally Esperanza Gáfaró Álvarez

Ingeniero Química
Instituto Universitario de la Paz-UNIPAZ
Escuela de Ingeniería Agroindustrial
Km 14 vía Bucaramanga
Campus Universitario Santa Lucia
Barrancabermeja, Santander, Colombia
dally.gafaror@unipaz.edu.co
<https://orcid.org/0000-0003-0251-2491>

RESUMEN: El objetivo de la presente investigación fue caracterizar el contexto socioeconómico de 30 mujeres inscritas a la asociación PRIMUJER del municipio de San Vicente de Chucurí, Santander, Colombia, pertenecientes al proyecto “BIOCOMPOST PARA CULTIVOS SOSTENIBLES” financiado por el Ministerio de Ciencia Tecnología e Innovación de Colombia (MinCiencias). Se realizó el estudio a una población comprendida por 30 mujeres, las cuales se les aplicó una encuesta socioeconómica; se evaluó las condiciones sociales, económicas y la productividad agropecuaria de la región objeto del estudio. Entre los hallazgos más relevantes se evidenció que las participantes presentan un bajo nivel de escolaridad, lo que dificulta el acceso a mejores oportunidades de tecnificación y fortalecimiento del área rural y por ende, a mejores ingresos económicos. De igual manera, se observó que la región de estudio presentó potencialidades enmarcadas

en la producción agrícola siendo principalmente zanahoria, tomate, cebolla cabezona y habichuela los cultivos explotados en la zona. Teniendo en cuenta los principales cultivos y las potencialidades de la asociación, se estructuraron tres propuestas que generaron el aprovechamiento del potencial agrícola de la región y que ayudara a mejorar las condiciones sociales, ambientales y económicas de las asociadas.

PALABRAS CLAVE: Residuos de cultivos. Apropiación Social. Biocompost. Sostenibilidad. Área Rural.

SOCIOECONOMIC CHARACTERIZATION OF MEMBERS OF THE ASSOCIATION OF WOMEN (APRIMUJER) FOR TO ESTIMATE POTENTIALITIES IN THE TERRITORY OF THE RURAL AREA OF SAN VICENTE DE CHUCURÍ, SANTANDER, COLOMBIA

ABSTRACT: The objective of the present research was to characterize the socioeconomic context of 30 women enrolled in the APRIMUJER association of the municipality of San Vicente de Chucurí, Santander, Colombia, belonging to the project “BIOCOMPOST FOR SUSTAINABLE CROPS” funded by the Ministry of Science and Innovation of Colombia (MinCiencias). The study was carried out on a population of 30 women, who underwent a socio-economic survey; the social, economic, and agricultural productivity of the region under study were evaluated. Among the most relevant findings, it was evident that the participants present a low level of schooling, which makes it difficult to access better opportunities for technification and strengthening the rural area and, therefore, to better economic income. Likewise, it was observed that the region of study presented potentialities framed in the agricultural production being mainly carrot, tomato, onion head and bean crops exploited in the area. Considering the main crops and the potentialities of the association, three proposals were structured that generated the exploitation of the agricultural potential of the region and that would help to improve the social, environmental, and economic conditions of the associates.

KEYWORDS: Crop's waste. Social appropriation. Biocompost. Sustainability. Rural Area.

1 INTRODUCCIÓN

Actualmente, San Vicente de Chucurí, Colombia, cuenta con alrededor de 1195.41 Km² de extensión de tierra, de las cuales el 62.25% es sector rural. Este municipio cuenta con un potencial agrícola gracias a las condiciones ambientales, climáticas y a los suelos ricos en nutrientes, siendo los cultivos más representativos de la región el cacao, plátano, cítricos, aguacate y palma de aceite, aunque, en la actualidad no se tiene información específica acerca del terreno apto para la plantación de cultivos (Concejo Municipal de San Vicente de Chucurí, 2020).

El Plan de Desarrollo Departamental 2016-2019 (Gobernación de Santander, 2016), indica que Santander se ubica como el cuarto departamento con mayor PIB (Producto Interno Bruto) agropecuario del país equivalente al 8.7%, representando el 6.3% del total nacional según la Cámara de Comercio de Santander 2020 (Cámara de comercio de

Bucaramanga, 2020). El desarrollo Rural del departamento indica que las actividades pecuarias como la ganadería tuvieron una tendencia al alza hasta el año 2006, pero en los años siguientes se estabilizó entre 1.5 a 1.7 millones de animales, como consecuencia de los fenómenos climáticos y por efectos de la disminución de los parámetros reproductivos y la escasez de alimento. Por su parte se registra que en Santander la producción agrícola fue de 1'499,641 toneladas, representadas entre cultivos transitorios, anuales y permanentes (Ministerio de ambiente y desarrollo sostenible, 2016).

En el Departamento se enfatizan como principales elementos de producción agrícola la palma de aceite, cacao y café, sumando entre los tres exportaciones que superan la cifra de 150,000 toneladas por año, generando más de 100,000 empleos directos e indirectos; con 46,000 productores, e impactos directos sobre 75 de los 87 municipios del Departamento. Otros productos agrícolas de importancia que se destacan son: los cítricos, caucho, piña, la yuca, maíz, frijol, aguacate, guayaba, mora y el tabaco, renglones importantes en la economía campesina del Departamento.

El municipio de San Vicente de Chucurí centra su economía en la producción agrícola de cultivos de cacao, palma de aceite y plátano, los cuales registran niveles de manufactura cercanos a 15,465 toneladas en palma de aceite, 9,644 toneladas en plátano y 5,542 toneladas de cacao (Agencia Nacional de Infraestructura, 2016). De igual manera, San Vicente de Chucurí se caracteriza por presentar métodos de siembra y cosecha tradicionales.

Actualmente en San Vicente de Chucurí no existe un reporte socioeconómico en el que se tenga información sistematizada de las actividades productivas que se desarrollan en el Municipio y carece de un soporte socioeconómico a nivel local que permita realizar un análisis con información primaria, por lo que se hace a través de información secundaria recolectada por instituciones públicas del nivel regional y nacional, persistiendo en la necesidad de fortalecer la estructura de este tipo de datos.

Por lo anterior, se aprovecha la implementación de proyectos con la comunidad rural para reunir datos que ayuden a obtener información que sea útil para el fortalecimiento de esta región. En esta ocasión, se realizó la toma de datos y análisis de las participantes del proyecto denominado “Biocompost para cultivos sostenibles” que se ejecutó entre el Instituto Universitario de la Paz – UNIPAZ y la Asociación para el fortalecimiento de la Mujer Rural (APRIMUJER), que fue financiado mediante recursos del programa “Ideas para el Cambio” del Ministerio de Ciencias, Tecnología e Innovación (MinCiencias).

En este proyecto se realizó una caracterización socioeconómica a las 30 mujeres rurales pertenecientes a la asociación municipal para la promoción integral de la mujer

rural – APRIMUJER, que fueron participantes del proyecto con MinCiencias, generando una base para analizar la situación actual y establecer potencialidades que puedan encaminarse en alternativas de corto, mediano y largo plazo en el territorio.

2 MATERIALES Y MÉTODOS

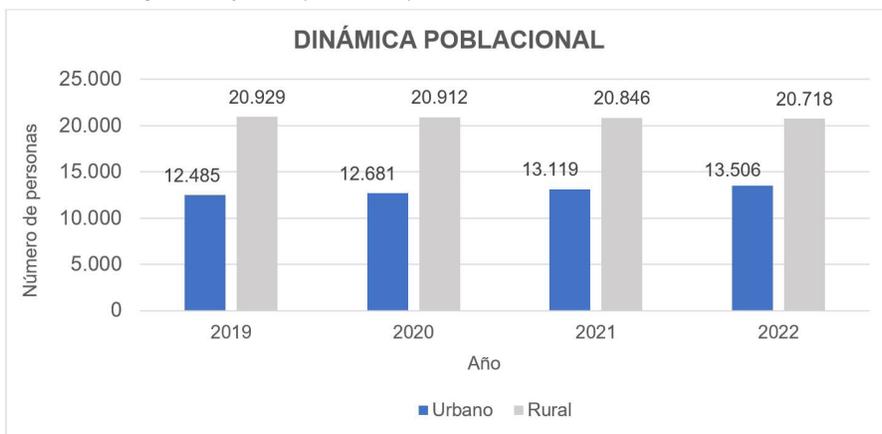
La caracterización socioeconómica de las 30 mujeres coejecutoras del proyecto BIOCOMPOST PARA CULTIVOS SOSTENIBLES, se realizó mediante una encuesta estructurada y utilizada para recabar información primaria sobre los siguientes temas: edad, estado civil, estructura familiar, ubicación, vías de acceso, nivel de escolaridad, tenencia de tierra, actividades agrícolas y pecuarias, aspectos ambientales, ingresos, dependencia económica, ocupación laboral y condición de vulnerabilidad. Estas variables ayudaron a comprender la situación actual de la población, además; de ser una herramienta para elaborar propuestas de desarrollo que permitan generar alianzas entre sectores públicos y privados, garantizando el aprovechamiento de las potencialidades agropecuarias de la región, mejorando de esta manera las condiciones económicas, sociales y culturales de los individuos involucrados en el proyecto.

3 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

La relevancia de realizar este estudio radica principalmente en que existe poca información sobre la caracterización socioeconómica del personal inscrito en la asociación APRIMUJER, perteneciente al proyecto financiado por Minciencias “BIOCOMPOST PARA CULTIVOS SOSTENIBLES” del municipio de San Vicente de Chucurí. A continuación, se presentan los resultados obtenidos de las encuestas realizadas a las 30 coejecutoras del proyecto.

Dinámica poblacional: Según estudios realizados por el DANE (DANE, 2018) en el año 2018, la proyección de la población para el 2020 en San Vicente de Chucurí será cercana a los 33,595 habitantes de los cuales el 37.75% corresponde a la población urbana, frente al 62.25% corresponde a la población rural, como se muestra en la figura 1, esto se debe en gran medida a que la extensión rural en el municipio es aproximadamente el 99% del total de área municipal.

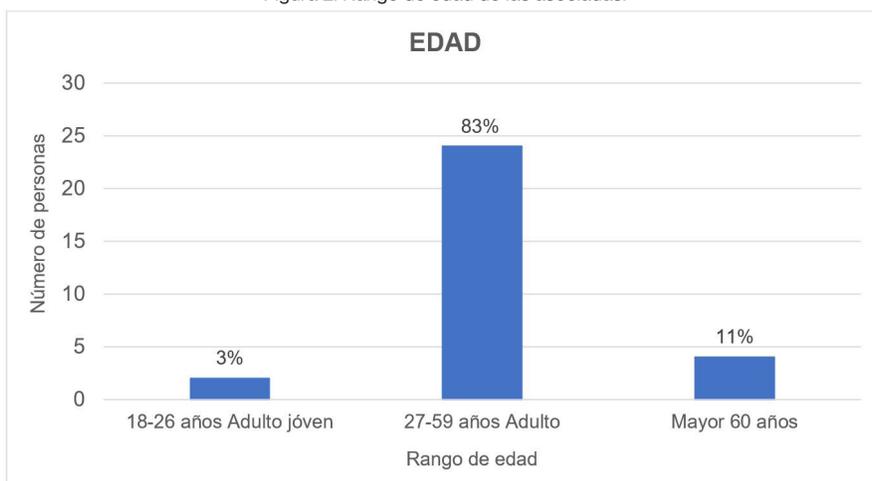
Figura 1. Proyección poblacional para San Vicente de Chucuri 2019 – 2022.



Fuente: Plan Básico de Ordenamiento Territorial, 2003.

Edad: En la figura 2, se evidencian las edades de las participantes, según la clasificación del rango de edades el grupo predominante, son las mujeres adultas, en su mayoría, un 83% cuentan con edades de oscilan en 27 - 59 años, seguido, del grupo mayor de 60 años, representado con un 11% y el 3% de las mujeres superan los 26 años. Esto indica que las edades de las asociadas varían representativamente, reflejando de esta manera conocimiento empírico basado en la experiencia sobre algunas actividades agropecuarias.

Figura 2. Rango de edad de las asociadas.

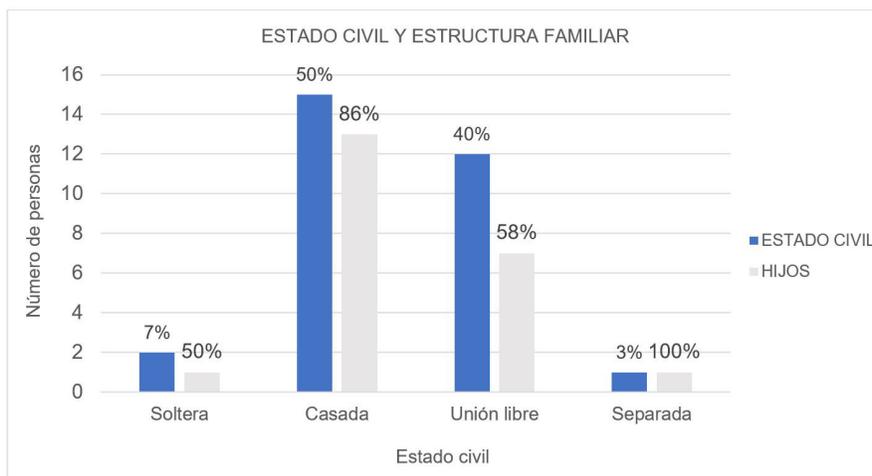


Fuente: Elaboración propia.

Estado civil y estructura familiar: En la figura 3, se observa que alrededor del 90% de las asociadas conforman un hogar la mayoría con hijos, siendo ellas las encargadas del

hogar, esto sin lugar a dudas limita las condiciones de trabajar en otras áreas donde puedan obtener recursos monetarios, es aquí donde APRIMUJER brinda a las mujeres rurales, la posibilidad de capacitarse en técnicas agrícolas y de transformación agroindustrial con el fin de brindarles herramientas que promuevan el desarrollo integral de las mismas, donde ellas puedan implementar estos conocimiento en sus predios y de esta manera generar valor agregado a sus cultivos y por ende mejor sus ingresos familiares.

Figura 3. Estado civil y estructura familiar.

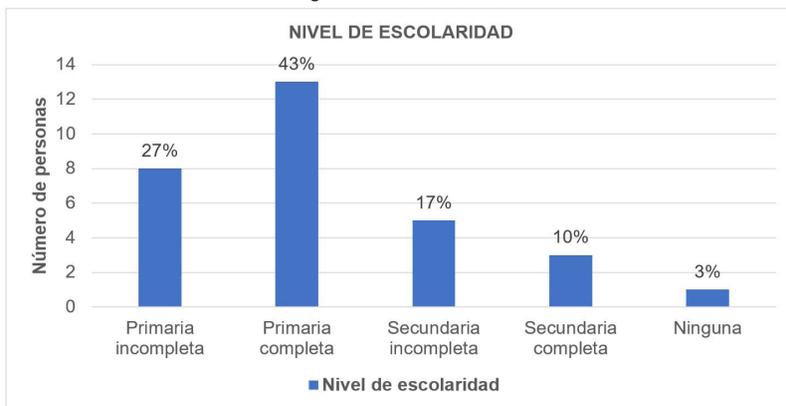


Fuente: Elaboración propia.

Nivel de escolaridad: En la figura 4, se observa que el 37% de las encuestadas revela que solo cuenta con la educación básica primaria, el 25% de la población no culminó la primaria, tan solo el 19% completo básica secundaria y el 13% inició la secundaria, pero sin lograr terminarla. Este dato estadístico demuestra la vulnerabilidad de esta población en razón a sus escasos estudios básicos. Esta situación se desarrolla debido a los diferentes factores socioeconómicos de la época. Las encuestadas que estaban en el rango de básica primaria, manifiesta que en su niñez la situación económica era muy precaria y solo había recursos para cubrir las necesidades básicas, además los pocos centros educativos se encontraban muy retirado de sus casas, siendo casi nulo su acceso.

Según estudio realizado por el DANE en el año 2021 (DANE, 2021), a nivel nacional se estima que cerca del 14.5% de las personas cuyas edades que oscilan entre 30-60 años no sabe leer y escribir, seguido del 49.3% reportaron como nivel educativo más alto alcanzado la primaria, 14.2% de los encuestado no alcanzó ningún nivel educativo, y tan solo el 10.2% de la población logra alcanzar el nivel superior de la educación.

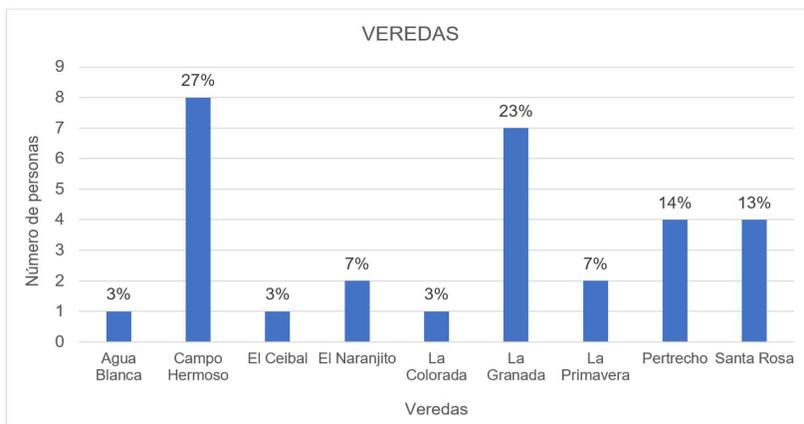
Figura 4. Nivel educativo.



Fuente: Elaboración propia.

Ubicación de los predios: En la figura 5, se evidencia que los 30 predios de las encuestadas están distribuidos en 9 veredas de la siguiente manera: cerca del 27% vereda Campo Hermoso, 23% vereda la Granada, el 14% corresponde a la vereda Pertrecho, el resto de las beneficiarias esta ubicadas en veredas aledañas. La siguiente figura indica que los predios se encuentran alejados de manera considerable de la cabecera municipal, lo que dificulta el transporte de los productos a comercializar debido al deterioro de las vías de acceso. Según el plan de desarrollo Municipal (Plan de Desarrollo Municipio de San Vicente de Chucurí, 2020), San Vicente de Chucurí cuenta con una malla vial secundaria que presenta grandes necesidades de inversión, ya que se encuentra en mal estado y sin pavimentación. Las vías terciarias presentan deterioro debido a las características geomorfológicas de la zona, las cuales generan desprendimiento de suelo, saturación de taludes y represamiento de cuerpos de agua con arrastre de rocas y capa vegetal, las cuales afectan directamente la infraestructura vial.

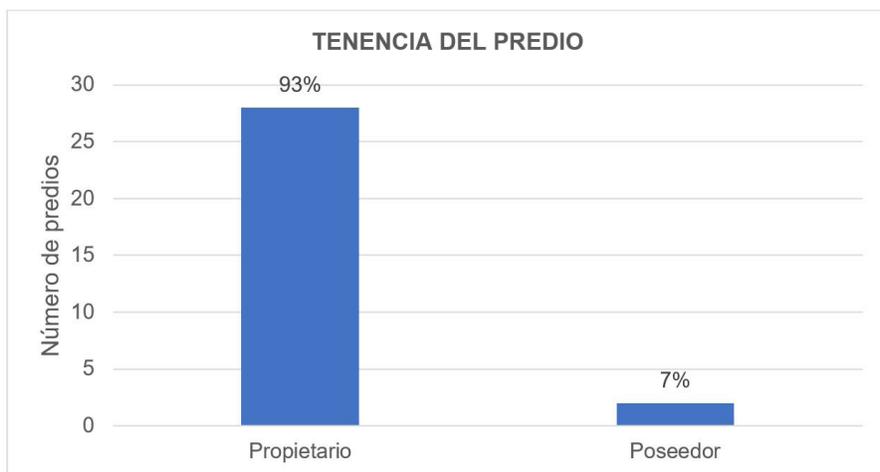
Figura 5. Ubicación por veredas.



Fuente: Elaboración propia.

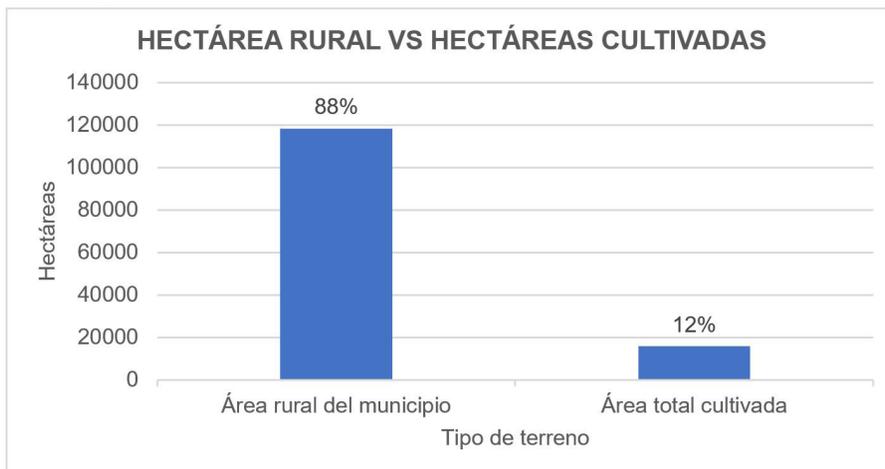
Tenencia de Predio: En la figura 6 se puede evidenciar que la mayor parte de las encuestadas son propietarias del predio en el cual residen, lo que indica que aproximadamente el 93% de los predios son propios frente a un 7% que están bajo contrato de arrendamiento. Este resultado es alentador, debido a que este es un factor importante para la realización del proyecto, así como la no inversión adicional en gastos de arrendamiento y uso del terreno para el desarrollo de actividades agropecuarias y forestales a corto, mediano y largo plazo, facilitando así mismo el acceso a créditos de financiamiento para adecuación, tecnificación e innovación de la infraestructura productiva, garantizando con ello el desarrollo agropecuario de forma integral.

Figura 6. Tenencia del predio.



Fuente: Elaboración propia.

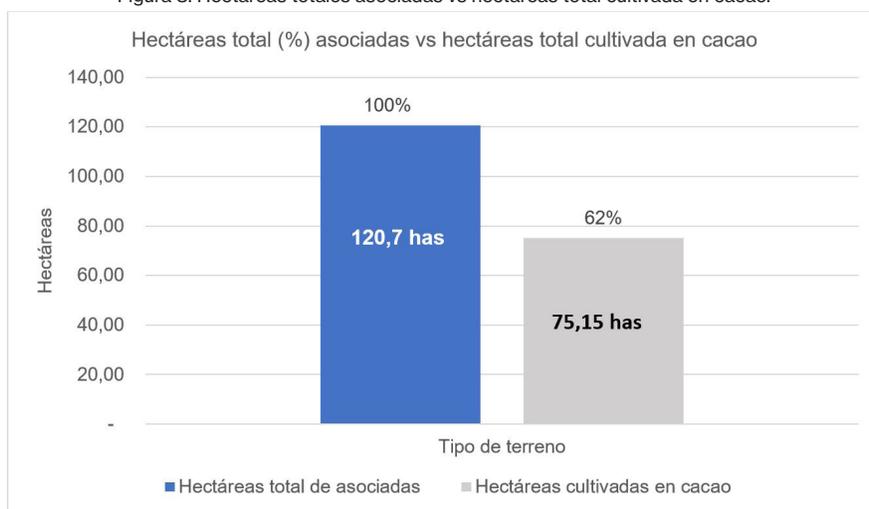
Figura 7. Hectáreas totales de San Vicente de Chucurí vs hectáreas totales cultivadas.



Fuente: Elaboración propia.

Número de hectáreas: San Vicente de Chucurí cuenta con un área rural aproximada de 118,345 hectáreas, de las cuales solo el 12% (15,696 hectáreas) se encuentran cultivadas como se observa en la figura 7; la zona rural del municipio esta ordenada por 37 veredas y cerca de 5,394 predios, dentro de los cuales se encuentra distribuida el 62% de su población (Plan de Desarrollo Municipio de San Vicente de Chucurí, 2020). Según la caracterización realizada los 30 predios de las asociadas suman un total de 120.7 hectáreas en las que se llevan a cabo diversas actividades agropecuarias propias de la región las cuales se describen en la figura 8.

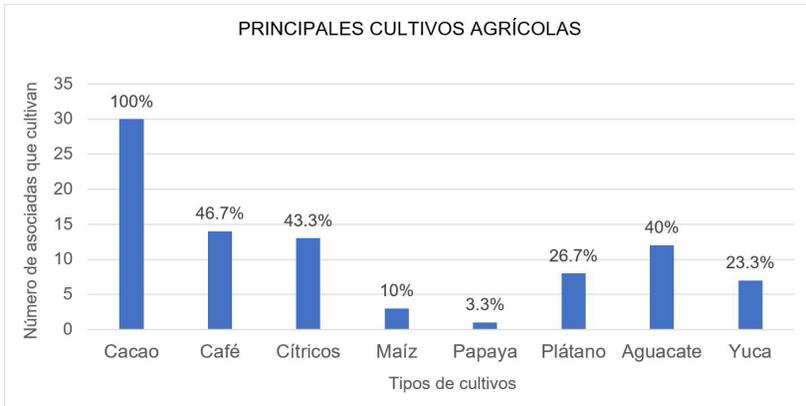
Figura 8. Hectáreas totales asociadas vs hectáreas total cultivada en cacao.



Fuente: Elaboración propia.

Uso productivo del suelo: En la figura 9, según las condiciones agroecológicas del municipio las tierras se encuentran ubicadas entre los 200 m.s.n.m. hasta los casi los 3.000 m.s.n.m., con una temperatura promedio de entre 25 °C y 27 °C y precipitaciones medias anuales del orden de los 2100 mm (Ministerio de ambiente y desarrollo sostenible, 2005; Carreño-Castaño et al., 2021), permitiendo un buen desarrollo de diversas actividades agrícolas; donde se destacan cultivos como el cacao siendo este el más representativo de la región, seguido por los cítricos (naranja, limón y mandarina), aguacate, café, cultivos de consumo doméstico (plátano, yuca, papaya, guanábana) y otras variedades de cultivos que se siembran en menor cantidad (Palencia-Blanco et al., 2021).

Figura 9. Principales cultivos agrícolas.



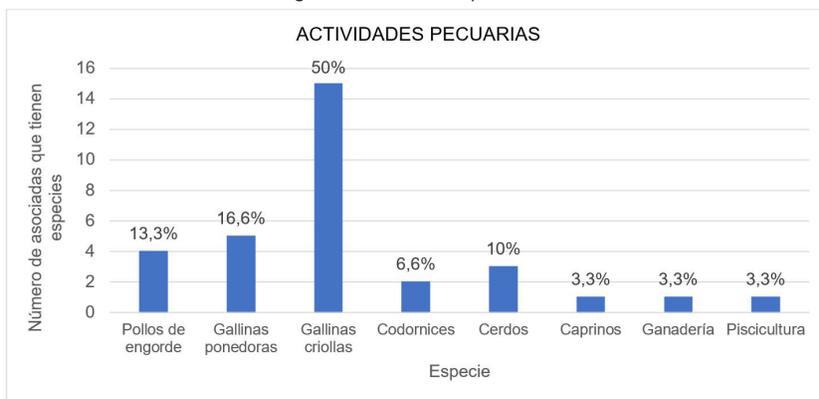
Fuente: Elaboración propia.

De esta manera se pudo evidenciar que las actividades agrícolas son el eje de la economía local, demostrando a su vez que el cultivo de cacao es el potencial agrícola de la región, pero desafortunadamente este presenta deficientes procesos de tecnificación, que limitan el avance y fortalecimiento de su estructura productiva.

Por otra parte, en la figura 8, se observa el área total de las asociadas equivale a 120.7 hectáreas, de las cuales cerca del 62% (75.15 hectáreas) se encuentran cultivadas en cacao, dicho cultivo se resume en un promedio de producción de 600 kg/ha*año. Según estudios realizados por la Federación Nacional de Cacaoteros en el año 2019 (FEDECACAO, 2019), el promedio de producción municipal es de 1700 kg/ha*año, este dato refleja el deficiente nivel de producción de las asociadas en comparación con el valor municipal, Según el Instituto Colombiano Agropecuario - ICA (ICA, 2020), esta situación se debe a diversos factores entre los que se encuentra, la renovación de cultivos o la vejez de los mismos, condiciones agroecológicas de la región, deficiencia agronómica, problemas fitosanitarios, calidad genética de los materiales utilizados, falta de tecnificación y falencias en la implementación de buenas prácticas agrícolas; cabe resaltar que solo el 10% de las beneficiarias cuenta con certificación de Buenas prácticas agrícolas otorgado por el Instituto colombiano Agropecuario ICA.

Principales actividades pecuaria: Como se observa en la figura 10, las actividades pecuarias más representativas en la zona es la actividad de gallinas criollas, ya que aproximadamente el 50% de las integrantes tiene esta especie, seguido de gallinas ponedora con un cantidad aproximada de 7,308 aves distribuidas en 5 predios, las demás especies presentan menor incidencia en la región, lo anterior indica que la actividad pecuaria del Municipio presenta bajas cifras en comparación con el sector agrícola, esto se debe a la deficiente infraestructura y transferencia de tecnologías que dificulta en gran medida el desarrollo estructurado de este renglón de la económica Chucureña.

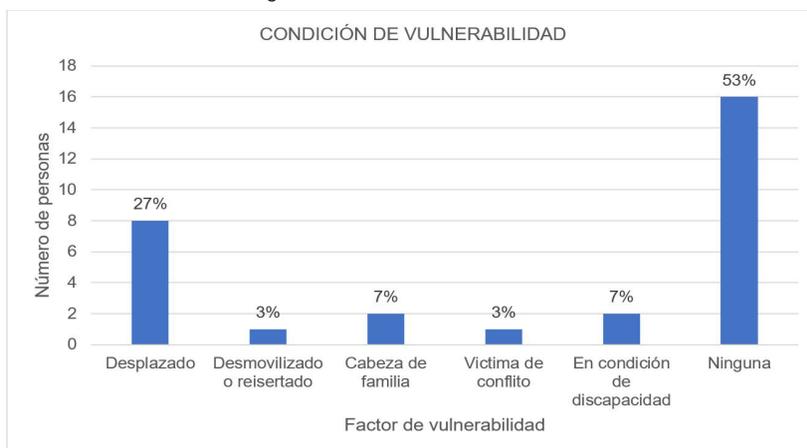
Figura 10. Atividades pecuarias.



Fuente: Elaboración propia.

Condición de vulnerabilidad: Según el Artículo 1 de Ley 387 de 1997, “el desplazamiento forzado se describe como toda persona que se ha visto forzada a migrar dentro del territorio nacional, abandonando su localidad de residencia o actividades económicas habituales, toda vez que su vida, integridad física, seguridad o libertad personales han sido vulneradas o se encuentran directamente amenazadas” (Congreso de la república, 1997). Las condiciones presentadas dan muestra de la situación de vulnerabilidad de las asociadas, donde se evidencia que aproximadamente el 27% de ellas han padecido el desplazamiento forzado, el cual ha afectado en gran medida su desarrollo familiar, social y económico como se observa en la figura 11. Las cifras de la población de víctimas asentada en el Municipio son de alrededor de 3,565 personas en las cuales se incluye el desplazamiento forzado, seguido de homicidio, amenaza, entre otros.

Figura 11. Condición de vulnerabilidad.

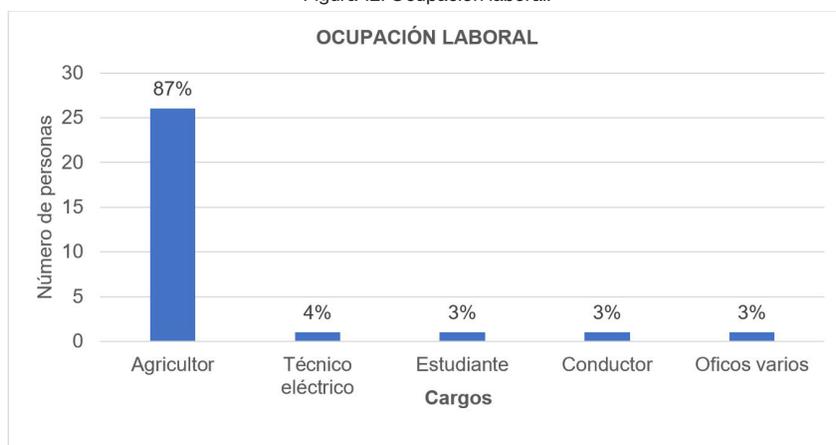


Fuente: Elaboración propia.

Cabe resaltar que la asociación APRIMUJER brinda apoyo a las mujeres que ha sufrido alguna situación de vulnerabilidad y les enseña técnicas agrícolas y de transformación agroindustrial con el fin de brindarles herramientas que facilite el ingreso de recursos económicos para mejorar sus condiciones de vida. Las integrantes del proyecto manifiestan que ha sufrido desplazamiento pero que no han podido realizar los trámites correspondientes para el reconocimiento de esta condición.

Ocupación laboral: Como se evidencia en la figura 12, la ocupación laboral de las asociadas se enfoca en su mayoría al sector agrícola, ya que el 100% de ellas viven en el sector rural del Municipio. Según el Estudio realizado por el Grupo de Investigación, población Ambiente y Desarrollo GPAD en 2019, los tipos de ocupación en las que las mujeres predominan (en relación con los hombres), las mujeres se dedican a trabajos doméstico, empleo público y trabajo sin remuneración.

Figura 12. Ocupación laboral.

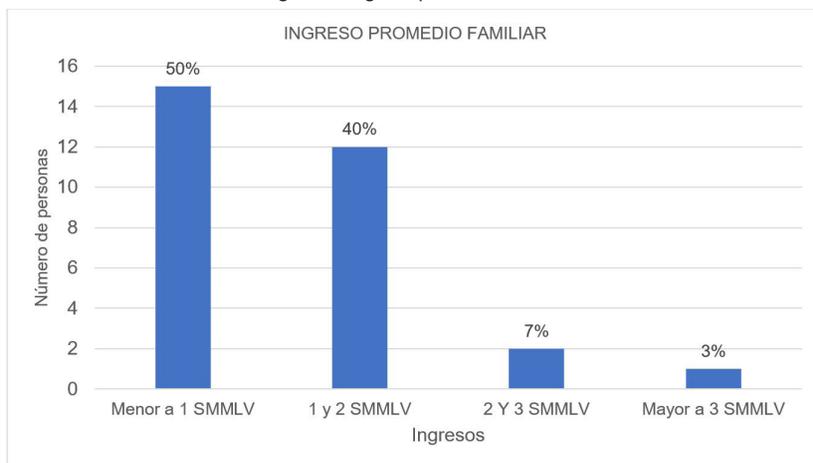


Fuente: Elaboración propia.

Como lo señala la Política pública de mujer y equidad de géneros en Santander, el porcentaje de hombres económicamente activos es considerablemente mayor que el porcentaje de mujeres económicamente activas, es decir que las mujeres tienen menos posibilidad de acceder a ingresos laborales (Gobernación de Santander, 2019).

Ingreso promedio familiar: Con respecto a la información dada por las asociadas, los ingresos mensuales obtenidos en su mayoría de las actividades agropecuarias no superan un salario mínimo mensual vigente, dando como resultado que aproximadamente el 50% de ellas, manifiestan ganar menos que un salario mínimo legal (\$908.526), un 47% de las encuestadas dice equiparar un valor de 1 a 3 SMMLV y un 3% afirma obtener ingresos superiores al 3 SMMLV como se observa en la figura 13, provenientes de otras actividades como minería o industria petrolera.

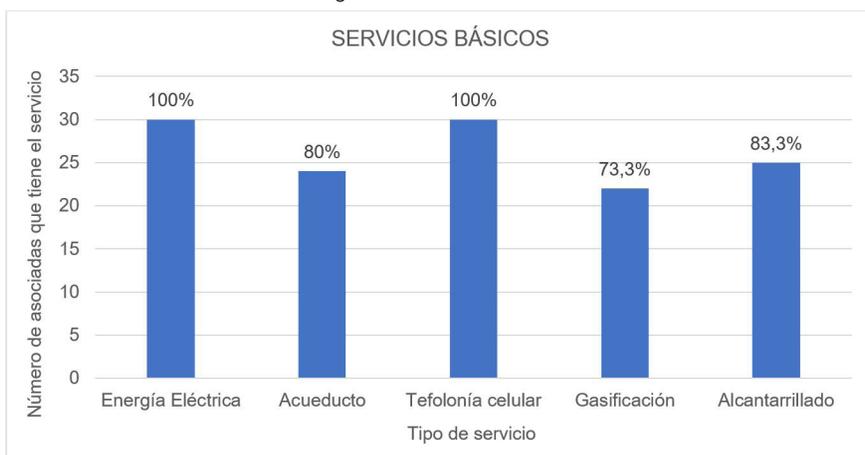
Figura 13. Ingreso promedio salarial.



Fuente: Elaboración propia.

Servicios básicos: El 100% de las encuestadas cuentan con el servicio de energía y telefonía celular; el 80% tiene servicio de acueducto veredal; el 73,3% manifiesta tener servicio de gasificación bien sea gas natural o en pipeta y el 83,3% (25) cuenta con alcantarillado artesanal conocido como pozo séptico doméstico como se muestra en la figura 14. La anterior información indica que las encuestadas gozan de los servicios públicos domiciliarios necesarios para sostener condiciones de vida normales.

Figura 14. Servicios básicos.



Fuente: Elaboración propia.

Matriz DOFA: Este análisis permitió la generación creativa de posibles estrategias, dada la situación actual y el contexto en el que se encuentra inmersa la Unidad Estratégica.

Cuadro 1. Matriz DOFA.

FORTALEZAS	DEBILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Conocimientos básicos sobre transformación agroindustrial. • Conocimiento empírico sobre técnicas agrícolas y pecuarias. • Condiciones medioambientales aptas para cultivos como el cacao. • Cuenta con un proceso de asociatividad de más de 20 años. • Experiencia en proyectos productivos. • La mayoría cuentan con terrenos propios. • Condición de vulnerabilidad facilitan el acceso a políticas y recursos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompañamiento técnico en la etapa de producción primaria. • Deficiente infraestructura de producción agrícola y pecuaria. • Desconocimiento de buenas prácticas de producción agrícola. • Bajo nivel de escolaridad. • Poco acompañamiento en el área administrativa. • Certificación en Buenas Prácticas Agrícolas y demás certificaciones a fines. • Bajo volumen de producción kh/ha/año. • Estandarización de producto en toda la cadena de valor. • Venta o comercialización de producto a precio de mercado.
OPORTUNIDADES	AMENAZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Alianza con entes gubernamentales y privados. • Incrementar la competitividad en el mercado nacional e internacional • Acceso a políticas de desarrollo rural. • Acceso a recursos público y privados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vías de acceso limitadas por el clima y condiciones geomorfológicas de la zona. • Asociación con mayor competitividad productiva. • Competencia de mercado. • Las empresas generan su propia materia prima (cacao).

Fuente: Elaboración propia.

Según lo obtenido de la matriz DOFA, se afirma que las integrantes vinculadas a la asociación APRIMUJER poseen más aspectos negativos que positivos, las oportunidades descritas son de fácil desarrollo. Las estrategias están dirigidas en mayor medida al aprovechamiento de las potencialidades agrícolas de la zona. En este caso el tipo de estrategia a establecer será de crecimiento, utilizando oportunidades para vencer las debilidades.

A continuación, se proponen tres alternativas para el aprovechamiento las potencialidades de la región observadas en los resultados de la caracterización, las propuestas esta organizadas a corto, mediano y largo plazo, cada una de ellas van relacionadas de una manera secuencial para un mejor resultado a la hora de aplicarlas.

Cuadro 2. Propuestas para el aprovechamiento de potencialidades de la región.

ALTERNATIVAS PARA EL APROVECHAMIENTO LAS POTENCIALIDADES DE LA REGIÓN			
	CORTO PLAZO	MEDIANDO PLAZO	LARGO PLAZO
PROPUESTAS	Diseño y elaboración de un plan de buenas prácticas agrícolas de cacao (<i>Theobroma cacao</i> L.), mediante la implicación de las normas que rigen en el país concerniente a la agricultura sostenible (norma técnica colombiana 5811).	Diseño y construcción de infraestructura de bajo costo, con calidad de materiales óptima para cada una de las etapas de producción de producto final de cacao (fermentación, secado y almacenaje).	Fortalecimiento del vínculo entre la asociación APRIMUJER y los agricultores de la región involucrados en cultivos de cacao.

ALTERNATIVAS PARA EL APROVECHAMIENTO LAS POTENCIALIDADES DE LA REGIÓN

	CORTO PLAZO	MEDIANDO PLAZO	LARGO PLAZO
ALCANCE	La presente propuesta tiene como alcance, potenciar el crecimiento rural mediante la implementación de buenas prácticas agrícolas en cultivos de importancia a nivel local, reduciendo la presión que ejercen sobre los ecosistemas y propiciando condiciones para mejorar la eficiencia de producción.	El presente proyecto, busca el desarrollo industrial de la cadena de valor del cacao, por medio de la asociación APRIMUJER y no por intervención de terceros, esto con el firme objetivo de disminuir los gastos de procesamiento, así como garantizar el desarrollo laboral de la región, obteniendo mayor ganancia sin la afectación del producto final. Todo esto en marco de la asociatividad.	La presente alternativa propuesta tiene como finalidad, fortalecer la industria del cacao en el área rural de San Vicente de Chucurí, teniendo como base el correcto desenvolvimiento de la asociación mediante asesoramiento de personal capacitado en las diferentes ramas, así como la ampliación hacia nuevos mercados regionales y nacionales, con diverso portafolio de productos derivados del cultivo del cacao.

Fuente: Elaboración propia.

4 CONCLUSIONES

La caracterización sirvió como soporte para conocer el estado actual de la población que compone el proyecto. Partiendo del resultado, se crea una base de datos actualizada y se realiza una serie de propuestas de desarrollo, la cual beneficia al objeto de estudio de la caracterización y a la población en general.

A partir de los hallazgos se puede concluir de acuerdo con los datos socioeconómicos, las participantes presentan un bajo nivel de escolaridad, lo que dificulta el acceso a mejores oportunidades de tecnificación y fortalecimiento del área rural y por ende a mejores ingresos económicos.

De igual manera se concluye que la información técnica recopilada mediante la encuesta fue la necesaria para poder caracterizar socioeconómicamente las 30 participantes del proyecto, donde se obtuvo información relevante que sirvió en la implementación, ejecución y finalidad del proyecto.

Basado en los datos obtenidos en la caracterización socioeconómica se detectaron que las participantes involucradas en el proyecto y su asociación tienen potencialidades enmarcados en la producción agrícola, donde se logra establecer tres alternativas viables para la implementación y ejecución a corto, mediano y largo plazo.

El análisis al sector productivo de la región, indica que las actividades pecuarias presentes en la zona de estudio son considerablemente bajas con respecto a las actividades agrícolas, donde se puede concluir que el cultivo de cacao tiene una gran posibilidad de aumentar su nivel producción según las condiciones medioambientales de

las zonas, además se logró determinar que el cultivo de cacao, café y cítricos son los que generan mayor volumen de residuos orgánicos.

5 AGRADECIMIENTOS

Agradezco al Instituto Universitario de la Paz - UNIPAZ por su apoyo y gestión a lo largo de la investigación, y a todo el cuerpo de docentes que guiaron en este proceso. Y al programa del Minciencias, Ideas para el cambio, quién financió con recursos, y que junto a la Institución y a la Asociación llevaron a cabo este proyecto.

BIBLIOGRAFÍA

Alcaldía Municipal de San Vicente de Chucurí (AMSVC). (2020). Plan de desarrollo municipio de San Vicente de Chucurí. 252.

Agencia nacional de infraestructura. (2016). Estudio de impacto ambiental construcción corredor vial Bucaramanga –Barrancabermeja –Yondó: Barrancabermeja.: Agencia Nacional de Infraestructura.

Cámara de comercio de Bucaramanga. (2020). Producto interno bruto (PIB) departamental. Bucaramanga.: Cámara de comercio.

Carreño-Castaño, Leidy Andrea., Montesino, Sandra Milena., Paz-Díaz, Hector Julio., Ramírez-Gómez, Luz Elena., Palencia-Blanco, Cristian Giovanni., Pacheco-Valderrama, Monica María. (2021). Obtención de harina no convencional a partir del exocarpo de la naranja valencia (*citrus x sinensis*) y bagazo de piña criolla (*ananas comosus*) para aplicación en la industria pastelera en el departamento de Santander. *Agrárias: Pesquisa e Inovação nas Ciências que Alimentam o Mundo*, ISBN 978-65-87396-51-4. Vol 7., págs:201 - 218, Ed. EDITORA ARTEMIS. Disponible en: <https://www.editoraartemis.com.br/artigo/32663/>

Concejo Municipal de San Vicente de Chucurí. (2020). Plan de Desarrollo municipio de territorial. San Vicente de Chucurí.: Concejo municipal.

Congreso de la república, Ley 387 del 18, julio, 1997. DO: 43091 (1997). Disponible en: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2002/7401.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2002/7401>

Daza, A. R. (2021). Priorización de alternativas productivas agropecuarias y diagnóstico de mercados para el departamento de Santander Priorización de alternativas productivas agropecuarias y diagnóstico de mercados para el departamento de Santander.

Departamento Administrativo Nacional de Estadística [DANE]. (2018). Censo Nacional de Población y Vivienda - CNPV- 2018. Bogotá: DANE.

Departamento Administrativo Nacional de Estadística [DANE]. (2021). Educación formal en Colombia. Bogotá: DANE.

Federación nacional de cacaoteros [FEDECACAO]. (2019). Informe de ejecución plan de ingresos, inversiones y gastos del fondo nacional del cacao durante el cuarto trimestre y consolidada vigencia 2018, 2019. Bogotá: FEDECACAO.

Felipe Ríos Mesa, A., Carlos Palacio, J. P., Giraldo Ramirez, D. P., Villegas García, D., & Cubillos Jiménez, S. (2019). Una mirada desde la Ingeniería Agroindustrial DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE. 102. <https://doi.org/10.18566/978-958-764-752-5>

Gobernación de Santander. (2019). Evaluación de la política pública de mujer y equidad de géneros de Santander. Bogotá: Gobernación. Disponible en: https://www.academia.edu/42453349/Evaluaci%C3%B3n_de_la_Pol%C3%ADtica_P%C3%BAblica_de_Mujer_y_Equidad_de_G%C3%A9neros_de_Santander_2019

Gobernación de Santander. (2019). Plan de Desarrollo. Bucaramanga.: Gobernación.

Gobernación de Santander, Secretaría de Agricultura y Desarrollo Rural, & Dirección de Desarrollo Rural y Ambiental. (2020). Plan Departamental de Extensión Agropecuaria (PDEA) Santander 2020 -2023. 1-159. <https://www.adr.gov.co/atencion-y-servicios-a-la-ciudadania/pidaret-y-pdea/>

Gabriela Alexandra Arciniega-Alvarado, Diego Javier Jiménez-Pereira, R. E. R.-O. (2021). Caracterización y diagnóstico socioeconómico para el fortalecimiento de las Microempresas del sector Agroindustrial del Cantón Loja, 2017 – 2018 Socioeconomic. Revista Científica Dominio de Las Ciencias, 7, 744-771.

Instituto Colombiano Agropecuario [ICA]. (2017). Una radiografía de la problemática del cultivo de cacao en Santander.: ICA. Disponible en: [https://www.ica.gov.co/periodico-virtual/prensa/2013-\(1\)/una-radiografia-del-la-problematika-del-cultivo-de](https://www.ica.gov.co/periodico-virtual/prensa/2013-(1)/una-radiografia-del-la-problematika-del-cultivo-de)

Ministerio de ambiente y desarrollo sostenible. (2005). Asistencia técnica para la declaración, formulación concertada y desarrollo del parque nacional de la serranía de los Yariguies. Bogotá: Ministerio.

Ministro de ambiente y desarrollo sostenible. (2016). Plan integral de gestión de cambio climático territorial del Santander, Bucaramanga.: Ministerio.

Pabón, M., Herrera, L., & Sepúlveda, W. (2016). Caracterización socio-económica y productiva del cultivo de cacao en el departamento de Santander (Colombia) Socioeconomic and productive characterization of cocoa crops in the Santander Department (Colombia). Revista Mexicana de Agronegocios, 38, 283-294. http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/239289/2/G.-Pabonetal_Colombia.pdf

Palencia-Blanco, Cristian Giovanni., Carreño-Castaño, Leidy Andrea., Salazar-Beleño, Ana Milena., Paz-Díaz, Hector Julio., Ramírez-Gómez, Luz Elena., Pacheco-Valderrama, Monica María. (2021). Evaluación fisicoquímica y microbiológica de harina obtenida de la torta residual de sachá inchi (*Plukenetia volubilis* L.) Para su potencial uso en el sector agroalimentario. Agrárias: Pesquisa e Inovação nas Ciências que Alimentam o Mundo, ISBN: 978-65-87396-35-4-, Vol 6., págs: 29 - 42, Ed. EDITORA ARTEMIS. Disponible en: <https://www.editoraartemis.com.br/artigo/32221/>

CAPÍTULO 15

STATISTICAL ANALYSIS OF CONVERGENCE FOR NON-LINEAR OPTIMIZATION ALGORITHMS IN CALL CENTERS PROBLEMS

Data de submissão: 15/05/2022

Data de aceite: 10/06/2022

Ángel Rubén Barberis

Facultad de Ciencias Exactas de la
Universidad Nacional de Salta
Doctor de la
Universidad de Buenos Aires en
Ciencias de la Computación
Magister de la
Universidad de Buenos Aires en
Simulación Numérica y Control
Licenciado en Análisis de Sistemas
Salta-Capital, Argentina

Lorena Elizabeth del Moral Sachetti

Sede Regional Orán de la
Universidad Nacional de Salta
Especialista en
Psicopedagogía Institucional de la
Universidad Nacional de Salta
Licenciada en Análisis de Sistemas
San Ramón de la Nueva Orán-Salta
Argentina

convex and non-derivable objective functions. As in all areas of Operations Research, solving these problems demands efficient, fast and accurate algorithms. In most nonlinear optimization problems with constraints, the researcher is faced with the difficulty of verifying and validating the correct functioning of the algorithm. In many cases, computational complexity makes it difficult to estimate the result by brute force. The usual way is to have a set of similar problems or well-defined equivalents, and with known results metrics with which it can be contrasted. The problem is that you don't always have these repositories. The need to have a strategy to validate the convergence and precision of a numerical sequence generated by an optimization algorithm becomes imperative. This work describes a statistical method to quickly evaluate the convergence and accuracy of algorithms that generate numerical sequences in the approximation of a result.

KEYWORDS: Non-linear optimization. Convergence of optimization algorithms. Integer Nonlinear Optimization. Call Center Optimization.

ABSTRACT: Call center optimization is not an easy problem to solve, due to the complexity of the mathematical models that derive from Erlang formulas. This complexity is transferred to optimization models, which in most cases, conform to non-linear, non-

1 INTRODUCTION

Optimizing operational resources in Call Center problems is a difficult process to solve accurately, mainly due to the complexity of Erlang's models, especially when trying

to approximate reality. Although the mathematical formulations for the Erlang-A queue models ($M/M/n + G$) are available, they are too complicated to derive analytical and algorithmic solutions for Call Center problems. Therefore, solving issues such as estimating the additional number of operators needed when the volume of incoming calls is doubled, or determining the sensitivity of the model when there are errors in the estimation of patience (Zeltyn et al., 2005), among others, is usually a difficult task.

The optimal administration of Call Center pursues, mainly, two opposing objectives: 1) Optimal operational dimensioning, which seeks to minimize the cost in hiring personnel; and 2) Maximum service levels, which seeks to maximize user satisfaction. The first goal is achieved by solving integer linear optimization problems. Under conditions of convexity for functions there is a robust theory in the literature that guarantees the global solution of problems, as well as a wide development of efficient algorithms (Robbins et al., 2010; Ingolfsson et al., 2010). Achieving the second goal involves solving an integer nonlinear optimization problem. Most engineering and applied science problems involve optimization models with non-convex and non-derivable functions, resulting in complex resolution due to the existence of multiple local optimums. This requires the creation of procedures to deal with these difficulties during the search for good solutions that may not be optimal but satisfactory. To say that a solution is satisfactory implies the realization of a set of previous activities that guarantee that the algorithm converges to a limit point, and that its approximation is in an acceptance interval. Validating the reliability of the algorithmic result of a restricted, non-convex, non-derivable nonlinear problem is a complex task, especially if you do not have in the literature well-defined problem repositories, with known results metrics with which it can be contrasted. Consequently, several researchers use simulation as a comparison tool, supported by confidence intervals (Kim et al., 2011). In order to use simulation in convergence analysis, statistical theory is used to extract from it, some concepts such as Residual Analysis and Empirical Rule 68-95-99. The evaluation of kurtosis is incorporated into the analysis for sample data that follow a normal distribution. Simulation is used as a valid frame of reference for the generation of empirical residual samples on which the new method is developed.

The present work shows a statistical procedure that allows to quickly study the convergence and precision of results obtained by algorithms that approximate a solution to non-linear problems. Section 2 describes the conceptual framework considered for the development of the method. Section 3 describes the rapid convergence validation process. Finally, in section 4, the conclusions are presented.

2 CONCEPTUAL REFERENCE FRAMEWORK

2.1 RESIDUAL ANALYSIS

The *residual analysis* is the tool used to evaluate the suitability of a linear regression model against a set of experimental data by defining residuals and verifying statistical assumptions through the analysis of residual plots (Topp et al., 2004; Asuero et al., 1989).

The main statistical assumptions regarding the regression model that are verified with the residuals plot are (Black, 2010; Massart et al., 2003):

1. The generation of residuals must have a random behavior and be independent and identically distributed.
2. All residuals must have the same variance. This means that the variance must be constant throughout the dynamic concentration range of the residuals. This property is known as *homoscedasticity*.
3. All residuals must be random variables with (approximately) normal distribution with mean 0, therefore the expected value of residuals must be 0.

The verification of properties, such as being independent and identically distributed, leads to the fulfillment of other implicit assumptions (Korner-Nievergelt et al., 2015).

Once the residual *independence* is verified, it implies the fulfillment of assumptions such as: **a)** the residuals are not correlated with any other variable included or not in the model; **b)** The residuals are not grouped (i.e., the sample means of any set of residuals should all be equal); **c)** The residuals are not autocorrelated (i.e., no temporal or spatial autocorrelation exist).

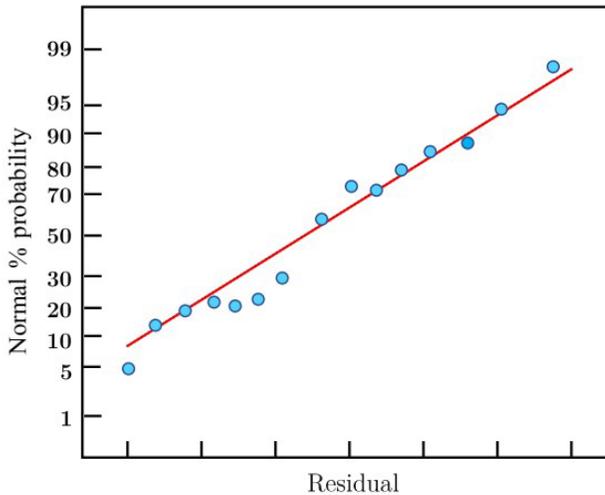
On the other hand, to say that the residuals are *identically distributed* means that: **a)** All the residuals come from the same distribution. In the case of a linear regression, it is assumed that they all come from the same normal distribution; **b)** The residual variance is homogeneous, that is, the homoscedasticity property is fulfilled; **c)** The mean of the residuals is zero throughout the range of predictor values. When numerical predictors (covariates) are present, it implies that the relationship between the independent and dependent variable can be adequately described by a straight line in the plane.

The difference between the observed values of the dependent variable (y) and the values predicted by the model (\hat{y}) is called *residual* (e) (Martin et al., 2017). Also known as *error*. That is:

$$\text{Residuals } (e) = \text{Observed values } (\hat{y}) - \text{values predicted by the model } (y) \Rightarrow e = y - \hat{y}$$

Where $\sum e_i = 0$ and $\bar{e} = 0$ provided that the statistical assumptions are fulfilled.

Figure 1: Residuals with normal distribution.

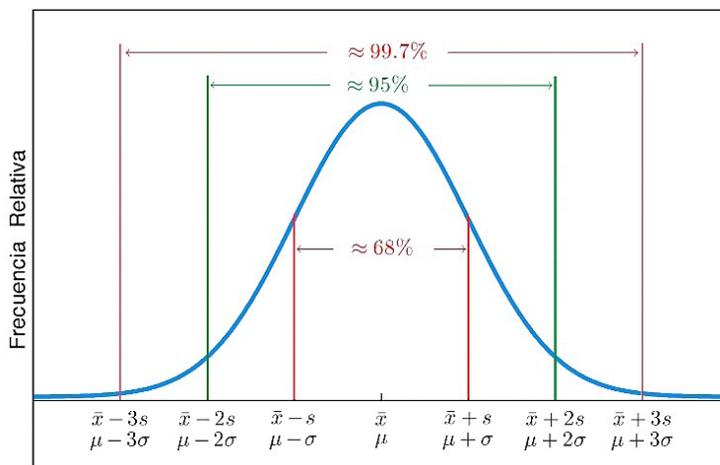


A residual plot shows the residuals on the vertical axis and the independent variable on the horizontal axis. When the points on the graph are randomly scattered around the horizontal axis, the linear regression model is considered appropriate for the data. A quick way to check the assumption of normality is to analyze the trend of the graph. If the residuals are drawn approximately along or over the straight line as in figure 1, then the normality assumption is fulfilled (Myers et al., 2009), which implies immediately satisfying the assumptions of implication mentioned above. From the conceptual point of view, the analysis of residuals constitutes a simple tool that facilitates the detection of errors and the verification of the degree of approximation between an empirical or theoretical equation with experimental results (Tomàs et al., 2006).

2.2 EMPIRICAL RULE OR 68–95–99

Using a central estimate such as the mean or median along with a measure of variation (such as the standard deviation or interquartile range) in a sampling distribution is a good way to describe the values or behavior of a population. In case that the relative frequency histogram of the data has the shape of a bell (or has an approximately normal distribution), the population mean and the standard deviation are the appropriate combination to study variability or dispersion, and a special rule links them to obtain fairly detailed information about the general population. This rule is the so-called *empirical rule*, also known as the 68–95–99 rule (Rumsey, 2016).

Figure 2: Empirical Rule. Percentage data according to distance from the mean.

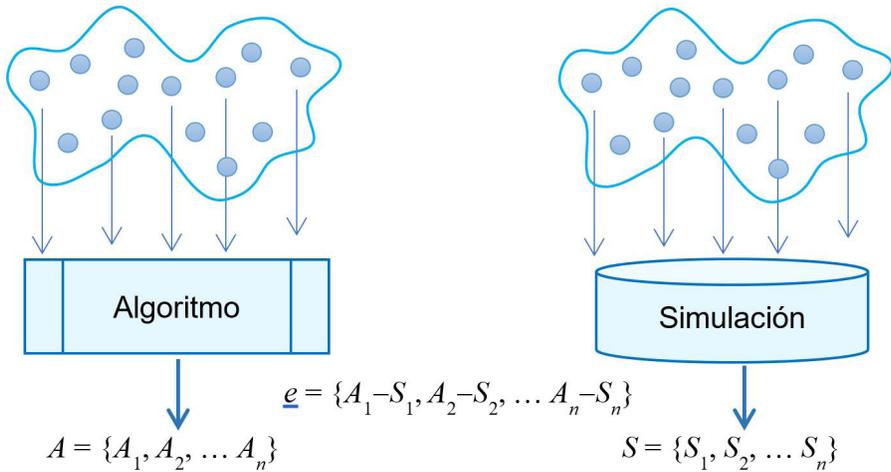


The empirical rule is a general rule that is used to indicate the approximate percentage of sample values that are found within the interval formed by the standard deviations with respect to the sample mean, when these are normally distributed (Black, 2010). The rule is generally applied to a random variable that follows a normal distribution, with mean μ and standard deviation σ . An important characteristic expresses that, if the distribution of the data is more or less symmetric, unimodal and follows a normal law or an approximation to it, then approximately 68.27% of the data are concentrated within the range $\mu \pm \sigma$; 95.45% within $\mu \pm 2\sigma$, and 99.73% within $\mu \pm 3\sigma$. Figure 2 illustrates the three intervals of the 68–95–99 rule. An important point to keep in mind is that the empirical rule does not apply to data sets with very asymmetric distributions.

2.3 RESIDUAL EMPIRICAL VALIDATION PROCESS

The objective is to know if the optimization algorithm executed with different initial points from the decision space converges to the same limit point, and if this is close to the solution of the problem under study or not. The conclusions are developed from statistical comparisons between the outputs of a simulation process and the deterministic results obtained by the objective algorithm.

Figure 3: Residuals Sample formation process.



The procedure consists in generating observations from the results of the algorithm which are obtained from m executions with m different starting points from the decision space. The simulation processes are also started with the m different points used by the algorithm, see the diagram in figure 3. If A_i is the observed value obtained as a result of the algorithm executed in the i -th experiment, and S_i the estimation of the same study variable obtained by simulation in the i -th process, then the residues $r_i = A_i - S_i, \forall i = 1 \dots m$, form the residual random variable R . Thus, if $A_i \rightarrow E(S_i)$ then $E(R) \rightarrow 0$. After generating the sample, the residuals analysis is performed to ensure fulfillment of the statistical assumptions. Failure to comply with some of the assumptions implies increasing simulation times and generating a new sample of simulation observations using the process of the alternative not chosen. If some of the statistical assumptions of the analysis of residuals were to fail again, then the hypothesis that the algorithm converges to the solution of the problem under study is rejected. In the case that all the assumptions are verified, it is considered that the algorithm tends to converge to a limit point that may or may not be close to the solution of the target problem. The next step is to analyze the degree of concentration of the residues around the central measure. The estimate is obtained from the Kurtosis indicator, which measures the degree of flatness or tailedness of the shape of the sample distribution with respect to the normal curve (Khurshid et al., 2007). In the comparison with the normal distribution curve, if the kurtosis indicator is greater than 0, the sample distribution will be Leptokurtic; if it is equal to 0 it will be Mesokurtic, (it indicates that it has a normal distribution); however, if the indicator is less than 0, the distribution will be

Platykurtic (Chissom, 1970, Pearson, 1905). For a successful application of the empirical rule, a kurtosis indicator larger or equal to 0 is desirable. This will give rise not only to a successful validation of the algorithm's convergence, but also to a convergence with an acceptable degree of precision.

Once the kurtosis condition is satisfied, the results derived from the Standard Deviation (σ) will be studied in its three values: σ , 2σ and 3σ , according to the 68-95-99 *empirical rule*. It is desirable that 100% of the algorithmic results are within an acceptable approximation range around the solution. As it is a statistical study, it will be sought that at least a certain percentage of the algorithmic results have an acceptable precision, which implies setting an upper bound of 2σ or 3σ , which will depend on the type of problem to be solved. Thus, for example, for the case study described in section 3.2, which seeks to determine the optimal distribution policy of working shifts for the operators of a Call Center, which maximize service levels (SL), requires that 2σ or 3σ be less than 1 – since, the SL is quantized in the real range (0, 1] – to ensure that at least 95% of the algorithmic results are within the precision range.

3 RAPID CONVERGENCE VALIDATION PROCESS

The validation of the algorithm, aims to give reliability in stability and convergence towards a satisfactory result, considering certain precision. The method consists of 7 steps, of which the first 5 corresponds to the study of convergence towards a limit point; and the last 2, to the study of the proximity of the limit point to the solution of the optimization problem.

3.1 GENERATION OF INDEPENDENT AND IDENTICALLY DISTRIBUTED SAMPLES

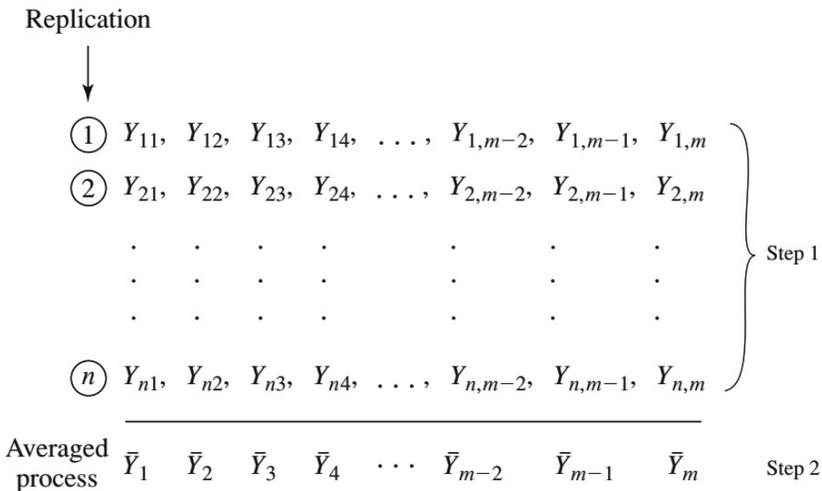
Each point of the decision space of the optimization problem is the starting point of the algorithm that concludes with a result. It is convenient to design a grid of points that covers the total area of the decision space. The objective algorithm will generate as many results as there are points in the grid. In an ideal convergence scenario, all the results given by the algorithm for a particular optimization problem must be exactly the same. The algorithmic process is numerical and the results should be at least approximately equal for successful validation. The numerical reference series can come from a deterministic or stochastic numerical process and are approximately equal with acceptable precision as much as you want. In case any of the numerical series comes from a stochastic process a new sample is selected with one of the two alternatives:

1) Perform n different executions of the simulation and extract from them a subset of m ($m < n$) results of the study variable, preferably those with the greatest variability. This will lead to m observations. Or,

2) Form n groups of m different simulation executions, with n different seeds for the generation of pseudo-random numbers (each group uses the same seed for the m simulations). Each group of m simulation results forms a row of the matrix of size $n \times m$. Then, a new random sample is designed by averaging the values of each column of the matrix, as shown in figure 4, thus generating, m values observed, with characteristics of being independent (Law et al., 2000).

From either alternative, m independent observations are obtained, identically distributed, and approximately normal, very convenient for the generation of residuals.

Figure 4: Sample formation process from simulations.



3.2 VERIFICATION OF THE ASSUMPTION OF NORMALITY. RESIDUALS GRAPHIC

The result of the previous step does not guarantee that the residual sample is independent and identically distributed when both numerical series come from deterministic processes. It is sought in all cases, that the residuals sample has a distribution, at least approximately normal. A rapid verification of the normal assumption is to analyze the normal probability graph of residuals. In the graph, they will show the residuals on the vertical axis and the independent variable on the horizontal axis. If the points in the residual graphic are randomly dispersed around the horizontal axis, then the normality assumption is verified, since the residuals is approximately along or on the line of trend. Once the assumption of normality is fulfilled, it implies immediately satisfying the

assumptions of Step 1. From the conceptual point of view, the residuals analysis forms a simple tool that facilitates the detection errors and the verification of the degree of approximation between an empirical or theoretical equation with results with results with results experimental.

3.3 NORMALITY VALIDATION IN THE RESIDUALS SAMPLE

Step 2 can be considered subjective, since it depends on the estimates and details sought by the observer. Therefore, rapid validation to demonstrate that the residuals are distributed (approximately) normal is to verify that $\sum e_i \rightarrow 0$ and $\bar{e} \rightarrow 0$.

3.4 AUTOCORRELATION TEST IN THE RESIDUALS SAMPLE

The independence of residuals values with each other is key to demonstrating that residual is randomly distributed according to a normal distribution. To demonstrate the existence or not of autocorrelation, the Durbin-Watson indicator (Durbin et al., 1950) is used, whose expression is shown in Figure 5, which takes value 2 when the residual is completely independent, from the theoretical point of view.

Figure 5: Durbin-Watson indicator.

$$DW = \frac{\sum_{i=2}^n (e_i - e_{i-1})^2}{\sum_{i=1}^n e_i^2} ; \quad 0 \leq DW \leq 4$$

A $DW < 2$ indicates positive autocorrelation, and a $DW > 2$ a negative autocorrelation. In practice when DW is between 1.5 and 2.5 it is considered that there is independence. To calculate this, the DW statistic is compared with critical values according to the level of significance α . These values are tabulated for the critical estimators d_L and d_U (Durbin et al., 1951).

The null hypothesis H_0 is contrasted against the alternative H_a , where $H_0 =$ *The residuals are not autocorrelated* and $H_a =$ *The residuals are autocorrelated*. The null hypothesis H_0 is not rejected if the result $DW \in [d_U ; 4 - d_U]$.

3.5 TEST DE HOMOSCEDASTICITY

To demonstrate homoscedasticity, the *Bartlett Test* is used (Bartlett, 1937). This defines the null hypothesis, H_0 that the variances of k independent samples of a

population are equal, versus the alternative hypothesis that at least two are different. The statistic is shown in Figure 6. The test statistic T has a distribution which is approximately χ^2_{k-1} . Due to this, the null hypothesis is rejected if $T > \chi^2_{k-1, \alpha}$ with a significance level α .

Figure 6: Bartlett statistic.

$$T = \frac{(N-k) \ln(S_p^2) - \sum_{i=1}^k (n_i - 1) \ln(S_i^2)}{1 + \frac{1}{3(k-1)} \left\{ \left(\sum_{i=1}^k \frac{1}{n_i - 1} \right) - \frac{1}{N-k} \right\}} \quad \text{donde } N = \sum_{i=1}^k n_i \quad ; \quad S_p^2 = \frac{\sum_{i=1}^k (n_i - 1) S_i^2}{N-k}$$

The non-verification of some of steps 2 to 5 implies that the numerical sequence generated by the objective algorithm does not converge to a limit point, so the validation process is interrupted with a negative conclusion. Otherwise we proceed with steps 6 and 7.

3.6 KURTOSIS ANALYSIS

The next step is to analyze the degree of accuracy of the convergence. To do this, the degree of tailedness of the approximately normal distribution of the residuals sample is measured, which is achieved with the kurtosis indicator. The Joanes Kurtosis Indicator is proposed, which is unbiased for normal distributions (Joanes et al., 1998). The expression is shown in Figure 7, where S denotes the standard deviation.

Figure 7: Joanes Kurtosis Indicator.

$$K = \left\{ \frac{n(n+1)}{(n-1)(n-2)(n-3)} \sum \left(\frac{x_j - \bar{x}}{s} \right)^4 \right\} - \frac{3(n-1)^2}{(n-2)(n-3)}$$

For a successful application of the empirical rule, an indicator of kurtosis K greater than or equal to zero is desirable, which will lead not only to a successful validation of the convergence of the algorithm, but also to a convergence with an acceptable degree of precision.

3.7 ANALYSIS BY EMPIRICAL RULE → DEGREE OF PRECISION

Considering the previous result, and by application of empirical rule 68-95-99, it is known that 99.7% of the observations are concentrated in the range either in $[\bar{x} - 3\sigma; \bar{x} + 3\sigma]$ or in $[\mu - 3\sigma; \mu + 3\sigma]$. Therefore, to statistically estimate the degree of proximity of the limit point to the solution of the optimization problem, it is necessary to set an upper

bound for 3σ . If the residual sample generates a value of 3σ greater than said bound, then it would be concluded that the limit point to which the algorithm converges does not have the desired proximity to the solution of the objective problem. Otherwise, the algorithm result is accepted as an approximate solution of the optimization problem.

4 CONCLUSIONS

The statistical method presented is a fast technique to demonstrate convergence and accuracy of the results by algorithms, which in their process, generate numerical series. Residual analysis is a statistical process used to study approximation characteristics in regression models. In this work, this process is shown as a key resource in the study of convergence of optimization algorithms in nonlinear problems. The combination of the kurtosis indicator with the empirical rule 68-95-99 made it possible to estimate the degree of similarity between the results obtained by the algorithm and those of simulation. The computational tests in which the technique was used, included non-linear optimization problems of small and medium size, up to dimension 1000. These tests included Call Center problems with constraints and non-linear, non-convex, non-derivable objective functions that do not configure quadratic models and on a discrete domain. The technique showed satisfactory and encouraging experimental results. It is risky and premature to establish conclusive and final conclusions of the general applicability of the technique in all areas of optimizations in the field of Operations Research, so it is necessary to extend the study for the generalization of the technique to other fields of knowledge. The Residual Empirical Validation technique could be a way to begin to discuss the convergence of optimization algorithms whose results are wrapped in a blanket of uncertainty.

REFERENCES

- Asuero, A. G. and Gonzalez, A. G. (1989) Some observations on fitting a straight line to data. *Microchemical Journal*, 40 (2), 216-225.
- Barberis, A. R. and Del Moral Sachetti, L. E. (2011) Modelización, Simulación y Optimización del personal operativo en la administración de Call/Contact Center. In: *Simposio de Investigación Operativa 2011 - 40 JAIIO*. Córdoba, Argentina: SADIO, pp. 103-120.
- Barberis, A. R. and Del Moral Sachetti, L. E. (2019) Programación No Lineal Entera en la Planificación Óptima de Turnos para un Modelo de Call Center. In: *VII Congreso de Matemática Aplicada, Computacional e Industrial - MACI 2019. S10-Métodos Numéricos: Algoritmos y Aplicaciones*. Río Cuarto, Córdoba. Argentina: ASAMACI, Vol. 7, pp. 201-204.
- Bartlett, M. S. (1937) Properties of Sufficiency and Statistical Tests. *Proceedings of the Royal Society of London. Series A, Mathematical and Physical Sciences*, 160 (901), 268-282.

- Black, K. (2010) *Business Statistics: For Contemporary Decision Making*. 6 ed. John Wiley. USA.
- Chissom, B. S. (1970) Interpretation of the Kurtosis Statistic. *The American Statistician*, 24 (4), 19-22.
- DeCarlo, L. T. (1997) On the meaning and use of kurtosis. *Psychological Methods*, 2 (3), 292-307.
- Durbin, J. and Watson, G. S. (1950) Testing for Serial Correlation in Least Squares Regression: I. *Biometrika*, 37 (3/4), 409-428.
- Durbin, J. and Watson, G. S. (1951) Testing for Serial Correlation in Least Squares Regression. II. *Biometrika*, 38 (1/2), 159-177.
- Ingolfsson, A., et al. (2002) Accounting for time-varying queueing effects in workforce scheduling. *European Journal of Operational Research*, 139 (3), 585-597.
- Ingolfsson, A., et al. (2010) Combining integer programming and the randomization method to schedule employees. *European Journal of Operational Research*, 202 (1), 153-163.
- Joanes, D. N. and Gill, C. A. (1998) Comparing measures of sample skewness and kurtosis. *Journal of the Royal Statistical Society: Series D (The Statistician)*, 47 (1), 183-189.
- Khurshid, A., et al. (2007) A note on finding peakedness in bivariate normal distribution using Mathematica. *Pakistan Journal of Statistics and Operation Research*, 3 (2), 75-86.
- Kim, S.-M., et al. (2011) The Staffing Problem at the Call Center by Optimization and Simulation. *IE Interfaces*, 24 (1), 40-50.
- Koole, G. and van der Sluis, E. (2003) Optimal Shift Scheduling with a Global Service Level Constraint. *IIE Transactions*, 35 (11), 1049-1055.
- Korner-Nievergelt, F., et al. (2015) Chapter 6 - Assessing Model Assumptions: Residual Analysis. In: KORNER-NIEVERGELT, F., et al. (Eds.) *Bayesian Data Analysis in Ecology Using Linear Models with R, BUGS, and STAN*. Boston: Academic Press, pp. 75-94.
- Law, A. M. and Kelton, W. D. (2000) *Simulation Modelling and Analysis*. (Series in Industrial Engineering and Management Science). 3 ed. McGraw-Hill Higher Education. New York, USA.
- Martin, J., et al. (2017) Fitting Models to Data: Residual Analysis, a Primer - Chapter 7. In: HESSLING, J. P. (Ed.) *Uncertainty Quantification and Model Calibration*. Rijeka: IntechOpen, pp. 133-173.
- Massart, D. L., et al. (2003) *Chemometrics: a Textbook*. (Data Handling in Science and Technology). Vol. 2. Elsevier Science B.V. Hungary.
- Myers, R. H., et al. (2009) *Response Surface Methodology: Process and Product Optimization Using Designed Experiments*. (Wiley Series in Probability and Statistics). 3 ed. John Wiley & Sons, Inc. Hoboken, New Jersey, USA.
- Pearson, K. (1905) Das Fehlergesetz und Seine Verallgemeinerungen Durch Fechner und Pearson. A Rejoinder (Skew Variation, a Rejoinde). *Biometrika*, 4 (1/2), 169-212.
- Robbins, T. R. and Harrison, T. P. (2010) A stochastic programming model for scheduling call centers with global Service Level Agreements. *European Journal of Operational Research*, 207 (3), 1608-1619.
- Rumsey, D. J. (2016) *Statistics For Dummies*. 2 ed. Wiley Publishing, Inc. Indianapolis, Indiana, USA.

Tomàs, X., et al. (2006) *Introducción al Cálculo Numérico*. Institut Químic de Sarrià (IQS). Departament d'Estadística Aplicada. Barcelona, España.

Topp, R. and Gómez, G. (2004) Residual analysis in linear regression models with an interval-censored covariate. *Statistics in medicine*, 23 (21), 3377-3391.

Zeltyn, S. and Mandelbaum, A. (2005) Call Centers with Impatient Customers: Many-Server Asymptotics of the $M/M/n + G$ Queue. *Queueing Systems*, 51 (3), 361-402.

CAPÍTULO 16

LOS DECENIOS DE ACCIÓN PARA LA SEGURIDAD VIAL: RECAPITULACIÓN GENERAL Y REFLEJO EN COSTA RICA

Data de submissão: 20/05/2022

Data de aceite: 09/06/2022

Carlos Contreras-Montoya

Colegio Federado de
Ingenieros y Arquitectos
Costa Rica
Rede de Estudos de Engenharia e
Sócioeconomicos em Transportes
RESET/UFRJ/Brasil
carlos_contreras9@yahoo.com.br
CV

RESUMEN: En agosto de 2020 la Asamblea General de la ONU proclamó el período 2021-2030 como Segundo Decenio de Acción por la Seguridad Vial, considerando el mismo dentro del contexto de los Objetivos para el Desarrollo Sostenible y del enfoque de Sistema Seguro. El Primer Decenio 2011-2020 basó su estrategia en cinco pilares: fortalecimiento institucional, comportamiento humano, vehículos seguros, infraestructura segura y atención a víctimas, y propuso reducir a la mitad el número de muertos y heridos graves en accidentes de tránsito, sin embargo se ha constatado que muchos países no lo han conseguido. Dentro de los objetivos del trabajo se hace una recapitulación analítica de los principales elementos que caracterizaron

el primer decenio, esto en general y para la Región de las Américas en particular, con ese marco se analiza el caso de Costa Rica y las eventuales implicaciones del segundo decenio, en su significado como nuevo paradigma de carácter sistémico y los retos implícitos en el nuevo horizonte temporal, partiendo de las características estudiadas.

PALABRAS CLAVE: Seguridad Vial. Decenios de Acción. Índice de mortalidad. Consejo de Seguridad Vial de Costa Rica - Cosevi.

THE DECADES OF ACTION FOR ROAD SAFETY: GENERAL RECAPITULATION AND REFLECTION IN COSTA RICA

ABSTRACT: In August 2020 the UN General Assembly proclaimed the period 2021-2030 as the Second Decade of Action for Road Safety, considering it within the context of the Sustainable Development Goals and the Safe System approach. The First Decade 2011-2020 based its strategy on five pillars: institutional strengthening, human behavior, safe vehicles, safe infrastructure and victim care, and proposed to reduce by half the number of deaths and serious injuries in road crashes; however, it has been noted that many countries have not achieved this. The objectives of this paper include an analytical recapitulation of the main elements that characterized the first decade, in general and for the Region of the Americas in particular. Within this framework, the case of Costa Rica

and the eventual implications of the second decade are analyzed, in its significance as a new paradigm of a systemic nature and the challenges implicit in the new time horizon, based on the characteristics studied.

KEYWORDS: Road Safety. Decades of Action. Fatality rate. Road Safety Council of Costa Rica - Cosevi.

1 INTRODUCCIÓN

Se puede considerar el Informe mundial sobre traumatismos causados por el tránsito (Peden et al, 2004), como una referencia para la consolidación del Primer Decenio de Acción por la Seguridad Vial, por eso es pertinente recordar sus recomendaciones principales: identificar una agencia líder para guiar el esfuerzo nacional; evaluar los problemas, políticas, organización institucional y capacidad para prevenir lesiones; preparar una estrategia nacional y un plan de acción; asignar recursos humanos y financieros; implementar acciones para prevenir accidentes, minimizar lesiones y sus consecuencias; así como apoyar el desarrollo de la capacidad nacional para tratar el problema de seguridad vial.

Cuando, en mayo de 2011, se da a conocer el Plan Mundial para el Decenio de Acción para la Seguridad Vial 2011–2020 (WHO, 2010), se enfatiza en que los accidentes de tránsito representaban la décima causa principal de defunción a nivel mundial, que más del 90% de las defunciones y traumatismos ocurrían en países de ingresos bajos y medianos, que era la principal causa de defunción entre los jóvenes de 15 a 29 años de edad, que cerca de 50% de las víctimas mortales eran peatones, ciclistas o motociclistas y que esos accidentes provocaban enormes pérdidas económicas tanto por su impacto en las propias víctimas, sus familias y por extensión en las naciones, las cuales oscilaban entre el 1% y el 3% del PIB, y en algunos casos podía llegar al 5%.

Dentro de la lógica de prevención se señalaba la detección de medidas eficaces, enfatizando en que los países que más habían avanzado consiguieron la participación de todos los sectores sociales relevantes y que era fundamental la promulgación y aplicación de una normativa completa en factores como: la conducción bajo los efectos del alcohol, el exceso de velocidad y el uso del cinturón de seguridad y el casco; la necesidad de vías de tránsito y de vehículos más seguros; y la pertinencia de un sistema eficaz de atención de emergencia.

Se debe recordar que a cinco años del inicio del primer decenio, el 25 de septiembre de 2015, en la Cumbre de la ONU sobre el Desarrollo Sostenible, se aprobó el documento “Transformar Nuestro Mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible”, que incluye los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible, y donde la meta específica 3.6

orientaba a reducir las muertes por accidentes de tránsito en 50% para 2020, y la meta 11.2 para que en 2030 se brindara acceso a sistemas de transporte seguros, asequibles, accesibles y sostenibles para todos, mejorando la seguridad vial, con especial atención a las necesidades de los usuarios vulnerables (peatones, ciclistas y motociclistas), mujeres, niños, personas con discapacidad y adultos mayores. Esa meta 3.6 de los ODS no se alcanzó cinco años después al terminar el primer decenio.

Es así como el 31 de agosto de 2020, en Resolución A/RES/74/299, Mejoramiento de la seguridad vial en el mundo, aprobada por la Asamblea General de la ONU, se integra la Declaración de Estocolmo, aprobada en la Tercera Conferencia Ministerial Mundial sobre Seguridad Vial, que tuvo lugar los días 19 y 20 de febrero de 2020, y se proclama el período 2021-2030 como Segundo Decenio de Acción para la Seguridad Vial, que tendrá por objetivo reducir las muertes y lesiones causadas por accidentes de tráfico por lo menos en un 50 % de 2021 a 2030.

2 SOBRE EL DECENIO 2011-2020

En marzo de 2010, la Resolución A/64/255 de la Asamblea General de la ONU proclamó el período 2011–2020 como el Decenio de Acción para la Seguridad Vial, o primer decenio, con el objetivo de estabilizar y, posteriormente, reducir las cifras previstas de víctimas mortales en accidentes de tránsito en todo el mundo (WHO, 2010).

Con respecto al primer decenio, algunas variaciones se pueden obtener si se toman los Informes sobre la situación mundial de la seguridad vial, del 2009 o sea antes del inicio (WHO, 2009) y del 2018 o sea hasta este momento el último reportado (WHO, 2018). Lo anterior aún a pesar de que ambos reportes no sean directamente comparables, esto debido a cambios en la metodología utilizada por la OMS para modelar el conjunto de datos y a la confiabilidad en sí de los mismos según su proveniencia.

Tabla I: Variación en indicadores (2008 - 2017).

Año	2008	2017
Población Mundial (billones)	6,7	7,3
Vehículos registrados (billones)	1,3	2
Cantidad estimada fallecidos (millones)	1,23	1,35
Índice Mundial (muertos/100.000 hab)	18,8	18,2
Índice Américas (muertos/100.000 hab)	15,8	15,6
Proporción muertes usuarios vulnerables (%)	46	54

Fuente: Peden y Puvanachandra (2019).

Nótese el gran aumento en la población mundial y mayor aún en el parque vehicular, aun así los índices de mortalidad disminuyeron en la Región de las Américas y a nivel mundial como un todo. Sin embargo y en parte debido al aumento en el parque de motocicletas, siempre en conjunto con peatones, la proporción de muertes de usuarios vulnerables creció notablemente.

En la Tabla 2 se muestran los índices de mortalidad en muertos/100.000 hab. para diversos países y regiones de interés, ordenados de peor a mejor índice según el año 2016, la variación porcentual de 2013 a 2016 se muestra con signo positivo cuando es de mejoría.

Tabla 2: Variación de índices de mortalidad (m/100.000 h) 2013 - 2016.

Año	2013	2016	
País / Región			Variación %
Venezuela	45,10	33,70	25,28
Mundo	17,42	18,14	-4,10
América Latina y el Caribe	19,24	17,81	7,42
Honduras	17,40	16,70	4,02
Costa Rica	13,90	16,70	-20,14
Guatemala	19,00	16,60	12,63
Panamá	10,00	14,30	-43,00
Argentina	13,60	14,00	-2,94
Uruguay	16,60	13,40	19,28
México	12,30	13,10	-6,50
Chile	12,40	12,50	-0,81
Miembros OCDE	8,12	8,75	-7,78
Israel	3,60	4,20	-16,67
España	3,70	4,10	-10,81
Dinamarca	3,50	4,00	-14,29
Singapur	3,60	2,80	22,22
Suecia	2,80	2,80	0,00

Elaboración propia a partir de los Informes sobre la situación mundial de la seguridad vial 2015 y 2018 de OMS e indicadores del Banco Mundial.

Se verifica una relativa estabilidad mundial (variación de menos de 5%) pero con comportamientos muy diversos, tanto de mejoría notable como el caso de Singapur, así como de Venezuela (con la salvedad de que continúa con uno de los peores desempeños) y en la Región de las Américas como de Uruguay, sin embargo otros en esa Región en principio empeoraron, aunque la Región como un todo mejoró. Llama la atención

el caso de países de la OCDE que en conjunto empeoraron pero continúan entre los mejores desempeños a nivel global. Lo anterior al parecer muestra que es difícil mejorar, o inclusive mantenerse, cuando ya se tiene un muy buen desempeño, con excepciones notables claro.

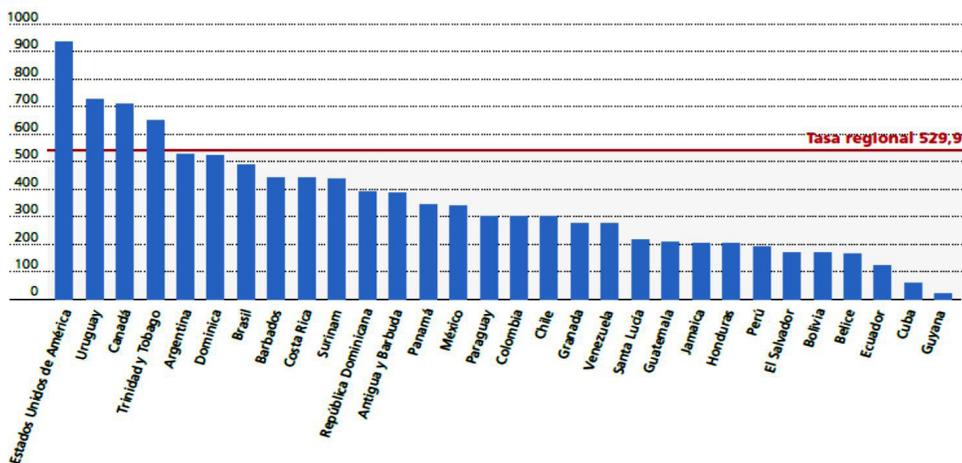
Además habría que acotar que no se puede generalizar a partir de observaciones puntuales, pues de hecho se observan grandes variaciones temporales del desempeño por país, según sea el caso.

3 SOBRE LA REGIÓN DE LAS AMÉRICAS

Un análisis del desempeño se puede obtener de los informes sobre La Seguridad Vial en la Región de las Américas del 2016 y del 2019 (OPS/OMS, 2019), éste último será la referencia que se utilizará a seguir dado que es el último informe regional disponible dentro del primer decenio, aunque en general los datos reportados son del año 2016.

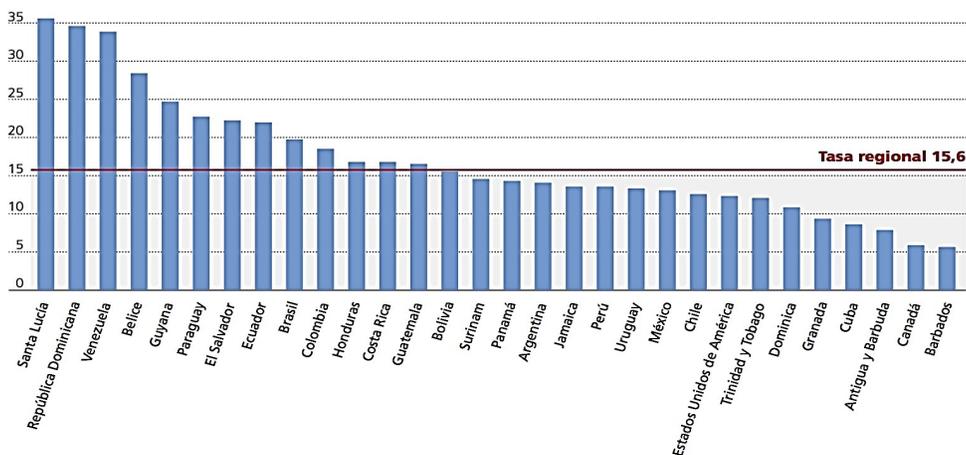
Como datos generales se tiene la tasa de motorización de los 30 países considerados en la región, donde el promedio es de 530 vehículos por mil habitantes, tasa elevada por la presencia de Estados Unidos, Uruguay y Canadá como se aprecia en la Figura 1.

Figura 1: Tasa de motorización Región de las Américas, vehículos/1000 h. (2016).



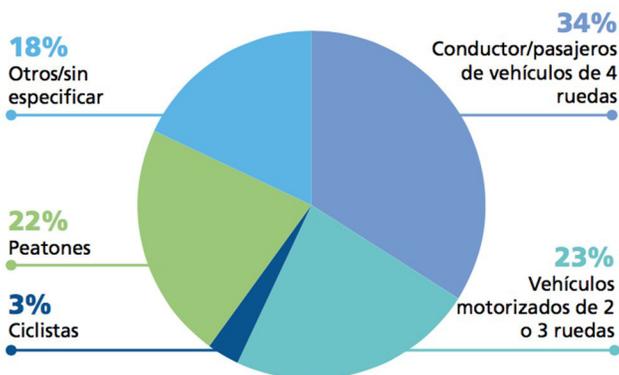
En lo que se refiere a la Tasa de mortalidad por accidentes de tránsito, los índices de Santa Lucía, Dominicana, Venezuela y Belice elevan el dato regional aunque en este caso los datos son más homogéneos alrededor del promedio de 15,6 fallecidos por 100.000 habitantes, como se muestra en la Figura 2.

Figura 2: Tasa de mortalidad Región de las Américas, muertos/100.000 h. (2016).



Como ya se mencionó hay un aumento exponencial en la presencia y en la mortalidad de motociclistas, los cuales forman parte de los usuarios vulnerables, para ese conjunto en la región se tiene que las muertes en el tránsito son la segunda causa principal de mortalidad en adultos jóvenes de 15 a 29 años; además prácticamente la mitad del total de muertes se da por usuarios más vulnerables, a saber: motociclistas (23%), peatones (22%) y ciclistas (3%), como se muestra en la Figura 3. En general para la región la proporción de muertes de motociclistas aumentó un 3% entre 2013 y 2016.

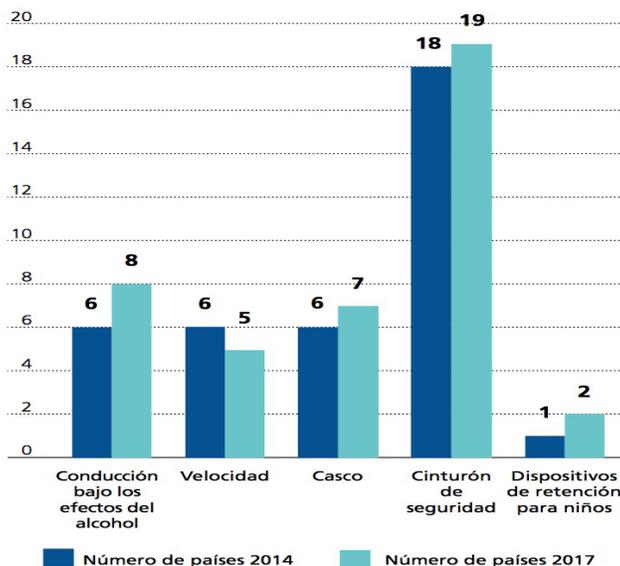
Figura 3: Proporción de muertes estimadas según tipo de usuario, Región de las Américas (2016).



Dentro de los factores que contribuyen a la expansión de la flota de motos en la región, se tienen varios factores, a saber: la posibilidad de adquirir motocicletas a precios muy bajos; los niveles de ingresos crecientes que posibilitan la adquisición; las necesidades de transporte no satisfechas; el congestionamiento vehicular en las zonas urbanas; el aumento de costos y tarifas en otras formas de transporte; un menor consumo de combustible; las facilidades para estacionamiento y un bajo costo de mantenimiento.

Para efectos de las leyes implementadas, un resultado de los datos levantados en el informe de la OPS/OMS (2019), muestra como para los cinco factores de riesgo que se han referenciado ha habido en general una mayor adhesión de países a la legislación del caso, entre 2014 y 2017, y como se muestra en la Figura 4 siempre con mayor presencia de aquella referente al uso del cinturón de seguridad y con un déficit mayor respecto de los dispositivos de retención infantil.

Figura 4: Países con legislación satisfactoria de mejores prácticas según factores de riesgo, Región de las Américas (2014-2017)



Cabe aclarar que, en el caso de la regulación y control de la velocidad para efectos del informe ya mencionado, la legislación que contempla los criterios de mejores prácticas en la imposición de limitaciones para la misma, implica en establecer un límite máximo de 50 km/h en las vías urbanas, a nivel nacional, pero con la posibilidad legal de que las autoridades locales puedan modificar ese límite en su jurisdicción. Los cinco países que cumplen esa condición son Canadá, México, Bolivia, Paraguay y Uruguay.

Lo legislación descrita es fundamental en el establecimiento de las denominadas Zonas 30 o sea aquellas donde la velocidad máxima permitida, en función de la interacción del tránsito con usuarios vulnerables, es de 30 km/h, para lo cual se establece la debida señalización e intervención en la infraestructura vial, además de la fiscalización, de forma a garantizar el respeto a la medida. Estas zonas son de relevancia en la estrategia del Sistema Seguro, referencia del segundo decenio, y su impulso ostensivo ha sido propiciado por la OMS, que de hecho las convirtió en el tema de la Semana Mundial de la Seguridad Vial del 2021.

4 SOBRE EL CASO DE COSTA RICA

4.1 LEGISLACIÓN Y ADMINISTRACIÓN VIAL

La Ley de Administración Vial N° 6324, de 1979, regula lo concerniente al tránsito de personas, vehículos y bienes en la red de caminos públicos, así como todos los aspectos de seguridad vial y de contaminación ambiental causada por los vehículos automotores, su ejecución corresponde al Ministerio de Obras Públicas y Transportes. En su CAPITULO II, Artículo 4° estableció la creación del Consejo de Seguridad Vial – Cosevi – adscrito al MOPT con independencia en su funcionamiento administrativo y personalidad jurídica propia, para administrar el Fondo de Seguridad Vial y asignar las sumas necesarias para los programas y proyectos de seguridad vial.

El Cosevi es el órgano desconcentrado en transporte terrestre más antiguo de Costa Rica, pensado originalmente para administrar el Fondo citado y no para ejercer rectoría directa. A pesar de esto, con el paso del tiempo y de una forma regida más por la costumbre o estilo ministerial se ha venido encargando de la conceptualización, el diseño y la implementación de los Planes Estratégicos para la Seguridad Vial en el país (Contreras-Montoya, 2013).

4.2 DESEMPEÑO HISTÓRICO Y ALGUNAS ESTADÍSTICAS

Para contextualizar se muestran algunos datos generales sobre el país para el año 2019, último antes de la pandemia del Covid-19, tanto esos como los siguientes se extrajeron de las estadísticas formales que publica en su página web el Cosevi en la sección de datos abiertos (Cosevi, 2021).

Tabla 3: Datos generales de referencia (2019).

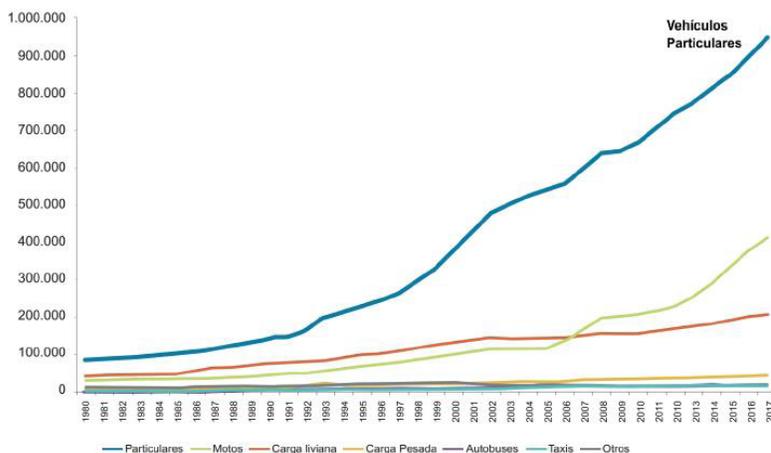
Población	5.057.999
Muertes en sitio	451
Muertes totales	811
Vehículos según pago de derecho de circulación*	1.485.837
Vehículos Inscritos	2.484.283
índice de motorización* por 100 habitantes	29,38
índice de motorización Inscritos por 100 habitantes	49,12

Para visualizar el crecimiento exponencial del parque vehicular en las últimas dos décadas, con énfasis en los vehículos particulares y en las motocicletas, se muestra la

Figura 5, donde las motos tienen un crecimiento acelerado a partir del 2005, pasando a ocupar el segundo lugar en cantidad.

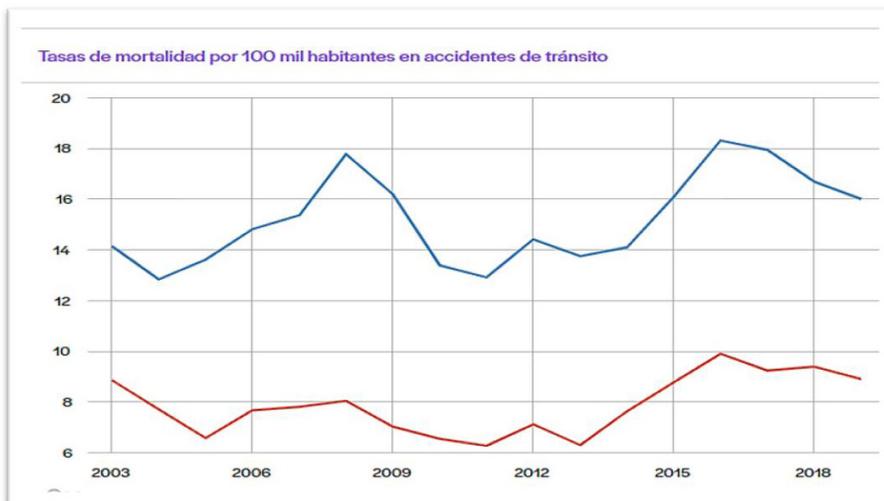
Figura 5: Crecimiento del parque vehicular en Costa Rica.

Crecimiento de la flota vehicular, por tipo. 1980 y 2017



Para ilustrar en parte el desempeño, se muestra la Figura 6 del indicador de muertes in situ y totales por 100.000 habitantes, para el período 2003-2019.

Figura 6: Tasas de mortalidad in situ y total para Costa Rica (2003-2019).



Aquí es fundamental recalcar que para el inicio del primer decenio, en el año 2011, la tasa de mortalidad total (m/100.000h) fue de 12,94 (en 2010 fue de 13,41), en 2016 se dio la mayor tasa de 18,34 o sea un aumento del 41,73% en un período de 5 años. A partir de ahí se inicia un descenso hasta el año 2019 con una tasa de 16,03 o sea una

disminución del 12,60% en un período de 3 años. Si bien es cierto ha habido algunas oscilaciones a lo largo del primer decenio, lo cierto es que la tendencia ha sido al aumento en la mortalidad, como ejemplo si se toman los datos del 2011 y 2019, los extremos, ese aumento fue de 23,88%.

En el caso de Costa Rica es importante recalcar la vigencia de una nueva Ley de Tránsito a partir del 2012, que si bien imponía multas más severas y redefinía la Administración Vial, lo cierto es que al no resolver la relación jerárquica entre el Consejo y entes operativos del Poder Ejecutivo central no consiguió el impacto buscado. Otras medidas fueron instauradas con antelación como la obligatoriedad del cinturón y el uso del casco, así como lo relativo a conducción bajo los efectos del alcohol y la revisión técnica vehicular, pero hay deficiencias en otros elementos importantes como lo relativo a control de velocidad, consumo de otras sustancias sicotrópicas, fiscalización electrónica, medidas dirigidas a usuarios vulnerables, coordinación institucional, entre otros.

4.3 MORTALIDAD DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19

Aquí se muestran los datos del Cosevi sobre muertos en sitio provisionales en accidentes de tránsito 2019- 2020, reportados a la Central de comunicaciones de la Dirección General de Policía de Tránsito.

Tabla 4: Cantidad de muertos en sitio por año según tipo de usuario, período 2019-2020.

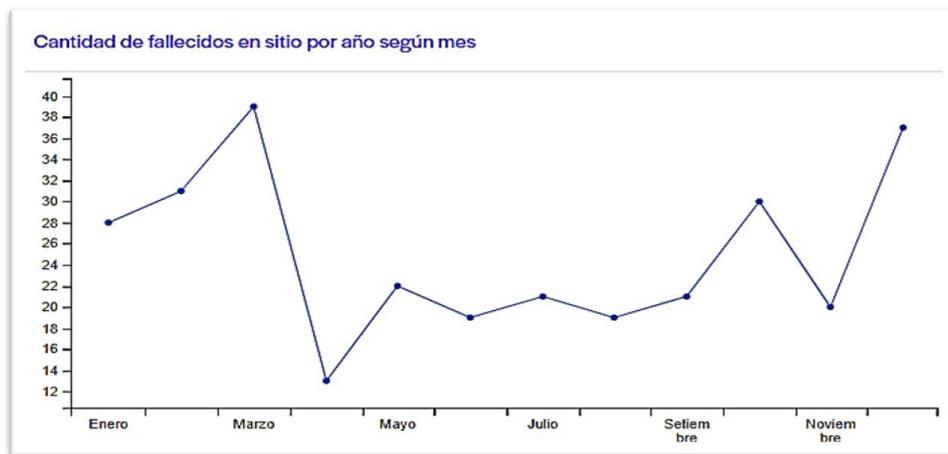
Tipo de usuario	Año	
	2019	2020
Total	440	300
Motociclista	192	109
Pasajero moto	26	11
Conductor	81	56
Pasajero carro	33	34
Ciclista	34	35
Pasajero bicicleta	0	1
Pasajero bus	7	0
Peatón	66	54
Otro	1	0

Fuente: Cosevi. Área de Investigación y Estadística.

Nótese que hubo una disminución del 32% en el total de fallecidos in situ, donde el mayor impacto se dio en la mortalidad de motociclistas (considerando conductor y pasajero) de 45%.

A seguir se muestra el comportamiento de la cantidad de fallecidos in situ por mes para el año 2020, la pandemia fue reconocida para el país en marzo, con la aplicación inmediata de restricción vehicular nocturna y diurna.

Figura 7: Fallecidos in situ para Costa Rica en el año 2020.



Fuente: Cosevi. Área de Investigación y Estadística.

5 REFLEXIONES FINALES

Durante el Primer Decenio de Acción y sin considerar el año 2020, que presenta distorsiones debido a la pandemia del Covid-19, en general a nivel mundial el número de muertes por accidentes de tránsito siguió aumentando, específicamente de 1,3 al inicio a 1,35 millones en 2016. Entonces si se consideran los notables aumentos en ese período de nueve años, tanto del tamaño de la población mundial como de la tasa de motorización, y por lo tanto de la exposición al riesgo, pero se verifica que las tasas de mortalidad por población se han mantenido relativamente constantes y no crecieron como venía sucediendo, se puede interpretar que la conciencia, el esfuerzo y las acciones promovidas para la seguridad vial, en función del decenio y de otras iniciativas, han conseguido al menos mitigar los efectos y evitar peores desempeños. Debe acotarse aquí que esa es una situación promedio y hay muy diversos resultados tanto positivos como negativos.

Por lo tanto, se debe trabajar de inmediato y de forma intensa para que, con la planificación, articulación y diseño de acciones y metas ambiciosas de seguridad vial desde el Cosevi, se concrete un verdadero cambio de paradigma en concordancia con el Segundo Decenio de Acción 2021-2030, y como política pública apoyada e impulsada desde el más alto nivel de decisión.

Respecto a algunas acciones concordantes a implementar, una clave fundamental es reconocer que no hay un nivel aceptable de muertes o heridos graves y que los principios a usar consideren los fallos y vulnerabilidad humanas, y en ese sentido trabajar el diseño y gestión de las redes de carreteras, priorizando el mejoramiento de la infraestructura vial, tanto en su gestión como en su diseño geométrico y de la superficie de rodamiento, así como en los dispositivos a lo largo de esa infraestructura. Además realizar acciones concretas para aumentar la disponibilidad de vehículos más seguros.

Todo lo anterior en paralelo a la necesidad de crear conciencia mediante la educación y formación de la ciudadanía, incentivar el uso de medios masivos de transporte más seguros y que transiten por vías igualmente más seguras, mejorar la captura y análisis de datos, el uso de medios digitales para fiscalización y estudios del comportamiento y la atención oportuna y adecuada para las víctimas de siniestros viales.

Es de importancia estratégica el trabajo del Cosevi junto con el Consejo Nacional de Vialidad - Conavi y las Municipalidades, para que en el diseño de infraestructura vial se utilice el concepto de carreteras o vías que perdonan (forgiving roadways) o que se autoexplican (self-explaining roads), o sea infraestructura vial que induzca a la alerta y a la percepción del riesgo por el usuario y que use lógicas de diseño, de materiales, así como la utilización de dispositivos y tecnologías para evitar siniestros viales, cuando sea posible, o mitigar la severidad de los accidentes provocados por las condiciones de las vías, por fallas de los vehículos, o por errores de los propios usuarios. Otra medida es que los carteles de licitación para concesiones y obras en carreteras lleven un anexo especializado de seguridad vial, e inclusive contemplando la posible adecuación en contratos que ya existen.

Énfasis especial merece señalar la necesidad de que no se postergue más la implementación del Sistema Integrado para el Control de la Movilidad (Sicom), para contar con cámaras de video-vigilancia, con radares y poder aplicar foto-multa para ayudar en la fiscalización efectiva a la Policía de Tránsito en lo que se refiere al control de velocidad, estacionamiento, restricción vehicular, fiscalización de carriles exclusivos para autobuses, irrespeto al semáforo en rojo, virajes no permitidos y de competencias ilegales en las vías, así como el uso de la video-analítica para cuantificación y clasificación de flujos, seguimiento de vehículos etc. También de forma enfática debe señalarse la necesidad de mantener la política de revisión técnica vehicular integrada (mecánica y de emisiones), otorgada mediante licitación pública internacional como ya se hace en Costa Rica desde el año 2002, y sin atomizarla para efectos de realmente contar con una prestación eficiente, robusta, confiable y acorde a las características de servicio público que le son inherentes.

Para posibilitar y potenciar prácticamente todo lo anterior, debe ser una obligación el trabajo coordinado y conjunto entre los diversos Consejos del Sector Transporte: de Seguridad Vial, de Vialidad, de Transporte Público, de Concesiones, contemplando esa labor de forma articulada con los entes pertinentes del Poder Ejecutivo: el propio Ministerio de Obras Públicas y Transportes, y los Ministerios de Salud, de Educación y de Planificación.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Contreras-Montoya, C. (2013). **La Seguridad Vial y la Desconcentración Administrativa en Costa Rica: Cómo consolidar la Agencia Líder?** *Actas en medio electrónico del XVII CLATPU*, Guayaquil, Ecuador.

Organización de Naciones Unidas - ONU (2020). **Resolución A_RES_74_299**. Recuperado de https://contralaviolenciavial.org/uploads/A_RES_74_299_S.pdf

Organización Panamericana de la Salud – OPS (2019). **Informe sobre el Estado de la Seguridad Vial en la Región de las Américas**. *Organización Mundial de la Salud*. Washington, D.C.

Peden, M., R. Scurfield, D. Sleet, D. Mohan, A. Hyder, E. Jarawan & C. Mathers (eds). (2004). **Informe mundial sobre prevención de los traumatismos causados por el tránsito**. *Organización Mundial de la Salud*. Ginebra.

Peden, M. & P. Puvanachandra (2019). **Looking back on 10 years of global road safety**. *Int. Health*, 11, pags. 327-330

World Health Organization, (2010). **Plan Mundial para el Decenio de Acción para la Seguridad Vial 2011–2020**. Recuperado de www.who.int/roadsafety/decade_of_action/ en noviembre 2020.

CAPÍTULO 17

ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO E MÉTODO. CONTRIBUTO PARA O SEU ENQUADRAMENTO LEGAL

Data de submissão: 20/05/2022

Data de aceite: 09/06/2022

Iva João da Silva Teles Morais Botelho

Metro do Porto, S.A.

Porto – Portugal

RESUMO: Em Portugal, o acompanhamento arqueológico (AA) é reconhecido como importante estratégia na Arqueologia Preventiva, tendo sido introduzido em meados da década de 1990. Porém, apenas recebeu menção explícita no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos publicado pelo DL 164/2014, de 4 de novembro. Assuma-se que todo o progresso está para lá das margens de conforto. Atendendo a tal realidade e a esta convicção, e considerando o contexto intersectorial dos AA, assumam-se também o desconfortável objetivo de trazer ao debate o seu (ainda lacunar) enquadramento legal. Desconforto lançado com uma rendição: a apresentação de proposta de método para os acompanhamentos, contribuindo, assim, para colmatar tal lacuna legal e, principalmente, para os dignificar por meio da promoção de uma maior eficácia e paridade com os procedimentos de escavação arqueológica.

PALAVRAS-CHAVE: Acompanhamento Arqueológico. Portugal. Enquadramento Legal. Método.

ARCHAEOLOGICAL WATCHING BRIEF AND METHODS. CONTRIBUTION FOR ITS LEGAL FRAMEWORK

ABSTRACT: In Portugal, archaeological watching brief (AWB) is recognised as an important strategy for rescue archaeology, having been introduced by the middle of the 1990's. Nevertheless, it only received explicit mention at 164/2014 DL, of November 4th, the Portuguese Archaeological Works Regulation. Should we admit: all the progress is beyond the comfort's zone. Given this reality and conviction, and considering the inter-sectorial context of AWB, shall we also assume the uncomfortable goal of bringing to discussion its (still fragile) legal framework. Discomfort launched with surrender: the presentation of a method's proposal for AWB. Should we help to overcome this legal gap and would mainly dignify AWB by promoting greater efficiency and parity with procedures of archaeological excavation.

KEYWORDS: Archaeological Watching Brief. Portugal. Legal Framework. Methodology.

ABERTURA

"[C]onstatamos que o acompanhamento arqueológico é a medida preventiva com maior representatividade (...) [estando] presente em (...) 81% dos procedimentos de avaliação de impacto ambiental analisados. (...) "[Porém,] o registo e o conteúdo específico dos relatórios de acompanhamento arqueológico, tem criado um *acervo documental dominado pela heterogeneidade subjetiva de cada interveniente.*" (Gertrudes Branco, 2014, pp. 108; 111)

É do conhecimento geral e generalizada aceitação como, em Portugal, o acompanhamento arqueológico (=AA) – ou *a observação por um arqueólogo das movimentações de solos feitas pelo Fomento (quase restritivamente, pela atividade da construção, das Obras), visando achados arqueológicos* – assume posição de relevo na estratégia da mitigação dos impactos desse *Fomento* sobre o património arqueológico.

Tendo conhecido significativo incremento desde o ano de 2000, só por isso, justificará mais atenção do que a que tem suscitado. Lacuna que é, desde logo, observada no ordenamento jurídico de proteção do património cultural, ainda que a situação tenha sido recente e levemente corrigida, pela publicação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos anexo ao DL164/2014, de 04 de novembro (=RTA'2014). E com toda esta carência, quase certamente, se relacionará a enorme escassez de sedimentação metodológica prática e de reflexão teórica, faltando-lhe ainda *follow-up* que reflita sobre métodos e resultados.

Mas, muito possivelmente, a situação será semelhante à do provável contexto de origem – a *rescue archaeology* inglesa, onde é designado de *archaeological watching brief* (=AWB). Mesmo aí, onde remontará à década de 1970, parece-nos mesmo que, ainda hoje, o trabalho contará com o desenvolvimento máximo dado por Philip Barker (1977, p. 132). Nas *Techniques of Archaeological Excavation*, o autor aborda-lo-á dentro da *salvage archaeology*, já que esta conta com ações como “(...) *cleaning a machine-cut section or a newly scraped surface, both likely to disappear within an hour.*”

Quanto a nós, não que desconhecamos a quantidade razoável de sítios arqueológicos revelados em Portugal por meio dos AA nas últimas duas décadas. E, por isso – mais do que traçar o historial/enquadramento legal e explicar esse incremento, certamente, algo do foro da Sociologia – é nosso objetivo propor uma metodologia para os mesmos.

Esperando contribuir para a dignificação dos AA, temos por base a nossa reflexão (Botelho, 2016), intitulada *O Processo do Corgo: Do Princípio da Conservação pelo Registo Científico*. E será de notar que ela própria assentou em trabalhos de Arqueologia Preventiva (=AP) sobre jazida da Idade do Bronze Médio, descoberta por *acompanhamento*: o Sítio do Corgo, Azurara, Vila do Conde.

A. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS AA EM PORTUGAL

“[E]nquanto produtores de memória(s), os arqueólogos contribuem socialmente para a construção de um dos garantes da democraticidade e cidadania, por oposição ao conceito da amnésia, associado aos sistemas totalitários enquanto geradores de um passado, através da anulação sistemática de memórias non gratas.” (Alexandre Sarrazola, 2000, p. 53)

1 SUBSÍDIOS PARA O HISTORIAL DA INTRODUÇÃO DOS AA EM PORTUGAL

Em Portugal, o primeiro AA e nos moldes atualmente vigentes – ou seja, *observação por arqueólogos dos trabalhos de remoções de terra ou obras de qualquer índole ditadas pelo Desenvolvimento, visando fazer achados arqueológicos* – terá sido aquele a que o “Gasoduto de Alta Pressão Setúbal-Braga” foi sujeito, tendo sido executado ao abrigo de um protocolo entre o Promotor TRANSGÁS e o IPPAR.

Com monografia já publicada (Bugalhão, ed., 2004), é-nos possível recolher informação sobre alguns elementos desse trabalho global de mitigação. Assim, cabe a Frederico Ermoli (*ibid.*, p. 9), Administrador da TRANSGÁS, congratular-se com o facto de “o acompanhamento arqueológico [ter sido] efetuado em todas as obras (...) com um carácter tão efetivo que se assistiu (...) a diversos desvios do traçados inicialmente projectado e (...) a algumas paragens dos trabalhos em zonas arqueologicamente mais sensíveis e carecidas de abordagens mais cuidadas”. Já em Fernando Real (*ibid.*, p. 7), negociador do protocolo por parte do IPPAR, há a realçar a não utilização da locução ‘acompanhamento arqueológico’. Antes, sim, faz referência a *prospeções e sondagens de caracterização* enquanto ações do plano da mitigação da obra. E sublinhemos que, para a execução deste AA, foram criadas duas equipas de campo formadas por arqueólogos e assistentes de arqueólogo, ambas superintendidas por um arqueólogo coordenador *sénior*.

Será de notar que, como se depreende do Despacho 113/93, de 3 de janeiro, este projeto obedeceu já a *procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental (=AIA)*.

Ora tomou Jacinta Bugalhão (2011) ensejo para uma primeira análise da Arqueologia em Portugal nas últimas décadas. Incidindo nos anos de 2006 a 2009 com pontos cronométricos de comparação nos anos de 1986 e 1996, a autora dá conta do crescimento expressivo da AP, designadamente, no âmbito da AIA. Tidas estas duas variáveis em atenção, no culminar da análise (ano de 2009), a AP atingia 91,84% dos trabalhos realizados (cf. *ibid.*, p. 26), cabendo à atividade desenvolvida no âmbito da AIA 51% do total da atividade arqueológica nacional (*ibid.*, p. 30). Já entre os tipos de trabalhos, os AA apenas apareciam documentados desde 2006, com uma representação de 41,72% de todos os trabalhos licenciados (cf. *ibid.*, p. 26).

Mas, de 1994, data o eclodir do *sisma Foz-Côa*. Centrado na prossecução / suspensão da construção da *Barragem de Foz-Côa*, viria a ser tomada a *decisão política* por esta última opção e a *conservação in situ* do *Gravuras Paleolíticas do Côa* seria internacionalmente consagrada com a classificação como Património Mundial.

Por isso mesmo fazemos notar que – “[t]endo como exemplo o caso do Côa, [e depois de se ter] procur[ado] demonstrar que apenas a atempada caracterização

patrimonial das áreas afetadas pelos projetos permitia a salvaguarda dos valores arqueológicos [passando a] propo[r]-se um conjunto de condições e requisitos, desde logo a participação no processo de AIA, que possibilitaria, caso se justificasse, a solicitação de informação adicional e reformulação dos EIA” (Estorninho; Marques; Nunes, 2013, p. 121) –, subsequente, a *estratégia administrativa* “assumi[sse] igualmente como requisito sistemático, a necessidade de se proceder ao acompanhamento arqueológico das obras” (*ibid.*). No presente, parecem os AA poder incidir sobre a generalidade dos potenciais arqueológicos, incluindo servidões administrativas de bens classificados.

2 ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS AA EM PORTUGAL

A súmula que se segue parte da investigação centrada na consulta do processo legislativo da Lei 107/2001, de 8 de setembro, e, bem assim, da auscultação do direito comparado, conforme informação obtida em www.parlamento.pt (Botelho, 2016).

2.1 DO QUADRO JURÍDICO DE DEFESA, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Assumindo pois, entre nós, como primeiro, o AA da obra do *Gasoduto Setúbal-Braga*, podemos considerar que esta possível condicionante da respetiva AIA, à data, estaria enquadrada na Lei 13/85, de 6 de julho (=LPC’85), que dispunha, pelo art. 41.º/1:

“1 – O Ministério da Cultura deverá determinar que a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presuma a existência de monumentos ou sítios arqueológicos seja *acompanhada por técnicos especializados.*”

Relembra que foi a *supra* decisão histórica de suspensão da construção da barragem em prol da conservação *in situ* do complexo de arte rupestre, cumpre agora notar que o facto também deu ensejo a renovação legislativa e institucional, deixando rasto nos preâmbulos dos novos diplomas. Desde logo, a Lei Orgânica do IPA, o DL 117/97, de 14 de maio (=LO-IPA), alertava para os “*prejuízos acentuados para o País, tanto pela perda de património e informação de interesse relevante, nacional ou mesmo internacional, como pela perda de investimentos vultosos decorrente da identificação tardia de bens patrimoniais (...)*”. Já o DL 270/99, de 15 de julho, que instituiu novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (=RTA’99), apresentava o desiderato de “*acautelar a salvaguarda e estudo do património arqueológico ameaçado por intervenções humanas de diversa natureza e dimensão.*”

Cumprido, porém, ressaltar a publicação da Lei 107/2001, de 8 de setembro (=LPC’2001), na medida em que revogou a LPC’85, logo, o citado art. 41.º/1, mas sem transposição da matéria para o novo diploma.

De facto, tratando-se a LPC'2001 de diploma que, em última instância, remonta ao projeto da *Comissão Sérvulo Correia* (criada pelo Despacho n.º 113/96, de 10 de dezembro, do Ministro da Cultura), consideramos que o Capítulo II [*Do património arqueológico*] do Título VII [*Dos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais*] já deveria ter merecido maior atenção da comunidade arqueológica, pelas diferenças indicadas na nova redação deste regime, tendo por referência o anterior, presente na revogada LPC'85. Designadamente, considerando a ausência explícita da figura *acompanhamento arqueológico*.

E será de notar que, já previamente, foi o assunto abordado por alguns autores. No desconhecimento de outros, destacamos António Silva (2005, p. 460) e Alexandre Sarrazola (2006, p. 23), arqueólogos que confluem em notar a referida ausência, tanto no revogado RTA'99 como na LPC'2001. E se Silva sublinha a tipificação e descrição únicas das ações de *escavação* e *prospecção* no art. 77.º deste último diploma, já Sarrazola dá essa ausência dos AA na lei como “*escorregadio lapso jurídico*”, propondo a sua introdução e afirmação na atividade arqueológica vinculada à transposição para o quadro jurídico português da Diretiva AIA 85/337/CEE, de 27 de junho de 1985, que, desse modo, lhes conferia *sustentabilidade legal*.

Dissecando a questão, importará, de facto, retermos a atenção no referido art. 77.º [*Trabalhos arqueológicos*]. Mas, por forma a explorar o que se extrai ainda da letra da lei, façamo-lo numa leitura conjugada com os artigos 74.º [*Conceito e âmbito do património arqueológico*]/2 e 3; 75.º [*Formas e regime de protecção*]/1; e 79.º [*Ordenamento do território e obras*]/1 e 2.

Em síntese, no que respeita ao Ordenamento do Território e Obra, prevê a LPC'2001 o *salvamento da informação arqueológica* (art. 79.º/1), devendo os serviços da administração do património cultural *condicionar a prossecução de quaisquer obras à adoção* pelos promotores *de alterações a projetos aprovados que garantam a conservação de estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos empreendidos* (art. 79.º/2). E – se bem que a aplicação do princípio da *conservação in situ* é extraível da letra deste inciso (Nabais, 2010, p. 60) –, nos termos da lei, *aos bens arqueológicos será desde logo aplicável o princípio da conservação pelo registo científico* (75.º/1). *Bens arqueológicos que integram depósitos estratificados* (art. 74.º/2), e que *constituem património nacional, quando provenientes de trabalhos arqueológicos* (art. 74.º/3).

Notemos também que, pelo art. 77.º, o legislador esclarece o que são *trabalhos arqueológicos*, reconduzindo-os, pelo inciso n.º 1, às investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a proteção e a valorização do património arqueológico; definindo, nos incisos n.º 2 e 3, o que se entende por *trabalhos arqueológicos*

de escavação – “São escavações arqueológicas as remoções de terreno (...) que, de acordo com metodologia arqueológica, se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico”; e por trabalhos de prospeção – “São prospeções arqueológicas as explorações superficiais sem remoção de terreno que, de acordo com metodologia arqueológica, visem as actividades e objectivos previstos no número anterior”; não incluindo qualquer referência explícita ao acompanhamento arqueológico.

Sendo que, a par da revogação da LPC’85, art. 41.º/1, pelo inciso n.º 5 do art. 77.º da LPC’2001, o legislador introduz preceito cuja interpretação dada por uma leitura conjugada com o *supra* citado art. 74.º/3, pode conduzir mesmo a uma exclusão dos AA na lei:

“77.º/5 – Não se consideram trabalhos arqueológicos, para efeitos da presente lei, os achados fortuitos ou ocorridos no âmbito de outras remoções de terra ou obras de qualquer índole.”

Apesar de reconhecermos a falta de intencionalidade na redação deste preceito, defendemos que esta questão da omissão explícita e implícita dos AA na LPC’2001 não configurará despendendo pormenor decorrente de somenos atenção dada pelo Legislador, porquanto, quando perscrutado o processo legislativo, alguns elementos nos são indiciados quanto aos seus objetivos, esclarecimento e vontade.

Efetivamente, repara Casalta Nabais (*ibid.*, p. 101) como a LPC’2001 é uma lei “do regime e da política da proteção, defesa e valorização” do património cultural. Assim sendo, na ausência de um preâmbulo à mesma, será de notar, no da respetiva Proposta de Lei 39/VIII (=PPL39/VIII), a correspondência dos objetivos traçados para a política do património cultural – “com destaque particular para as directrizes em matéria de planeamento, (...) e articulação de políticas (...) e prevenção (...)” – com as citadas preocupações e desideratos, respetivamente, da LO-IPA e do RTA’99.

Mais ainda, na medida em que, *i*), a PPL39/VIII resulta da reformulação da Proposta de Lei 228/VII (=PPL228/VII); *ii*), o texto do Capítulo II do Título VII [Do regime especial do património arqueológico], é substancialmente idêntico ao da PPL228/VII; e, *iii*), a redação do art. 77.º [Trabalhos Arqueológicos] segue, *ipsis verbis*, a redação do correspondente art. 82.º na PPL228/VII, será de examinar o *Relatório e Parecer* sobre esta primeira proposta. Sublinhemos, por isso, o reconhecimento da vontade do Legislador em conciliar soluções vindas da tradição portuguesa com outras fórmulas recortadas no direito internacional e no direito comparado.

2.2 DO DIREITO INTERNACIONAL E DO DIREITO COMPARADO

Do elenco dos **textos doutrinários internacionais** apresentados no dito Relatório da Comissão, destacamos aqui a *Recomendação relativa à preservação dos bens culturais*

em perigo devido à execução de trabalhos públicos e privados (UNESCO, Paris, 1968), e *Convenção europeia para a protecção do património arqueológico (revista)*, ou *Convenção de La Valletta* (Conselho da Europa, La Valletta, 1992), esta última ratificada pelo Estado Português, pelo Decreto do Presidente da República n.º 76/97, de 16 de dezembro.

Estando os dois textos focados no conflito entre *Fomento* e *Arqueologia*, ambos confluem no sentido da defesa, proteção e valorização do património arqueológico por meio de ações antecipadas aos cronogramas das ações do *Desenvolvimento*. Neste sentido, sucintamente, a *Recomendação de Paris* (art. 9.º; 23.º) propõe: “*rescue operations should always include (...) the preparations of detailed records (...) in advance of public or private works*”. Aquilo a que a Convenção de La Valletta designa de *Conservação integrada*, sumariamente definida no art. 5.º/2 e 3:

“[As partes comprometemos a] 2) a assegurar uma consulta sistemática entre arqueólogos, urbanistas e técnicos do ordenamento do território, de modo a permitir: (...) ii) A atribuição de *tempo e meios suficientes* para efectuar um estudo científico conveniente do sítio arqueológico (...).”

Já sobre o **Direito Comparado**, não são mencionadas fontes. Porém, atenta uma leitura cotejada com diplomas do ordenamento jurídico espanhol, será de crer que este tenha configurado uma dessas possíveis fontes. Desde logo para o referido art. 77.º da LPC’2001, visivelmente inspirado no art. 41.º da *Ley 16/1985, de 25 de junio [Ley del Patrimonio Histórico Español Histórico Español (=LPHE)]*, com grande fidelidade nas definições dos trabalhos arqueológicos de escavação e prospeção. Mas uma outra fonte traduzida na introdução de epígrafe no articulado Português pode ser encontrada na legislação regional também espanhola, embora podendo aportar importantes *nuances* para efeitos da tradução (e interpretação do sentido). No caso do art. 77.º, ele é redigido sob a epígrafe *Trabajos Arqueológicos*, com efeitos especificamente sentidos no citado inciso n.º 5, já que a redação, seguindo o art. 41.º/3 da LPHE, resulta numa tradução obliterada pela dita epígrafe (Botelho, 2016, pp. 102-103; 136-140). Na verdade, o correspondente inciso espanhol versava sobre *achados fortuitos*, definindo-lhes carácter [*que, poseyendo los valores que son propios del Patrimonio Histórico Español*] e circunstância da sua ocorrência [*se hayan producido por azar o como consecuencia de cualquier otro tipo de remociones de tierra, demoliciones u obras de cualquier índole*].

Mas não só. E para o que aqui importa – o enquadramento legal dos AA – revelou-se, efetivamente, auspiciosa a comparação com a legislação regional espanhola publicada até 19 de outubro de 1998 (ou seja, até à data de um mês antes da aprovação da PPL228/VII, no Conselho de Ministros de 19 de novembro de 1998). Desta forma, como assinalado no Quadro 1, há que notar a presença de atividade ora designada de *Controles* ora de *Seguimentos arqueológicos* em várias *leys [regionales] del patrimonio cultural*, logo

desde 1990 (por sinal, à semelhança de Inglaterra, onde o *Planning Policy Guidance 16*, 21st November 1990, menciona o *watching brief* no parágrafo 29). Como veremos *infra*, corresponde a atividade de *acompanhamento arqueológico a control / seguimiento arqueológico*, tal como a *archaeological watching brief (AWB)*.

Paralelamente, em geral, os diplomas que incluem a atividade estabelecem prazos mínimos, entre 15 dias e 1 mês, para avaliação de interesse e valor arqueológico *dos achados fortuitos em obra*. E dispõem conseqüentemente, prevendo o direito a indemnizações segundo as normas gerais da Administração Pública, no caso de necessidade de prorrogação de tais prazos.

Ora, na elaboração da LPC, damos como iniciada uma possível análise e inspiração na *Ley 8/1995, de 30 de octubre, del Patrimonio Cultural de Galicia*. Algo logo perceptível, *e.g.*, em articulado que se encontrava presente na PPL228/VII referente à articulação com a avaliação de impacto ambiental. E, como registado no mesmo Quadro 1, a legislação galega inclui os *controles* entre as atividades arqueológicas.

Assim sendo, poderemos estar perante uma consciente e deliberada rejeição da implementação da ação *acompanhamento arqueológico* por parte do legislador que – podendo ter constatado da sua presença em diplomas congêneres, dos quais terá colhido soluções – terá optado por não o considerar (bem assim, soluções conseqüentes, como o disciplinar da *suspensão de obra*). E isto dentro do mais liminar espírito da doutrina internacional, que acolhe no enquadramento temporal do *sisma “Gravuras do Côa”*. Às citações *supra*, acrescentemos que, no preâmbulo ao DL270/99, que enquadrava o RTA’99, se afirmava a vontade por *“uma nova filosofia de enquadramento da política de prevenção, salvamento, investigação e apoio à gestão do património arqueológico.”*

Quadro 1. Atividades Arqueológicas na legislação regional espanhola publicada até 1998-10-19.

Com. Autónomicas Leis/Ano de publicação	90_Castilla-La Mancha	90_Pais Vasco	91_Andalucía	93_Cataluña	95_Galícia	98_Comarca Valenciana	98_Madrid	98_Cantabria
Prospección	*	*	*	*	*	*	*	*
Excavación	*	*	*	*	*	*	*	*
Sondeo		*		*	*		*	
Arte Rupestre		*	*		*	*	*	*
Las labores de protección, consolidación y restauración arqueológica			*		*	*	*	

Manipulación con técnicas agresivas de materiales arqueológicos				*			
Estudio de materiales arqueológicos			*			*	
Cerramiento, vallado, cubrición y documentación gráfica			*				*
Controles/Seguimientos Arqueológicos		*		*	*	*	*
Urgências/Salvamentos				*			*

Mas viria a prática administrativa vinculada à AIA a ditar o incremento dos AA, intrinsecamente inerentes a uma sobreposição de agendas.

Concordemos com António Carlos Silva (2008, p. 17): a sentida necessidade de maior regulamentação justificou que a Tutela tivesse emitido a *Circular do IPA, de 10 de setembro de 2004 – Termos de Referência para o descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental* (=Circular-IPA'2004). E, nesta, lá consta a determinação:

“As medidas de minimização de carácter geral contemplarão, necessariamente, o acompanhamento arqueológico de obra, o qual deverá ser sempre efectivo, continuado e directo de todas as mobilizações de solo.”

E tomemos as palavras do autor (*ibid.*), no que toca à Circular, no seu todo:

“[e]mbora nos pareça que tal documento, do ponto de vista jurídico, deva ser entendido apenas como um conjunto de “recomendações” ou “directrizes orientadoras”, o facto é que o IPA têm vindo a assumir, através dos respectivos pareceres no âmbito das Comissões de Avaliação os princípios da própria “circular” como uma verdadeira “portaria regulamentar” (...) aspecto formal (...) não displicente no caso de conflito de interesses.”

No presente, o art. 77.º da LPC'2001 é regulamentado pelo DL 164/2014, de 4 de novembro [Regulamento de Trabalhos Arqueológicos =RTA'2014]. Notemos, por isso, finalmente, a inclusão explícita da figura *acompanhamento arqueológico* dentro da definição de trabalhos arqueológicos.

A introdução vinha sendo anunciada desde 2005, pela menção da ação no DL 64/2005, de 15 de março, do Ministério da Defesa, que, nos termos do art. 5º/4, dispõe que todas as remoções de destroços marítimos “são comunicadas ao Instituto Português de Arqueologia, que se pronuncia (...) sobre trabalhos de prevenção ou *acompanhamento arqueológico* que devam ter lugar (...). Mais recentemente, mencionemos a Portaria 740-DJ/2012, de 24 de dezembro, sobre classificação da Necrópole do Alto das Madorras (Alijó-Murça), e a Portaria 188/2013, de 9 de abril, sobre a classificação da Anta de Zedes: ambas determinam que, na zona delimitada, deverá ser alvo de *acompanhamento arqueológico*, respetivamente, “qualquer intervenção que implique alteração do uso do solo” ou “quaisquer movimentações de terra, incluindo lavra mecânica”.

Não obstante, no RTA'2014, estamos ainda perante uma limitada e inconsequente referência aos AA, já que não é determinado procedimento de suspensão de obra em caso de ocorrência de achado. Aspeto este não despreciando, pois, quando se trate de dinheiros públicos, a ação incide numa frente de governação intersectorial entre proteção cultural, gestão contratual e controlo orçamental. Quando incida em relações entre o Estado e o Cidadão, nova sensibilidade ganhará a questão do ónus.

Quadro 2. Acompanhamento Arqueológico nos textos legais.

Lei 13/85, de 6 de julho, art. 41.º/1 (REVOGADA)	Lei 107/2001, de 8 de setembro, art. 77.º / 5 [Trabalhos arqueológicos]	DL 164/2014, de 4 de novembro, Anexo, art. 2.º [Definições], al. g)
O Ministério da Cultura deverá determinar que a realização de trabalhos em qualquer zona onde se presume a existência de monumentos ou sítios arqueológicos seja acompanhada por técnicos especializados.	<i>Não se consideram trabalhos arqueológicos, para efeitos da presente lei, os achados fortuitos ou ocorridos no âmbito de outras remoções de terra ou obras de qualquer índole.</i>	«Trabalhos arqueológicos», todas as ações (...) em meio terrestre e subaquático que, através de metodologias próprias da arqueologia, visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico, efetuadas por meio de prospeções, sondagens, escavações, acompanhamentos arqueológicos(...).

Mas, sobre o estrito quadro jurídico de proteção do património cultural tendo em atenção a articulação com o *Ordenamento do Território e Obras*, como *supra* notado, com certeza que outros desenvolvimentos se observam na LPC'2001, sendo-lhe dedicado o art. 79.º. E este, numa redação livre e sintetizada, prevê, 1.º, o *salvamento da informação arqueológica no planeamento territorial*, pugnando, 2.º, pela *adoção de alterações aos projetos aprovados, em caso de descobertas arqueológicas na fase de execução*. Com certeza que tal só será potenciado na medida em que ocorra AA.

E neste campo do Ordenamento do Território e Obras – ao qual se reconduzirá a Avaliação de Impacto Ambiental, invocada por Sarrazola (*ibid.*), após a supressão desta na *letra*, pois encontrava-se presente na PPL228/VII – teremos, então, subsidiário instrumento de tutela do património cultural no Quadro AIA.

2.3 DO QUADRO AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)

Quadro AIA que figura no ordenamento jurídico português desde a Lei 11/87, de 7 de abril (=LBA'87), no art. 27.º/1/g), assumindo esta como instrumento da política de ambiente “[a] *avaliação prévia do impacte provocado por obras (...) [e] actividades (...) susceptíveis de afectarem o ambiente e a paisagem.*”

Ora, demarcava-se a LBA'87 pela acentuada visão holística do conceito de ambiente. Algo reflexo: *i*), da **Constituição de 1976**, art. 66.º/2/c), sobre *Ambiente e qualidade de vida*, determinando que “*Incumbe ao Estado (...) a preservação de valores culturais de interesse histórico (...)*”; e, *ii*), da **Diretiva AIA 85/337/CEE**, de 27 de junho, art. 3.º, que integrava o Património Cultural entre os fatores sobre os quais deveriam ser avaliados os impactos de determinados projetos (influência bebida no *National Environmental Policy Act*, de 1969, diploma americano que fizera expandir a *Cultural Resources Management* iniciada pelo *National Historic Preservation Act*, de 1966).

Deste modo, na regulamentação do referido art. 27.º/1/g), que viria a ser dada pelo DL 186/90, de 6 de junho (=RJAIA'90) – o nosso primeiro Regime Jurídico da Avaliação de Impacto Ambiental –, realcemos o mesmo conceito de Ambiente inclusivo do Património Cultural, configurado no art. 2.º/2, com redação colada à Diretiva AIA.

- Ultrapassando, aqui, a crítica à (in)eficácia do RJAIA'90 enquanto instrumento de tutela do Património Cultural, em oposição ao DL 69/2000, de 3 de maio (=RJAIA'2000), que o revogou – visão perfilhada por arqueólogos como: Ana Margarida Martins (2010), Alexandra Estorninho; Marques; Nunes, (2013), e David Ferreira (2013), em alinhamento com Suzana Tavares da Silva (2002), jurista;
- Mas assumindo partilhar das posições tomadas por Jacinta Bugalhão (2011) e Gertrudes Branco (2014), que não hesitam em negar relação causal entre a reconhecida afirmação do Património Cultural na AIA com o RJAIA'2000;

Sublinhamos, acima de tudo, que os sucessivos RJAIA, presentemente disciplinado pelo DL 151-B/2013, de 31 de outubro (=RJAIA'2013), alterado e republicado pelo DL 152-B/2017, de 11 de dezembro, não determinam como agir no concreto. E terá sido este contexto de generalizada indefinição que enquadrou a própria publicação da Circular-IPA'2004, que abre com o enquadramento legal da mesma dentro dos domínios jurídicos do Património e do Ambiente: *i*), art. 79.º/2 da LPC'2001, (sobre a promoção da conservação *in situ*, retirada da *letra*, no decurso das obras e projetos já aprovados); *ii*), a LO-IPA, quanto às suas competências, destacando nós, na definição de normas para os EIA ou outros sistemas de licenciamento de obras (art. 3.º/e); e, *iii*) o DL69/2000, invocando o objetivo da AIA em obter uma informação integrada de efeitos (art. 4.º/a) e d)), e também a previsão de inclusão no EIA de uma descrição do património arqueológico (Anexo III).

Mas acentuamos também a diretriz traçada pelos sucessivos RJAIA em ordem a um princípio basilar da política ambiental: a *ação preventiva* da mitigação, desde logo subscrita no diploma de 1990, numa redação igualmente fiel à Diretiva:

“A melhor política de ambiente é, sem dúvida, o contributo para a criação de condições que permitam evitar as perturbações do ambiente, em vez de se limitar a combater posteriormente os seus efeitos.”

Algo que ocorria em sintonia com a LBA'87, ela própria sintonizada com o *estado da arte* da dogmática ambiental. Certamente em linha com o Relatório Brundtland, o diploma declara o *desenvolvimento auto-sustentado* como princípio básico (art. 2.º/2), assumindo, depois, a *prevenção* como primeiro princípio específico (art. 3.º/b)):

“Da prevenção: as actuações com efeitos (...) no ambiente devem ser consideradas de forma antecipativa, (...), prioritariamente à correcção dos efeitos dessas acções ou actividades susceptíveis de alterarem a qualidade do ambiente (...).”

No presente, este carácter preventivo da AIA com o fito do desenvolvimento sustentável é reforçado no RJAIA'2013 e sublinhado pela nova LBA, a Lei 19/2014, de 14 de abril (LBA'2014), precisamente centrada em *objetivos, princípios e instrumentos gerais* (cumprindo salientar a confluência evidenciada com o RJIGT):

“Art. 3.º/c) Da *prevenção* e da *precaução*, que obrigam à adoção de medidas antecipatórias com o objetivo de obviar ou minorar, prioritariamente na fonte, os impactos adversos no ambiente, (...), tanto em face de perigos imediatos e concretos como em face de riscos futuros e incertos (...).

Repare-se que tendo atualmente sede no art. 191.º/2 do Tratado de Funcionamento da União Europeia (=TFUE), o *princípio da prevenção* foi introduzido no Tratado de Roma pelo Ato Único Europeu, de 1986. Furtando-nos à discussão da identificação / diferenciação dos conceitos conexos – *prevenção stricto sensu* e *precaução* (Aragão, 2002; Gomes, 2014) –, *lato sensu*, notemos que é unânime o reconhecimento do princípio com o conceito de *antecipação* da intervenção mitigatória.

Por outras palavras, nada nos sucessivos RJAIA aponta para uma mitigação dos impactos arqueológicos assente numa estratégia reativa e em sobreposição com a ação cujos impactos pretende mitigar. Com certeza que, no que respeita aos impactos arqueológicos, à possibilidade de ocorrência de *perigos previstos*, indiciados em fontes seguras, e de *riscos incertos*, decorrentes da insuficiência de dados científicos, há ainda a acrescentar a importante fatia da imponderabilidade inerente à Arqueologia, qual *potencial abstrato* (Martins, 2010) indexado à ausência de quaisquer indícios.

Somente ante tal potencial abstrato dará o AA a resposta que melhor concilia todos os interesses presentes. Para os restantes, como defendido por Ana Margarida Martins (2010), impõe-se a antecipação do diagnóstico por sondagem / escavação, cumprindo assim com o desiderato da conservação integrada prevista em La Valletta (1992), para cuja harmonização, desde Maastricht (1992), são remetidas em primeira instância as políticas culturais dos Estados-membros da UE (TFUE, art. 167.º).

Mas importa realçar que, ultrapassando esta questão estritamente formal da análise jurídica, e focando o âmago da sensibilidade da questão – a conformidade do AA com ação de investigação, ontologicamente encerrada na prática arqueológica – novamente nos depararemos com a ilicitude da ação enquanto trabalho arqueológico. Retomando o exarado no art. 77.º da LPC'2001, notemos que, em termos de ação, o AA situa-se entre uma prospeção que não é de superfície (em contradição com o que aí é consignado e consagrado na Arqueologia Portuguesa), e uma escavação que não é estratigráfica, a metodologia de base consagrada pelo *estado da arte*. Mais, não dispõe o AA de procedimentos e metodologia definidos, podendo confinar-se a uma observação passiva das movimentações de solos sem qualquer recolha de espólio, tudo dependendo do arbítrio do executante.

E, contudo, como nos adverte Edward Harris (1989, p. 74), tudo quanto possa restar de uma jazida identificada pelas ações acompanhadas do Fomento será, tão-só, uma secção acidental “revealed in construction works. (...) Should excavation not be possible, this type of section will stand with the reservation that the observations in it were not proved by excavation.”

B. PARA UMA METODOLOGIA DOS AA

Faz falta “[m]elhor definição das categorias de trabalhos arqueológicos, designadamente com a inclusão e tipificação dos acompanhamentos, estipulando procedimentos.” (Pedro Carvalho, 2010)

3 “ARQUEOLOGIA COMPARADA” SOBRE PRÁTICA VIGENTE

Depois da apresentação do que se retira do direito comparado – designadamente, a presença nas legislações espanhola e inglesa – seguir-se-á subsídio para um conhecimento das práticas metodológicas nos AA vigentes nestes mesmos países.

3.1 DA EXPERIÊNCIA ESPANHOLA

Considerando a indiciação de contactos entre a LPC'2001 e diplomas espanhóis, damos prioridade à respetiva experiência para constataremos a correspondência entre AA e controle/seguimiento arqueológico, na definição dada por Querol&Martínez (1996):

“la intervención en un proceso de obras que afecten o puedan afectar a un espacio de posible interés arqueológico, consistente en la supervisión de aquéllas, estableciendo las medidas oportunas que permitan la conservación o documentación, en su caso de las evidencias o elementos de interés arqueológico que aparezcan en el transcurso de las mismas.”

Não obstante, não ditou a nossa pesquisa sorte na identificação de metodologias. Mas a experiência espanhola já vai permitindo alguma reflexão sobre a prática em AA, fazendo desencadear uma certa sedimentação teórica sobre objetivos e escopo de intervenção (Botelho, *ibid.*, pp. 127-135).

3.2 DA EXPERIÊNCIA INGLESA

Já a experiência inglesa – possível referência para a prática administrativa portuguesa –, certamente visando uma clarificação do dispositivo presente no PPG16, de 1990, ditou que, desde 1994, o *Institute For Archaeologists* (IFA) venha emitindo e atualizando o documento *Standard and Guidance for an archaeological watching brief*, contendo linhas orientadoras para a execução deste trabalho:

“The definition of an archaeological watching brief is a formal program of observation and investigation conducted during any operation carried out for non-archaeological reasons. This will be within a specified area or site on land, inter-tidal zone or underwater, where there is a possibility that archaeological deposits may be disturbed or destroyed. The programme will result in the preparation of a report and ordered archive.”

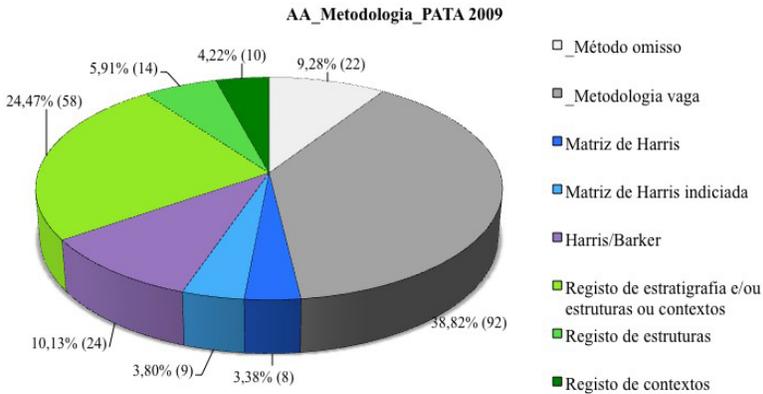
E serão de realçar os seguintes requisitos presentes na versão de 2008, ponto 3.3: *i*); indicação de metodologia de campo no “*project design*” (correspondente ao PATA) e descrição no relatório final); *ii*), indicação da estratégia de recolha de artefactos e ecofactos; *iii*) capacidade logística para conservação imediata de artefactos; e, *iv*), possibilidade de o arqueólogo ter o poder de suspender a obra (*ibid.*, pp. 121-125).

Mas será, por isso, interessante reparar que Barker (1977, p. 135), logo na primeira edição do seu manual, recomendava o uso de fichas pré-impressas tão preenchidas quanto possível, a execução de limpeza de cortes, o registo em fotografia, o uso de códigos de cores, a execução de desenhos cotados em plano e de cortes com escalas convencionadas, e o desenho por fotografia. E tudo isto por uma equipa de duas ou três pessoas, com o apoio de oito a dez operários indiferenciados, chefiada por um arqueólogo com considerável experiência em investigação e salvamento.

4 PRÁTICA VIGENTE EM PORTUGAL

Para a caracterização da prática vigente em Portugal, contamos com levantamento feito no arquivo da DGPC, reportado na amostra de PATA instruídos no ano de 2009, dirigindo o inquérito às metodologias em uso (Botelho, *ibid.*).

Ilustração 1. Trabalhos de Acompanhamento: Metodologia indicada nos PATA instruídos no ano de 2009.



Cumpra desde já notar a observação de 22 processos omissos (9,28%) na indicação de metodologia, em 237 observados, assegurando margem de erro de 5,26%, para nível de confiança de 95%. Mais, ressalta a elevada percentagem de “Pedidos” que não propunham mais do que uma metodologia vaga (38,82%), consistindo na execução de acompanhamento constante e/ou presencial, efetivo ou direto, integral ou sistemático ou contínuo.

Mas, na subamostra que contemplava informação positiva, o procedimento preponderantemente proposto – 41,77% – visava o registo da *estratigrafia*. No entanto, em geral, a metodologia não aparecia concretizada em ações, para além da execução de registos fotográficos, mais raramente, de desenho de perfis, sendo também de notar uma variação de critérios na recolha de espólio.

Já os recursos humanos pareciam contemplar maioritariamente uma pessoa por ação acompanhada.

4.1 DA METODOLOGIA, PROCEDIMENTOS E RESULTADOS EM AA NO CORGO (S- 20 337)

Posto isto, apresentemos, então, a metodologia usada em AA, no Corgo, Azurara, Vila do Conde, em obras do Metro do Porto ocorridas em 2005 e em 2008-2009.

Será de anotar que, em 2005, na construção da Linha B, embora os meios para AA pudessem envolver até 3 pessoas, no dia das movimentações de terras em que ocorreu a descoberta do Sítio do Corgo, da Idade do Bronze Médio, apenas se encontrava no local uma pessoa, a arqueóloga Anabela Pereira de Sá. E era procedimento o vasculhamento das terras escavadas pela Obra, razão pela qual foi o sítio descoberto.

Já em 2008, na campanha MP-AZR05.08-09, de acompanhamento da escavação dos testemunhos da escavação arqueológica prévia ao rasgo do Arruamento Variante do Corgo, havendo a obra recorrido a uma única escavadora giratória, o corte executado removia de uma assentada todos os depósitos até ao topo da formação sedimentar Q3 – nível de praia pleistocénica – a qual, era segregada, dada a natureza siltosa que a impedia de ser utilizada juntamente com as formações húmusas superiores.

Tendo por base uma equipa entre 5 e 6 pessoas, entre técnicos e licenciados e mestres em Arqueologia, incluindo a signatária, fizemos uso dos seguintes procedimentos com vista a uma obtenção tanto quanto possível da informação estratigráfica presente:

- recolha a esmo de elementos artefactuais nas terras cortadas pela máquina para diagnóstico expedito e avaliação cronológica posterior dos contextos atravessados;
- execução de limpezas sistemáticas dos cortes de obra na sua interface de base, com remoção dos resíduos soltos e raspagem incisiva das superfícies deixadas;
- após esta limpeza, execução de registos fotográficos e identificação dos negativos;
- escavação estratigráfica dos enchimentos dos negativos, acompanhada de desenho à escala 1/20 nos planos vindos da fase de escavação.
- à semelhança da opção de 2005, registo em fichas pré-impresas, feito por complexos, dado que o inerente conceito de decapagem não é restritivo de escavação estratigráfica e, como tal, mais bem adaptado à escavação arbitrária da obra.

Ilustração 2. MP-AZR05.08-09: a) limpeza de plano de corte de obra.; b) recolha de espólio e registos.

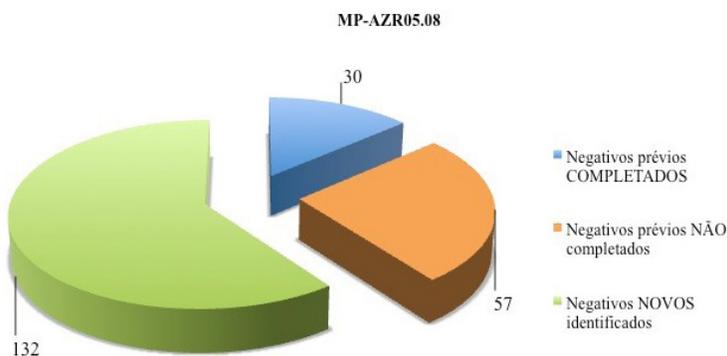


Mesmo assim, neste último AA já *subsequente* a escavação arqueológica em área, apesar da equipa *supra* descrita e da disponibilidade, no terreno, dos registos da

escavação arqueológica, escaparam ao registo 57 dos negativos (equivalentes a 65,52% do conjunto que se esperava registar) parcialmente ocultados nos testemunhos removido. Com certeza que também deverá ser mencionado que, pelo mesmo AA, foi possível identificar 132 estruturas novas, tal qual descrito na Ilustração 3.

Mas, enfim, para além de uma maior concretização do objetivo registo da *estratificação*, a ser conseguido com uma aplicação dos procedimentos possíveis dentro do *estado da arte*, consideramos fundamental a revisão dos meios afetos aos AA. Equipas de três a quatro elementos com experiência em topografia e modularmente quantificadas em função das máquinas em presença estarão na proporção certa da ação, ritmo e pragmatismo exigidos, e objetivos a alcançar.

Ilustração 3. MP-AZR05.08-09: negativos completados, perdidos e identificados *ex novo*.



FECHO

“A Arqueologia preventiva permite, através de um conjunto de trabalhos arqueológicos (prospecções, escavações ou outros) executados com determinada metodologia científica, “resgatar” a informação arqueológica, contida no “arquivo de terra”, que no âmbito das grandes transformações da paisagem seria perdida. Este “resgate” pode ocorrer, previamente, quando já se presume existência de vestígios arqueológicos na área a ser afectada pelos projectos, planos, obras, (“princípio da prevenção”), ou simplesmente no decurso do *acompanhamento arqueológico*, quando ainda se lida como *uma possibilidade abstracta do risco de destruição de vestígios (...)*” (Ana Margarida Martins, 2010, p. 20).

Ante o objetivo traçado – contribuir para a definição de método e procedimentos para os AA – é óbvio o duplo desequilíbrio discursivo entre as partes A e B desta exposição. Duplo, porque densificado na extensão e convicção das palavras, de uma e outra partes.

A verdade é que não há muito para explorar sobre a questão metodológica em AA, dado o desrespeito do agente acompanhado – mobilização de solos pelo Fomento – pelo princípio básico da Arqueologia: no terreno, a indagação faz-se por escavação

estratigráfica (isto é, decapagem da sedimentação pelos leitos de deposição). Recordando o citado Barker (*ibid.*, pp. 123; 133):

“[a] single paragraph, *torn from context*, could lead to misconceptions on which the whole series of false assumptions might be based. (...)

The excavator himself should qualify all his recorded observations with estimation of his reliability on a scale which *ranges from certain to only possible*.”

Mas, sumariamente, ficam algumas reflexões finais, sobre a introdução dos AA em Portugal. Ocorrida em 1994, quase certamente no quadro da avaliação de impacto ambiental, até à publicação RTA'2014, este trabalho não dispunha de moldura jurídica explícita (dispondo, pelo contrário de implícita exclusão). O que não impediu incremento.

Furtámo-nos à apresentação de uma explicação do fenómeno. Não só o espaço é exíguo, como o campo é o da Sociologia. Porém, é possível que, na razão da lacuna na lei, tal afirmação tenha dado resposta a uma negociação social necessária ao preenchimento de várias outras lacunas, igualmente, não exploradas aqui.

Já o vazio observado até 2014 e ainda presente na LPC'2001 parece traduzir uma opção esclarecida, se aceitarmos uma possível rejeição da solução primeiramente observada em prováveis fontes do direito comparado, e.g., a *Ley 8/95, de 30 de octubre, del Patrimonio Cultural de Galicia*.

Mais, o desiderato da ação por antecipação – presente logo na LO-IPA e no RTA'99 e em concordância com os objetivos traçados nas propostas de lei que estão na origem da LPC'2001 – dá corpo a uma solução política doutrinariamente sustentada quer nos princípios de Ambiente, presentes no Direito Europeu Originário, desde 1986, e Derivado, desde 1985, quer na Convenção de La Valletta, do Conselho da Europa, de 1992.

Se bem que, neste último caso, dentro de certos limites. Com efeito, no rescaldo do Côa, e da suspensão definitiva da Obra da Barragem na sequência da *conservação in situ* do Santuário Rupestre descoberto / reconhecido já em fase de construção daquela, a LPC transpõe *La Valletta* prevendo, nos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica (art. 79.º/1). Porém, preconiza para tal o *princípio da conservação pelo registo científico*, que desde logo se aplica aos bens arqueológicos (art. 75.º/1), prevendo que possam ser estudados dentro de prazos máximos os testemunhos que se presume existirem nos solos em risco de modificação do uso, de transformação e de remoção (art. 75.º/4).

Fica o questionamento: conformar-se-á cabalmente o AA com a *conservação pelo registo científico*? E, no contexto inter-sectorial dos AA, o que é que pode ser entendível por *prazos máximos*? Em *La Valletta* (art. 5.º/2), as partes são convocadas a garantir *tempo e meios suficientes* para concretização do que define como *conservação integrada* – aquela que envolve os restantes *stakeholders* visando a *conservação in situ*.

Ao mesmo tempo, considerando a AIA como “*instrumento preventivo fundamental da política de desenvolvimento sustentável*” (RJAIA’2013) – em Brundtland, aquele que “*significa a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações virem a satisfazer as suas próprias necessidades*” – destacamos aqui, no respeito ao património arqueológico, que o dano consiste na destruição de recurso não renovável constituído por *pedras, terra e cacos*, antes da obtenção do seu registo e extração da informação científica encerrada que nos permita transformá-los em *documentos sociais*. Nessa *dimensão diacrónica* do desenvolvimento sustentável – da responsabilidade das gerações atuais perante as gerações futuras – teremos ainda que considerar a cerceamento de otimização futura do conhecimento a extrair desse bem destruído.

Neste aspeto, observe-se a confluência de Brundtland (1987) com Nova Deli (1956) tida na proposta desta última para criação de *reservas arqueológicas* associada à vontade de verificação futura “*of the stratigraphy and archaeological composition of the site*” (art. 9.º). Assim, ainda que não se observasse incompatibilidade entre os princípios teóricos – *antecipatórios* – da ação política ambiental e a prática reativa intrínseca aos AA, a carência de método consignado pelo *estado da arte* da investigação arqueológica cercear-lhe-á sempre sustentabilidade legal. Outrossim o nega a prática solitária tida na expressão 1/1 – um (técnico) para uma (máquina).

Nessa carência, a falha irreduzível para com os pressupostos e a busca de aplicação dos *princípios da estratigrafia arqueológica*; na falha, o cerceamento do conhecimento e do legado aos vindouros.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, Alexandra (2002) – Direito Comunitário do Ambiente. *Cadernos CEDUA*. Coimbra: Almedina.

BARKER, Philip (1977) – *Techniques of Archaeological Excavation*. London: Routledge.

BOTELHO, Iva (2016) – *O Processo do Corgo: Do Princípio da Conservação pelo Registo Científico*. [Texto policopiado]. Porto: [s.n.]. Tese de Doutoramento. Disponível na www: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/112219>>.

BRANCO, Gertrudes (2014) – *Avaliação de Impacte Ambiental: O Património Arqueológico no Alentejo Central*. [Texto policopiado]. Évora: [s.n.]. Tese de Doutoramento.

BUGALHÃO, Jacinta ed. (2004) – Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. Vol. 39.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 60, pp. 19-43.

CARVALHO, Pedro (2010) – Políticas Públicas e Privadas em Arqueologia. Documento de trabalho – tópicos para discussão. [Em linha]. Coimbra: FLUC. [Consult. 2011-02-20]. Disponível em www: <URL: <http://woc.uc.pt/fluc>>.

ESTORNINHO, Alexandra; MARQUES, João; NUNES, Ana (2013) – A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a Atividade Arqueológica. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andreia; NEVES, César (Coord. Editorial) – *Atas do Congresso 150 Anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 21-24 de novembro de 2013)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 119-126.

FERREIRA, David (2013) – *O Património Cultural na Avaliação de Impacte Ambiental*. [Texto policopiado]. Porto: [s.n.]. Tese de Doutoramento.

GOMES, Carla Amado (2014 [2012]) – *Introdução ao Direito do Ambiente*. Lisboa: AAFDL.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2010) – *A Protecção do Património arqueológico: proteger o quê, como e para quê. Reflexões a partir do direito do património cultural e do ambiente*. [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa – Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas. [Consult. 2014-01-24]. Disponível na www: <URL: <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/663-1094.pdf>>.

NABAIS, J. Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Coimbra: Almedina, 2.ª ed.

QUEROL, M.ª Ángeles; MRTÍNEZ DÍAZ, Belén (1996) – *La Gestión del Património Arqueológico en España*. Madrid: Alianza Editorial.

SARRAZOLA, Alexandre (2000) – Arqueologia e Acompanhamento de obras. Um equilíbrio em construção. [Em linha]. APAI [Consult. 2014-09-27]. Disponível na www: <URL: <http://www.apai.org.pt/m1/1203954562intervencoes2.pdf>>.

SARRAZOLA, Alexandre (2006) – Regulamentação Legal Associada a Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico (Ou Da Arte de Caçar com Gato), *praxis ARCHAEOLOGICA*. [Em linha]. 1, pp.23-28. [Consult. 2011-04-21]. Disponível na www: <URL: http://www.aparqueologos.org/images/PDF/praxis/2006_2328.pdf>.

SILVA, António Carlos (2008) – Arqueologia Empresarial: Questões legais a montante dos Cadernos de Encargos. In *Era Arqueologia. Revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*. Lisboa: Colibri. Vol. 8, pp.14-18.

SILVA, António Manuel (2005 [2002]) – O acompanhamento arqueológico das obras: uma intervenção muito própria, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 8/1, pp. 459-468.

SILVA, Suzana Tavares da (2002) – Da “Contemplanção da Ruína” ao Património Sustentável. Contributo para uma Compreensão Adequada dos Bens Culturais. *Revista do CEDOUA*. Coimbra: FDUC. Vol. 2/5, pp. 69-93.

Ley 16/85, de 25 de junio, Ley del Património Histórico Español Histórico Español, [Em linha]. Instituto del Patrimonio Cultural [Consult. 2011-03-22]. Disponível na www: <URL: <http://ipce.mmcu.es/pdfs/ley16-1985.pdf>>; BOE. [Consult. 2022-05-20]. Disponível na www: <URL: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1985-12534>>.

Ley 8/1995, de 30 de octubre, del Patrimonio Cultural de Galicia [Em linha]. [Consult. 2011-08-18] Disponível na www: <URL http://www.miliarium.com/Paginas/Leyes/pdf.asp?url=http://www.miliarium.com/paginas/leyes/eia/ccaa/galicia/L8_1995.pdf>; BOE [Consult. 2022-05-20]. Disponível na www: <URL <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1995-25952>>.

Processo legislativo da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. [Em linha]. Assembleia da República Portuguesa. [Consult. 2010-07-01]. Disponível na www: <URL:<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=5958>>.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge José Martins Rodrigues é Economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre e pós doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acompanhamento Arqueológico 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 244, 247
Administração 20, 23, 25, 33, 61, 62, 63, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 157, 232, 235
Afetos 133, 149, 151, 244
American Depositary Receipts (ADRs) 1, 3
Apropiación Social 97, 186
Área Rural 184, 185, 186, 193, 199
Artigos 35, 43, 50, 61, 62, 68, 76, 78, 232
Autocracia 133, 139, 142

B

Bem-estar social 153
Biblioteca digital 35, 36, 39, 40, 42, 44
Bibliotecas do ensino superior 36
Biocompost 185, 186, 187, 188
B-on 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

C

Call Center Optimization 202
Coeficiente de resposta al resultado (CRR) 1, 3
Colonialismo 113, 165, 166, 168, 177, 179, 180, 181
Comandante das Operações de Socorro 19
Consejo de Seguridad Vial de Costa Rica - Cosevi 215
Contador Público 81, 82, 83, 84, 87, 90, 91
Contrologia 161, 162, 163, 164
Convergence of optimization algorithms 202, 212
Coreografias Didáticas 48, 49, 50, 52, 54, 57, 58, 59
Corpo da mulher negra 165, 166, 171, 177, 178, 179

D

Day 61, 62, 64, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 110
Decenios de Acción 215
Docencia 92, 93, 94, 98, 105, 106

E

Economia 7, 38, 67, 69, 88, 103, 107, 126, 138, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 187, 194

Educação Aberta 48, 49, 50, 51, 52, 59

Enquadramento Legal 228, 229, 234, 238

Equilíbrio corpo e mente 161

Estudo de utilizador 36

Ethos 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 136

Ética Profissional 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

Extensión 18, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 103, 105, 108, 186, 188, 201, 216

G

Generación Milenio 125

Geração 68 133, 134, 137, 139, 144, 145, 146

H

Hipersexualização e objetificação 165, 166, 167

História do Pensamento Econômico 153

História econômica 153

I

Índice de mortalidad 215

Innovación 46, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 127, 132, 185, 187, 192

Integer Nonlinear Optimization 202, 203

Intervenções Estruturais 19, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 32, 33

Investigación 3, 4, 5, 8, 16, 81, 82, 86, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 126, 185, 196, 200, 212, 224, 225

J

Junta de normas de contabilidad financiera en EE. UU. (FASB) 1

L

Liberdade de imprensa 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 120

M

Memória 25, 133, 135, 148, 149, 150, 151, 168, 177, 179, 229

Método 10, 54, 63, 79, 92, 94, 98, 110, 112, 117, 120, 155, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 172, 178, 228, 244, 246

N

Non-linear optimization 202, 212

Normas de contabilidade em EE. UU. (U.S. GAAP) 1

Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF) 1, 2

O

Organização 83, 84, 88, 95, 105, 125, 128, 129, 216, 227

P

Pilates 161, 162, 163, 164, 165

Portugal 19, 20, 33, 35, 45, 46, 48, 50, 51, 60, 228, 229, 230, 231, 241, 245

Profissão Contable 81, 82, 83, 87, 88, 90

Pymes 125, 129

R

Rede Académica Internacional WEIWER® 48, 49, 50, 59

Relações de poder e autoritarismo 110

Resíduos de cultivos 186

Retórica 61, 62, 63, 64, 66, 68, 72, 78, 79, 80, 116, 121

S

Segurança Contra Incêndio em Edifícios 19, 20, 33

Seguridad Vial 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 226, 227

Sostenibilidad 82, 92, 98, 105, 186

T

Tecnologias Educacionais em Rede 48, 49, 59

Tomada de Decisão 19, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 34, 159

Transformación 7, 94, 96, 102, 103, 105, 125, 131, 132, 190, 196, 198

U

Universidad 35, 46, 81, 82, 86, 90, 92, 93, 96, 97, 98, 100, 104, 106, 107, 125, 202

V

Valor de pertinencia 1, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 16

W

Wikipédia 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 90, 173